



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

LARISSA DE FÁTIMA ROSA

**A FORMAÇÃO E O INÍCIO DA ESTRUTURAÇÃO URBANA DE CATANDUVA –
SP**

BAURU
2025

LARISSA DE FÁTIMA ROSA

**A FORMAÇÃO E O INÍCIO DA ESTRUTURAÇÃO URBANA DE CATANDUVA –
SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru, como requisito final para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Nilson Ghirardello.

BAURU

2025

R788f	Rosa, Larissa de Fátima A formação e o início da estruturação urbana de Catanduva - SP / Larissa de Fátima Rosa. -- Bauru, 2025 255 p. : tabs., fotos, mapas Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru Orientadora: Nilson Ghirardello 1. Formação Urbana. 2. História Urbana. 3. Morfologia Urbana. 4. Patrimônio Religioso. 5. Urbanização. I. Título.
-------	--

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE LARISSA DE FÁTIMA ROSA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 30 dias do mês de junho do ano de 2025, às 19h30min, no(a) <https://meet.google.com/znt-fbye-nne>, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de LARISSA DE FÁTIMA ROSA, intitulada **A formação e o início da estruturação urbana de Catanduva - SP**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professor Doutor NILSON GHIRARDELLO (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo / Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação de Bauru/Unesp, Professora Doutora NORMA REGINA TRUPPEL CONSTANTINO (Participação Virtual) do(a) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo / Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação de Bauru/Unesp, Professor Associado CLÁUDIO CESAR DE PAIVA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Economia / Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara/Unesp. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: AprovaDA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Professor Doutor NILSON GHIRARDELLO

À Deus, Nossa Senhora de Aparecida, minha mãe Dircilene, meu pai Rodney (*in
memorian*) e meu esposo, André.

AGRADECIMENTOS

Concluir esta dissertação é muito mais do que um marco acadêmico; é a materialização de um percurso repleto de desafios, aprendizados e, sobretudo, encontros significativos. Por isso, meus sinceros agradecimentos vão a todas as pessoas que, de alguma forma, caminharam comigo até aqui:

Agradeço primeiramente à Deus, sem Ele nada neste plano tem sentido. Também agradeço a interseção de Nossa Senhora de Aparecida, pois foi por intermédio dela que esta pesquisa se tornou possível.

À minha família, pelo amor incondicional, apoio constante e compreensão nos momentos de ausência, ansiedade e silêncio. Em especial, a minha mãe, Dircilene, e meu esposo, André, que sempre foram meu porto seguro e minha maior motivação. E, ao meu primo, Eduardo, que não mediu esforços para me auxiliar nas buscas pelas fontes primárias, pela troca de conhecimento e por todas as conversas que remontaram a história de Catanduva.

Ao meu mestre e orientador, Prof. Dr. Nilson Ghirardello, meu mais profundo agradecimento. Desde o início desta jornada, ele acreditou no potencial da minha pesquisa e caminhou ao meu lado com orientação atenta, generosidade e um olhar sempre sensível. Suas palavras, conselhos e conversas profundas foram fontes constantes de inspiração e aprendizado. Mais do que orientador, foi um verdadeiro guia, compartilhando não apenas seu vasto conhecimento, mas também suas experiências e humanidade. Expresso aqui minha total admiração e respeito pelo professor e profissional que é — e, sobretudo, pelo ser humano ímpar que tive o privilégio de conhecer e aprender com ele.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da FAAC – UNESP, campus de Bauru – SP, em específico a Prof. Dra. Norma Regina Truppel Constantino, minha eterna gratidão. Desde o início, sua presença foi um verdadeiro bálsamo para a reta final desta pesquisa. Com sua conduta atenta, acolhedora e profundamente amorosa, me ajudou a enxergar o trabalho com outros olhos, revelando nuances que o tornaram único e ainda mais significativo. Seu cuidado e sensibilidade ultrapassaram os limites da orientação acadêmica e tocaram profundamente meu processo pessoal e

intelectual. Serei sempre grata por sua escuta generosa e por tudo o que pude aprender ao seu lado. Também deixo meus agradecimentos por sua participação na banca, ao lado do Prof. Dr. Cláudio César de Paiva, que, desde o primeiro contato com esta pesquisa, ainda na etapa da qualificação, demonstrou grande interesse em contribuir. Suas observações precisas e sugestões valiosas certamente enriqueceram e elevaram a qualidade deste trabalho.

Aos meus amigos que estiveram por perto, em específico, Letícia Gambarini, Rafael Cortez, Lucas Pamio e Marina Destro, nos cafés compartilhados, nas mensagens de apoio, nas conversas que foram abraços, nos silêncios respeitados, nas trocas de conhecimento, meu carinho e reconhecimento. Vocês tornaram este percurso mais leve e significativo.

As instituições públicas em que visitei e consultei materiais para o desenvolvimento desta pesquisa, entre elas, o Museu Padre Albino, em especial ao Rafael, que em meio a tantas visitas sempre foi solícito e não mediu esforços para me auxiliar nas buscas pela história de Catanduva. Ao Arquivo da Câmara Municipal de Catanduva, em especial ao Reginaldo, que me instruiu nos processos de busca por documentos. Ao Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e a Biblioteca Pública Municipal de Catanduva “Embaixador Macedo Soares”, por sempre ceder espaço e acolhimento para a escrita da dissertação.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para esta pesquisa, seja pelo fornecimento de informações ou mesmo pela forma de conhecimento.

*São Domingos do Cerradinho, Vila Adolfo
- hoje Catanduva.
Naqueles tempos eram índios
- caribocas e carijós –
e brancos bandeirantes
que moravam nesta sertania de rancheiros.*

*A terra tinha em abundância
Coqueirais, cajá-manga, gravatá e guavirova,
Capim amargoso e carapiá.
Plantas nativas, mato rasteiro,
Ornavam as cercanias
Com sua aparência selvagem.*

*São Domingos do Cerradinho!
Em tuas árvores chilreavam os pássaros, alegremente
Nos caminhos abertos em terra
Cantavam e gemiam os carros de boi,
Transportando mercadorias
Para o sustento dos novos habitantes.*

*Na gleba inculta e selvagem,
Que esperava a enxada e o arado
Para revolver-lhe as entranhas,
Que esperava a mão do homem
Para lançar-lhe a semente fértil,
Serpenteava o ribeirão São Domingos,
Qual dádiva de Deus, a irrigar a terra.*

*Nas noites enluaradas, podia-se contemplar
As estrelas cor de prata,
Engastadas no céu cor de anil,
E ouvir o marulhar suave
Das águas do ribeirão,
Rolando através do vale.*

*São Domingos do Cerradinho!
A tua paisagem era verde,*

*Tinha cor da esperança.
Esperança de teu patrono,
Antônio Maximiano Rodrigues
De que aqui surgisse uma cidade.*

*Cidade da paz, cidade do labor,
Da riqueza e da prosperidade.
Cidade que orgulhasse o Brasil
Pela pujança econômica,
Pela educação e pela fidalguia do povo
Cidade-feitiço.*

(Acácio Rodrigues de Andrade)

RESUMO

Este trabalho trata do município de Catanduva (SP) a partir de sua fundação como patrimônio religioso, da estruturação de sua malha urbana com a instalação da Estrada de Ferro Araraquara (EFA), em 1910. Instalada com a finalidade de escoar a produção cafeeira da região, a ferrovia também impulsionou o crescimento da cidade, dinamizando sua economia, trazendo modernização e influenciando no seu traçado urbano. Por meio dessa pesquisa, pretende-se estudar a gênese do município de Catanduva situada nos campos de Araraquara, do século XIX até o final da Primeira República (1930). Nesse contexto, será analisado de que forma a EFA agiu como elemento estruturador da cidade e compreender questões como os primeiros posseiros de terras dessa região, o primeiro traçado urbano, através da implantação dos trilhos analisar os elementos de infraestrutura urbana trazidos pela ferrovia e também como a atuação dos coronéis influenciou nesse panorama geral. A metodologia adotada é o estudo de caso compondo o procedimento histórico, a pesquisa histórica-interpretativa, associada à abordagem qualitativa, envolve métodos e técnicas específicas tanto para a coleta quanto para a análise de dados. Trata-se, portanto, de um estudo aprofundado, que se apoia em uma investigação de campo exploratória e em uma revisão narrativa detalhada. E, ademais, foi utilizado levantamento bibliográfico, levantamento documental (arquivos jornalísticos, arquivos cartoriais, cartográficos e iconográficos, legislações, além dos documentos e relatórios sobre a EFA e a análise crítica das informações obtidas.

Palavras-chave: Formação Urbana. História Urbana. Morfologia Urbana. Patrimônio Religioso. Urbanização.

ABSTRACT

This work addresses the municipality of Catanduva (São Paulo) from its foundation as a religious heritage site to the structuring of its urban fabric following the installation of the Araraquara Railway (EFA) in 1910. Originally established to transport the region's coffee production, the railway also fostered the city's growth by boosting its economy, driving modernization, and influencing its urban layout. This research aims to study the genesis of the municipality of Catanduva, located in the rural areas of Araraquara, from the 19th century until the end of the First Brazilian Republic (1930). Within this context, the study analyzes how the EFA functioned as a structuring element of the city and seeks to understand issues such as the first land settlers in the region, the initial urban layout, the urban infrastructure introduced through the railway's implementation, and how the actions of the local political elites (the "coronéis") influenced this broader scenario. The methodology adopted is a case study grounded in historical procedures and a historical-interpretative approach, combined with qualitative methods, encompassing specific techniques for both data collection and analysis. This is, therefore, an in-depth study supported by exploratory field research and a detailed narrative review. Additionally, the study includes bibliographic and documentary research, drawing from journalistic archives, notarial, cartographic and iconographic records, legislation, as well as documents and reports related to the EFA, accompanied by a critical analysis of the information obtained.

Keywords: Urban Formation. Urban History. Urban Morphology. Religious Heritage. Urbanization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do tempo exemplificando o recorte temporal.....	27
Figura 2 – Representação da pesquisa histórico-interpretativa.....	28
Figura 3 – Organograma referente a metodologia da dissertação.....	29
Figura 4 – Pesquisadora em consulta ao Arquivo do Estado de São Paulo (APESP).....	33
Figura 5 – Mapa da Província de São Paulo – 1886.....	41
Figura 6 – Linha do tempo.....	47
Figura 7 – Mapa da estrada Boiadeira que saia de Jaboticabal e ia em direção a Aparecida do Taboado.....	58
Figura 8 – Percurso do “Caminho Geral” até os Campos de Araraquara.....	64
Figura 9 – Pintura a óleo sobre tela com o título “Partida de Porto Feliz”	66
Figura 10 – Mapa do interior do estado de São Paulo descrito como “sertão desconhecido”.....	68
Figura 11 – Delimitação das Bacias Hidrográficas do Rio Turvo e Grande.....	72
Figura 12 – Sub-bacia do Rio São Domingos.....	73
Figura 13 – Percurso do Rio São Domingos, em 1919.....	74
Figura 14 – Mapa do traçado natural do Rio São Domingos.....	76
Figura 15 – Divisão Geomorfológica do Estado de São Paulo.....	77
Figura 16 – Mapa da topografia natural.....	79
Figura 17 – Linha do tempo com as principais informações referentes a história de Catanduva.....	82
Figura 18 – Retrato de Joaquim Alves Figueiredo, filho de José Lourenço de Figueiredo.....	85
Figura 19 – Retrato de Domingos Borges da Costa, vulgo, “Minguta”.....	87
Figura 20 – Retrato de Antônio Maximiano Rodrigues.....	89

Figura 21 – Registro de Terras nº 9 da Fazenda “Barra Grande de São Domingos”, de 28 de janeiro de 1855, localizado no livro de Registro de Terras da Província de São Paulo, localidade de Araraquara.....	91
Figura 22 – Registro de Terras nº 9 da Fazenda “Barra Grande de São Domingos”, de 28 de janeiro de 1855, localizado no livro de Registro de Terras da Província de São Paulo, localidade de Araraquara.....	92
Figura 23 – Registro de Terras nº 27 em terras no Bairro de São Domingos, em 30/05/1855, localizado no livro de Registro de Terras da Província de São Paulo, localidade de Araraquara.....	94
Figura 24 – Registro de Terras nº 28 em terras no Bairro de São Domingos, em 30/05/1855, localizado no livro de Registro de Terras da Província de São Paulo, localidade de Araraquara.....	96
Figura 25 – Registro de Terras nº 28 em terras no Bairro de São Domingos, em 30/05/1855, localizado no livro de Registro de Terras da Província de São Paulo, localidade de Araraquara.....	97
Figura 26 – Registro de Terras nº 552 da Fazenda Barra Grande, em 31/05/1856, localizado no livro de Registro de Terras da Província de São Paulo, localidade de Araraquara.....	100
Figura 27 – Registro de Terras nº 25 da Fazenda Barra Grande, em 24/09/1855, localizado no livro de Registro de Terras da Província de São Paulo, localidade de Jaboticabal.....	102
Figura 28 – Registro de Terras nº 25 da Fazenda Barra Grande, em 24/09/1855, localizado no livro de Registro de Terras da Província de São Paulo, localidade de Jaboticabal.....	103
Figura 39 – Certidão de transcrição da escritura de compra e venda entre Antônio Alves Moreira e sua mulher Anna Cândida Moreira a Antônio Maximiano Rodrigues em 18 de setembro de 1890.....	106
Figura 30 – Citação da Fazenda “Barra Grande” ou Fazenda “São Domingos” ou Fazenda dos “Moreira”, no <i>Diário Oficial</i> em dezembro de 1896.....	108

Figura 31 – Citação da Fazenda “Barra Grande” ou Fazenda “São Domingos” ou Fazenda dos “Moreira”, no <i>Diário Oficial</i> em dezembro de 1896.....	109
Figura 32 – Ampliação da citação da Fazenda “Barra Grande” ou Fazenda “São Domingos” ou Fazenda dos “Moreira”, no <i>Diário Oficial</i> em dezembro de 1896.....	110
Figura 33 – Ampliação da citação da Fazenda “Barra Grande” ou Fazenda “São Domingos” ou Fazenda dos “Moreira”, no <i>Diário Oficial</i> em dezembro de 1896.....	111
Figura 34 – Citação da Fazenda “Barra Grande de São Domingos” ou Fazenda dos “Moreira”, no <i>Diário Oficial</i> em março de 1898.....	114
Figura 35 – Ampliação da citação da Fazenda “Barra Grande de São Domingos” ou Fazenda dos “Moreira”, no <i>Diário Oficial</i> em março de 1898.....	115
Figura 36 – Ampliação da citação da Fazenda “Barra Grande de São Domingos” ou Fazenda dos “Moreira”, no <i>Diário Oficial</i> em março de 1898.....	116
Figura 37 – Ampliação da citação da Fazenda “Barra Grande de São Domingos” ou Fazenda dos “Moreira”, no <i>Diário Oficial</i> em março de 1898.....	117
Figura 38 – Ampliação da citação da Fazenda “Barra Grande de São Domingos” ou Fazenda dos “Moreira”, no <i>Diário Oficial</i> em março de 1898.....	118
Figura 39 – Certidão de transcrição de doação das terras para o patrimônio de São Domingos do Cerradinho.....	121
Figura 40 – Mapa da Fazenda “Barra Grande” ou “Moreiras”	123
Figura 41 – Publicação no Jornal A Cidade, sobre a doação de terras para o patrimônio de São Domingos do Cerradinho.....	125
Figura 42 – Ampliação da publicação no Jornal A Cidade, sobre a doação de terras para o patrimônio de São Domingos do Cerradinho.....	126
Figura 43 – Desmembramento dos municípios paulistas.....	130
Figura 44 – Mapa com a demarcação da Fazenda “Barra Grande” ou “Moreiras” em relação ao perímetro da cidade de Catanduva.....	132

Figura 45 – Ampliação do mapa com a demarcação da Fazenda “Barra Grande” ou “Moreiras” em relação ao perímetro da cidade de Catanduva.....	133
Figura 46 – Ampliação do mapa da Fazenda “Barra Grande” ou “Moreiras”.....	134
Figura 47 – Mapa com área aproximada da doação de terras para a criação do patrimônio de São Domingos do Cerradinho.....	136
Figura 48 – Ampliação do mapa com área aproximada da doação de terras para a criação do patrimônio de São Domingos do Cerradinho.....	137
Figura 49 – Mapa do Estado de São Paulo com a localização da cidade de Catanduva.....	141
Figura 50 – Mapa da região administrativa de São José do Rio Preto.....	142
Figura 51 – Localização aproximada do patrimônio de São Domingos do Cerradinho, em meados de 1890.....	145
Figura 52 – Primeira capela da futura cidade de Catanduva, possivelmente construída em 1893.....	147
Figura 53 – Capela de São Domingos do Cerradinho e fiéis ao seu redor.....	148
Figura 54 – Lei nº 1188, de 16 de dezembro de 1909, criando o distrito de paz de Villa Adolpho, citado no <i>Diário Oficial</i>	150
Figura 55 – Ampliação da lei nº 1188, de 16 de dezembro de 1909, criando o distrito de paz de Villa Adolpho, citado no <i>Diário Oficial</i>	151
Figura 56 – Ampliação da lei nº 1188, de 16 de dezembro de 1909, criando o distrito de paz de Villa Adolpho, citado no <i>Diário Oficial</i>	152
Figura 57 – Mapa do Distrito de Paz de Villa Adolpho em 1909.....	158
Figura 58 – Mapa de situação da Fazenda Barra Grande e Prolongamento da Estrada de Ferro Araraquara.....	162
Figura 59 – Ampliação do mapa de situação da Fazenda Barra Grande e Prolongamento da Estrada de Ferro Araraquara.....	163
Figura 60 – Mapa do Distrito de Paz de Villa Adolpho em 1910 com o traçado da ferrovia.....	174

Figura 61 – Primeira Estação Ferroviária.....	176
Figura 62 – Incêndio na primeira Estação Ferroviária.....	176
Figura 63 – Construção da segunda Estação Ferroviária em 1920.....	177
Figura 64 – Reforma da segunda Estação Ferroviária entre os anos de 1930 a 1945.....	178
Figura 65 – Estação Ferroviária Pós-Reforma.....	179
Figura 66 – Propaganda de inauguração do Hotel Central, de Pedro Celli, em 20 de abril de 1911.....	180
Figura 67 – Construção da Matriz de São Domingos, imagem com identificação.....	182
Figura 68 – igreja Matriz de São Domingos em fase final de construção em 1925.....	183
Figura 69 – Matriz de São Domingos do Cerradinho em sua totalidade construída...	184
Figura 70 – Mapa do Distrito de Paz de Villa Adolpho em 1910 com a indicação da Igreja Matriz de São Domingos e Praça Central (atual Praça 9 de julho).....	185
Figura 71 – Clube Sete de Setembro em 1918.....	187
Figura 72 – Clube Sete de Setembro. No dia da emancipação política de Villa Adolpho, atual Catanduva.....	188
Figura 73 – Mapa de Catanduva de 1920.....	201
Figura 74 – Fotografia do alto da igreja matriz, mostrando as esquinas da rua Minas Gérias com a Pará, em 1920.....	204
Figura 75 – Rua Brasil, meados de 1925.....	205
Figura 76 – Rua São Paulo, meados de 1928.....	205
Figura 77 – Fotografia tirada a partir da Rua Brasil, mostrando a Rua Rio de Janeiro até a Rua Sete de Setembro, e ao fundo localiza-se o Hotel dos Viajantes, meados de 1925.....	206

Figura 78 – Fotografia retirada a partir da Estação Ferroviária com frente para a Rua Rio de Janeiro de 1925.....	218
Figura 79 – Implantação do serviço de calçamento das ruas com piso de paralelepípedo em 1936.....	219
Figura 80 – Colaboradores da Empresa Electrica e Luz de Catanduva.....	220
Figura 81 – Prédio da Companhia Nacional de Energia Elétrica de Catanduva, em 1940.....	220
Figura 82 – Publicação do Jornal “A Cidade” noticiando a falta de iluminação no Bairro Higienópolis, em 05 de novembro de 1933.....	221
Figura 83 – Publicação do Jornal “A Cidade”, 27 de julho de 1933, ano 04, n. 331.....	222
Figura 84 – Publicação do Jornal “A Cidade”, com informações sobre a rede de iluminação pública, 30 de abril de 1931, ano 02, n. 116.....	223
Figura 85 – Publicação do Jornal “A Cidade”, com os melhoramentos feitos pela prefeitura, 23 de julho de 1933, ano 04, n. 331.....	225
Figura 86 – Novo serviço de captação de água da cidade de Catanduva em 1931.....	226
Figura 87 – Publicação do Jornal “A Cidade”, com serviços prestados para a melhoria do abastecimento de água, em 22 de junho de 1933, ano 04, n. 323.....	227
Figura 88 – Jardineiras paradas em frente à Estação Ferroviária, década de 1930.....	228
Figura 89 – Loja de Secos e Molhados, prédio ficava localizado na esquina da Rua Maranhão com a Rua Bahia, atual Agência do Banco do Brasil, década de 1930.....	229
Figura 90 – Fórum Municipal de Catanduva.....	230
Figura 91 – Primeiro Grupo Escolar, 1920.....	231

Figura 92 – Agência do Banco do Brasil, 1923.....	231
Figura 93 – Mapa de Catanduva de 1919/1920, demarcando as principais edificações do período.....	232
Figura 94 – Teatro Municipal, 1927.....	233
Figura 95 – Agência da Ford em Catanduva, década de 1940.....	235
Figura 96 – Santa Casa de Misericórdia ainda em construção, sendo inaugurado em 1926.....	236
Figura 97 – Colégio Nossa Senhora do Calvário, construção iniciada em 1927.....	237
Figura 98 – Lyceu Rio Brasil, 1928.....	237
Figura 99 – Hotel Acácio, 1930.....	238
Figura 100 – Banco Banespa, 1935.....	240
Figura 101 – Mapa de Catanduva de 1934.....	242

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Desmembramento dos municípios paulistas.....	128
Tabela 2 – Obras realizadas pela Estrada de Ferro Araraquara em Catanduva de 1910 a 1945.....	179
Tabela 3 – Principais legislações decretadas em Catanduva de 1918 a 1930.....	194
Tabela 4 – Mandatos políticos em Catanduva durante os anos de 1918 a 1930.....	199
Tabela 5 – Presidentes da Câmara Municipal de Catanduva durante os anos de 1918 até 1930.....	200
Tabela 6 – Artigos do Código de Posturas de Jaboticabal correlacionados a infraestrutura urbana.....	208

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	20
Estrutura geral da dissertação.....	24
Relevância da dissertação.....	25
Objetivos.....	26
Metodologia.....	26
Fontes secundárias.....	29
Fontes primárias.....	30
Forma de análise dos resultados.....	34
1 CAPÍTULO I – OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PAULISTA, A PARTIR DE ARARAQUARA, ATÉ O INÍCIO DO PATRIMÔNIO DE SÃO DOMINGOS DO CERRADINHO.....	38
1.1. Ocupação inicial da província de São Paulo e início da expansão das terras paulistas rumo ao “sertão desconhecido.....	38
1.2. A formação das cidades paulistas no século XIX e XX.....	46
1.2.1 As estradas: Estrada do Taboado e Estrada de Ferro Araraquara (EFA) e a formação de cidades.....	53
1.3. Os campos de Araraquara e seus atrativos para o estabelecimento de um povoamento.....	60
1.4. Reconhecimento do território: aspectos físicos e geográficos.....	71
1.4.1 Rede Hidrográfica.....	71
1.4.2 Aspectos Topográficos e Vegetação Nativa.....	77
1.5. Três posseiros e um território: a Fazenda “Barra Grande” ou “Moreiras”.....	81
1.5.1 Os precursores em terras desconhecidas.....	83

1.5.2 O domínio de terras da Fazenda “Barra Grande” ou “Moreiras”.....	90
2 CAPÍTULO II – DAS TERRAS LONGÍNQUAS À CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CATANDUVA.....	140
2.1. O início da ocupação urbana de Catanduva: De patrimônio de São Domingos do Cerradinho à Villa Adolpho fundada em 1909.....	142
2.1.1. A primeira capela.....	146
2.1.2. A criação de Villa Adolpho em 1909.....	149
2.2. A Estrada de Ferro Araraquara em Catanduva.....	161
2.2.1. Uma breve contextualização histórica da Estrada de Ferro Araraquara.....	163
2.2.2. O processo de prolongamento dos trilhos da Estrada de Ferro Araraquara, passando por Villa Adolpho, até São José do Rio Preto.....	170
2.2.3. A chegada dos trilhos em Villa Adolpho em 1910.....	173
2.3. Criação da paróquia e primeira igreja.....	180
2.4. Criação do município e seu contexto político.....	186
3 CAPÍTULO III – A CIDADE DE CATANDUVA NA DÉCADA DE 1920.....	194
3.1. A República e os aspectos urbanos em Catanduva.....	200
3.2. Infraestrutura urbana.....	207
3.2.1. Código de Posturas.....	207
3.2.2. Aterramento da várzea do Rio São Domingos.....	216
3.2.3. Serviço de sarjeteamento e calçamento.....	217
3.2.4. Geração e distribuição de energia.....	219
3.2.5. Abastecimento de água e rede de esgoto.....	225
3.3. Expansão e primeiras alterações na zona urbana de 1920 até 1930.....	229
3.4. Contexto econômico catanduvense na década de 1920.....	243
CONCLUSÃO.....	245

REFERÊNCIAS.....248

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Na estruturação da rede de cidades no oeste paulista no final de século XIX e início do século XX observa-se a criação de elevado número de municípios. Esse fenômeno está correlacionado com a cultura do café e o deslocamento dessa cultura rumo aos planaltos ocidentais incentivado pelas linhas férreas.

Antes de abordar a expansão para o Oeste Paulista, é necessário compreender brevemente como estava o cenário da época. De acordo com Milliet (1938, p. 13) em meados de 1780, a emigração para Minas Gerais havia cessado em decorrência do esgotamento das lavras. Dessa forma, houve o retorno do paulista para a agricultura tendo que readaptar-se à nova realidade. Por conseguinte, nos fins do século XVIII o quadro econômico da província de São Paulo começa a ser diversificado.

Dessa forma, os precursores da marcha para o Oeste Paulista segundo Monbeig (1984, p. 133) foram quase todos mineiros, denominados pioneiros, que ao adentrarem em terras paulistas chocaram-se com os povos indígenas, habitantes da região. Após a crise econômica acarretada pela decadência da mineração, em 1842 houve uma tentativa revolucionária, reforçando ainda mais a saída destes mineiros para novas terras.

Assim, Monbeig cita que (1984, p. 133) no decorrer da Guerra do Paraguai (1864-1870), a grande maioria desses mineiros preferiu arriscar-se em terras do sertão do que submeter-se ao alistamento. E, a maior parte direcionou-se para a província de São Paulo, cujos cafezais já tinham iniciado sua produtividade.

Todavia, antes da criação da Lei das Terras, o mesmo autor (Monbeig, 1984, p. 144) ressalta que os princípios da propriedade territorial no país era o sistema de sesmaria. Toda terra que não era feita a doação em sesmaria, era hipoteticamente pública, ou em outras palavras, eram terras devolutas. Levando em consideração a desorganização presente na indicação dos limites das sesmarias e a falta de conhecimento por parte desses posseiros, o Governo Federal, em 1850, promulga a chamada Lei de Terras que regulamenta essa questão.

Devido a esses fatores, Monbeig (1984, p. 95) destaca que a disseminação para o Oeste foi uma continuidade do movimento que se originou nas regiões montanhosas do estado do Rio de Janeiro, no início do século XIX. O progresso da cultura cafeeira ao redor de Campinas e mais além desta região, criou uma dupla dificuldade: o deslocamento e a mão de obra.

Foi nesse contexto que a expansão se deu para a região de Araraquara e São Carlos. Pacheco (1988, p. 18) elenca que nessa localidade o café se ampliou nos contornos da transição da mão de obra escrava para o trabalho assalariado. Assim como nas demais regiões ocupadas no interior do estado de São Paulo, nos territórios araraquarenses não foi diferente. Em conformidade com Pacheco (1988, p. 24) as primeiras informações quanto à ocupação da região estão correlacionadas às estradas coloniais das expedições mineiras com destino à Cuiabá. Estes, encontrando dificuldades na travessia pelo rio Tietê, abriram outras possibilidades através de um caminho que transpusesse os “Campos de Araraquara”.

Segundo Pacheco (1988, p. 22), as primeiras informações sobre cafeeiros nesta porção do território paulista datam da década de 1840. Entretanto, entre os anos de 1876 e 1883, Pacheco (1988, p. 20), menciona que houve a primeira grande manifestação de cafezais, fazendo com que a região de Araraquara e São Carlos fosse incorporada ao panorama econômico de São Paulo. Se houvessem lavouras com produções anteriores à esta data, as despesas com o transporte tornavam-se inviáveis.

Porém, em concordância com Pacheco (1988, p. 18) o problema fora solucionado com o prolongamento da ferrovia alcançando Campinas e Rio Claro, além de que já era discutido a construção do trecho Rio Claro-São Carlos-Araraquara. Assim, entre os anos de 1876 e 1886, ampliou-se a capacidade produtiva do Estado em mais de cem milhões de pés e com a chegada da ferrovia em Rio Claro, o plantio alcançou a região.

Pacheco (1988, p. 72) relata que durante a fase de crescimento do ciclo cafeeiro, estima-se que 13,5 milhões de pés tenham sido incorporados à capacidade produtiva de Araraquara, e esta produtividade poderia ser justificada como uma possível continuidade de plantio adicional. Dessa forma, a situação geral era extremamente favorável para a expansão da cafeicultura em outras regiões, somadas a qualidade da terra e ao progresso ferroviário.

Por conseguinte, conforme evidencia Pacheco (1988, p.75) através da Araraquarense se principiaria a extensão dos trilhos para o “sertão” de Rio Preto, enquanto a Paulista avançaria pelos ramais de Santa Eudóxia e de Ribeirão Bonito, inaugurados ainda em 1893 e 1894. Além de que essa extensão dos trilhos da Estrada de Ferro Araraquarense (EFA) coincide com a crise cafeeira do fim do século, fato relevante para esse processo.

Assim, de acordo com Gerodetti e Cornejo (2013), a fundação da EFA data-se de 1895 tendo como precursor Carlos Baptista de Magalhães e uma massa de fazendeiros araraquarenses. Estes por sua vez, em 17 de setembro de 1895, conseguiram o direito para a implantação de uma ferrovia que, saindo de Araraquara e deslocando-se por Capela do Matão, atingisse Ribeirãozinho, atualmente Taquaritinga, sendo um trajeto de 80km aproximadamente.

Tortello (2010) relata que a EFA foi responsável por integrar inúmeras outras cidades do noroeste paulista, como: Bueno de Andrada, Matão, Santa Ernestina, Taquaritinga, Cândido Rodrigues, Santa Adélia, Pindorama, Catanduva, Catiguá, seguindo até São José do Rio Preto e chegando à Santa Fé do Sul, divisa do Estado de São Paulo com o Estado do Mato Grosso do Sul.

De acordo com Silveira (1915, p.27), a mencionada empresa Estrada de Ferro Araraquara, tinha como finalidade beneficiar as plantações da região araraquarense com um caminho de ferro que estaria habilitado de abater os altos custos com o transporte de grãos em carros de boi e foi bem aceita pelo município de Araraquara, no qual ficou assinado o capital inicial da Companhia, que era de 2 mil contos de réis, repartidos em ações de 200 mil réis cada.

Cabe a ressalva de que a EFA se instaura em uma época arriscada para a produção cafeeira. Em concordância com Monbeig (1984), na virada no século XX, em decorrência da superprodução de café nas novas fazendas, o grão principia a dar indícios de depreciação no cenário internacional.

Contudo, de acordo com Ribeiro (2019, p.02), ainda que as adversidades financeiras enfrentadas pela Companhia, que tinha à sua frente nomes relacionados à produção cafeeira, em 7 de dezembro de 1901, esta estreou seu trecho inicial, entre Araraquara e Ribeirãozinho, e, em 9 de junho de 1912, alcançou a cidade de São José do Rio Preto, convertendo-a em ponta dos trilhos, sendo conhecida usualmente como “boca do sertão”. A EFA unindo os municípios de Araraquara à Rubinéia, atravessando as regiões de Catanduva e São José do Rio Preto, possibilitava o escoamento para toda a região agrícola (Morais, 2002, p.47).

Em decorrência desse contexto, em conformidade com Leite (2007, p.58) a maioria das cidades paulistas abriu novas fronteiras para a apropriação econômica da terra, que foi marcada por dois motivos igualmente importantes: o enaltecimento do café no mercado externo, instigando o deslocamento da população para novos limites, e a veracidade determinada pelo novo projeto, a Lei de Terras (1850), único

documento que validava a posse da terra, antes atribuída através da concessão de sesmária, sob pena de os posseiros serem punidos por apoderar-se do local sem o devido pagamento.

Leite (2007, p.60) relata que um atributo de inúmeros municípios paulistas, era ser a “boca de sertão”, termo que definia a última ocupação, entre um local mais velho e outro mais novo, onde iam emergindo os povoamentos. Em Catanduva não foi diferente, pois a área onde aflorou a povoação que lhe deu início, era rodeado pela Serra de Jaboticabal e pela Cordilheira de Itaimbé, ficava no meio da direção entre a vila mais antiga, Jaboticabal, e a mais nova, São José do Rio Preto.

Leite (2007, p.60) elenca que através dessas estradas transitavam incontáveis tropas de animais carregando cargas, e para abrigá-las foram aparecendo diversos pousos de tropas, fundando-se o primeiro povoado que daria origem a cidade de Catanduva.

A Vila avançava e conforme esse progresso continuava, as terras ao seu redor eram prestigiadas com plantações de café e ramais ferroviários. Leite (2007, p.63) cita que no entorno, em razão da cafeicultura e nos locais mais próximos do núcleo urbano, a dinamização da economia fez surgir hotéis, casas bancárias, além de vários estabelecimentos de comércio e outros serviços.

Assim, com a gradual e crescente modernização da Vila, como indica Leite (2007, p.91) era necessário torná-la município. Alterar a configuração e emancipar politicamente uma Vila era um obstáculo realizável somente através de grande esforço e empenho de inúmeras pessoas, que, unidas, teriam influência para conduzir a proposta ao governo estadual. Através desse esforço em conjunto, em abril de 1918, no contexto da I República (1889-1930), que o município de Catanduva foi estabelecido após a efetivação da primeira eleição municipal. Nesse tempo, a política do Brasil era influenciada pelo coronelismo – fenômeno que caracterizou as décadas iniciais da vida republicana no país.

Dado o exposto, o presente trabalho pretende analisar a formação urbana do povoado de São Domingos do Cerradinho, atual cidade de Catanduva, na perspectiva do arquiteto e urbanista. Cabe ressaltar que até o momento não foram encontrados outros resultados de pesquisa que tratem da formação urbana de Catanduva. A cidade foi pouco pesquisada até então, não sendo vista em um contexto territorial e nem sendo estudada de forma adequada a sua relação com São José do Rio Preto, Jaboticabal e Araraquara. Dessa forma, o trabalho será autêntico e o primeiro a buscar

a formação urbana de Catanduva em um contexto territorial à base de documentação primária, olhando a cidade pelo aspecto urbanístico, sendo a contribuição maior da pesquisadora enquanto arquiteta e urbanista.

Estrutura geral da dissertação

A presente dissertação será estruturada em três principais capítulos. O primeiro capítulo intitulado ***Ocupação do território paulista, a partir de Araraquara, até o início do Patrimônio de São Domingos do Cerradinho*** buscou entender o processo de ocupação do território paulista a partir de pesquisas bibliográficas, elencando os diversos momentos importantes na história para a compreensão da dinâmica territorial daquele tempo; os motivos que instigaram os primeiros portugueses avançarem para além da Serra do Mar, apropriando-se das terras onde atualmente é a cidade de São Paulo; o início da criação e ocupação da Província de São Paulo, posteriormente alterando-se para Vila de São Paulo até a sua efetivação como cidade.

Também, a partir de pesquisas bibliográficas, foi averiguado como foi o processo de expansão da ocupação para os “sertões desconhecidos” demarcados nos mapas da época, quais os estímulos que esses pioneiros tiveram para prosseguirem rumo ao Oeste. Da mesma forma, permanecendo nas pesquisas bibliográficas, a partir da expansão para o Oeste, buscou entender como esses pioneiros chegaram nos “Campos de Araraquara”.

Assim, para o entendimento dos primeiros posseiros que se instalaram nas localidades onde atualmente é a cidade de Catanduva, foi investigado em fontes primárias como jornais e revistas da época, além de documentos cartoriais quem de fato foi o primeiro ocupante, desmitificando quais das três vertentes são verdadeiras para compor a origem da história de Catanduva.

No segundo capítulo, intitulado ***Das terras longínquas a criação do município de Catanduva***, a partir de fontes primárias e fontes cartográficas, será analisado o primeiro traçado urbano da cidade de Catanduva e de quem foi a autoria. Também será verificado, após a implantação do primeiro traçado, como sucedeu a formação dos novos bairros que foram surgindo. A partir dos relatórios da EFA, será possível analisar quais foram as incitações e como se deu o processo de expansão da ferrovia, e como a chegada desta impactou no traçado urbano.

E, por fim, no terceiro capítulo intitulado ***A cidade de Catanduva na década de 1920*** será investigado quais foram as principais infraestruturas urbanas após a chegada da ferrovia, identificando o eixo de crescimento da cidade, e também o grau de importância da ferrovia na constituição do município. Também será estudado a política local, sendo instituída pela presença dos coronéis e como estes influenciaram na cidade.

Relevância da dissertação

Ao ingressar no mestrado com o projeto de pesquisa voltado para analisar as vilas ferroviárias da cidade de Catanduva, em conversa com o Prof. Dr. Nilson Ghirardello, foi pontuado a seguinte pergunta norteadora: Existem trabalhos acadêmicos que tratem da formação urbana da cidade de Catanduva, a partir de seus primórdios?

Através desta indagação, modificou-se o percurso do projeto de pesquisa, e iniciou-se o processo de busca por trabalhos que abordassem assuntos referentes a Catanduva, para então ser confirmada a resposta. Nessa busca, foi encontrado trabalhos importantes como o de Bernardelli (2007), Leite (2007), Destro (2023) e um livro do autor Quaglia (2003), abordando temas relevantes sobre Catanduva, sob a perspectiva dos campos da Geografia e História e também sobre o patrimônio industrial. Todavia, estes trabalhos contribuíram de forma positiva na elaboração deste trabalho, porém nenhum deles remonta o processo de formação urbana da cidade de Catanduva.

Nessa perspectiva, destaca-se a relevância de salientar que os estudos utilizados como referência nesta dissertação concentram-se, em sua maioria, em um recorte temporal mais recente, o que evidencia uma lacuna na produção acadêmica voltada à análise dos primeiros anos de criação dos municípios, comprometendo, assim, uma compreensão mais aprofundada do processo de formação urbana.

Dessa forma, a abordagem espacial do processo de crescimento do município de Catanduva será conduzida por meio da análise de mapas, fotografias e demais registros documentais disponíveis, e principalmente se norteará por fontes primárias. Ressalta-se, contudo, a importância fundamental da compreensão da gênese local da cidade sob a ótica da Arquitetura e do Urbanismo, considerando que esta pesquisa se insere no campo da história urbana e requer uma leitura espacial que se revela mais adequada quando realizada por profissionais dessas áreas.

É importante destacar que, até o presente momento, não foram identificados resultados de pesquisa que abordem especificamente a formação urbana de Catanduva. Trata-se, portanto, de uma cidade ainda pouco explorada no âmbito acadêmico, especialmente no que diz respeito à sua inserção em um contexto territorial mais amplo, tampouco em sua relação com os municípios vizinhos de São José do Rio Preto, Jaboticabal e Araraquara. Nesse sentido, a presente investigação configura-se como uma abordagem inédita, sendo a primeira a explorar a formação urbana de Catanduva com base em documentação primária, sob uma ótica urbanística.

Objetivos

Estudar a gênese urbana de Catanduva, situada nos campos de Araraquara, do século XIX até o final da Primeira República (1930).

- Verificar quem foram os primeiros posseiros de terras do povoado antes da sua elevação à Vila em 1909;
- Averiguar como se deu a formação do patrimônio religioso de São Domingos do Cerradinho;
- Averiguar quem ficou incumbido de elaborar o primeiro traçado urbano no assentamento do patrimônio religioso;
- Analisar como a implantação dos trilhos em 1910 impactou o traçado urbano;
- Analisar a eventual expansão urbana e criação de novos bairros, após a primeira implantação do traçado;
- Analisar os elementos de infraestrutura urbana após a chegada da estrada de ferro e o grau de importância desta para a constituição do município;
- Averiguar como a presença dos coronéis no cenário político da época contribuiu para a elevação da Vila em município, bem como para a implantação da infraestrutura local.

Metodologia

Para a elaboração da dissertação, a metodologia de pesquisa científica empregada será o método histórico, tendo como estudo de caso a cidade de Catanduva. Ou seja, serão examinados eventos e processos históricos com o intuito de possibilitar a compreensão do contexto atual do objeto de estudo, bem como identificar as consequências advindas desses processos ao longo do tempo (Lakatos;

Markoni, 2003). O recorte temporal será do ano de 1909 até o ano de 1930, correspondendo há 21 anos que serão estudados, possibilitando identificar as mudanças territoriais que ocorreram no município de Catanduva.

Figura 1 – Linha do tempo exemplificando o recorte temporal.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

No que se refere ao método de abordagem, Creswell (2007) indica a utilização de procedimentos qualitativos, especialmente diante da necessidade de interpretar documentos, descrever eventos e contextos, bem como realizar observações diretas no local. Dentro do escopo das técnicas qualitativas, adota-se nesta pesquisa o estudo de caso, tendo o município de Catanduva como objeto de análise.

Grande parte da pesquisa será fundamentada em materiais primários e dados históricos obtidos em acervos públicos — como museus, prefeituras e câmaras municipais de Catanduva e de outras cidades que possam dispor de documentação relevante —, além de arquivos particulares, a exemplo de coleções pessoais de memorialistas e historiadores. Também serão utilizadas fontes da mídia jornalística, como o acervo do jornal *O Estado de S. Paulo* e de outros periódicos cujos conteúdos possam contribuir com o desenvolvimento do estudo, bem como publicações em meio digital e bibliográfico. As diversas fontes primárias e secundárias fornecerão fotografias, mapas cartográficos, projetos urbanísticos, dados estatísticos, documentos legislativos, entre outros registros. Considerando que tais materiais históricos serão fundamentais para a construção da pesquisa, a etapa de coleta será priorizada e terá caráter eminentemente investigativo.

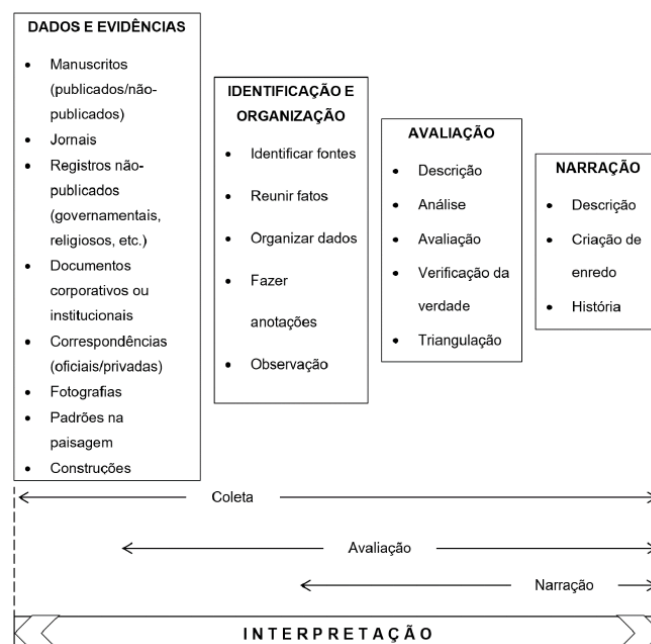
Posteriormente, com o objetivo de obter uma compreensão abrangente acerca da realidade do município e das marcas históricas que o constituem, será realizada uma pesquisa de campo de natureza exploratória, associada a uma abordagem *ex post facto* — isto é, baseada na análise de fatos passados. Tal estratégia permitirá examinar o comportamento econômico, social e político, bem como as características urbanas específicas do período em estudo.

De modo geral, a pesquisa será estruturada com base em duas obras fundamentais: Groat & Wang (2002) e Bacellar (2008). A primeira, um guia

metodológico voltado às práticas investigativas em Arquitetura e Urbanismo, propõe a utilização da metodologia histórico-interpretativa (Figura 2). Segundo os autores, esse método consiste na investigação de fenômenos físico-sociais inseridos em sistemas complexos, situados em contextos anteriores ao pesquisador, com o propósito de explicá-los por meio de uma narrativa holística. Para tanto, é necessário que o pesquisador colete o maior número possível de evidências relacionadas ao fenômeno em questão, organize e avalie essas informações, a fim de construir uma descrição abrangente e plausível das causas e desdobramentos observados (Groat & Wang, 2002).

Os autores ressaltam que o processo interpretativo deve ser contínuo, independentemente da etapa em que a pesquisa se encontra — seja na coleta, avaliação ou elaboração da narrativa. Além disso, enfatizam que tais etapas não se desenvolvem de maneira linear e encerrada, podendo ocorrer de forma simultânea. Em outras palavras, mesmo durante a fase de redação e interpretação dos materiais já reunidos, o pesquisador deve permanecer atento a novas descobertas ou análises recentemente publicadas que possam contribuir com o aprofundamento da investigação.

Figura 2 – Representação da pesquisa histórico-interpretativa.



Fonte: Diagrama elaborado por Victor Stafusa, 2021.

Diante do exposto, a pesquisa terá início, metodologicamente, com a etapa de coleta de dados e evidências. Nesse contexto, serão apresentadas as fontes primárias

e secundárias reunidas até o presente momento, juntamente com a indicação das instituições responsáveis por sua guarda. Essas fontes serão organizadas conforme a taxonomia proposta por Bacellar (2008) e Groat & Wang (2002), na figura abaixo será apresentado um organograma para exemplificar e organizar os procedimentos metodológicos.

Figura 3 – Organograma referente a metodologia da dissertação.



Fonte: Organograma elaborado por Maria Gabriela Silva Lêdo, 2024.

Fontes secundárias

De uma forma geral, as fontes secundárias são classificadas como resultados de pesquisa sendo livros, artigos, dissertações, teses entre outros. Contudo, nesta pesquisa, a revisão da literatura é construída a partir de fontes bibliográficas consultadas em inúmeras bases de dados científicas da internet e nos trabalhos sobre a região e a cidade. Todavia, apenas as seguintes bases demonstraram resultados pertinentes à pesquisa: *SciElo*, *Google Acadêmico* e Repositório Institucional da UNESP. A busca foi realizada a partir de palavras-chave como “Catanduva”, “História urbana de Catanduva”, assim as bases retornavam com resultados escassos, tendo o embasamento somente duas dissertações encontradas referenciando a cidade de Catanduva.

Fontes primárias

Em contrapartida, as fontes primárias são todo o tipo de documento de “primeira mão”, ou seja, que ainda não passou pelo processo de análise ou que foram utilizados em pesquisas. Portanto, em razão da pesquisa ter condicionantes a fatos históricos, as fontes primárias serão priorizadas por ofertar dados e indícios que ainda não foram verificados ou estudados. Esse tipo de fonte contribuirá significativamente para a coleta de informações e para a fundamentação das teorias abordadas, assumindo, assim, um papel central, especialmente considerando o caráter histórico da pesquisa e a busca por inovação por meio da utilização de materiais inéditos.

a) Arquivos do Poder Executivo e Legislativo

Leis do município de São José do Rio Preto (1909): coletados em visita ao Museu Padre Albino, ofertando de fatos históricos ocorridos no município. Exemplo:

“Lei n. 1188 – de 16 de dezembro de 1909.

Crêa o districto de paz de Villa Adolpho, no município e comarca de Rio Preto”.

Leis municipais de Catanduva (1917): coletados em visita ao Museu Padre Albino, ofertando de fatos históricos ocorridos no município. Exemplo:

“Lei n. 1561 – de 14 de novembro de 1917.

Cria o município de Catanduva, na comarca de Rio Preto”.

Textos do Diário Oficial: coletados através do acesso online (<https://www.imprensaoficial.com.br/#19/09/2024>) descrevem a respeito da Fazenda “Barra Grande” ou “Moreiras”. Exemplo:

SÃO PAULO, Diário Oficial do Estado de São Paulo, nº 19071, Ano 1896.

Código de Posturas de Araraquara: coletados através do acesso online (<https://www.al.sp.gov.br/norma/pesquisa-por-tema>) descrevem o tamanho das quadras, datas urbanas (lotes) e dimensões das ruas. Exemplo:

“Art. 1º Todas as ruas e travessas que forem abertas terão a largura de 60 palmos, excepto as que forem abertos em continuação das existentes, e que seja de conveniência continual-as de harmonia com as mesmas”.

Código de Posturas de Araraquara: coletados através do acesso online (<https://www.al.sp.gov.br/norma/pesquisa-por-tema>) descrevem o tamanho das quadras, datas urbanas (lotes) e dimensões das ruas. Exemplo:

“Art. 1º Todas as ruas e travessas, que forem abertas terão a largura de 60 palmos, e os quarteirões 45 braças”.

b) Arquivos cartoriais

1º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Jaboticabal – SP: foram encontradas uma escritura de compra e venda das terras da Fazenda “Barra Grande” e a doação de terras para emergir o patrimônio religioso de São Domingos do Cerradinho. Cabe ressaltar que foi feito um pedido de busca no Fórum de Jaboticabal para ver se realmente existe esse processo de divisão de terras da fazenda “Barra Grande ou “Moreira”. Após isso, também foi feito um pedido na Distribuição do Fórum, por meio de ligação, o responsável informou que no Arquivo do Fórum existem processos de 1893 até dos dias atuais, porém Jaboticabal já era comarca desde 1885, e em um período de dez anos antes a elevação de Comarca, os registros desses processos ficavam nas Varas do Fórum (1º e 2º Ofício), atualmente 1º Vara Civil e 2º Vara Criminal. O responsável foi até a 1º Vara Civil e conseguiu localizar processos referentes a fazenda “Cerradinho”, sendo um processo de sete volumes, que estão nos baús 77 e 81, e esses baús ficam no Arquivo Central. Dessa forma será solicitado o desarquivamento desse processo para ver se há informações importantes. Quanto ao processo da fazenda “Barra Grande” ou “Moreiras” não foi encontrado na 1º Vara Civil, todavia, já está sendo realizada buscas na 2º Vara Criminal.

1º Oficial de Registro de Imóveis de São José do Rio Preto: foram realizadas buscas pelos mesmos nomes e termos que foram utilizados para pesquisa no 1º Cartório de Registro de Imóveis e Anexos de Jaboticabal, porém não houve resultados.

c) Arquivos jornalísticos

Foi realizada a busca em acervos de diversos jornais e revistas, sendo da própria cidade de Catanduva e de São José do Rio Preto, afim de encontrar fotografias e relatos de eventos ocorridos na história da cidade, tendo ênfase nos primeiros posseiros de terras na região de Catanduva.

A revista que mais se destacou foi a Feiticeira, nesta foram feitas muitas publicações referentes a história de Catanduva. Outra revista importante é a O Século, que foram feitas algumas tiragens também sobre a história de Catanduva. O jornal, A Cidade, é um dos jornais mais antigos de circulação, nele foram encontradas publicações referentes a infraestrutura da cidade e principais edificações.

d) Arquivos iconográficos

Museu Padre Albino, da cidade de Catanduva – SP: O Museu tem em seu acervo uma gama de informação da cidade. Mantém diversos documentos catalogados por pastas e ano, sendo tiragens de jornais facilitando a pesquisa no local. Também possui inúmeros exemplares encadernados de jornais, porém a grande maioria remonta da década de 1950, acarretando em pouca utilização para a pesquisa devido ao recorte temporal. Contém várias fotografias da cidade que ilustram a mesma e os principais prédios da época retratados.

e) Arquivos cartográficos

Museu Padre Albino, da cidade de Catanduva – SP: No acervo do Museu também existe uma coletânea de mapas, remontando a sua evolução urbana. Porém, o único mapa que foi utilizado para a pesquisa é datado de 1920, correspondendo ao mais antigo, antecessor a essa data não foi encontrado.

Acervo Cartográfico do Arquivo do Estado de São Paulo (APESP): Foram encontrados mapas da Fazenda “Barra Grande” ou “Moreiras”, situando a maior parte da cidade de Catanduva.

Figura 4 – Pesquisadora em consulta no Arquivo do Estado de São Paulo (APESP).



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Forma de análise dos resultados

Na primeira etapa foi realizado o levantamento bibliográfico. Para falar sobre formação urbana, primeiramente foi fundamental compreender como ocorreu a formação urbana no Brasil. Nesse caso, foi abordada a obra “Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)”, do autor Nestor Goulart Reis Filho. Correlacionado à formação urbana e afinando a dimensão espacial, foi imprescindível abordar como sucedeu a expansão para o Oeste Paulista. Dessa forma, outra obra abordada foi “Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo”, do autor Pierre Monbeig. Para a análise da expansão para o Oeste Paulista e também do avanço da lavoura de café desenvolvido pela força de trabalho imigrante, e que ocasionou a origem de inúmeros patrimônios religiosos, posteriormente cidades, foi utilizado o livro “A Formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista”, do autor Nilson Ghirardello. Assim, com o aparecimento de diversas cidades do interior paulista advindas do patrimônio religioso, era característico estas terem semelhanças, como analisado no livro “Cidade Brasileira”, do autor Murillo Marx. Cabe a ressalva de que também, em conjunto com todos esses aspectos, paralelamente a economia do país estava se desenvolvendo; para isso foi utilizado o livro História da riqueza no Brasil, do autor Jorge Caldeira.

Adiante, os livros citados acima e outros foram buscados e consultados no acervo da biblioteca da UNESP de Bauru, salvo alguns títulos específicos que abordam sobre a história da cidade de Catanduva, sendo estes: A História de Catanduva de A a Z, do autor Vicente Celso Quaglia, e ACE Catanduva: 80 anos, da autora Marisa Armiato et al. (colab.), ambos encontrados no acervo da Biblioteca Pública Municipal de Catanduva – Embaixador Macedo Soares.

Após a finalização da consulta aos livros, existiram procedimentos específicos para a coleta de dados da pesquisa bibliográfica. Segundo Lakatos (2021, p.59), dispondo das fontes de referências, foram transcritos os dados em fichas, utilizando a técnica de fichamento. Essas fichas foram divididas em três partes fundamentais: cabeçalho (contendo informações como título principal da obra), referência bibliográfica (nome e sobrenome do autor, título da obra em destaque, edição, local, editora, ano e número da página consultada), texto (transcrições dos textos), constituindo ao final fichamento de resumo e fichamento de citação direta.

Posteriormente à etapa do procedimento de fichamento para a coleta de dados, foi necessário saber como esses dados seriam analisados. A partir das informações obtidas através dos fichamentos dos livros, estes auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa sobre os conceitos de formação urbana, mais especificamente as primeiras formações urbanas nas cidades brasileiras e como se deu a expansão para o oeste do interior paulista.

A segunda etapa consistiu no levantamento e na sistematização de dados pertinentes aos levantamentos/questionamentos das hipóteses, que compreendem o conjunto documental, e a terceira etapa foi a análise crítica das informações obtidas. Com as visitas, foram levantadas documentações que puderam ser classificadas como fontes primárias. Entre os documentos, destacaram-se os Relatórios da Comissão Geológica e Geográfica do Estado de São Paulo, nos quais foi possível identificar de forma narrativa e explícita o resultado dos estudos de campo quanto à topografia, geologia, clima e botânica da área de estudo, pois ao longo das expedições eram indicadas as cidades por onde passaram, bairros, locais de pouso e fazendas, além das diversas observações quanto às características da população ribeirinha e seus costumes locais encontrados na trajetória do rio.

Com os dados em mãos e posteriormente analisados, estes foram capazes de auxiliar a pesquisa na elaboração de mapas retrospectivos para compreender mais detalhadamente o conceito de formação urbana com ênfase na implantação do primeiro traçado urbano.

Entre as fontes cartoriais analisadas, foram buscadas as escrituras que informaram os primeiros adquirentes de terras e suas respectivas propriedades, escrituras de compra ou até mesmo doação e venda das terras, auxiliando a responder e identificar os primeiros assentamentos urbanos na região onde foi constituído o município de Catanduva.

Outra fonte primária estudada foi o Código de Postura da cidade de Jaboticabal. Nele foi possível encontrar dados referentes à morfologia urbana, como o dimensionamento das datas (lotes), sendo implantados na cidade de Catanduva, pois esta era subordinada à cidade mais antiga (comarcas).

Após compreender e analisar as questões paisagísticas e morfológicas da área de estudo, outro grande fato considerado foi a chegada dos trilhos, cujos dados puderam ser analisados em documentos e relatórios sobre a Estrada de Ferro Araraquara (EFA), onde foram buscadas informações sobre a implantação da ferrovia

na cidade, dados relevantes sobre seu impacto no traçado urbano, dentre outras indicações que surgiram ao longo da pesquisa.

Com os dados obtidos através do fichamento do que foi encontrado nos cartórios citados anteriormente, estes auxiliaram na elaboração dos mapas retrospectivos, porém com foco no conceito de patrimônio religioso, demarcando no mapa sua localização, quem foi o doador, a quantia de alqueires, como se sucedeu a doação, dentre outras perguntas que foram respondidas ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Com os dados dos Códigos de Posturas, estes auxiliaram na identificação das dimensões das quadras, datas (lotes) e também em como era regida a vida urbana da vila. Já com os dados adquiridos nos fichamentos documentais sobre a Estrada de Ferro Araraquara, estes colaboraram e estiveram vinculados ao conceito de infraestrutura urbana ao identificar como a chegada dos trilhos impactou positivamente a cidade, pontuando as primeiras infraestruturas urbanas como iluminação, saneamento, telefonia, surgimento dos primeiros comércios e indústrias.

Foram realizadas pesquisas em jornais, buscando informações sobre alguma ocorrência em data específica que pudesse vir à tona contrapondo com as averiguações presentes nas fontes bibliográficas consultadas. Por se tratar de inúmeras notícias, a fim de facilitar a pesquisa, foi necessária a utilização de termos específicos, sendo possível separar exemplares que tratavam sobre a ferrovia e a condição de Catanduva ainda como Vila.

Os arquivos cartográficos constituíram outra fonte importante pesquisada, compreendendo os mapas cartográficos da Comissão Geológica e Geográfica do Estado de São Paulo, encontrados de forma física no Acervo do Instituto Geológico – Infraestrutura e Meio Ambiente. Foram também analisados os primeiros mapas da cidade de Catanduva, que puderam ser obtidos de forma física no Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e também no Arquivo Municipal da Prefeitura de Catanduva.

Através da análise dos mapas da Comissão Geológica e Geográfica do Estado de São Paulo e de suas respectivas coletas de dados, foi possível fazer uma reconstituição histórica a partir de informações sobre a paisagem local. E, consequentemente, após a interpretação e coleta de dados dos mapas da cidade de Catanduva, foi também possível elaborar mapas para análise das transformações ocorridas no traçado urbano ao longo do tempo.

E por fim, a iconografia constituiu outra fonte primária imprescindível. Foram analisadas fotografias antigas da cidade de Catanduva, encontradas de forma física no Centro Cultural e Histórico Padre Albino. A partir da análise iconográfica da cidade de Catanduva e das informações obtidas através da observação de como a imagem foi produzida e em que condições, estas auxiliaram na análise da infraestrutura urbana, explicitando através das imagens o que já havia em determinada data e ainda o que carecia à cidade, ou quais infraestruturas urbanas chegaram precocemente ou tardiamente na cidade a partir da instalação dos trilhos.

1 CAPÍTULO I – OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PAULISTA, A PARTIR DE ARARAQUARA, ATÉ O INÍCIO DO PATRIMÔNIO DE SÃO DOMINGOS DO CERRADINHO

1.1 Ocupação inicial da província de São Paulo e início da expansão das terras paulistas rumo ao “sertão desconhecido”

No decorrer das três primeiras décadas da Coroa Portuguesa nas localidades onde seriam posteriormente designadas terras brasileiras, não havia qualquer indício de governo. A área de colonização portuguesa na América, chamada no século XVI como Capitania de São Vicente, segundo Júnior (2010, p. 39) consistia na região localizada no litoral sudeste da América do Sul, e começou a ser de fato habitada pelos europeus em meados da década de 1530. Anterior a essa data, o interesse da Coroa estava direcionado para o comércio de especiarias e bens de luxo nas feitorias do Oriente. Porém, Júnior (2010, p. 40) cita que houve a necessidade de originar na América, um sistema colonial de exploração que certificasse que o abastecimento acontecesse de maneira continua dos variados gêneros vindos do mercado europeu. Com isso, instalaram-se as lavouras de exploração no litoral vicentino.

Apesar disso, Petrone (1995, p. 29) aponta que devido as dificuldades geográficas impostas pela serra do Mar à expansão da lavoura, além da natureza pantanosa do solo litorâneo e da distância maior entre a área de cultivo e o mercado europeu, se comparada à dos engenheiros nordestinos, tornaram economicamente inviável a manutenção da grande lavoura canavieira de exportação da Capitania de São Vicente, posicionando-a numa posição periférica e específica no sistema colonial de exploração.

A colonização da Capitania de São Vicente começou, como a do Nordeste, pelo litoral, com o plantio de cana e a construção de engenhos. Essa atividade não foi muito longe. O açúcar produzido concorria desvantajosamente, seja pela qualidade do solo, seja pela maior distância dos portos europeus (Fausto, 2001, p. 91).

Assim, pela própria condição imposta pela serra que apresentava uma vegetação densa e fechada, o deslocamento da colonização portuguesa para o Planalto Paulista, área esta compreendida pelos vales do alto Tietê e pelo médio Paraíba do Sul, decorreu-se através dos rastros das trilhas abertas pelos nativos, em decorrência de sua natureza sazonal de ocupação territorial. Por esses caminhos, os povos indígenas

do planalto vinham para o litoral nos meses de outono e inverno, livrando-se das baixas temperaturas dominante nessa região mais alta, nessas épocas do ano, para fazer provisões de pescado e cata de sal (Calixto, 1905, p. 503).

No entanto, Petrone (1995, p. 38) cita que a marcha para o interior da colonização portuguesa foi provocada pela presença de terras mais extensas no planalto, de cobertura vegetal mais ampla e favorável à agricultura de variados gêneros alimentícios de características europeias. Outro fator foi a oportunidade de prover a carência de mão de obra nas aldeias do planalto.

No ano de 1553, Júnior (2010, p. 41) aponta que foi criada a Vila de Santo André da Borda do Campo, nas redondezas do aldeamento de Piratininga, região que na atualidade, encontra-se a cidade de São Bernardo do Campo. Por conter melhor situação geográfica tendo em suas proximidades inúmeros rios e estrategicamente para defesa, situava-se no alto de uma colina, o aldeamento foi sancionado à Vila em 25 de janeiro de 1554, dia da conversão do apóstolo Paulo, recebendo-lhe o nome como homenagem e referência à severidade de sua missão com os romanos, correlacionando-se à catequese do gentio. Progressivamente, a Vila de São Paulo de Piratininga incorporou a população da Vila de Santo André, extinguida em meados de 1560, constituindo como o primeiro núcleo efetivo de povoamento no interior da América Portuguesa. Porém, Sousa (2008, p. 32) elenca que devido a precariedade para a sobrevivência, no início do século XVII, fizeram com que a população aprisionasse os indígenas e organizassem as bandeiras.

Conforme Sousa (2008, p. 32) as bandeiras eram viagens que reuniam várias pessoas (brancos, povos indígenas e mestiços) que se adentravam pelo sertão, ficando meses e até às vezes anos, à procura de indígenas para serem escravizados e também de metais preciosos. Essas expedições tomaram a direção de onde hoje estão os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e localidades onde tinham aldeias de índios guaranis colonizadas pelos jesuítas espanhóis. Os bandeirantes paulistas eram caracterizados como os desbravadores dos sertões, pois suas viagens longínquas excederam o Tratado de Tordesilhas, e nelas eram uma mistura de aventura com objetivos puramente econômicos (ouro, captura de índios, missões jesuítas, pecuária, fortes e drogas do sertão).

Logo, Sousa (2008, p. 32) cita que a Coroa retomou o controle das minas e acarretando na disseminação de inúmeros paulistas e nesse contexto, houve uma grande alteração no eixo econômico do país, passando dos engenhos de açúcar

advindos das lavouras canavieiras do litoral do Nordeste para a extração de minérios em Minas Gerais. Assim, paulistas iniciaram o processo de interiorização pelo Brasil, com ênfase nas atuais terras paulistas, em decorrência da navegabilidade pelos rios Tietê e Paraíba do Sul. Devido a esses fatores, rompeu-se, portanto, o fim do bandeirantismo destaca que nos séculos XVIII e XIX, São Paulo regride ao esquecimento.

No entanto, São Paulo teve uma grande importância regional, quando a estrada que ligava Sorocaba a Porto Alegre passou a viabilizar às tropas de mula e gado, onde Sorocaba virou uma parada obrigatória para os tropeiros. A relação entre o tropeirismo e a mineração ocorreu com a formação do eixo de Porto Alegre a Minas Gerais, consolidado por Sorocaba, que ligava esse comércio de tropas e charques; também, com o Rio de Janeiro e o Espírito Santo. Posteriormente, com a introdução da linha férrea, esse tipo de comércio entra relativamente em declínio, mas não acaba, uma vez que o trem alimentou de forma reduzida essa atividade até 1930 (Sousa, 2008, p. 33).

Durante o século XIX, pouco se conhecia do que realmente existia, sabendo-se ao certo que nessas terras habitavam diversas etnias indígenas. Por alto, nas cartografias e por parte dos colonizadores, as ocupações territoriais eram fragmentadas entre “litoral”, correspondendo a locais dominados pelo colonizador em região litorânea, e “sertão”, termo utilizado para designar as terras mais interioranas, regiões pouco conhecidas e exploradas pelos europeus. Todavia, essa comparação entre litoral e sertão, civilização e selvagem, urbano e rural, continuará na argumentação dentro da população brasileira até o século XX (Lima, 1998).

No decorrer dos séculos posteriores, a cartografia a mando da Coroa Portuguesa aponta em várias peças que retratam a Capitania de São Paulo e a existência de “sertão desconhecido”, situado na porção Oeste do seu território, e essa nomeação, segundo Beier (2014, p. 464-465) era constantemente descrita dessa maneira por se desconhecer o que situava na área, tendo como única certeza de que eram terras indígenas. O autor compreende a denominação “sertão” como um local variável, que se molda a partir do contato com outros agentes sociais que transformam o espaço, como o mameluco e o português. Esse contato proporcionava a expansão das fronteiras das terras conhecidas e denominadas pelos colonizadores, acarretando na expansão dos limites do sertão para localidades mais longínquas. Assim, de acordo com informações obtidas em mapas oficiais da Província de São Paulo no século XIX,

essa região era vista como “terra desconhecida habitada por indígenas selvagens ou áreas de terrenos despovoados”. Essas regiões eram representadas em tons de verde para dar ênfase as terras desocupadas da província (Figura 5).

Figura 5 – Mapa da Província de São Paulo – 1886.



Fonte: Sociedade Promotora da Imigração de São Paulo (Domínio Público), 1886.

Assim, conforme o geógrafo Antonio Moraes (2011, p. 10) explana que o sertão é constantemente espaço alvo de projetos, frequentemente de crescimento, que do ponto de vista da economia nacional, é um espaço a ser absorvido. O sertão incitava o interesse de agentes sociais, que aspiravam instituir novas formas de ocupação e exploração da região. Houve forte debate, porém na segunda metade do século XIX, foi referida a criação de uma Comissão Geográfica e Geológica para pesquisar cientificamente as áreas inexploradas da província. Dessa forma, no ano de 1886, é criada a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e seus primeiros trabalhos de análises foram executados justamente naquela porção oeste da província.

Das inúmeras expedições exploratórias ocorridas nas primeiras décadas da República, as que mais se destacaram foram as expedições médicas pelo interior, apresentando um país predominado por doenças e que compelia a ser restaurado por intermédio de uma vasta campanha de saneamento (Lima e Hochman, 2004). Em São Paulo, estas expedições médicas prosseguiram para o interior do estado, em

específico em sua zona produtora, cuja franja se encontrava nas regiões de Ribeirão Preto, Araraquara e Botucatu, o governo estadual paulista mediante o Serviço Sanitário implementava campanhas para o manejo de doenças que atacavam os trabalhadores rurais (Gois, 2020). Dessa maneira, parte do oeste, ainda se encontrava ileso, como fundo territorial. A integração do sertão – compreendido como fundo territorial – no círculo produtivo foi estruturada a partir da abertura de ferrovias projetadas para adentrarem nessas reservas naturais (Campos e Inoue, 2020, p. 32).

Assim, Schiavon (2017, p. 06) elenca que a expansão da porção Oeste do Estado de São Paulo inicia-se no decorrer do século XIX, tendo como finalidade o aproveitamento das conexões territoriais nacionais e internacionais, promovidas inicialmente pelo sistema ferroviário de transportes. Outros grandes precursores da ocupação do Oeste Paulista, segundo Monbeig (1984) também foram os índios e os mineiros. Todavia, os povos indígenas foram os precursores quanto a desbravarem as matas e se apropriarem do solo e também de povoarem essa região sendo estes os Kaingangs, os Cayuás (Guaranis) e os Xavantes.

O grupo mais importante era o dos tupis-guaranis, designados com caingá ou cayúa, denominação posterior aos primórdios da evangelização. Estavam disseminados pela bacia do Paraná, ao sul do Tietê. Habitavam terras mais a leste os tupiniquins, que tinham adotado a língua tupi-guarani. Esses tupis tinham submergido, mas não destruído, populações preestabelecidas, que pertenciam às diversas ramificações da nação jê. Por entre elas, os caiapós dominavam às diversas partes dos planaltos compreendidos entre o rio Grande e o Tietê. Mais dispersos, formavam os xavantes, designados pelo nome de coroados, a partir do século XVIII, distribuíram-se tanto pelos planaltos paulistas, como pelas regiões do Paraná e do Brasil Meridional. No fim do século XIX, encontravam-se cinco pequenos grupos deles, entre o rio Peixe e o Aguapeí (Monbeig, 1984, p. 130).

Nessa região, os kaingangs, que ocupavam todo o vale do rio Peixe, foram denominados de coroados pelos antropólogos, possivelmente, porque tinham um corte de cabelo que compunha uma coroa no topo da cabeça. Porém, esses povos indígenas resistiram a colonização branca, em contrapartida, os Cayuás que viviam no vale do rio Paranapanema, à sua direita, tinham espaços férteis para agricultura, foram os primeiros a serem dizimados. A terceira tribo, os Xavantes, habitavam toda a bacia inferior do Rio Pardo (Mato Grosso), atravessando o rio Paraná (São Paulo) indo se designar nos campos de Jaquaretê e Laranja Doce (Campos e Inoue, 2020, p. 33 apud D’Incao e Nascimento, 2006).

Em contrapartida, Campos e Inoue (2020, p. 33) citam que os mineiros se deslocaram para o sertão do Estado de São Paulo a partir de 1850, em decorrência do declínio da mineração, pois aumentava cada vez mais a pobreza nas regiões das Minas Gerais, e o deslocamento foi a única solução. O estímulo para a saída dos mineiros deu-se por conta das crises políticas do período (Revoltas Liberais, 1842). Dessa maneira, os mineiros decidiram migrar para o sertão, fugindo da Guerra do Paraguai (1864-1870).

À procura de terras, chegou um mineiro, em 1850, a Botucatu, e dali partiu em expedição a São Domingo e mais além. Transpôs o rio Turvo, atingiu pequenos afluentes do Paranapanema (ribeirão do Veado e Taquaral) e em 1856 deu a conhecer os títulos de ocupação de uma vasta gleba, que media 60 quilômetros de frente por 150 de fundo. Depois dessa primeira expedição e munido de títulos que reconheciam seus direitos, José Teodoro de Sousa retornou à terra natal, Pouso Alegre, para reunir os irmãos, cunhados e primos, a fim de povoar seus domínios (Monbeig, 1984, p. 134).

Monbeig (1984, p. 125) aborda que a apropriação das terras se inicia em especial pela busca de locais com forte potencial para criação de gados e subsequentemente o plantio, emergindo cidades nesse processo, como São Simão, em 1850, e São José do Rio Preto, em 1852.

O mesmo autor aborda momentos específicos no processo de ocupação do território, sendo o primeiro definido pela cultura do café em grande escala no estado e o segundo período é quando acontece a alteração de cultivos juntamente com a criação dos primeiros povoados por volta da primeira década de 1900 prolongando-se até 1940, quando a porção Oeste foi incorporada em sua totalidade (Monbeig, 1984, p. 167-169).

Cano (1977, p. 45) aponta que esse primeiro grupo de exploração demonstrava atributos divergentes, como o emprego de cultura de subsistência, tendo a finalidade de não constituir uma propriedade capitalista nas proximidades. Todavia, esse segmento não instituirá uma transformação no território, como a que será apresentada pelos fazendeiros pioneiros no final do século XIX.

Pupim (2008, p.42) cita que o delineamento da ocupação do território deveria ser mais racional, portanto, novas ações para economia deveriam ser tomadas, dentre as quais se destacam os primeiros empreendimentos imobiliários. Juntamente com a proatividade dos fazendeiros nesta ação de empreendedorismo somadas ao das

companhias loteadoras de terras, estabeleceram o surgimento de pequenas propriedades rurais e de novos núcleos urbanos.

Assim, novas culturas foram acrescidas para a garantia da produção agrícola exportadora que embasava a economia da região. Cabe a ressalva da relevância dos líderes dessas terras para a formação das cidades da região. Estes permaneciam a todo momento na fronteira, pois ao saber da proximidade das ferrovias, tratavam de dirigir-se mais adiante para o oeste, descobrindo novos territórios para exploração, ocupação e depois de valorizados, revendê-los. (Pupim, 2008, p. 43).

Pupim (2008, p. 43) citando Monbeig (1984, p. 139-147), diz que:

Entretanto, é preciso apontar também, com especial destaque, o padrão dos “homens líderes da marcha pioneira”, encabeçada pelos “grandes fazendeiros, que ao mesmo tempo dirigiam sociedades bancárias e ferroviárias, bem como detinham postos de administração pública”. São estes tipos, representados pelas figuras do “fazendeiro”, do “coronel” e do “grileiro”, portadores de características comum ao líder pioneiro, “cuja obra consolidou, por muito tempo, a grande burguesia paulista”. Este grupo, sendo o autor, apresenta, uma dicotomia inerente ao movimento pioneiro paulista, pois, se por um lado, representa o dinamismo e o empreendedorismo em relação aos negócios e aos ganhos rápidos, por outro, o conservadorismo que pretendia assegurar o patrimônio e o poder político local (Mobeig, 1984, p. 147) que caracteriza o espírito da classe dominante da época.

Nesse tempo, Ghirardello (2002, p. 58) cita que existiam permutas para adquirir vantagens, sendo a benevolência do coronel para os cidadãos e através disso era contabilizado votos, estes sendo votos de cabresto, para o mesmo e para seu clã político. Participavam também os fundadores das cidades demonstrando sua prontidão na esfera política da região e do estado, obtendo reputação para além do âmbito municipal.

Silva (2003, p. 149) cita que os patriarcas urbanos na maioria das vezes estavam atrelados a um político estadual. Ou seja, havia uma troca de interesses sendo a oferta de votos em troca de resguardo por parte do governo estadual. Dessa forma, o político estadual poderia conseguir favores pessoais e também requisições para a cidade e posteriormente ter apoio do “curral eleitoral” do fundador, sendo um processo cumulativo no qual o poder de permuta do fundador aumentava exponencialmente com seu prestígio político.

A mesma autora (Silva, 2003, p. 150) cita que o modo de conquista da autonomia do município era um fato admirável para o fundador e mais um atributo para ampliar

o seu poder político, assim o grau de influência do coronel era imprescindível. Uma vez obtido o status de município, a sua influência expandia e ele passava a ter domínio total da prefeitura e da câmara de vereadores, recomendando pessoas de sua confiança a cargos públicos, ou tornando-se o próprio em prefeito.

Silva (2003, p. 147) aborda que a evolução agrária ocorrida na porção oeste do estado de São Paulo foi fundamentada na pequena e média propriedade rural proporcionando o desenvolvimento urbano. Ademais, a autora afirma que é possível indicar quatro fatores imprescindíveis no incentivo desse desenvolvimento: o primeiro, a existência de terras férteis em abundância e sem uso; o segundo, a expansão da cafeicultura; o terceiro, a presença de uma classe média rural; e a quarta, o desenvolvimento de uma rede viária baseada no transporte ferroviário. Além do mais, é notório certas particularidades na constituição dessas cidades:

A fundação de novas cidades neste contexto torna-se um negócio lucrativo e um fator de ascensão social e de controle político do território. Este processo, de caráter essencialmente privado e capitalista, condiciona a ocupação da região noroeste e influencia tanto sua formação social e econômica quanto o urbanismo. [...] Fundar cidades na fronteira noroeste paulista seguia duas motivações básicas: lucro e poder. A lucratividade provinha da atividade imobiliária e o poder do controle político local. Assim, a fundação de patrimônios torna-se um negócio atraente. A competição entre os patriarcas pelo poder político estimulava a competição entre as cidades, criando assim um ambiente favorável à provisão de serviços públicos e à melhoria da infraestrutura urbana (Silva, 2003, p.147-149).

Com o avanço dos cafezais, houve a necessidade de procura por novas terras férteis para seu cultivo, e no ano de 1895 a Estrada de Ferro Araraquara (EFA) é fundada em Araraquara e expandiu seus trilhos em direção a divisa do Mato Grosso do Sul em 1939 (Silva, 2018, p. 74).

Nesta ocasião a ferrovia teve um papel de destaque na evolução da expansão da cultura cafeeira por ser responsável em obter um grande grupo de trabalhadores e pessoas que estavam à procura de novas terras com propensões agrícolas ou especulativas. O incentivo cada vez maior à formação de novas vilas e cidades emerge através do crescimento das atividades agrícolas e do prolongamento das ferrovias (Rosaneli, 2009, p. 31).

Todavia, Silva (2003, p. 148) aponta que essas vilas e cidades da fronteira acabaram se tornando, automaticamente, entrepostos comerciais para a

produtividade agrícola regional e ponto de comércio para os moradores locais. Assim, essas áreas localizadas no oeste do Estado de São Paulo se expandiram a partir das atividades agrícolas, uma vez que aumentavam cada vez mais em relação ao suporte das áreas urbanas consolidadas.

Ghirardello (2002, p. 55) cita que o padrão de urbanismo empregado na criação das cidades da fronteira era de pequenos núcleos localizados nas redondezas das cidades de porte médio, que por sua vez estavam estrategicamente planejadas nos arredores dos centros regionais. Ou seja, o fundamento da expansão dessas cidades está intimamente relacionado ao seguimento da malha ferroviária, já que as denominadas ‘boca-de-sertão’ eram mais propensas a se converterem em polos regionais.

Outro fator considerável elencado por Oliveira (2022, p. 25) na grande parte do modo de criação das novas cidades sucedeu-se através de interesses particulares, em que maioria das vezes o proprietário das terras criava um patrimônio com o objetivo de aproximar pessoas para o povoamento urbano local. É de suma importância perceber que mesmo com a compra e venda direta da terra, sem o intermédio da Igreja sendo algo muito comum nas cidades do século XIX, o termo ‘patrimônio’ perdurou-se, em função da tradição e aos costumes, até que aquele determinado local não fosse mais um ‘patrimônio religioso’.

Assim, com o avanço da urbanização e se fortalecia nessas regiões houve uma distinção entre o meio rural e urbano, com o desenvolvimento populacional e a cidade que cada vez mais vai complementando novos serviços e inserindo sua infraestrutura (Rosaneli, 2009, p. 32).

1.2 A formação das cidades paulistas no século XIX e XX

A fim de responder um dos objetivos desta dissertação foi necessário a partir de uma ordem cronológica dos fatos compreender como foram os primeiros apossamentos de terras pela coroa portuguesa, os motivos que levaram estes portugueses avançarem pela serra do mar, até atingirem os planaltos paulistas fundando a Vila de São Paulo. Indagados pelo desejo que avançarem para além do território quando ainda nos mapas eram demarcados como “terras desconhecidas”, estes ousados pioneiros adentraram-se para as terras do Oeste Paulista.

A partir do avanço da cultura do café e do prolongamento da malha ferroviária a partir dos séculos XIX e XX, emergiram inúmeras cidades, dentre elas Vila Adolpho, atualmente Catanduva, sendo averiguado ao longo dos capítulos subsequentes qual foi o processo de expansão urbana presente na constituição do povoado e comprovar se a mesma se originou de um patrimônio religioso.

Figura 6 – Linha do tempo.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Primeiramente, é necessário conceituar e explicar as diferentes características e bases de formação dessas cidades do século XIX e XX, principalmente quando sua origem provém de um patrimônio religioso. Cabe ressaltar que a expressão patrimônio religioso mais usualmente “patrimônio” foi muito habitualmente utilizada até metade do século XIX para denominar povoados cujos seus primórdios procederam de terras aforadas pela Igreja Católica. Deste modo, a nomeação tornou-se semelhante a povoado, vila ou pequeno aglomerado urbano, ao menos até que viesse a emancipação do município, quando a denominação “cidade” seria frequentemente empregada (Ghirardello, 2010, p. 16). Como no caso de Catanduva que recebeu denominações como Patrimônio de São Domingos ou Patrimônio de São Domingos do Cerradinho no ano de 1899 (Quaglia, 2003, p. 09).

A maior parte das cidades paulistas, em específico aquelas formadas por volta do século XIX, originaram-se a partir de patrimônios religiosos, ou seja, quando há o aforamento de terras em prol da Igreja Católica ou para algum santo.

Contudo, mesmo que o patrimônio ascendesse à cidade, seus limites originais e também os direitos imanentes a ele permaneciam, pois sua doação e transmissão eram perpétuas, conforme as antigas leis pré-capitalistas que o guiavam. Ou seja, aqueles que estivessem ocupando áreas do patrimônio, ou da área foreira, como também era designado, além de não terem posse definitiva do bem, apenas lhes cabia o direito de uso e gozo,

tinham que pagar o foro anual à Igreja Católica e, em caso de repassá-las a outrem, o laudêmio (Ghirardello, 2010, p. 16-17).

Deffontaines (1938, p. 301) cita como exemplo a criação da cidade de Jundiáí, fundada em 1615 por Rafael de Oliveira, este construiu uma capela e doou uma grande parte para originar o patrimônio. Sorocaba, também possui a mesma origem, assim como Montes Claros, Botucatu, São Manuel, emergidos nos primórdios do século XIX. Essas formações de cidades, “atos piedosos, atos sociais, tornaram-se muitas vezes atos lucrativos. Quando o patrimônio se desenvolvia, adquiria uma função comercial, além do seu papel de parada. Em volta dos palacetes dos fazendeiros, os lotes eram comprados [...]” (Deffontaines, 1938, p. 301).

Todavia, no início da constituição dessas cidades, tanto nos patrimônios religiosos quanto nos patrimônios laicos, existe o aforamento de terras, contudo, no primeiro caso, o enfiteuta é representado pela Igreja Católica, e no segundo caso, “aqueles criados e aforados por particulares, ou mesmo loteamentos privados têm outras características e base de formação” (Ghirardello, 2010, p. 19).

Cabe salientar que há certas conformidades entre o sistema de sesmaria e os patrimônios religiosos, uma vez que os habitantes do povoado permaneciam sem o direito à propriedade. Desde sempre, a Igreja deteve o domínio e continuou usufruindo de privilégios fiscais, pois nos séculos XIV e XV os “tanto os jesuítas como os carmelitas, franciscanos e beneditinos recebiam do rei franquias de imunidade tributária e fiscal, que costumavam transferir para as Ordens Terceiras” (Caldeira, 2017, p. 139-140). Mas, em meados do século XVI, o rei D. João V elaborou um novo regimento para conter “possíveis vazamentos de impostos pelos moradores e também afastou os sacerdotes das tarefas reais” (Caldeira, 2017, p. 139).

Ghirardello (2010, p. 74-75) aponta que por mais que as cidades paulistas criadas em meados do século XIX, derivam-se de outra realidade, a princípio, provem dos patrimônios religiosos. Ou seja, por muito tempo, a Igreja Católica detinha a posse de uma grande porção de terras no Brasil. Assim, a Igreja determinava ser a favorecida na posse e no aforamento das terras das novas vilas ou capelas (em conformidade com o termo eclesiástico), não poderia arruá-la sem o envolvimento da Câmara “dona” do território.

Destaca-se que “esse catolicismo praticado durante o Brasil colonial até o século XIX é chamado tradicional ou popular, de bases luso-brasileiras, leigas e sociais, distante daquele europeu tristes, pesada e oficial” (Ghirardello, 2010, p. 78). Essa

religião foi muito marcante nas cidades brasileiras, ampliando sua relevância conforme fosse o distanciamento das comunidades.

No decorrer do ciclo do ouro em Minas, a capitania de São Paulo manteve-se sem mudanças extremas na posse das “terras desconhecidas”:

Dom Luiz Antonio de Souza Botelho e Mourão ou Morgado de Mateus, em seu breve governo, de 1765 a 1775, restaurou a capitania, extinta em 1748, fez um recenseamento de todas as vilas paulistas e enviou o resultado à metrópole. Esta exigiu dele a proteção e a manutenção do território ao sul, contra os espanhóis, e uma política de expansão para o oeste, o que significaria a formação de novas vilas. (Ghirardello, 2010, p. 41).

Em virtude disso, o modo de exploração das terras paulistas foi acentuado no século XIX e fortaleceu após a Proclamação da República, nas primeiras décadas do século XX. Isto é, no presente momento “estamos diante do maior, mais rico, denso e próspero agrupamento urbano do país” (Ghirardello, 2010, p. 18).

Mesmo com formações urbanas distintas, o fator fundamental na formação do Estado de São Paulo e o divisor de águas entre o antigo regimento da propriedade rural que era o sistema de sesmarias para a província foi a especulação fundiária das terras rurais. Esse fato só foi possível a partir da promulgação da Lei de Terras de 1850 regulamentando as propriedades. O ano de 1900 ficou assinalado em todo o planalto ocidental a transição do fim da fase pecuária pioneira e o início do período dos especuladores. Esse fato fortaleceu a apropriação das “terras desconhecidas”, atrelado a cultura do café e a inserção das ferrovias, fenômeno este denominado “binômio café-ferrovia” (Monbeig, 1984, p. 145-146).

No início do século XX, conforme cita Ghirardello (2010, p. 50) são originados os patrimônios laicos, relacionados e aforados por particulares, como no exemplo de Jales, na Alta Araraquarense, bastante raros, ou por aqueles que eram estabelecidos de terras doadas à comunidade ou à Câmara para a formação de um patrimônio. Esses primeiros loteamentos eram escassos em São Paulo, “mas ambos foram constituídos apenas a partir da primeira década do século XX e após a separação da Igreja do Estado, conforme estabelecido pela Carta de 1891” (Ghirardello, 2010, p. 19). Apesar de a Igreja ainda dispor de um papel centralizador nas formações urbanas, as construções eclesiais como capelas e igrejas, eram as primeiras a serem edificadas nos povoados criados no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

É notório elencar que, após a Lei de Terras (1850), a compra e venda das propriedades rurais e sua posse definitiva foram oficialmente liberadas, pois “o centralismo do império foi, de alguma maneira rompido pela Igreja Católica, que acabava sendo a responsável pela criação dos povoados” (Ghirardello, 2010, p. 74). Contudo, o mesmo não ocorre com as propriedades urbanas, em específico aquelas das cidades “patrimônios religiosos”, formadas no interior paulista. Após a doação de parte das terras para o início dos povoados pelos fazendeiros, as mesmas eram aforadas pela Igreja e “seriam administradas e transmitidas pela fábrica paroquial [...] disporia da terra doada em datas urbanas [...]”, sem a liberação de sua posse definitiva, pois “a quem aforava área do patrimônio, competia o uso e gozo do bem, *in perpetuum*, desde que pagasse anualmente, o foro, a pensão ou o cânon à Igreja [...]” (Ghirardello, 2010, p. 76).

Portanto, nessas cidades, é notório a ação das operações privadas de parcelamento apenas durante a expansão do patrimônio religioso original, com a constituição de novos bairros nas redondezas, ou seja, loteados a partir de glebas privadas, provindas das propriedades rurais liberadas anteriormente pela Lei de 1850. Assim, “o aforamento ficará como parte de um passado remoto das cidades, presentes apenas em suas áreas centrais e histórias (Ghirardello, 2010, p. 237).

Será na expansão urbana dessas cidades que se integrará definitivamente o preceito do traçado reticulado, que tem por base o lote privado e a plena liberdade de mercado. É a partir desses novos bairros, independentes do patrimônio, que a forma urbana passará a se compatibilizar com os direitos sobre a mercadoria transacionada (Ghirardello, 2010, p. 236).

A assiduidade da especulação imobiliária é nítida e o estabelecimento da infraestrutura nos locais aforados fez com que seja mais prestigiado e consequentemente restringida.

A área patrimônio, chamada com mais constância a partir do momento em que o patrimônio eleva-se à cidade de área foreira, por causa da infraestrutura implantada e da demanda de datas, passa a não atender às necessidades de todos. Os mais pobres não têm como residir nesse setor e começam a ocupar áreas externas a ele, principalmente as margens dos caminhos de acesso à cidade. Novamente, os investidores veem a possibilidade de ganho (Ghirardello, 2010, p. 233).

A criação dos novos bairros possuía um montante muito mais flexível por inúmeros motivos: irregularidade com a malha urbana, falta de infraestrutura e maior número de lotes. O comprador do terreno podia escolher a metragem, não seria

absolutamente 22x44, pois “os lotes dessa nova quadra do século XX passarão a ostentar a três dimensões básicas, 11x22, 11x33 e 11x44. [...] O pagamento seria feito em parcelas mensais, com prazos bastante longos. Emergem também as vilas operárias, “apenas nos bairros populares, para as vilas operárias e casas geminadas (estas social e comercialmente menos valorizadas) é que serão utilizados lotes com testadas de 5,0 ou 5,5 metros” (Ghirardello, 2010, p. 236).

Os posseiros poderiam ser os mesmos encarregados pela doação do “patrimônio” que, em um primeiro momento, não percebiam a potencialidade do entorno e sucederam a doação por motivos religiosos, ou acontecia ao contrário, geravam a “área foreira” com a intenção de averiguar os arredores do núcleo. Assim como os fundadores dos novos bairros poderiam ser outros proprietários, loteadores, companhias de colonização ou “grileiros”, ressalta-se que a finalidade de todos era conseguir a renda da terra, ou seja, se portavam como negociantes (Monbeig, 1984, p. 150).

Deste modo, apesar o estabelecimento da gênese urbana e seu crescimento com a formação de novos bairros – com base na desagregação de lotes rurais que futuramente eram vendidos como datas urbanas – o aparecimento das povoações tinha como simultaneidade a compra e venda da terra (Sposito, 1990, p. 60). E, caso a apropriação da terra fosse permanente, havia mais possibilidades de ser autônoma e, conseqüentemente, elevada a cidade.

Da mesma maneira, os núcleos urbanos também eram fundados com a intencionalidade de reconhecer o preço dos “lotes rurais” no seu entorno, regiões divididas das fazendas dos coronéis, visto que as suas terras eram muito longínquas e era mais benéfico venderem por partes, ampliando o preço “de cada alqueire” e sem desfragmentar toda a propriedade. Tendo como exemplo o caso de Bariri, a área foi “repartida em sítios ou pequenas fazendas [...] alcançando um montante 50 vezes superior ao da compra” (Zanotti, 1998, p. 39). Além de que a área destinada a venda, eram extremamente lucráveis a partir da implantação da ferrovia, em específico, nos loteamentos privados do século XX:

Eram organizados por particulares, mas, na maioria das vezes, por empresas especializadas na divisão agrária, que transformavam os povoados em centro de atração e apoio para o parcelamento das terras rurais ao redor, numa escala empresarial sem precedentes no século XIX. Era uma forma de investimento bastante rentável, pois grandes glebas eram divididas para uso urbano e rural (Monbeig, 1984).

Em situações específicas das vilas formadas geralmente a partir de patrimônios religiosos e laicos no século XIX, a malha ferroviária “chegava próxima, nas margens ou cortando-as”, como no caso do patrimônio de Agudos, por onde passava a Sorocabana. Esse fato não era mera “coincidência”, isso foi resultado da intervenção política e econômica dos donos de terras. Na maioria das vezes, os coronéis transformavam-se afiliados de companhias ferroviárias ou estabeleciam pequenas linhas férreas denominadas de “cata-café” que em algum momento seriam entrelaçadas às principais ferrovias paulistas como a Noroeste e a Sorocabana e, naturalmente, tinham o propósito de escoar o grão. O ponto fundamental é que as propriedades com monocultura cafeeira e as cidades já persistiam. Dessa forma, a concepção da mercadoria e a urbanização foram estimuladas pelas ferrovias (Monbeig, 1984; Matos, 1981; Ghirardello, 2010).

Essa relação ocorria de forma divergente com os núcleos formados no século XX, como, na região da Alta Sorocabana, pois o estabelecimento ocorria de fato na mesma época em que os trilhos das ferrovias eram inaugurados e a proximidade da cidade com as estações também não era um “acaso”. Nesse mesmo padrão, também se encontram os povoados que eram emergidos em “chaves ferroviárias” ou onde o dono parcelava as terras rurais em lotes urbanos, designando diretamente a porção que se encontrava em frente da estação recém-inaugurada, como a cidade de Birigui (Monbeig, 1984; Matos, 1981; Sposito, 1990). De modo igual, “as linhas precederam a produção [cafeeira], [...] nas zonas Noroeste, Alta Araraquarense, Alta Paulista e Alta Sorocabana” (Ghirardello, 2010, p. 49), dado que o modo do cultivo e da colheita do café detinha de 5 a 6 anos. Por isso, o povoado urbano era sempre constituído previamente à implantação da cultura cafeeira (Caldeira, 2017).

Todavia, as cidades brasileiras fundadas até o século XVIII receberam características urbanísticas ibéricas. Ou seja, o “povoado ficava condicionado ao sítio original e arredores” (Marx, 1980, p. 19; Reis Filho, 2002, p. 34). As novas orientações vigentes a partir dos anos novecentos, que acabaram com o padrão colonial, são evidenciadas primeiramente pelo “desenho mais geométrico” das propriedades rurais que criaram os patrimônios urbanos e, por conseguinte, em razão do Código de Posturas municipais que direcionavam, em grande medida, à “direitura das vias”, regras essas que careciam ser consideradas por esses povoados (Reis Filho, 2002; Ghirardello, 2010).

A exigência do Código de Posturas foi proferida na Constituição do Império de 1824 por intermédio da Lei Complementar de 1º de outubro de 1828. Logo, os as particularidades urbanísticas aproximados são resultado dos códigos normativos após a emancipação do patrimônio que sucederia a ser uma nova cidade e, a maioria das vezes, eram realizados com “inspiração” naqueles existentes nas cidades “mãe” – a sede do município cujo povoado pertencia precedentemente – ou “cidades maiores” que dispunham de corpo técnico (Ghirardello, 1993; 2010).

Era imprescindível, e também imposto, a o consentimento desse conjunto de leis, produzida pela Assembleia Provincial, o que, como resultado, originou “algo próximo a um modelo urbano”, momento no qual o “sistema métrico se generaliza”. A expressão “vias em esquadro” é reforçada com regularidade nesses documentos, o que colaborou para que as novas cidades ou os aumentos das existentes, com raras restrições em São Paulo, passassem a desfrutar de um traçado reticulado (Ghirardello, 2002).

1.2.1 As estradas: Estrada do Taboado e Estrada de Ferro Araraquara (EFA) e a formação de cidades

De acordo com Zancarini (2013, p. 01) as estradas boiadeiras desempenharam papel crucial por um longo período, funcionando como um dos principais meios de ligação entre os grandes centros urbanos e as áreas mais distantes do interior. O seu traçado foi fundamental para o comércio entre diferentes regiões, com destaque para o transporte de gado. Essas vias viabilizaram a conexão entre o estado de Mato Grosso e a região Noroeste do estado de São Paulo, facilitando o escoamento de produtos e promovendo uma importante troca comercial entre essas áreas. Dessa forma, as estradas boiadeiras foram essenciais para integrar economicamente e socialmente as partes mais remotas do país aos centros urbanos mais desenvolvidos.

Ainda segundo a autora Zancarini (2013, p. 01-02) além de conectar diferentes regiões, as estradas boiadeiras possibilitaram o fluxo de informações para as populações que começaram a se estabelecer ao longo de seu trajeto. À medida que os boiadeiros e suas comitivas passavam por áreas habitadas, eles transmitiam seus hábitos, costumes e saberes, deixando uma marca cultural significativa nas comunidades locais. Esses peões boiadeiros não eram apenas responsáveis pelo transporte do gado, mas também por explorar e desbravar novos caminhos, facilitando a comunicação e o intercâmbio comercial. Com isso, se consolidou um espaço crucial

para as transações entre os pecuaristas de Mato Grosso, os compradores de São Paulo, os frigoríficos e as charqueadas, promovendo uma rede de troca e movimentação do gado por meio dessas estradas.

Zancarini (2013, p. 02), elenca que por volta da década de 1870, muitos pecuaristas originários de Minas Gerais começaram a se dirigir ao Oeste Paulista, com o intuito de estabelecer fazendas destinadas à criação de gado. Conforme destaca Perinelli (2008, p. 100), a chegada desses mineiros ao sertão de São José do Rio Preto foi fundamental para consolidar uma ocupação mais efetiva dessa região, que até então havia sido dominada por grupos indígenas. Esses povos nativos dificultavam a expansão e o processo de colonização na área, uma vez que a presença de população branca era escassa e dispersa, como afirmado por Monbeig (1984, p. 133-136). Assim, a movimentação dos pecuaristas mineiros para essa região não apenas contribuiu para o avanço da ocupação territorial, mas também acelerou o processo de transformação de uma área anteriormente habitada por indígenas em um novo espaço de produção agropecuária.

A mesma autoria cita que (2013, p. 04), os locais onde os tropeiros faziam suas paradas ao longo das estradas boiadeiras deram origem a pequenos aglomerados populacionais, que inicialmente funcionavam como pontos de encontro temporários. Nessas áreas, surgiram pequenas vendas e estabelecimentos que atendiam tanto aos peões quanto ao gado, oferecendo o necessário para o descanso e reabastecimento das comitivas. Com o tempo, esses locais foram se desenvolvendo e, ao passarem a ter uma presença mais constante e estruturada, se transformando em vilas e, em alguns casos, em cidades. Ou seja, os pousos ao longo do caminho das comitivas desempenharam um papel crucial na formação de núcleos urbanos que, mais tarde, se consolidaram como centros populacionais importantes.

Zancarini (2013, p. 04) complementa que, os boiadeiros e tropeiros desempenharam um papel fundamental no crescimento de pequenas vilas ao longo das estradas boiadeiras. Como observa Aluísio de Almeida, "as vilas e cidades brasileiras que surgiram próximas aos antigos pontos de pouso dos tropeiros nas principais vias de expansão geralmente têm seu traçado e organização urbana voltados para o eixo da estrada" (1971, p. 116). Assim, a rua principal dessas localidades era sempre orientada na direção da estrada original, refletindo o fato de que essas cidades se desenvolveram em torno das antigas estradas boiadeiras.

Assim, ao considerar a relevância das estradas boiadeiras, é fundamental examinar a criação estratégica da Estrada do Taboado. Essa estrada foi crucial para o escoamento de grandes quantidades de gado de Mato Grosso rumo aos frigoríficos de São Paulo, especialmente o de Barretos. Além disso, a estrada teve um impacto significativo no crescimento populacional e na expansão da colonização na região noroeste do estado (Zancarini, 2022, p. 85).

A autora Zancarini (2022, p. 88) menciona no artigo intitulado “De Jaboticabal ao Taboado”, referenciado em O Estado de São Paulo, faz elucidações a partes do relatório do engenheiro Olavo Hummel exibido ao governo sobre os atos de construção da estrada de rodagem que une Jaboticabal ao Porto do Taboado, no rio Paraná. A relevância da estrada encontrava-se em sua longitude, associada à estrada de Uberaba, e a facilidade com o acesso do gado do sul de Mato Grosso às áreas paulistas.

O mesmo artigo, conforme elenca Zancarini (2022, p. 88), também faz alusão ao trajeto do Porto do Taboado à cidade de Jaboticabal, contudo não a menciona de ‘Estrada do Taboado’. Segundo o jornal, a situação em que se encontrava desta estrada:

Quanto as condições technicas da estrada de Jaboticabal ao Porto do Taboado, pode-se dizer sem exaggero que, principalmente depois das chuvas excepcionaes cahidas nesta estação de aguas ella é intransitavel para carros em quase toda a extensão, sendo no emtanto certo que, pelas declividades, se presta perfeitamente a este systema de conducação (DE JABOTICABAL...,1895, p. 1 apud Zancarini, 2022, p. 88).

Zancarini (2022, p. 88) cita que o jornal destacava a importância dos benefícios trazidos pela construção da Estrada do Taboado, que ligava Taboado a Jaboticabal, além de aproximar Mato Grosso de outros estados, como Minas Gerais. Essa via não apenas facilitava o transporte, mas também favorecia a integração regional e o fortalecimento das conexões comerciais e sociais entre essas localidades. Todavia, em consonância com o jornal O Estado de São Paulo, a construção da estrada trará benefícios não só para a pecuária, mas também para os produtores de café, impulsionando a agricultura dessa cultura na região: “Além disso, a estrada do Taboado cortará terrenos fertilíssimos, apropriados não só ao cultivo do café como á grandes criações de gado” (DE JABOTICABAL...,1895, p. 1 apud Zancarini, 2022, p. 88).

De acordo com o jornal, a construção da estrada traria vantagens para diversas cidades do interior de São Paulo, promovendo o desenvolvimento e a integração regional: “Parcialmente, e com pequenos dispêndios, relativamente aos resultados futuros, poder-se-ia ligar á grande estrada os seguintes centros de população já florescentes:- Monte Alto, Ribeirãozinho, Aparecida, S. Domingos, S. Sebastião, Bebedouro e Barretos” (DE JABOTICABAL...,1895, p. 1 apud Zancarini, 2022, p. 88).

Desse modo, Zancarini (2022, p. 89) aponta que a iniciativa de Olavo Hummel, que provavelmente inspirou a reportagem do *Jornal do Estado de São Paulo*, pode ter sido a primeira empreitada realizada pela administração estadual de São Paulo. No entanto, outras ações semelhantes, conduzidas por particulares, já haviam ocorrido anteriormente. A mesma reportagem faz referência às tentativas contínuas para a abertura das vias de comunicação no lado paulista, um processo que exigiu vários esforços antes de ser concretizado, de maneira que:

Varias vezes tem-se tentado abrir communações com a zona povoada de S. Paulo, mas as tentativas foram sempre dirigidas para o Salto do Avandava e não tiveram resultado. O coronel Castro, José Maria e seus companheiros que acabam de abrir a estrada nova, perderam no principio muito tempo na direção do Avandava até que, dirigindo suas vistas para os lados das cabeceiras do S. José, conseguiram encontrar as principais moradas (DE JABOTICABAL...,1895, p. 1 apud Zancarini, 2022, p. 89).

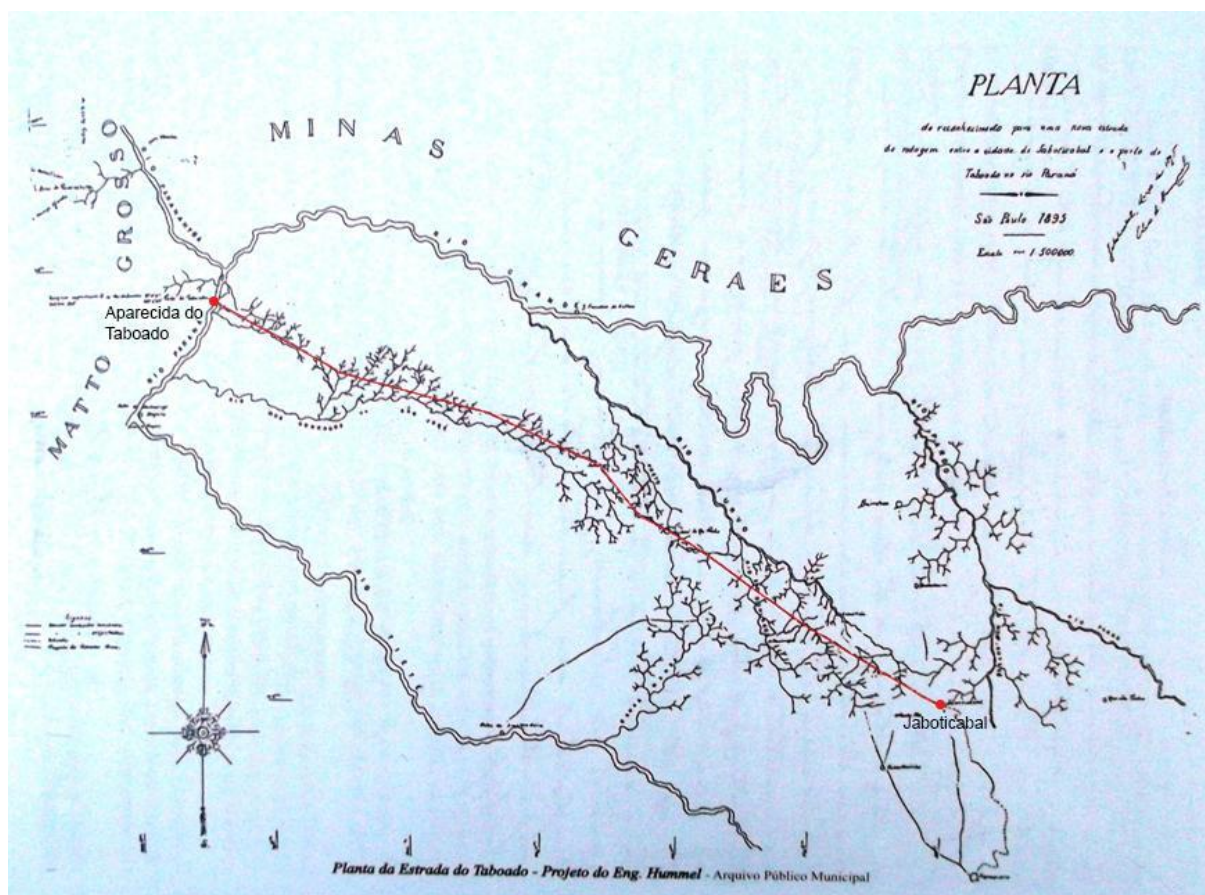
Desse modo, no final do século XIX, Zancarini (2022, p. 90) demonstra que o governo do estado de São Paulo implementou uma ação para estabelecer o percurso e finalizar a abertura do caminho que ligava Jaboticabal ao Porto de Taboado. Conforme relatado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, a construção dessa via de comunicação entre Jaboticabal e o Porto do Taboado figurava entre as principais obras realizadas pelo governo paulista naquele período. “Entre as grandes obras a cargo da Superintendencia de Obras Publicas do nosso estado, está a construcção da estrada de rodagem que de Jaboticabal ao Porto do Taboado, no rio Paraná, nas divisas de S. Paulo com o estado de Goyas” (DE JABOTICABAL...,1895, p. 1 apud Zancarini, 2022, p. 90).

Em conformidade com as descrições a seguir sobre o engenheiro Olavo Hummel, a mesma autora (Zancarini, 2022, p. 90-91) cita que uma pequena parte da estrada já estava construída, mas a maior parte ainda precisava ser finalizada para que o projeto fosse concluído:

Esse importante serviço está a cargo do engenheiro Olavo A. Hummel, de origem suíça, mas brasileiro de coração e paulista fervoroso desde muitos annos. O engenheiro Olavo Hummel é moço ainda, e penosos trabalhos lhe têm sido confiados, dando ele sempre boas contas de si. Por longos annos trabalhou na estrada de ferro – Rio Claro - fez a exploração do ramal de Ribeirão Bonito, auxiliou o dr. Paula Souza na viagem que fizeram por conta do Banco União até Catalão, se não nos enganamos, e está agora construindo a estrada do Taboado, tendo já feito oito leguas de caminho, faltando ainda cincoenta e duas para a conclusão da obra (DE JABOTICABAL...,1895, p. 1 apud Zancarini, 2022, p. 91).

Diante da necessidade de facilitar a comercialização de produtos, especialmente o gado bovino de Mato Grosso, com o estado de São Paulo, Zancarini (2022, p. 91) aponta que o governo paulista decidiu pela construção, ou regularização, do caminho, confiando essa tarefa ao engenheiro Olavo Hummel. Em 1894, o governo paulista autorizou a abertura da estrada de rodagem que ligaria Jaboticabal ao Porto do Taboado (figura 7), incumbindo o engenheiro Olavo Hummel da responsabilidade pela execução do traçado.

Figura 7 – Mapa da estrada boiadeira que saía de Jaboticabal e ia em direção a Aparecida do Taboado.



Fonte: A Estrada do Tabuado e sua história, 2020. Disponível em: <https://diariodevotuporanga.com.br/a-estrada-do-tabuado-e-sua-historia/>. Acesso em 31 de mar. 2025. Modificado pela autora.

Deste modo, à medida que a expansão da infraestrutura das estradas de rodagem dependia das concessões públicas do Estado, foi essencial o incentivo estatal por meio dessas concessões, com o objetivo de promover a ocupação de vastas áreas do território, muitas vezes vistas como desabitadas. Nesse contexto, fazendeiros e acionistas das Companhias de Estradas de Ferro atuaram como fornecedores e parceiros desses projetos, reconhecendo as estradas de rodagem como elementos cruciais para o transporte de cargas ligadas à ferrovia (Zancarini, 2022, p. 93).

Assim, Mahl (2013, p. 50) elenca que o período entre a última década do século XIX e as primeiras décadas do século XX foi marcado por um expressivo crescimento da malha ferroviária no Brasil, especialmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tanto investimentos públicos quanto privados foram

fundamentais para esse aumento significativo, impulsionado principalmente pela economia cafeeira, que, apesar das flutuações constantes, continuava sendo a principal cultura do país. A expansão da infraestrutura ferroviária pode ser observada de forma clara ao se analisar os números desse processo de ampliação. Em 1889, a rede ferroviária nacional somava 9.583 km de trilhos, saltando para 14.915 km em 1899, e alcançando 29.341 km em 1922.

No contexto do estado de São Paulo, a Estrada de Ferro Araraquara, também chamada de Araraquarense, foi a última das quatro principais ferrovias que desempenharam um papel crucial no desbravamento do interior do estado, até então pouco explorado. Criada em 1896, ela surgiu depois de outras importantes ferrovias: a Companhia Paulista (1868), a Companhia Sorocabana (1872) e a Companhia Mogiana (1878). Essas ferrovias tiveram um papel decisivo na colonização e na abertura de novas áreas agrícolas no estado, sendo, por isso, chamadas por Odilon Nogueira de Matos de "estradas de penetração" (1990), de forma clara e esclarecedora. Observar o avanço dessas grandes ferrovias, que se estendiam rumo às regiões mais remotas, sob a orientação dos pioneiros, que aguardavam ansiosamente pela chegada das locomotivas, ajuda a entender o processo de transformação que acompanhou o movimento dos fluxos econômicos e populacionais. Esse movimento impulsionou uma ocupação acelerada das novas terras, que, ao longo do tempo, alteraram de maneira profunda e irreversível o território paulista (Mahl, 2013, p. 50-51).

Os núcleos urbanos nas regiões pioneiras do interior paulista surgiam e desapareciam, sendo moldados tanto pelos interesses das elites locais quanto pelas constantes crises econômicas, que criavam e prejudicavam as fortunas em um curto espaço de tempo. Assim, ao falarmos do Noroeste Paulista, nos referimos a uma área não apenas geograficamente delimitada — os planaltos ocidentais do estado de São Paulo, situados entre as bacias do Baixo Tietê e do Turvo/Grande —, mas também a uma região definida politicamente, com comarcas já estabelecidas e reconhecidas pelo Estado. Essa área teve início na cidade de Araraquara, estendendo-se em direção ao estado de Mato Grosso, passando por Jaboticabal e São José do Rio Preto, que eram centros importantes de povoamento e referência na formação dessa parte histórica do interior paulista (Mahl, 2013, p. 51).

E, foi com a fundação da Estrada de Ferro Araraquara e o início de suas operações no começo do século XX que se estabeleceram as condições favoráveis para integrar

a região Noroeste ao competitivo mercado cafeeiro, facilitando o transporte eficiente das grandes colheitas até o ponto final de escoamento da produção destinada ao mercado externo: a cidade de Santos. Esse desenvolvimento resultou na transformação das cidades de Araraquara e São José do Rio Preto em centros estratégicos de uma nova fronteira pioneira, que, ao longo das décadas de 1930, seguiu uma trajetória aparentemente ininterrupta em direção a dois caminhos principais. O primeiro direcionou-se para o rio Paraná e o Mato Grosso, enquanto o segundo avançou para o Sudoeste paulista, eventualmente alcançando o Norte do Paraná.

1.3 Os campos de Araraquara e seus atrativos para o estabelecimento de um povoamento

De uma forma geral, entender o processo de ocupação do território paulista nos dá indícios de como sucedeu a expansão territorial para o Oeste Paulista alinhados a vários fatores que marcaram essa evolução. Porém, no entrelace desses acontecimentos, torna-se necessário para esta presente dissertação elencar também como ocorreu a ocupação dos tropeiros para além da cidade de São Paulo e o que os motivaram e quais foram os atrativos para os Campos de Araraquara.

Por volta do século XIX, o Oeste de São Paulo, conforme Losnak (2017, p. 3) era retratado como perto da Capital, compreendendo a região de Campinas. Adiante desse espaço determinado como Oeste, existia alguns pequenos povoados até o segmento onde atualmente pode ser denominado de centro do estado. Todavia toda o território definido pelos marcos administrativos fosse componente da sociedade paulista, não era exatamente dessa forma que parte considerável dos governantes, profissionais e estudiosos conceituava o estado de São Paulo da época. Existia uma divisa imaginária consagradora dos espaços físicos e classificadora dos elementos sociais, e uma das alocações que expressava essas dessemelhanças eram as manchas cartográficas, representações imagéticas de projetos políticos de conhecimento e domínio do território.

Ainda segundo o autor Losnak (2017, p. 3-4) no século XIX, segundo o pensamento predominante da época, a sociedade estava associada a locais com infraestrutura urbana, onde instituições que mantinham valores, regras e tradições estavam presentes. Esses lugares eram representados pelas cidades, compostas por ruas, praças, igrejas e edificações particulares, além da presença dos poderes

constituídos (executivo, legislativo e judiciário) e suas respectivas construções. Também estavam presentes clubes sociais, a imprensa, partidos políticos, atividades produtivas voltadas ao mercado e redes de transporte e comunicação. Fora desse território socialmente organizado, existia o "sertão", visto como uma área distante e isolada. Essa divisão sugeria que o Oeste representava a parte mais distante da civilização, enquanto o "sertão" estava ainda além, socialmente à parte das áreas urbanizadas e organizadas.

O autor Godoy (2007) elenca que as cidades que eram localizadas entre o "sertão" e a "civilização" habituavam ser denominadas de "boca de sertão", eram o ponto de união e o vínculo entre dois territórios com apreciações sociais distintas. Para os portugueses, essa localidade estava unida ao outro, às diferenças atravessaram séculos com alterações de conceitos, foi empregue a diferentes pontos e usado por inúmeros autores nacionais nesses cinco séculos.

Losnak (2017, p. 4) indica que a progressão da disseminação da sociedade paulista assentada na direção ocidental no suceder da segunda metade do século XIX, a localidade até então pouco averiguada recebeu novas formas de ocupação. O Oeste estava em mudança, havia se transferido para São Simão, Araraquara, Jaú e Botucatu.

As áreas ocidentais além dessas cidades ainda eram pouco conhecidas. A informação presente nos mapas caracterizadora da região destacava "terrenos desconhecidos" ou "habitados por índios". Sabia-se pouco sobre os rios, a vegetação, o relevo, o solo e os grupos indígenas. A despeito disso, famílias de agricultores pobres, muitos deles de origem mineira, pontilhavam esse interior. Era uma população rural voltada para atividades de subsistência, com alguma produção de gado e porcos para o mercado, assentada em terras contíguas a espaços de circulação indígena e parte dela sem título de propriedade (Andrade, 1945; Cobra 1943 apud Losnak 2017, p. 4).

Assim, para mais além do território da Província de São Paulo, a partir da interiorização do Oeste Paulista, situavam-se os "Campos de Araraquara". A autora Corrêa (1967, p. 13) cita que as primeiras informações sobre a região citam como seu limite a escarpa do planalto, a denominada "Serra de Araraquara", inscrita pelos rios Pardo e Corumbataí. Nesse lugar, a escarpa expõe-se mais rebaixada do que em seu prolongamento ao sul, é bastante marcada pelos rios Moji-Guaçu, Pardo e Sapucaí-Hirio, que concebiam contornos suaves. A erosão diferencial abordando as rochas

menos resistentes ocasionou a saliência de rochas mais firmes, fazendo emergir uma linha de “cuesta” que adquiriu a denominação regional de “Serras”, como Brotas, Taboleiro, São Pedro, Itaquerí, Cuscuzeiro, Dourados e Jaboticabal.

A mesma autora (Corrêa, 1967, p. 15) aponta que no período em que as preferências da colonização estavam revertidos para as localidades litorâneas, a área de Araraquara manteve-se desconsiderada. A começar do momento em que esta começou a ter visibilidade como uma possível ligação com a região das minas, sua geografia passou a existir historicamente. A “Serra de Araraquara” era a fronteira da civilização para além do qual ficavam as áreas auríferas. Os “Campos de Araraquara” correspondiam o início de uma área que os achados das minas haviam descoberto e cujo os atributos só poderiam ser vistos após a sua exploração efetiva. Naquele período a vegetação campeira era mais prestigiada do que as matas. Sua função de passagem deu espaço, a posteriori, a pecuária, quando seus campos passaram a ser notados como local benéfico para a criação de gado, esquivando-se ainda as matas.

Sustentando o legado português, também nessa região os topônimos eram relativos com nomes de santos frequentes. Os nomes dos santos seriam oferecidos em agradecimento aos antigos proprietários em louvor do santo do mesmo nome como Santa Barbara, Santa Juliana, Santa Lúcia, Santa Rita, Santo Antônio, São Bartolomeu, São Carlos, São Domingos, Santo Inácio, São Jerônimo, São João, São Lourenço, São Pedro e outros nomes como São Bom Jesus, Espírito Santo, Belém e Cruzeiro (Corrêa, 1967, p. 18).

As distâncias que separavam a região dos centros mais povoados contribuíram para que durante muito tempo ela permanecesse ignorada. Inicialmente, a expressão “Campos de Araraquara” servia para indicar toda a área situada ao norte do rio Piracicaba. Os campos deveriam se iniciar na região do Morro de Araraquara, indo até as nascentes do rio Jacarí-Pipira. É provável que nessa época a ideia que se fazia era de que toda a área localizada ao norte do rio Piracicaba fosse constituída de campos. Dai o fato de constar nas doações de sesmarias a expressão ‘Campos de Araraquara’, como a de Manuel Joaquim de Arruda: ‘Uns campos de Araraquara partindo da sesmaria de Carlos Bartolomeu Arruda, da outra banda do rio Pinhal’. A sesmaria de Manuel Pinto Ferraz era assim indicadas: ‘Terras nos Campos de Araraquara que partiam de uma parte com a sesmaria do Capitão Antônio Correa Barbora...’ (Correa, 1967, p. 19).

Toda essa área estabelecida além do rio Piracicaba era tida como sertão para fazer diferença com a região já conhecida da margem esquerda daquele rio, ou então,

uma localidade ainda não apossada pelo povoamento branco, permanecendo sob comando de agrupamentos indígenas. “Sertão era o desconhecido, o inexplorado: ‘... além dos montes, ninguém havia passado sendo completamente desconhecido o vasto sertão de Araraquara’ (Corrêa, 1967, p. 19).

Carvalho (2021, p. 41) elenca que se por um lado, as conquistas das minas de ouro ocorridas em 1690, na região de Minas Gerais, deixaram a Capitania de São Paulo, prejudicada e deteriorada devido a partida de sua população, que foram cativados pela febre do ouro, por outro, os achados cuiabanos beneficiaram o seu repovoamento, que convertia-se em ponto de partida de onde saíam viagens para todas as direções auríferas das localidades, com evidência para as expedições das bandeiras paulistas, que tiveram um papel significativo na amplificação geográfica da colônia brasileira.

Ainda segundo a autora, os caminhos estabelecidos pelos indígenas levaram até a região dos sertões paulistas seus primeiros habitantes, e auxiliaram para a concepção de outras trilhas utilizadas para o deslocamento de sertanistas e de produtos entre a então Capitania de São Paulo até as recém-descobertas minas de Mato Grosso (1718) e Goiás (1725), estradas que atravessavam os Campos de Araraquara (Carvalho, 2021, p. 41).

Ainda sobre os caminhos, Carvalho (2021, p. 41-42) apud Neme (1969, p. 35) retrata que, em meados de 1606, havia um percurso terrestre designado Caminho Geral, que saía da Vila de São Paulo, passava pelo povoado de Santana de Parnaíba e seguia rumo ao sertão. Em 1610, o mencionado caminho chegou a recente povoação de Itu e, além, o porto de Araritaguaba, hoje Porto Feliz (1650). Concomitantemente, a rota nomeada “Caminho Geral” aproximou-se da principiante povoação de Capivari e, por volta de 1693, atingiu a região de Piracicaba, até chegar aos Campos de Araraquara.

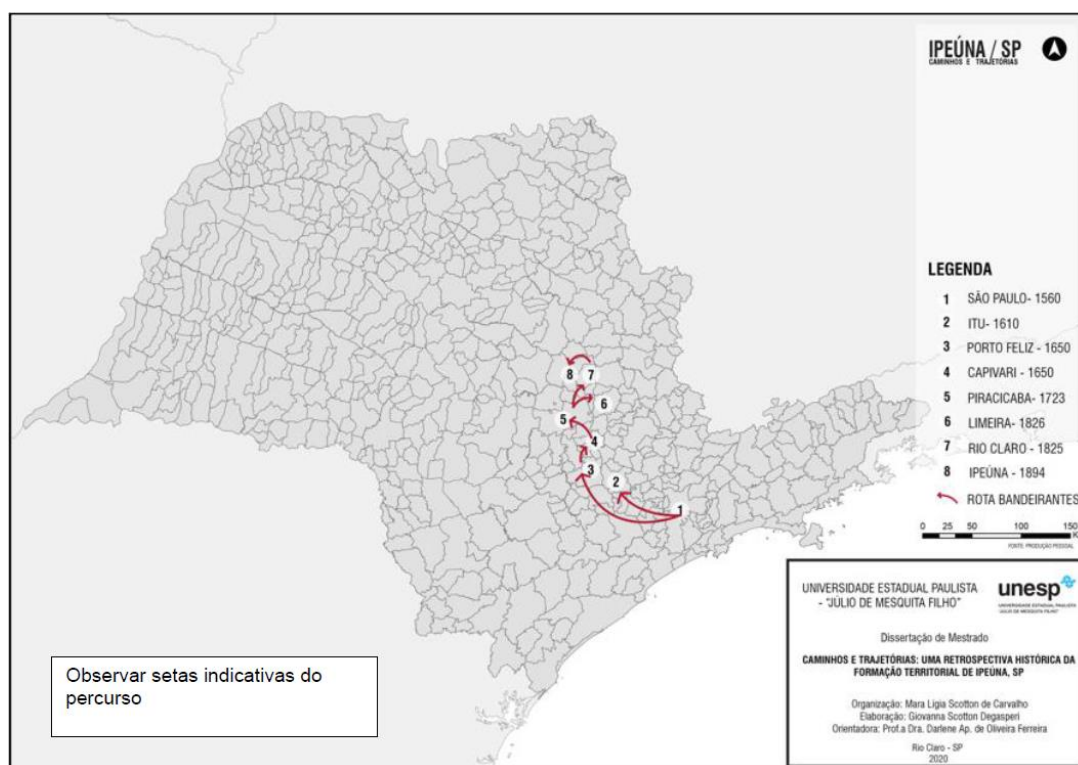
Na continua infiltração para o interior, Carvalho (2021, p. 42) apud Neme (1974, p. 7-8) cita que de uma parte do caminho de Itu originava um ramal em orientação ao sertão titulado Estrada Velha para o sertão de Bilreiros. Quanto às terras que se prolongavam nos arredores desse caminho, desde antes de 1650, já existia a existência de posseiros, sitiantes e sertanejos, nas cercanias entre Capivari até à região onde se localiza o salto do rio Piracicaba. Percebe-se dessa explicação que, pelo caminho entre Itu e Piracicaba, se podia chegar, em poucos dias, ao rio Grande

por terra, atravessando os Campos de Araraquara como trajeto mais curto entre a Capitania de São Paulo até Cuiabá.

A denominada Estrada dos Bilreiros, conforme Carvalho (2021, p. 42) não foi a única a servir de parâmetro para novos caminhos a partir da Capitania de São Paulo. Caminhos antecedentes dos indígenas comprovam como vias de deslocamento nos campos e matas, mantendo as ramificações da capital paulista aos sertões mais afastados, ainda inexplorados.

Conforme a figura 8, pouco a pouco os bandeirantes e sertanistas iam estabelecendo e gerando novos núcleos de povoamento que, primeiramente, serviam de parâmetro para o pouso de tropas, sendo esse apenas uma das exceções envolvidas no processo de colonização e exploração do sertão paulista. Nos contornos desses caminhos, deparava-se, de forma bem dispersa, sertanejos e posseiros vivendo de seus pequenos cultivos, da caça, da pesca (Carvalho, 2021, p. 42).

Figura 8 – Percurso do “Caminho Geral” até os Campos de Araraquara.



Fonte: Carvalho, 2021.

Todavia, além dos caminhos terrestres também é necessário pontuar as monções, que durante os séculos XVII e XVIII, também foram incumbidas de colonizar, explorar e abastecer as regiões de minério. Essas jornadas, em sua grande maioria, originaram

do porto de Ararituaba, às margens do rio Tiete que, no primeiro momento, pertencia à vila de Itu e teve função primordial no período monçoneiro (Carvalho, 2021, p. 45).

Assim, as viagens fluviais utilizam o nome de monções em decorrência do regime de chuvas e seca que apontavam bons períodos para a navegabilidade. O período do verão em que os rios eram mais abundantes, já no inverno, o rio permanecia seco. Dessa forma “passada a época das águas, as tropas retomavam suas idas e vindas pelos sertões” (Carvalho, 2021, p. 45 apud Neme, 2009, p. 200).

Os monçoneiros, em sua grande maioria, eram paulistas residentes da Capitania de São Paulo. Inicialmente, havia duas trajetórias, sendo que a primeira compreendia em acompanhar pelo rio Tietê, a princípio nomeado como Anhembi, abrangendo o rio Grande, o rio Anhanduí, rio Pardo, passagem por terras pelos Campos das Vacarias, rio Emboteteu, atualmente rio Miranda, rio Paraguai e rio Cuiabá (Holanda, 1976 apud Carvalho, 2021, p. 45).

O segundo trajeto iniciava do porto de Ararituaba, no rio Tietê, prosseguia para o rio Grande (Paraná), rio Pardo, rio Sanguessuga, com cruzamento por terra pelo Varadouro de Camapuã, rio Coxim, rio Taquari, rio Paraguai, rio Porrudos (São Lourenço) e rio Cuiabá. Logo após o descobrimento do varadouro de Camapuã, por volta de 1720, instituiu-se o segundo trajeto como permanente, o que modificou a região de Camapuã no mais importante entreposto de apoio às monções paulistas na extensão entre Ararituaba e Cuiabá (Holanda, 1976 apud Carvalho, 2021, p. 46). A figura 9 traz uma pintura de Oscar Pereira da Silva, de 1921, refletindo a partida de uma monção.

Figura 9 – Pintura óleo sobre tela com o título “Partida de Porto Feliz”.



Fonte: Silva, Oscar Pereira. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://acervo.mp.usp.br>. Acesso em: ago., 2024.

Quanto a parte terrestre, de Itu, saía um desvio para a Estrada Velha dos Sertões Bilreiros. Na data de 1650, originou-se um ponto de parada que ficou conhecido como “Capivari” por ter como referência geográfica o rio Capivari, que prestava para nortear trajetórias rumo ao sertão ainda desconhecido. Na época, o caminho entre Itu e Piracicaba era denominado como sertão de Piracicaba, uma grande região englobando os limites da atual cidade de Campinas, chegando até as atuais cidades de Botucatu e Araraquara (Carvalho, 2021, p. 48).

Já com relação a população local, em termos de etnia é oportuno explicar que, o caboclo encontrado condiz com a união entre brancos, compostos, primeiramente por paulistas proveniente de antigas localidades de atividade canavieira e mineradora, e por indígenas que já viviam a região dos Campos de Araraquara. Acrescentando com as informações descobertas, é viável identificar que o caboclo portava uma vida desprendida, porém sem poder aquisitivo. A essência de sua alimentação era a mandioca, conquistada por meio da agricultura primitiva, a caça

e a pesca e sua casa compreendia em uma cabana revestida de palhas ou ramagens, onde nota-se a mistura da cultura do homem branco com hábitos indígenas (Deffontaines, 1952; Penteado, 1970, p. 28 apud Carvalho, 2021, p. 49).

No percurso da história da ocupação, o primeiro pedido de consentimento de sesmária para o território do rio Piracicaba, aconteceu em 15 de novembro de 1693, através de Pedro Moraes Cavalcanti, que abrangia “uma e outra banda do rio, ficando-lhe o salto no meio”, o requerente argumentava ter o propósito de povoá-la com toda a sua família. Todavia não foram encontrados indícios de confirmação da doação dessa sesmária, sem esse dado, constatou-se que o solicitante não tomou posse dessas terras, das quais, anos mais tarde, o ituano Felipe Cardoso obteve carta de sesmária sobre parte desta terra (Neme, 2010, p. 8 apud Carvalho, 2021, p. 48-49).

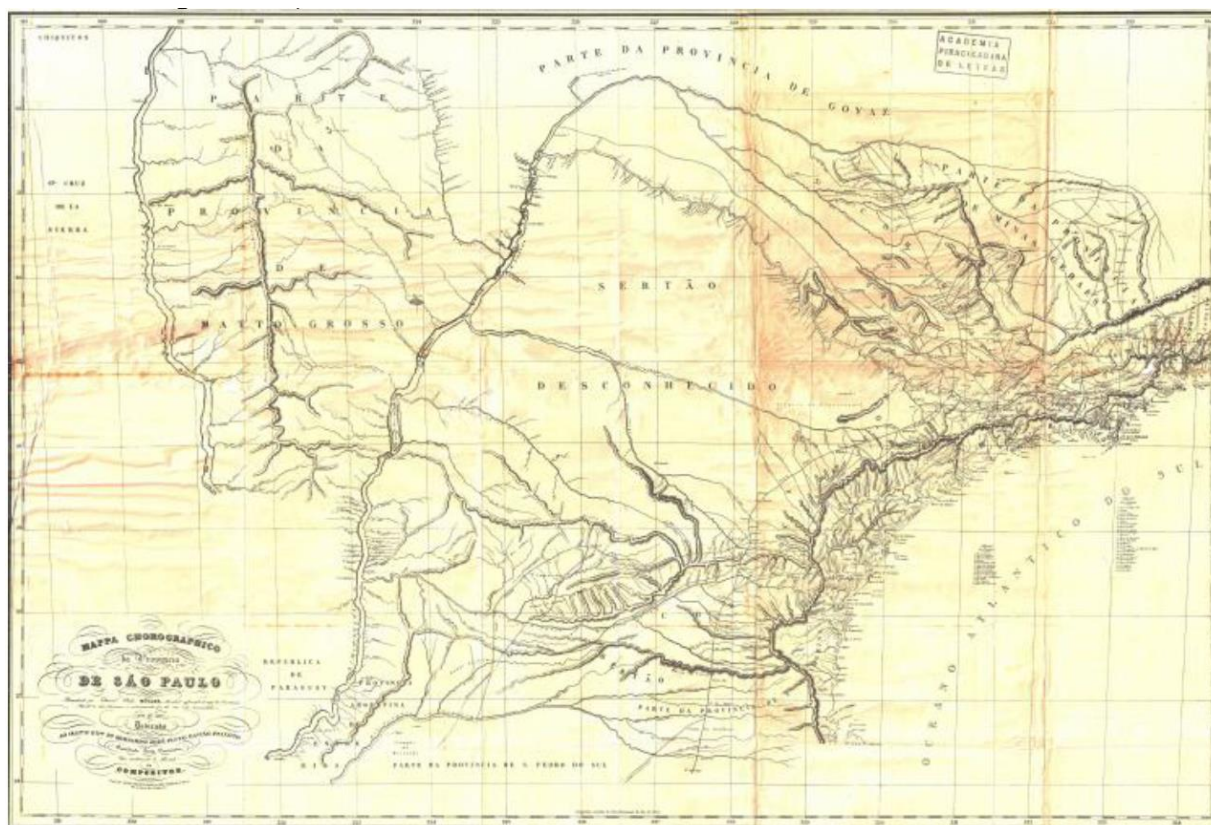
O território de Piracicaba era singular no quesito geográfico, ao nordeste da Capitania de São Paulo, e acomodava os princípios políticos e econômicos como suporte de ligação por terra entre a Capitania de São Paulo e a região onde tinha ouro. O descobrimento das minas de Cuiabá, e posteriormente de Goiás, acarretaram em grande relevância por esse território que atraiu pessoas audaciosas, sertanistas, roceiros, posseiros e migrantes de todas as localidades, tendo como princípio o número crescente da população da zona portuária de Piracicaba (Neme, 1940, p. 137 apud Carvalho, 2021, p. 49).

Todavia, Carvalho (2021, p. 51) aponta que nos governos de Rodrigo Cezar de Menezes (1721-1728) e de Morgado de Mateus (1765-1775) um momento expressivo para o progresso da região dos Campos de Araraquara. Por intercessão de Rodrigo Cezar de Menezes, principiou em 1723 a edificação do caminho que une a região de Piracicaba até as minas de Cuiabá, o que transformou essa localidade mais atingível e desencadeou maior relevância para as concessões de sesmarias.

Assim, o governo de Morgado de Mateus tinha a árdua tarefa de tornar produtiva e lucrativa a Capitania de São Paulo, desse modo ofertou fomentos à exploração territorial, ao povoamento e urbanização nas partes desabitadas do território paulista, viabilizando a conquista do sertão com o crescimento de povoados. Também tinha como objetivo principal descobrir novas fontes de exploração para a reabilitação da economia da capitania paulista, e sugeria o incentivo de avanço da lavoura, a produção de gado, a difusão do comércio, e a extração do ouro (Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, 1952, volume 72, p. 68 apud Carvalho, 2021, p. 51).

Do explanado até o presente momento, Carvalho (2021, p. 52) elenca que compreende os vários motivos responsáveis pela ocupação de Piracicaba e dos Campos de Araraquara, mas o fundamental foi o acesso obtido por meio dos caminhos, partindo com a velha trilha dos indígenas, nomeados de Bilreiros, que suscitaram os primeiros sertanistas para percorrer o sertão ainda desconhecido.

Figura 10 – Mapa do interior do estado de São Paulo descrito como “sertão desconhecido”.



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba e da Academia Piracicabana de Letras, 1837. Disponível em: https://www.ihgp.org.br/wp-content/uploads/2015/11/sao_paulo_1837.pdf. Acesso em: set. 2024.

A autora (Carvalho, 2021, p. 52) cita que haviam boatos de que poderia haver ouro nos morros de Araraquara, e com a conquista do ouro nas regiões mais centrais da colônia, a velha trilha foi deixando de existir e outros caminhos que foram se subdividindo, possibilitando que, ao longo desses trajetos, novas localidades fossem exploradas e ocupadas.

Dessa forma, ainda segundo (Carvalho, 2021, p. 52) o povoamento do interior paulista progredia. As pessoas que não conseguiam validar a posse por meio da

doação de sesmaria, ocupavam as terras por meio das lavouras. O comércio se expandia em virtude dos novos hábitos das lavouras, com a introdução da cultura de cana de açúcar. Nessas áreas, a terra era fértil e o clima brando foram partes essenciais para que as lavouras se expandissem de forma considerável. Outro fator importante era o transporte dos produtos que, a princípio, era realizado pelos indígenas, posteriormente foi ordenado com a importação de muares, provenientes do sul do país, ação imprescindível, mas ainda custosa. Naquele tempo, a prática dos trajetos foi crucial para a evolução da região de Piracicaba e dos Campos de Araraquara.

Carvalho (2021, p. 54) evidencia que apesar das autoridades incentivassem a agricultura em locais próximos aos principais centros mineradores, os terrenos desiguais dessas regiões complicavam a pastagem do gado e muares. Desse jeito, a construção do trajeto por terra que passavam pelos Campos de Araraquara proporcionou o carregamento e também a formação destes, uma vez que existiam nessas localidades áreas de “campos e matos”. Assim, a região possuía com o benefício da sua situação geográfica, no itinerário buscavam-se utilizar, o máximo possível, das situações encontradas nos Campos de Araraquara, como as encostas de morros, e os vales de rios para pousos e pastagens.

No que diz respeito a organização jurídico-administrativa dos povoados que passavam a existir, Carvalho (2021, p. 55) elucida que a princípio as terras que compreendiam Piracicaba, eram de Itu e, por alguns anos toda essa área dos Campos de Araraquara permaneceu a duas jurisdições, existindo também territórios que pertenciam a Porto Feliz, permanecendo a região fracionada ao meio.

Para assegurar a exploração do sertão, a partir de Piracicaba, foi concedido pelo governo um grande número de sesmarias nos Campos de Araraquara, possuindo como pontos de orientação o rio Piracicaba, o rio Corumbataí e o Morro de Araraquara (Serra de São Pedro e do Itaqueri). Dessa forma, a primeira doação nessa localidade aconteceu em 1782, e as posteriores tornaram-se mais convincentes entre os anos de 1817 e 1821, atestando a posse e a ocupação do território e seu cultivo efetivo (Dorizzoto, 2008, p. 83 apud Carvalho, 2021, p. 58).

Nas datas entre 1721 e 1821, inúmeras foram as autorizações de cartas de sesmarias atribuídas pelos capitães gerais da Capitania de São Paulo a pessoas de sua credibilidade sendo militares, seus subordinados e notáveis de grande poder aquisitivo. Essa valia aconteceu, sobretudo, pela ânsia destes terem vantagens se

houvesse o descobrimento de ouro nas terras dos sertões de Araraquara (Camargo, 1917, apud Carvalho, 2021, p. 58).

A região dos Campos de Araraquara, conforme Carvalho (2021, p. 59), por um longo período, foi reportada como fronteira natural, em virtude da sua localização ser aproximada à borda interna da Depressão Periférica Paulista. O nome Aracoara ou Araraquara também foi a primeira denominação da Serra de São Pedro e do Itaqueri, que correspondiam aos limites longínquos das terras já conhecidas nas localidades da Capitania de São Paulo. As terras além dessa serra eram designadas de “sertões”, ou seja, terras ainda não exploradas.

Devido a isso e ao exposto previamente, a autora (Carvalho, 2021, p. 61) é possível estabelecer que a população dessa região, ou seja, os caboclos, passaram a ter atributos marcantes e particulares. Por habitarem um local longe devido ao isolamento geográfico, concebiam uma sociedade parcialmente homogênea, com raízes muito marcantes, sendo esses traços resultado da revolução histórica do grilo social radicado no interior paulista, podendo ser justaposto à região dos Campos de Araraquara. Desse modo:

Tais características, se aproximam do que nos apresenta Cândido (1979), identificando atributos da cultura caipira que se mesclam com a cultura trazidas pelos imigrantes portugueses. Porém, mesmo que essa cultura fosse permeada por influências indígenas e também próprias, a religião cumpria um importante papel, tornando-se fundamental a presença da Igreja Católica que, mesmo a par de todo o isolamento, se fazia presente nos principais acontecimentos sociais, como em nascimentos, casamentos, doenças, mortes. Os nascimentos em geral, eram inicialmente registrados pelas paróquias, assim como casamentos e óbitos e também o registro das terras para a legitimação da propriedade (Carvalho, 2021, p. 61).

Frente ao exposto, inúmeros foram os atrativos para a interiorização do que era denominado nos mapas “sertão desconhecido”, e um dos maiores foi a menção de ouro nos Morros de Araraquara. A partir daí, saíram expedições via terrestre como via fluvial a ponto de demarcar o que ainda era inexplorado. Com isso, houve um grande contingente de sesmarias para o povoamento desses locais, cada qual com suas particularidades. A partir de uma sesmaria, no ano de 1817, o bairro de São Bento d'Araraquara conquista o status de freguesia, com sua economia baseada na pecuária e nas culturas de subsistência de seus 336 habitantes, e foi elevada à categoria de Vila em 10 de julho de 1832, por decreto Regencial. A antiga Freguesia

de São Bento de Araraquara foi separada definitivamente da Vila da Constituição, atual Piracicaba, para que a nova condição fosse instalada oficialmente. Em 1889, Araraquara é elevada à categoria de cidade, sendo responsável com base em seu título de comarca (1938) por ser cidade de “mãe” de Jaboticabal, posteriormente desmembrada, tornando-se cidade “mãe de São José do Rio Preto, até atingir a área de estudo deste presente trabalho.

1.4 Reconhecimento do território: aspectos físicos e geográficos

1.4.1 Rede hidrográfica

A localização de centros urbanos nas proximidades de cursos d'água constituiu um fator determinante para o processo de formação e consolidação de cidades em distintas regiões do mundo, incluindo o território brasileiro, dada a importância desses recursos hídricos para o abastecimento, a mobilidade e o desenvolvimento socioeconômico. Ou seja, a existência de um curso d'água contínuo e farto sempre foi um dos fatores essenciais na criação de novas formações urbanas em inúmeras partes do mundo. Vinculado a esse consumo de água, é de vital relevância destacar as alterações sociais e urbanas realizadas no país e que subsidiaram como perspectiva na formação de incontáveis sistemas de abastecimento locais e saneamento básico.

Dessa forma, no século XIX, a obrigatoriedade dos Códigos de Posturas Municipais estabeleceu diretrizes para o controle dos sistemas de abastecimento e escoamento de água (Ghirardello, 1993; Reis Filho, 2002 apud Costa, 2019, p. 81), assim como os Códigos Sanitários. Contudo, a implementação efetiva dessas normativas não ocorreu de forma imediata, especialmente nos primeiros anos de formação dos núcleos urbanos. Nesse contexto, é possível identificar dois padrões distintos de ocupação nas cidades paulistas entre o século XIX e o início do século XX: o primeiro relacionado à proximidade com cursos d'água e, posteriormente, o segundo vinculado à expansão da malha ferroviária. A cidade de Bauru exemplifica o primeiro caso, tendo sua ocupação iniciada a partir das margens do rio que lhe deu nome. Somente algumas décadas depois, o município foi integrado ao sistema ferroviário com a chegada dos trilhos das companhias Sorocabana, Paulista e Noroeste (Ghirardello, 2002 apud, Costa, 2019, p. 81).

Corrêa (2013, p. 53) caracteriza que o primeiro grupo de cidades detinha o aparecimento de pelo menos um córrego na região e que favoreceu nesse processo

de ocupação de terras e das demais cidades que foram criadas com a passagem da ferrovia no século XX. Se tratando de Catanduva, é notório que o Rio São Domingos, pode ser considerado como o mais importante para o estabelecimento de uma vila inicial, porém a mesma também se integra no grupo de cidades que possuíram a ferrovia como parte impulsionadora do seu crescimento.

Assim, no âmbito da gestão estadual dos recursos hídricos, a Lei nº 9.034/1994, que instituiu o Plano Estadual de Recursos Hídricos, estabeleceu a divisão territorial em Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs). Nesse contexto, a Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo e Grande, localizada na região Noroeste do Estado de São Paulo, foi designada como UGRHI-15. Essa unidade abrange uma área de drenagem de aproximadamente 15.975 km², estendendo-se desde a Usina de Marimbondo até a confluência com o Rio Paranaíba. Entre os principais cursos d'água que compõem essa bacia destacam-se os rios São Domingos, Ribeirão da Onça, Turvo, Preto e Grande (Cetesb, 2001 apud Tambellini; Silva Sé; Abdo, 2016, p. 33).

Figura 11 – Delimitação das Bacias Hidrográficas do Rio Turvo e Rio Grande.

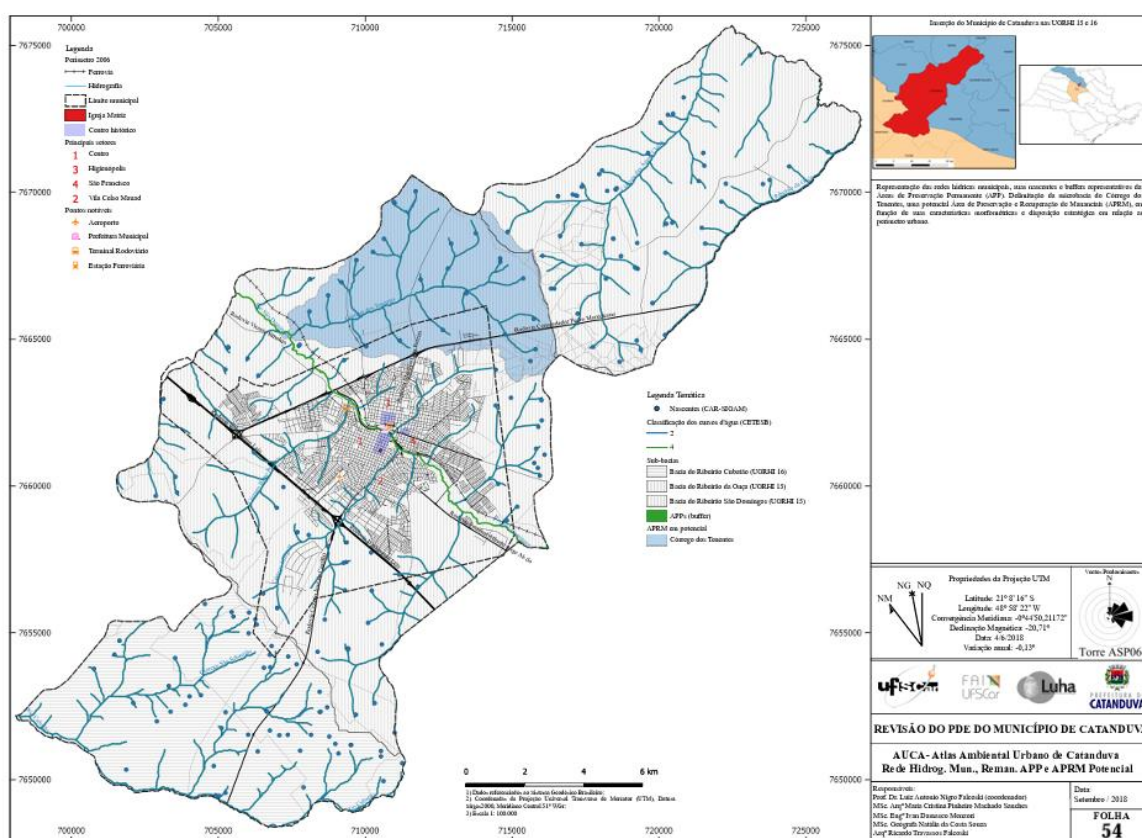


Fonte: Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://sigrh.sp.gov.br/cbhmp/apresentacao>.

A área urbana de Catanduva está localizada na:

[...] sub-bacia hidrográfica do Rio São Domingos situa-se no Noroeste do Estado de São Paulo, entre os Meridianos 480 42' e 490 16' de Longitude Oeste de Greenwich e os Paralelos 200 48' e 210 18' de Latitude Sul, onde se encontram inseridos, parcialmente ou na sua totalidade, áreas dos seguintes municípios: Ariranha, Santa Adélia, Pindorama, Catanduva, Catiguá, Cedral, Tabapuã e Uchoa (Tambellini; Silva Sé; Abdo, 2016, p. 34).

Figura 12 – Sub-bacia do Rio São Domingos.



Fonte: Prefeitura Municipal de Catanduva, 2018. Disponível em: <https://www.catanduva.sp.gov.br/portal/servicos/1058/mapas--diagnostico-e-caracterizacao-urbana-ambiental-e-regional>. Acesso em: abr. 2025.

Em específico, o rio São Domingos tem sua nascente localizada na zona rural do município de Santa Adélia, mais especificamente na serra do Itambé, em altitudes próximas a 580 metros. O curso do rio estende-se por cerca de 92 quilômetros até sua confluência com o rio Turvo, no território do município de Uchoa. Ao longo de seu trajeto, o rio atravessa o município de Pindorama, sendo possível observar seu leito

dentro da área urbana dessa localidade. A cidade de Catanduva representa o principal e mais populoso município inserido na sub-bacia do rio São Domingos, situando-se a aproximadamente 383 quilômetros da capital paulista. A sede do município encontra-se às margens do referido rio. O município de Catiguá, cuja sede também se localiza às margens do rio São Domingos, destaca-se por ser o único completamente inserido no território da sub-bacia. Já a sede do município de Uchoa está situada às margens do Córrego Grande, considerado o principal afluente da margem esquerda do rio São Domingos (Meirelles Neto, 2010 apud Tambellini; Silva Sé; Abdo, 2016, p. 36).

Figura 13 – Percurso do Rio São Domingos, em 1919.

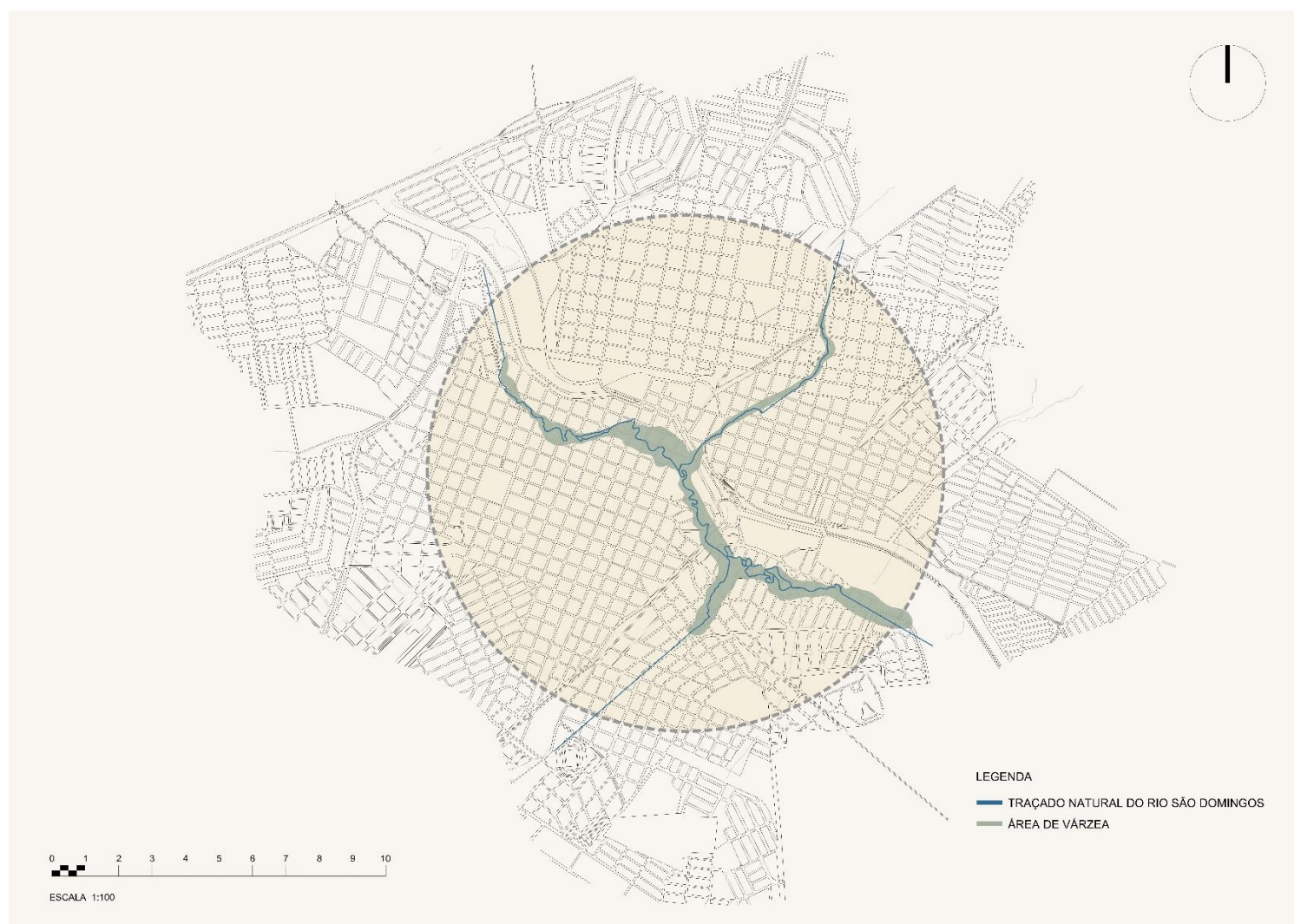


Fonte: Catanduva Cidade Feitico, 2018. Disponível em: <https://www.catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=2471>. Acesso em: fev. 2024.

Conforme a rede de descrição do Rio São Domingos, este é formado por numerosos cursos d'água dentre os quais, em ordem de posição em relação ao curso do mesmo, da nascente até a foz, apontam o córrego Matadouro, o córrego das Antas,

o córrego dos Limas, o córrego do Bebedouro, o córrego Barra Grande, o córrego Minguta, o córrego dos Tenentes, o córrego José Dias, o córrego Catiguazinho e o ribeirão Grande. Cabe ressaltar que o córrego dos Limas e o ribeirão Grande constituem os dois principais afluentes do Rio São Domingos (Catanduva, 2008).

Figura 14 – Mapa do traçado natural do Rio São Domingos.

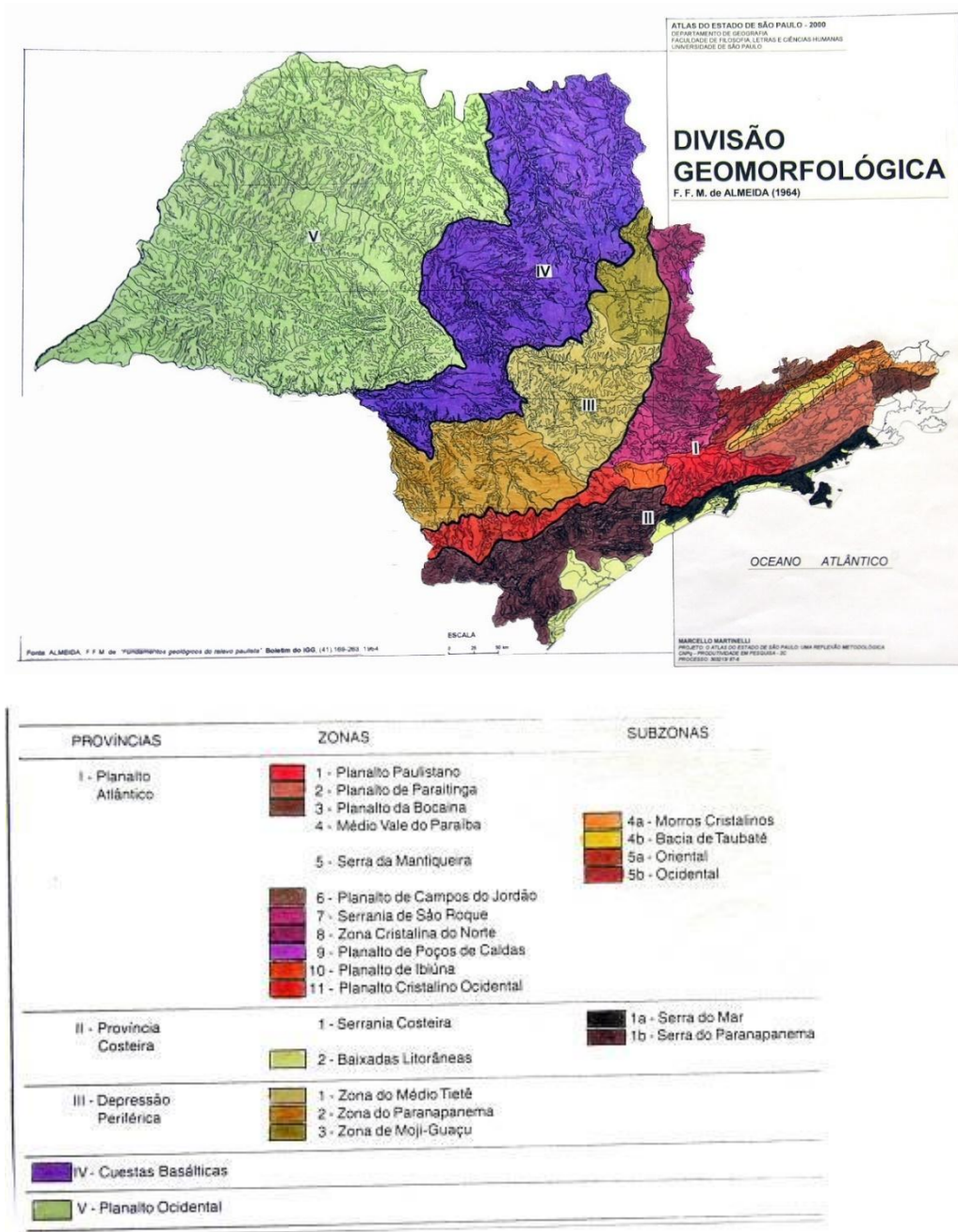


Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

1.4.2 Aspectos Topográficos e Vegetação Nativa

A região de Catanduva está localizada no chamado Planalto Ocidental Paulista, parte da Divisão Geomorfológica do Estado de São Paulo, e apresenta uma certa inclinação para a região Oeste, e esta apresenta uma altitude média de 503 metros em relação ao nível do mar.

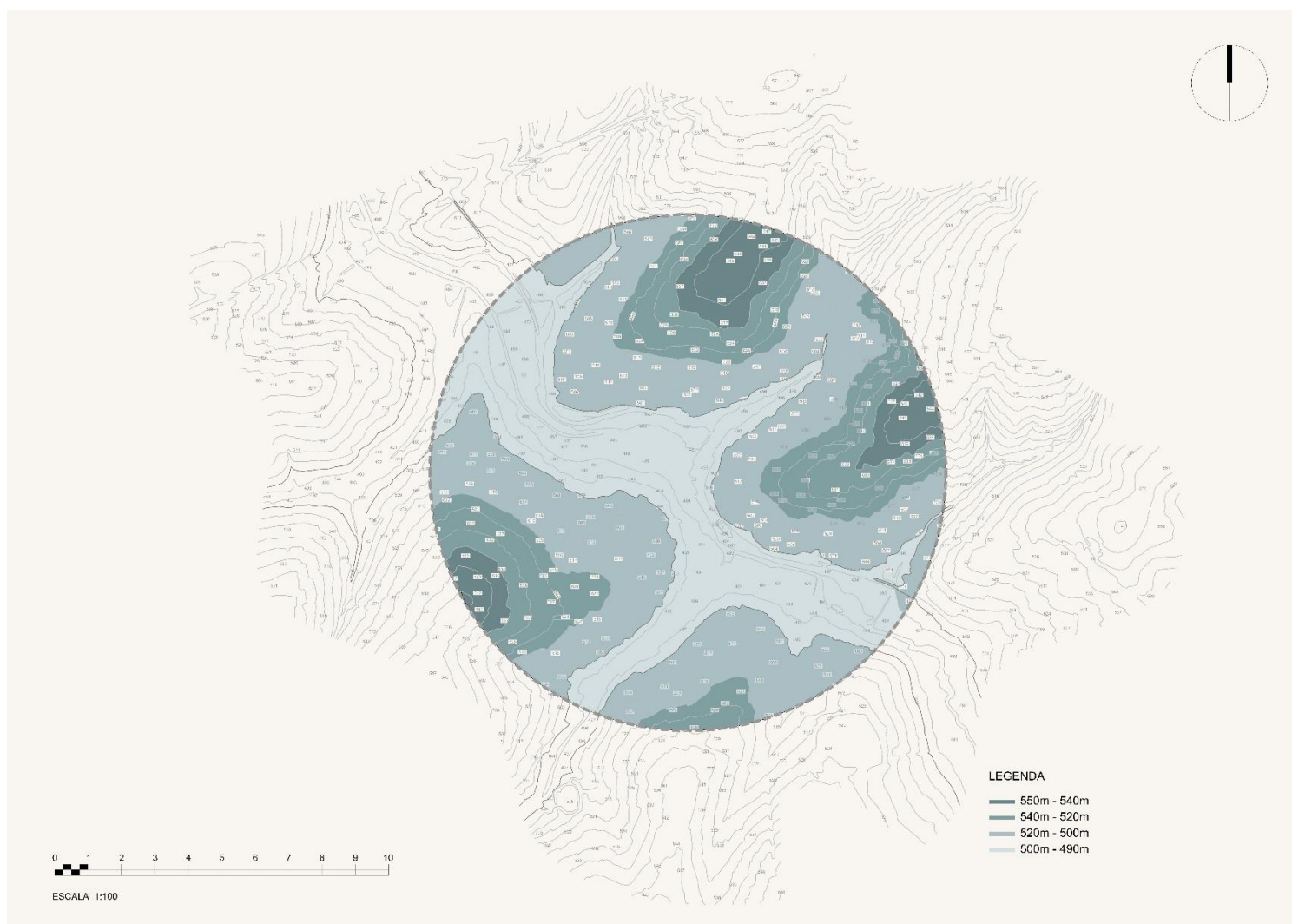
Figura 15 - Divisão Geomorfológica do Estado de São Paulo.



Fonte: Almeida, 1964. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/6168#tocto2n4>. Acesso em 18 set. 2024.

Segundo Oliveira e Neto (2017, p. 14) indicam que o Planalto Ocidental Paulista recobre cerca de 50% do território do Estado, com suas elevações modificando até os 1000 metros. Tal demarcação conta com o comparecimento de inúmeras rochas Vulcano-sedimentares da Bacia do Paraná, com seus anos variando do Período Jurássico (entre 205 a 142 milhões de anos atrás) ao Cretáceo (entre 144 e 66,4 milhões de anos).

Figura 16 – Mapa da topografia natural.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

A área do atual município, não oferta de quedas bruscas de nível, pois sua topografia se apresenta levemente ondulada (Pantaleão, 1944, p. 01).

Conforme a situação geográfica:

A cidade de Catanduva, geograficamente está situada às margens do ribeirão São Domingos, tendo pelo lado Este, a serra de Jabuticabal, pelo Sul, a cordilheira do Itaimbé e pelo Norte, a cordilheira que prossegue da serra de Jabuticabal. A cordilheira do Itaimbé estende-se de Santa Adélia, passando próximo a Catanduva, Mirassol e General Salgado, começando daí a espalhar-se até as barrancas do rio Paraná, servindo como divisor de águas que formam os rios Tietê e Grande. A cordilheira de Jabuticabal, estende-se de Monte Alto, passando por Monte Azul, Olímpia e Nova Granada, espalhando-se daí entre as margens dos rios São José e Turvo, servindo como divisor de águas que formam o rio Grande e Turvo (Revista Feiticeira, jun. 1985, p. 12, ano 21, nº 85).

Em relação a vegetação da área:

Catanduva é um brasileiro que designa mato cerrado. Segundo a tradição local, o topônimo referido derivou-se da existência do mato rasteiro ou campo cerrado na área onde se localiza a cidade. Embora esteja Catanduva situada numa rica faixa de terra, própria para o cultivo cafeeiro e cereais, a paisagem vegetal característica da média araraquarense, notadamente entre aquela cidade e São José do Rio Preto, é a de arbustos, espinhos e plantas rasteiras justificando-se por conseguinte, sua denominação (Revista Feiticeira, abr. 1968, ano 3, nº 16).

Quanto aos povos indígenas do local:

[...] de Taquaritinga até nosso município não existem muitos alqueires de caatanduva, espelhando-se em árvores raquíticas e sub-vegetação rasteira. [...] Entretanto, mesmo essa etimologia não poderia ser aplicada ao nosso nome próprio. Todos os grandes tupniólogos; Anchieta, Figueira, Montoya, Restivo, Caetano, Adam, L. Barbosa, ficariam insatisfeitos se pudessem ler as interpretações que foram dadas a Catanduva. Eu que tive um curso de 1 ano de tupi-guarani, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, não posso aceitar essas interpretações apressadas, de historiadores não especialistas. Mesmo porque o “Vocabulário de Língua Brasileira (sendo pouco conhecido nem por isso justifica essas interpretações apressadas do Nheengatã (dos índios interioranos, inclusive os caivás). Estes deveriam ter habitado a região do Tietê e as margens do Rio Grande (e consequentemente errado pelo nosso município). Não se deve explicar nosso topônimo pelo Abanheegá ou pelo Nheengatu. Também estiveram aqui os paingá. Estes indígenas habitavam extensa região inclusive o rio Mogi-Guaçu, migrando

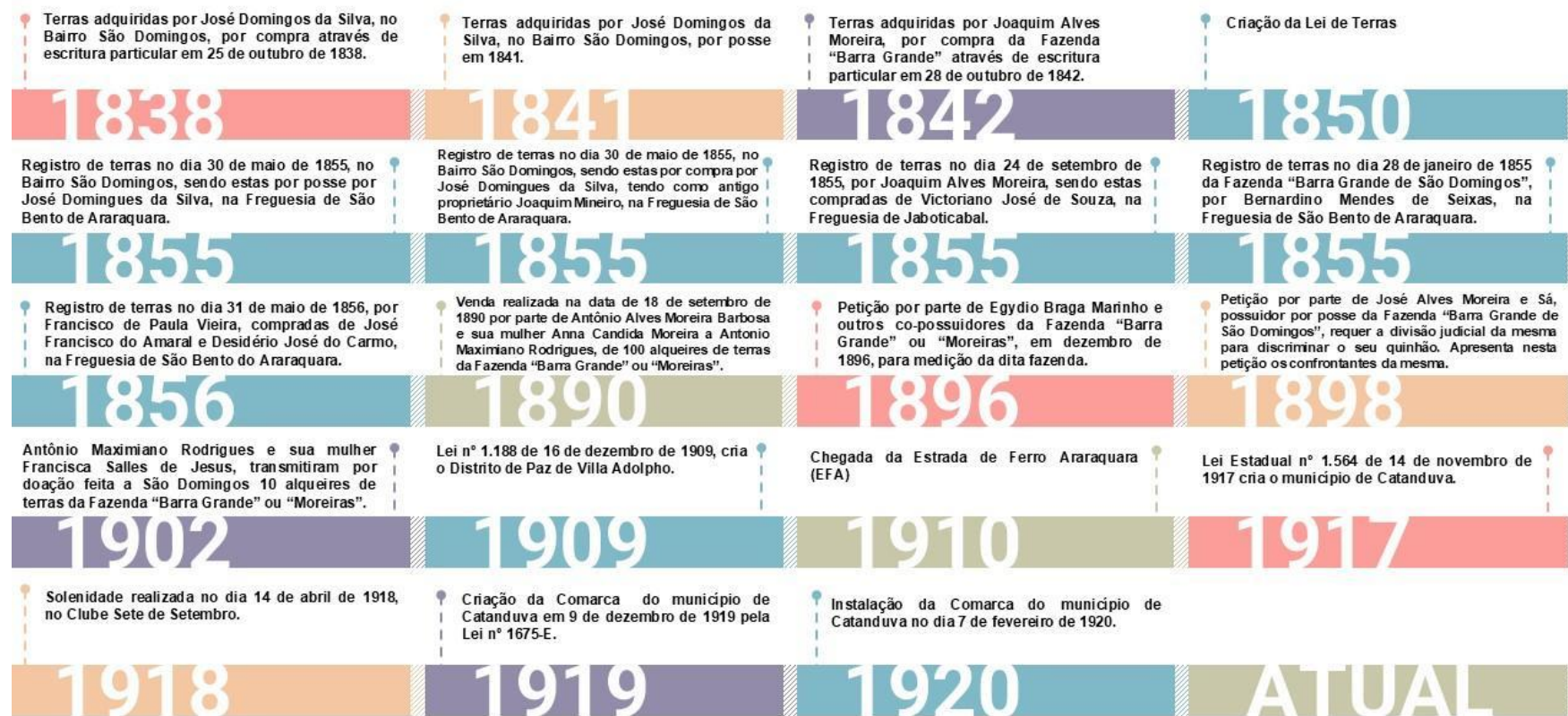
dali pra cá. Para alicerçar isto, podemos recorrer a Angione Costa (e outros) e principalmente a Manuel Pereira de Godoi em ‘Os extintos painguás da Cascata de Emas’. Refere-se esse estudioso, também, a cainguás (nome assinalado por tantos viajantes do Brasil de antanho e etnógrafos). Os desenhos e formatos da cerâmica, estampados pelo autor, coincide com os restos que encontrei na Ilha do Peixe, Corredeira dos Índios da Água Vermelha (e outros locais mais próximos ainda de nosso município). Isso não afasta os caivás (que mencionei anteriormente) cujos restos ainda vivem em Mato Grosso cuja cerâmica tem semelhanças com a dos painguás (conforme objetos de minha coleção etnográfica; colhidos em viagem pelo Pantanal). (Orgão dos alunos do IEBRB “Zumbi”, 1965, p. 2-4, ano 3, nº 2).

1.5. Três posseiros e um território: a Fazenda “Barra Grande” ou “Moreiras”

Na primeira etapa do trabalho, foram realizadas coletas de dados em fontes primárias, e após o processamento dessas informações, redigiu-se a parte inicial do texto para a qualificação. Assim, para a elaboração dos dois capítulos subsequentes, tornou-se necessário revisitar locais como cartórios, acervos físicos e digitais de jornais, além de bibliotecas, com o objetivo de responder aos questionamentos surgidos durante a escrita.

Essa nova investigação resultou na identificação de dados adicionais, os quais serão apresentados a seguir, proporcionando uma compreensão mais aprofundada e uma conexão mais clara com os fatos e os processos de desenvolvimento da cidade de Catanduva. Com o intuito de ilustrar tais processos e oferecer uma nova perspectiva sobre o que já foi produzido, será apresentada, a seguir (figura 17), uma linha do tempo destacando os principais desdobramentos da história do município.

Figura 17 – Linha do tempo com as principais informações referentes a história de Catanduva.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

1.5.1 Os precursores em terras desconhecidas

Ao analisar a história de Catanduva, inicialmente é necessário fazer uma breve contextualização sobre a origem dos pioneiros em terras catanduvenses. Assim, paira sobre a origem da cidade de Catanduva três vertentes para o possível fundador: o primeiro, Joaquim Alves Moreira; o segundo, Domingos Borges da Costa, vulgo, Minguta; e o terceiro, Antônio Maximiano Rodrigues.

A primeira hipótese sobre o início da história do povoado de São Domingos do Cerradinho está relacionada com a mudança de uma família de sobrenome Figueiredo, que segundo Quaglia (2003, p. 09): “[...] em meados do século XIX teria sido contemplado com uma carta de sesmaria, que abrangia o latifúndio denominado “Barra Grande” ou “Moreiras”, de dimensões indefinidas”, sendo o concessionário Joaquim Alves Moreira. Conforme o artigo “Flagrante Histórico de Catanduva”, de autoria de Elizabeth Farhat:

[...] Consegui, entretanto, num exemplar da Revista ‘O Século’, do saudoso jornalista Mozart da Costa Nunes, colher algumas notas [...] Por volta de 1850 desceu de Minas, furando os sertões do meio-oeste paulista, um corajoso desbravador – Joaquim Alves Moreira. Devia ser ele um daqueles intrépidos conquistadores de virgens florestas, que acolhiam as terras e, depois, iam para a frente, conquistar novas terras, plantar novos povoados. Chegou aqui, emergindo da floresta imensa, e viu que a terra era boa. Comprou uma gleba. (Diz o registro que ‘o Sr. Joaquim Alvez Moreira fez a aquisição legal dessas terras, num total de 13 mil alqueires, pela valiosa soma de cinco contos e quatrocentos mil réis, em moeda corrente imperial [...]’. Somente por volta de 1886, um seu neto, Joaquim Alves Figueiredo, veio fixar-se nas terras do velho pioneiro. Armou pouso num ponto do atual bairro São Francisco, e o fez, naturalmente, em local não distante da margem direita do ribeirão São Domingos.

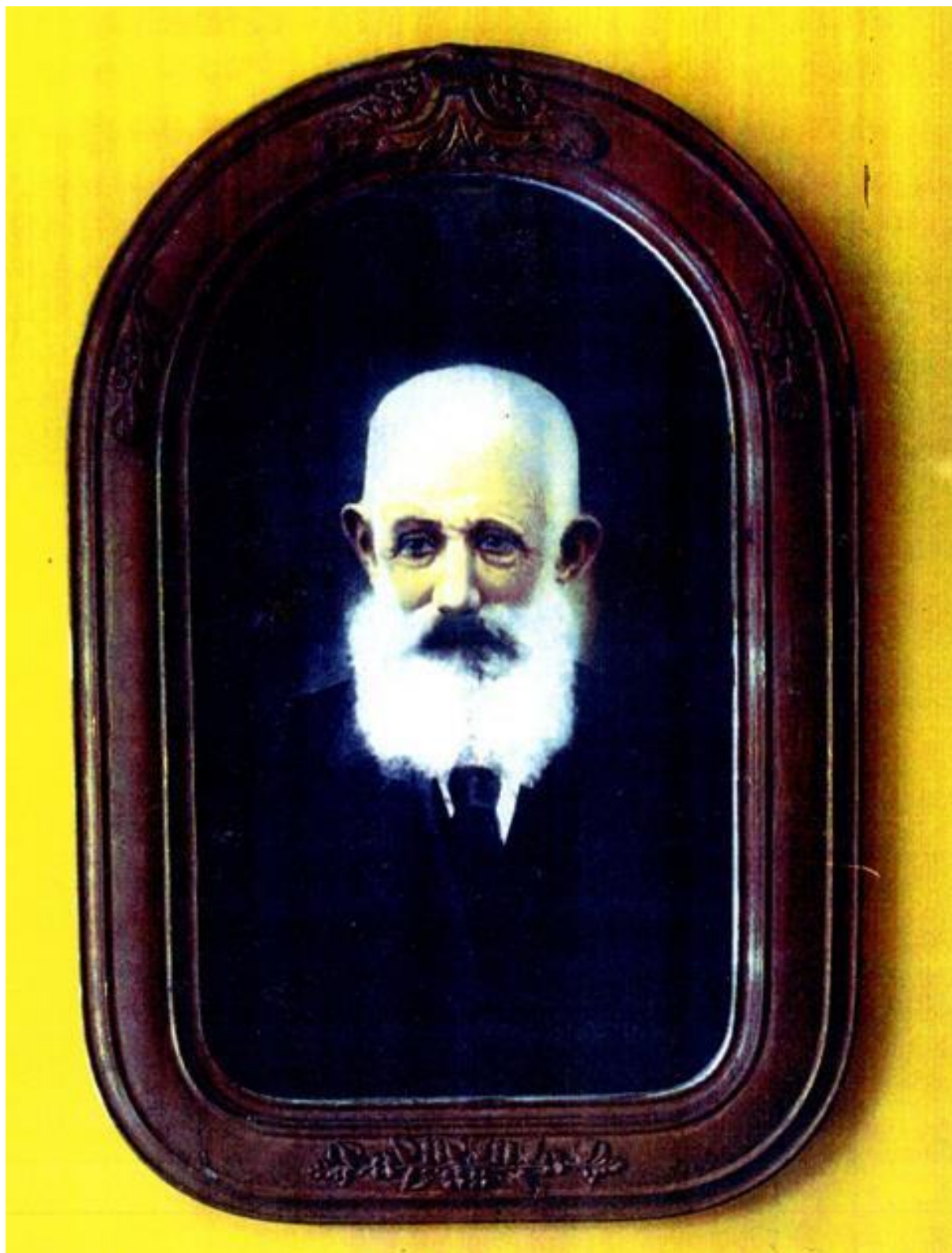
E, continua:

“Cerca de três anos depois, chegou outro sertanista da família, precisamente o filho de Joaquim Alves Moreira (já então falecido) – José Lourenço de Figueiredo. Vinha este acompanhado de um genro e dos filhos Cassiano, Eduardo, José, Inocência e Joaquim. O clã dos Figueiredos cresceu ali no São Francisco. A família – diz o registro – construiu ali, em 1890, um moinho de milho, ‘e tal engenho usaram em sua construção que ainda até hoje está lá.’ E o registro continua: – ‘Por aquele tempo (1890) começou aparecer por aí afora um velho sacerdote português, o Padre José Bento. Vinha da longínqua Araraquara ou Jaboticabal, em penosas viagens, ora a cavalo, ora

em carros de bois ou acompanhando cargueiros, visitando pequenas cidades, vilas, núcleos de moradores, etc., realizando batizados, casamentos, missas, ministrando conselhos, atendendo moribundos, fundando igrejas'. Os poucos moradores do povoado dos Figueiredo correram a sua presença. O Padre hospedava-se na residência de José Lourenço Figueiredo, onde atendia o povo. Foi este Padre José Bento quem, em 1892, arregimentou os moradores do lugar para a construção do cemitério do povoado que, já então tinha um nome – Cerradinho. Juntamente com José Lourenço de Figueiredo, ocorreu, diretamente entre outros, Antônio Rodrigues, chefe da grei dos Rodrigues, que como a dos Figueiredo, ainda conta com numerosos descendentes em Catanduva, nos dias atuais.

Diz o registro a que me estou reportando que, aquela época, não existiam ainda tantas localidades que ora circunvizinham Catanduva. O povoado mais próximo, denominado São Miguel (já desaparecido), situava-se pelas bandas da atual Cajobi, a umas oito léguas de distância, pois era onde se iam sepultar os mortos do Cerradinho [...]".

Figura 18 – Retrato de Joaquim Alves Figueiredo, filho de José Lourenço de Figueiredo.



Fonte: Catanduva Cidade Feitico. Disponível em: <https://catanduvacidadefeitico.com.br/imagens/noticias/2997/d1cb92b6bab048c.jpg>. Acesso em set. 2024.

A segunda vertente é de que Domingos Borges da Costa, conhecido popularmente como “Minguta” se “radicou nas cercanias da povoação nascente, à beira de um riacho, o qual conserva seu apelido” (Revista Feiticeira, set. 1971, p. 10-11, ano 7, nº 3).

Segundo o memorialista Sérgio Luiz de Paiva Bonelli (Boletim Só 10, jun. 2006, p. 02, ano 1, nº 06) Minguta ficou conhecido por ser um dos pretensos fundadores, e também ser um dos pioneiros da região posteriormente conhecida como Cerradinho. Ainda segundo o memorialista:

Conforme informação obtida no jornal ‘A Cidade’, de 05/10/1930, ‘A comissão encarregada da construção do cemitério e capella [por volta de 1892/93], cumpunha-se dos srs. Joaquim Alves Figueiredo, José Lourenço de Figueiredo, Domingos Borges da Costa (Minguta), Antonio Maximiano Rodrigues, José Candido Gonçalves, José Ignácio Garcia, Antonio Augusto Ribeiro e outros [...]’ (Boletim Só 10, jun. 2006, p. 02, ano 1, nº 06).

Em pesquisas sobre “Minguta”, o jornal O Regional¹ reporta uma matéria sobre seu histórico e o que ele fez pela cidade:

Nascido em Lambari, Estado de Minas Gerais, em 03 de dezembro de 1847, justamente 100 anos após a vinda de seu trisavô Antônio Borges da Costa, marido de Maria Gonçalves, sua trisavó, filho legítimo de Francisco Borges da Costa e de Ana Flausina da Silva. [...] Minguta colaborou para a construção de um primitivo cemitério que existira em Catanduva. O referido cemitério de Catanduva, naquele tempo Cerradinho, estava localizado perto da atual Matriz de São Domingos, numa área onde hoje temos a esquina das ruas Brasil e Recife. [...] caboclo mineiro de Lambari, o homem que nunca calçou um par de sapatos, às vezes usava sandálias feitas por ele mesmo. Não usava também paletó e muito menos gravata. Morava no seu sítio pegado ao pequeno lugar Cerradinho, atual e bela cidade de Catanduva. Este sítio, ou melhor, sua casa de pau-a-pique, perto do córrego Minguta, no final das ruas Terezina e Manaus. Seu sítio começava ali e se estendia ao oeste do vilarejo, atingindo a atual rodovia asfaltada, tanto a que dá acesso para São Paulo, como a que dá entrada para Catanduva para os que vem de São José do Rio Preto. Tinha o seu carro de bois e ele mesmo era o carreiro. Tinha o monjolo conforme o costume dois mineiros. Tinha moinho, engenho, olaria, vacas de leite. Montou olaria com a finalidade única de fornecer tijolos para a construção da Igreja Matriz de São Domingos. As pedras do alicerce da

¹ Veja mais sobre a história de Domingos Borges da Costa em: <https://oregional.com.br/blog/detalhes/domingos-borges-da-costa-i> e <https://oregional.com.br/blog/detalhes/domingos-borges-da-costa-ii>

matriz de Catanduva foram todas transportadas no seu carro de bois (Jornal O Regional, 2024).

Figura 19 – Retrato de Domingos Borges da Costa, vulgo, “Minguta”.



Fonte: Jornal O Regional, 2024.

E, a terceira vertente alude a família Rodrigues. Segundo uma matéria publicada na Revista Feiticeira:

Antônio Maximiano Rodrigues, nasceu em Conceição do Rio Verde, Estado de Minas Gerais, em 1839. Nesta localidade criou-se e, aos 21 anos de idade contraiu matrimônio com Da. Francisca Sá de Jesus, tendo essa união lhes nascidos 9 filhos. Além de várias glebas de terras que possuía em Minas Gerais, em 1850 adquiriu cem (100) alqueires de terras, pelo preço de um conto de réis (Rs. 1.000\$000) do Sr. Antônio Moreira Barbosa, terras estas localizadas na região do Cerradinho do Rio São Domingos, comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo. Na mesma época, ampliando os limites dessa sua propriedade, adquiria outra parte de Da. Maria Jacinto do Espírito Santo. Ambos os negócios foram realizados em sua terra natal, por meio de compromisso de compra e venda, sendo as escrituras, efetuadas em cartórios de São José do Rio Preto e Jaboticabal. [...] Depois de alguns dias de descanso, abrindo, com grande sacrifício a sua própria estrada, veio, finalmente, atingir a sua propriedade no Cerradinho do Rio São Domingos, onde, realmente, tomou posse em fevereiro de 1868. [...] Após três anos de sua posse, em 1871, o Sr. Antônio Maximiano Rodrigues manifestava a intenção de doar dez (10) alqueires de terras da sua propriedade para formar, segundo dizia, o patrimônio de um distrito nesta região, do Cerradinho do Rio São Domingos, fato este que foi concretizado por volta de 1875, mediante publicação na região. [...] Por volta de 1890, em cartório de São José do Rio Preto, o Sr. Antônio Maximiano Rodrigues, recebeu a escritura pública de todas as suas terras, localizadas na chamada fazenda Cerradinho do Rio São Domingos, ficando claro neste documento, que a gleba de dez (10) alqueires, localizada à margem do chamado Rio São Domingos, ficava doada à Paróquia de São Domingos, cuja capela, posteriormente foi erigida nesse local, célula mater do futuro distrito (Revista Feiticeira, jun. 1972, ano 8, nº 33).

Figura 20 – Retrato de Antônio Maximiano Rodrigues.



Fonte: Catanduva Cidade Feitico. Disponível em:
<https://catanduvacidadefeitico.com.br/imagens/noticias/4274/dbf51336ebddaea.jpg>. Acesso em set.
2024.

Apesar das incertezas quanto à identidade do primeiro posseiro nas terras de Catanduva, é possível identificar um traço comum entre os pioneiros: todos são oriundos de Minas Gerais, integrando o movimento migratório que, a partir da segunda metade do século XIX, avançou pelo território paulista em direção ao extremo oeste.

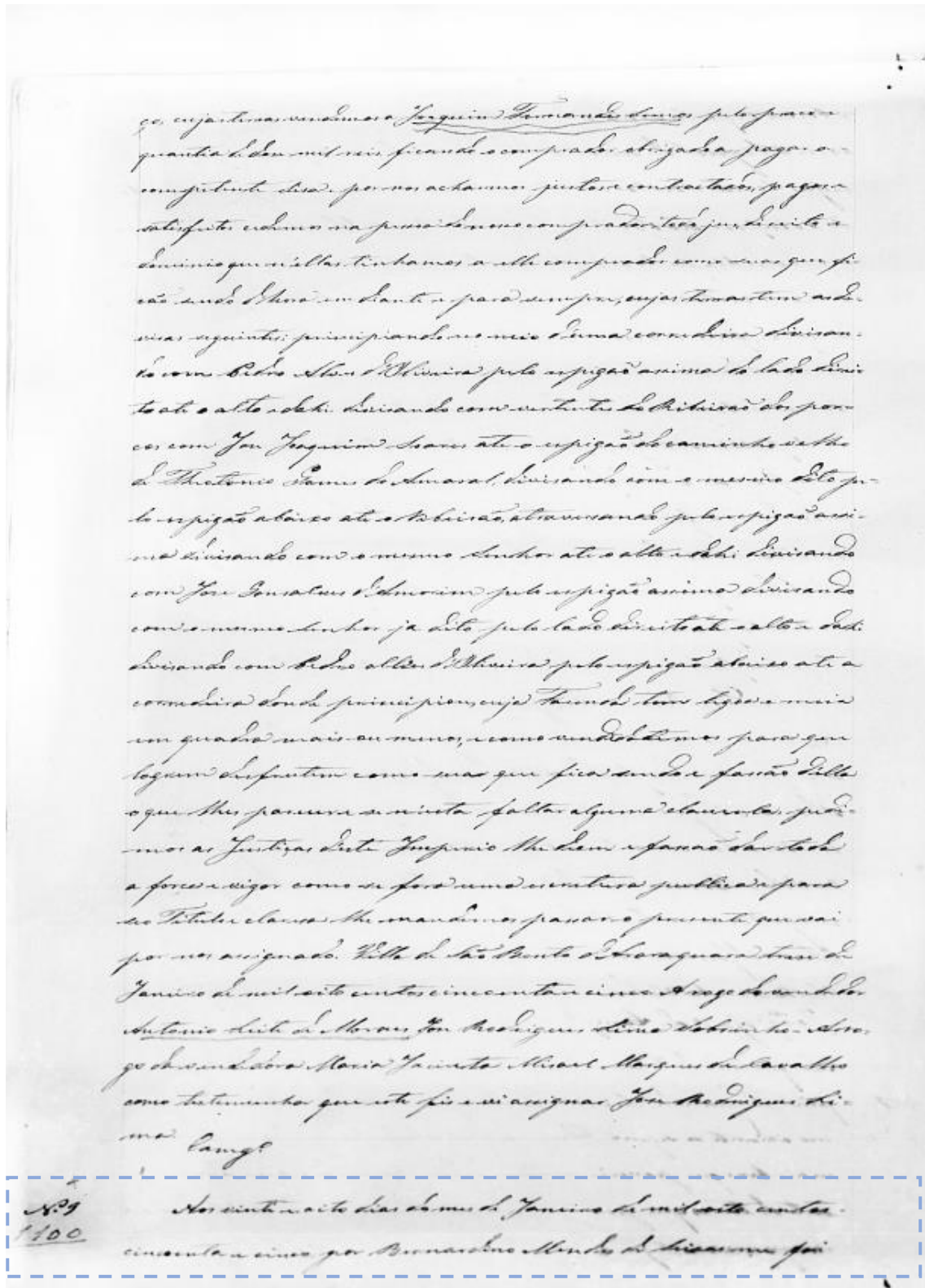
1.5.2 O domínio das terras da Fazenda “Barra Grande” ou “Moreiras”

Os caminhos que conduzem ao núcleo da Fazenda Barra Grande, também conhecida como Moreiras, são complexos e remetem a um período em que os registros de terras estavam ameaçados pela prática da grilagem, intensificada após a promulgação da Lei de Terras de 1850.

A partir desse pressuposto, iniciou-se o processo de busca em fontes primárias pelo registro de terras da citada fazenda. Cabe ressaltar que devido às particularidades de registro público da época e também não sendo o foco da pesquisa propriamente dito, não foi pesquisado toda a sucessão do domínio de propriedade dessas terras. Portanto, a pesquisa só foi feita nos livros dos Registro de Terras da Província de São Paulo das localidades de Araraquara e Jaboticabal, no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Jaboticabal e no acervo online do Diário Oficial, posteriormente.

Assim, foi solicitado ao Arquivo do Estado de São Paulo, o livro do Registro de Terras da Província de São Paulo, da localidade de Araraquara. Neste livro (figura 21 e 22), consta o registro nº. 9, do dia 28 de janeiro de 1855, da fazenda Barra Grande de São Domingos, sendo o primeiro a registrar a fazenda, Bernardino Mendes de Seixas.

Figura 21 – Registro de Terras nº 9 da Fazenda “Barra Grande de São Domingos”, de 28 de janeiro de 1855, localizado no livro de Registro de Terras da Província de São Paulo, localidade de Araraquara.



Conforme a transcrição do documento:

“Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de mil oitocentos e cinquenta e cinco, por Bernardino Mendes de Seixas me foi apresentado o título de suas terras como adiante e segue. Bernardino Mendes de Seixas possui uma fazenda nesta Freguesia de São Bento de Araraquara denominada Barra Grande de São Domingos a qual divisa com João Leite, Joaquim Gonçalves de Souza, João Antônio de Siqueira, Francisco de Paula Vieira, Joaquim de Moraes, João Pinto de Carvalho e Luís Antônio Vieira e seus sócios Joaquim Moreira e Manoel Nicolau e com os herdeiros do finado Domingos José Pereira. Barra Grande vinte e três de janeiro de mil oitocentos e cinquenta e cinco”.

(Livro de Registro de Terras da Província de São Paulo, localidade de Araraquara, nº 9, p. 16-17, tradução nossa).

A partir deste registro, contém somente informações referentes aos nomes dos respectivos proprietários que a citada fazenda tinha suas divisas. Todavia, não consta informações para análise como suas dimensões e nem como foi adquirido essas terras, pois estes registros eram meramente declaratórios, ou seja, eram feitos a próprio punho, não sendo exigido uma documentação precisa. Assim, pode-se levantar a hipótese de que as mesmas tenham sido transmitidas por posse. Neste mesmo livro, existem outros três registros de terras que dois deles aludem ao nome “Bairro de São Domingos” (figura 23 e 24) e outro a “Barra Grande” (figura 25).

Figura 23 – Registro de Terras nº 27 em terras no Bairro de São Domingos, em 30/05/1855, localizado no livro de Registro de Terras da Província de São Paulo, localidade de Araraquara.

13

Deu este fôr e vi assignar - Antonio Bonifacio de Lenc^o
 ro. Joaquim de Lenc^o.

Nº 27 = Aos vinte e oito dias do mes de Maio de mil oit^o
 2400 centos cincoenta e cinco por Joaõ Domingues da Silva
 sou foi apresentada com titulo de terras cujo theor he o se-
 guinte. Terras que possui Joaõ Domingues da Silva
 nesta Freguesia de São Bento de Araraquara. Eu abaixo
 assignado Joaõ Domingues da Silva sou senhor e possessor
 das terras seguintes nesta Freguesia. Heum cote de terras de
 culteiras no Bairro de São Domingos, com humo legoa
 de testada pouco mais ou menos, e duas legoas de fundo
 pouco mais ou menos, as quaes dividem-se, principian-
 do do lado de baixo pelo espigão divizante com Cypriano de
 Silva, e seguindo pelo mesmo espigão com Manoel Pereira
 e continuando o mesmo espigão com Teresa Ferraz de
 e Joaquina Theresia e chegando ao ribeirão dos porcos, se-
 guem por elle abaixo, dividem-se com Constantino de Sal
 e Antonio Cactano, e dahi vai dividendo com o Cati-
 ronio do Itoraiã do Espirito Santo; este cote foi por
 mim assignado, em mil oit^o centos quarenta e hum
 cuja posse nunca sou foi disputada, e vivo no gozo del-
 la tranqullamente. Villa de Araraquara vinte de Maio
 de mil oit^o centos cincoenta e cinco. Proge de Joaõ Domín-
 gues da Silva. Joaquim Cypriano de Camargo.

Joaquim Cypriano de Lenc^o.

Nº 28 = Aos vinte de Maio de mil oit^o centos cincoenta e cin-
 2620 co por Joaõ Domingues da Silva sou foi apresentada com
 titulo de terras cujo theor he o seguinte. Terras que pos-
 sou Joaõ Domingues da Silva nesta Freguesia de São Ben-
 to de Araraquara. Eu Joaõ Domingues da Silva sou senhor
 e possessor das terras seguintes nesta Freguesia. Heum

Conforme a transcrição do registro:

“Aos vinte digo trinta dias do mês de maio de mil oitocentos e cinquenta e cinco por José Domingues da Silva me foi apresentado um título de terras cujo teor é o seguinte. Terras que possui José Domingues da Silva nesta Freguesia de São Bento de Araraquara, eu abaixo assinado José Domingues da Silva sou senhor e possuidor das terras seguintes nesta freguesia. Um sítio de terras de cultura no bairro de São Domingos com uma légua de testada pouco mais ou menos e duas léguas de fundo pouco mais ou menos as quais dividem se principiando do lado de baixo pelo espigão divisando com Cipriano Vilela e seguindo pelo mesmo espigão com Manoel Pereira e continuando com o mesmo espigão com Ana Fernandes e Joaquina Teresa e chegando no Ribeirão dos Porcos segue por ele abaixo divisando com Constantino de tal, Antônio Caetano e daí vai divisando com Patrimônio do Arraial do Espírito Santo. Este sitio foi por mim apossado em mil oitocentos e quarenta e um cuja posse nunca me foi disputada e vivo no gozo dela tranquilamente. Vila de Araraquara trinta de maio de mil oitocentos e cinquenta e cinco arrego de José Domingues da Silva.

José Cipriano de Camargo”.

(Livro de Registro de Terras da Província de São Paulo, localidade de Araraquara, nº 27, p. 29, tradução nossa).

Figura 25 – Registro de Terras nº 28 em terras no Bairro de São Domingos, em 30/05/1855, localizado no livro de Registro de Terras da Província de São Paulo, localidade de Araraquara.

- Hum Cotejo de Terras Lavradas, e alguma serrado no Bair-
ro de São Domingos, e no Selição da Chibuma, com tres
quartos de Testada, e humo legoa de fronto pmo ma-
is ou menos, as quaes terras dividem-se pelo lado de
trazido pelo correioinho com Antonio Joaquin, e su-
linda pelo dito correio ganhando e expigão divide
com Manoel Francisco, e a travessando o dito expi-
gão certo em linha recta atravessando o Selição da
Chibuma ate o cotejo do expigão que fica do outro la-
do que vai devesando com Joze Francisco, e se-
guindo pelo expigão abaixo devesando com os
herdeiros de Joze Antonio de Mayol ate chegar ao
Selição dos piores e seguindo por elle abaixo ate
encontrar com as dividas de Antonio Joaquin
de Oliveira. Este cotejo foi por assim comprado a
Joaquin Alencar em mil oito centos trinta
e oito por escritura particular datada de vin-
te cinco de Outubro de mil oito centos oigo
de seis omo curre. Nella de São Bento de Ara-
quara trinta de Maio de mil oito centos cincoenta
e cinco. Progo de Joze Domingues da Silva Joaquin
Cypriano de Camargo.
Joaquin Cypriano de Camargo.
 N.º 29. Humo cotejo novo. Nos trinta e humo dias do mto
 3020 de Maio de mil oito centos cincoenta e cinco, por Ma-
 noel Joze de Oliveira me foi representado hum testa-
do de terras cujo he o theor seguinte. Devemos nos aba-
ixos assignados, em Alexandre Joze de Castello, e minha
mulher Maria Angela de Joze que entre os mais
bens que possuímos soumos devedores e possuidores de
humo cotejo de terras no lugar denominado São Bento

Conforme a transcrição do registro:

“Aos trinta de maio de mil oitocentos e cinquenta e cinco por José Domingues da Silva me foi apresentado um título de terras cujo teor é o seguinte. Terras que possui José Domingues da Silva nesta Freguesia de São Bento de Araraquara. Eu José Domingues da Silva sou senhor e possuidor das terras seguintes nesta freguesia. Um sítio de terras lavradas e algum cerrado no Bairro de São Domingos e no Ribeirão da Anhumã com três quartos de testada e uma légua de fundo pouco mais ou menos as quais terras dividem-se pelo lado de baixo correquinho com Antônio Joaquim e subido pelo dito córrego ganhando o espigão com Manoel Francisco e atravessando o dito espigão corta em linha reta atravessando o Ribeirão da Anhumã até o alto do espigão que fica do outro lado que vai divisando com José Francisco seguindo pelo espigão abaixo divisando com os herdeiros de José Antônio de Ataíde até chegar no Ribeirão dos Porcos e seguindo por ele abaixo até encontrar com as divisas de Antônio Joaquim de Oliveira. Este sítio foi por mim comprado a Joaquim Mineiro em mil oitocentos e trinta e oito por escritura particular datada de vinte e cinco de outubro de mil oitocentos do mesmo ano. Vila de São Bento de Araraquara trinta e um de maio de mil oitocentos e cinquenta e cinco arrogo José Domingues da Silva.

José Cipriano de Camargo”.

(Livro de Registro de Terras da Província de São Paulo, localidade de Araraquara, nº 28, p. 29-30, tradução nossa).

Esses dois registros oferecem indícios sobre o quão vastas eram essas terras e posteriormente seus confrontantes, ainda que de forma parcial, uma vez que a maioria dessas propriedades possuía dimensões indefinidas por se tratarem de grandes áreas ou, quando delimitadas, utilizavam cursos d'água como referência para seus limites.

Assim, em pesquisa realizada no acervo online do *Diário Oficial*, uma citação² referente à descrição de uma área e seus confrontantes indica que, em 1899, essas

² Essa citação é referente a “Fazenda Três Barras”, conforme a transcrição abaixo:

“O doutor Joaquim Antonio de Oliveira Neves, juiz de direito da comarca de Jaboticabal, na forma de lei, etc.

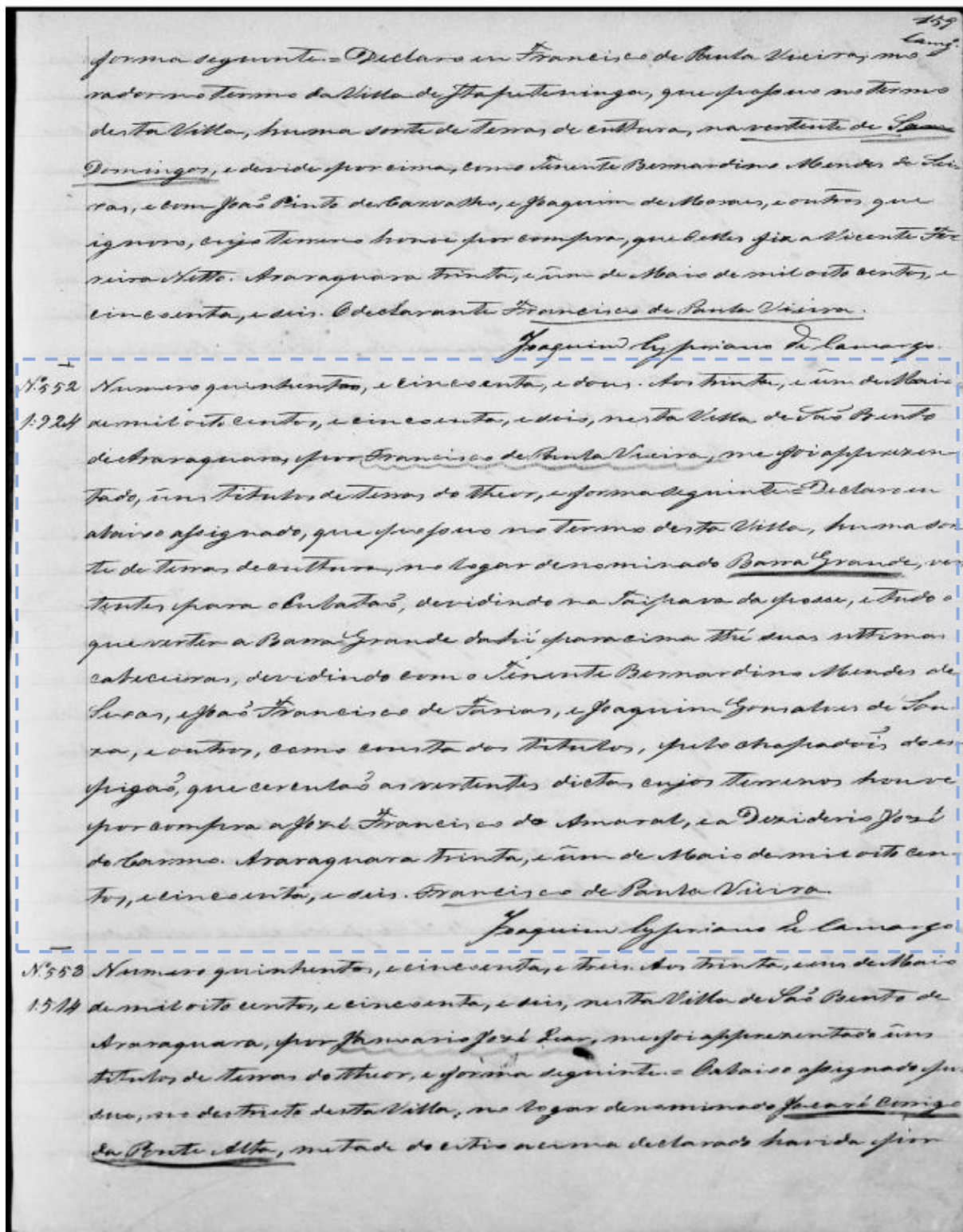
Faço saber aos que o presente edital de citação com o prazo de noventa dias virem ou d'elle noticia tiverem, que por parte de Joaquim José Pereira e outros me foi dirigida a petição do teor seguinte: Excellentissimo senhor doutor juiz de direito Joaquim José Pereira. Dona Maria Rosa de Jesus os menores [palavra ilegível] Joaquim e João e os [palavra ilegível] José, Francisco, Juvencio e Pedro, filhos do falecido Jose Antonio de Azevedo, aquelles assistidos e estes representados por sua mãe, a segunda suplicante, são senhores e possuidores, em comunhão com outros, da fazenda denominada “Três Barras”, na sua maior parte inscrita, sita no município de Ribeirãozinho, desta comarca. Esta fazenda foi adquirida, parte da ocupação primaria e parte por compras feitas a diversos, por Manoel Francisco de Passos, que [palavra ilegível] inscrever no registro de terras creado pelo decreto de 30

terras ainda estavam sob posse de José Domingues da Silva. Posteriormente, a propriedade passou a ser denominada “Fazenda Anhumas”, situada nas proximidades de Ribeirãozinho — região que, atualmente, corresponde ao município de Taquaritinga, localizado nas imediações de Catanduva.

O terceiro registro pesquisado no livro, faz menção a Fazenda Barra Grande (figura 26).

de janeiro de 1831 como se vê do documento junto. Por morte deste possuidor passou a fazenda ao domínio e posso de seus herdeiros, entre os quaes os suplicantes – seu genro, filha e neto: - ampliando-se a comunhão por posteriores transmissões que a titulo universal, quer a titulo singular. A linha primitica do imóvel desiguada nas declarações do primitivo possuidor, constantes do citado documento, e até agora respeitadas pelos confrontantes, é a seguinte: “Principiando na barra do córrego deminado Salto no ribeirão da Taquara, entre os quaes se encontra a tradicional mouta de taquara do reino que deu o nome ao ribeirão, segue, da margem direita do ribeirão pelo espigão mestre em frente até o ribeirão da Onça, divisando com a fazenda Anhumas outrora propriedade de José Domingues e Agua Limpa, outrora propriedade de Jacintho Mendes, e, atravessando o ribeirão da Onça, segue pelo espigão divisório das aguas dos córregos Agua Limpa e Campinho, confrontado com a dita fazenda Agua Limpa, continua pelo referido espigão, confrontando com as fazendas Congonhas e Campo Triste, outrora propriedade de Tristão Nantes, e, alcançando o alto da serra, segue por esta confrontando com as fazendas Cubatão que pertenceu a Domingos Pereira e Barra Grande ou Moreiras que pertenceu a Joaquim Moreira; descendo a serra, segue pelo espigão divisório das aguas do córrego Saltinho e ribeirão da Taquara, e no qual foi recentemente fundada a povoação denominada Taquara, até alcançar a estrada velha do Ribeirãozinho a São José do Rio Preto, e por esta estrada até o espigão divisório das aguas do córrego Salto e ribeirão da Taquara, e finalmente por este espigão abaixo, atravessando na ponte do mesmo a aludida moita de taquara do reino, até a barra onde teve princípio, confrontando com a fazenda Cachoeira, pertencente aos herdeiros de José Francisco de Castilhos. Pretendendo os suplicantes sahir da comminhão em que se acham, requerem a vossa excellencia a citação dos condôminos cujos nomes constam da inclusa lista, parte integrante desta petição, para na primeira audiência desse juízo, após o decurso de noventa dias de publicação pelo Diário Official do edital que adiante se trata, verem propor-se a competente acção *communi dividendo*, louvarem-se com os suplicantes em agrimensor e arbitradores que procedam a medição e divisão da referida fazenda, separando o quinhão de cada condômino, e para reciprocamente abonarem as despesas, valendo a citação para os demais termos da causa e o valor de oitenta contos de réis, pedem a vossa excellencia: 1º a expedição de mandado para a citação dos condôminos residentes nesta comarca; 2º a expedição de editaes com o prazo de noventa dias para citação dos interessados desconhecidos e dos ausentes em logar ignorado ou incerto, requisitando-se a sua afixação dentro de sessenta dias da sua publicação no Diario Official, nos logares dos domicílios dos condôminos com residência conhecida em outras comarcas deste Estado, os quaes ficarão citados pelos mesmos editaes; 3º a nomeação de um curador a lide aos incapazes e ausentes, ordenando-se a citação do mesmo para os termos da acção; 4º a designação de dia, hora e logar para os suplicantes produzirem a justificação exigida pelo artigo 8º do decreto n. 720 de 5 de setembro de 1890.” [...] (Acervo do Diário Oficial, junho de 1899, tradução nossa).

Figura 26 – Registro de Terras nº 552 da Fazenda Barra Grande, em 31/05/1856, localizado no livro de Registro de Terras da Província de São Paulo, localidade de Araraquara.



Conforme a transcrição do mesmo:

“Aos trinta e um de maio de mil oitocentos e cinquenta e seis nesta Vila de São Bento de Araraquara por Francisco de Paula Vieira me foi apresentado seus títulos de terras do teor e forma seguinte: declarou o abaixo assinado que possui no termo desta vila uma sorte de terras de cultura no lugar denominado Barra Grande vertentes para o Cubatão dividindo na [ilegível] da posse e tudo o que verter a Barra Grande daí para cima até suas ultimas cabeceiras, dividindo com o Tenente Bernardino Mendes de Seixas e João Francisco de Farias e Joaquim Gonçalves de Souza e outros como consta nos títulos. Pelo chapadão do espigão que [ilegível] as vertentes ditas cujas terrenos houve por compra a José Francisco do Amaral e a Desidério José do Carmo. Araraquara trinta e um de maio de mil oitocentos e cinquenta e seis”.

(Livro de Registro de Terras da Província de São Paulo, localidade de Araraquara, nº 552, p. 328, tradução nossa).

Assim como os dois registros mencionados anteriormente, este também oferece um parâmetro quanto à extensão das terras descritas. No entanto, trata-se de um registro de compra, o que permite levantar a hipótese de que a área adquirida corresponda à antiga Fazenda Barra Grande de São Domingos. Essa suposição é sustentada tanto pelas divisas mencionadas com o Tenente Bernardino Mendes de Seixas quanto pela permanência do nome “Barra Grande” associado à propriedade.

Seguindo com as pesquisas, também foi solicitado ao Arquivo do Estado de São Paulo, o livro de Registro de Terras da Província de São Paulo, da localidade de Jaboticabal. Neste livro (figura 27 e 28), consta o registro nº 25 do dia 24 de setembro de 1855, sendo este referente a compra da Fazenda Barra Grande, por Joaquim Alves Moreira.

Figura 27 – Registro de Terras nº 25 da Fazenda Barra Grande, em 24/09/1855, localizado no livro de Registro de Terras da Província de São Paulo, localidade de Jaboticabal.

mil oitocentos e noventa e cinco = João da
Costa Maldonado, = e nada mais se conti-
nha nos ditos exemplares, que copiei bem
fidelmente. Jaboticabal quinze de Agosto
de mil oitocentos e noventa e cinco. O
Capellão Justino Ferreira da Rosa.)

- Numero 25 -

Eu Joaquim Alves Moreira morador na freguesia
de Caconde posso humma fazenda de
cultura denominada Barra Grande no Dis-
tricto da freguesia de Jaboticabal, comprada a
Victoriano José da Louza, e sua mulher Ma-
ria Theresia da Conceição e seus filhos e genros
passava a escriptura por Dissiderio José do
Odem em vinte oito de Outubro de mil oi-
tocentos e quarenta e dois, suas divisões
principiaõ na barra do Senadinho pelo rio
da Agua abaixo dividido com Manoel
Machado da Fonseca thõ ganhar o espigão
mestre e por este abaixo dividido com
Bernardino de Olexas e pelo mesmo abaixo
thõ encontrar com terras de Luiz Teixeira e
dividido com o mesmo thõ encontrar
com terras de Joviano e pelo dito espigão
mestre dividido com Firmino e pelo
mesmo abaixo dividido com os Orphaõs
de Manoel Antonio e pelo mesmo dividido
com João Manoel e pelo este espigão mes-
tre dividido com os Lute e todas as ca-
beceiras do dito ribeirão Barra Grande thõ
encontrar com terras de Manoel Pimenta

Figura 28 – Registro de Terras nº 25 da Fazenda Barra Grande, em 24/09/1855, localizado no livro de Registro de Terras da Província de São Paulo, localidade de Jaboticabal.

14

pela espizão abaiço thê a ponta da Serra do
 Jabatão - e pela mesma Serra abaiço dividin
 do com os Peruias e da Serra pela espizão abai
 do tudo que reste para o Corriço do Couquei
 os dividindo com o mesmo Nicolão thê o
 Ribeirão Barra Grande donde fronteira hum
 marco de chueira que está do lado esquerdo
 do ribirão em rumo de esquadro, dividindo
 com Manuel Nicolão e Bernardino de Chexas
 pela mesma ribeirão acima dividindo com
 o mesmo Nicolão thê a Barra do Corriço
 do Seradinho donde tere principio esta divi
 são e tudo quanto se acha dentro destas con
 frontação regulando ter tres legoas em
 quadras mais ou menos com gramados e
 outras benfeitorias e cultivados e estradas
 e comarcas. Jaboticabal vinte e quatro de
 Setembro de mil oitocentos e cinquenta e cinco.
 Por Joaquim Alves Moreira. = José Lourenço
 de Siqueira = Procurador = E nada mais
 se continha nos ditos exemplares que
 bem fielmente copiei. Jaboticabal vinte
 e quatro de Setembro de mil oitocentos e
 cinquenta e cinco. O Capellão Justin Fer
 reira da Rocha.)

- Numero 26 -

Terras que possui João Pêlles Mascate nesta
 Freguezia. Eu abaixo assignado sou Le
 ntor e possuidor das terras seguintes: hum
 bitio de terras de cultura no bairro de-

Conforme a transcrição deste:

“Eu Joaquim Alves Moreira morador na Freguesia de Caconde possui uma fazenda de cultura denominada Barra Grande no distrito da Freguesia de Jaboticabal comprada a Victoriano José de Souza, e sua mulher Maria Thereza da Conceição e seus filhos e genros passada a escritura por Desidério José do Carmo em vinte e oito de outubro de mil oitocentos e quarenta e dois, suas divisas principais na barra do cerradinho pelo meio da água acima dividindo com Manoel Nicolau da Fonseca até ganhar o espigão mestre e por este acima dividindo com Bernardino de Seixas e pelo mesmo acima até encontrar com terras de Luiz Vieira e dividindo com o mesmo até encontrar com terras de Januário e pelo dito espigão mestre dividindo com Firmino e pelo mesmo espigão dividindo com os órfãos de Manoel Antônio pelo mesmo dividindo com João Manoel e pelo este espigão [ilegível] dividindo com os Leite a todas as cabeceiras do dito ribeirão Barra Grande até encontrar com terras de Manoel Francisco pelo espigão abaixo até a ponta da serra do cubatão e pela mesma serra abaixo dividindo com os Pereiras e da serra pelo espigão abaixo tudo o que verte para o córrego dos coqueiros dividindo com o mesmo Nicolau até o ribeirão barra grande onde fronteira um marco de aroeira que esta do lado esquerdo do ribeirão em rumo de esquadro dividindo com Manoel Nicolau e Bernardino de Seixas e pelo mesmo ribeirão acima com o mesmo Nicolau até a barra do córrego do cerradinho onde teve princípio essa divisão tudo quanto se acha dentro dessas confrontações regulando de ter três léguas em quadras mais ou menos com gramados e outras bem feitorias e cultivados e estradas de comércio. Jaboticabal vinte e quatro de setembro de mil oitocentos e cinquenta e cinco por Joaquim Alves Moreira = José Lourenço de Figueiredo procurador. E nada mais se continha nos ditos exemplares que bem fielmente copiei. Jaboticabal vinte e quatro de setembro de mil oitocentos e cinquenta e cinco”.

(Livro de Registro de Terras da Província de São Paulo, localidade de Jaboticabal, nº 25, p. 30-31, tradução nossa).

A partir dos registros de terras analisados, destaca-se o de nº 552, datado de 31/05/1856, no qual Francisco de Paula Vieira registra a aquisição das terras da Fazenda Barra Grande, anteriormente pertencentes a José Francisco do Amaral e Desidério José do Carmo. No entanto, há um registro anterior, datado de 24/09/1855, na Freguesia de Jaboticabal, em que Joaquim Alves Moreira declara a compra de terras da mesma fazenda, tendo como antigo proprietário Victoriano José de Souza, conforme escritura lavrada por Desidério José do Carmo em 28/10/1842.

Assim, considerando que esses registros consistiam em meras declarações, e com base nas datas apresentadas, é possível inferir que entre ambos, o primeiro comprador das terras da Fazenda Barra Grande foi Joaquim Alves Moreira. Contudo, não é possível determinar com precisão qual porção da fazenda foi adquirida por ele. Assim, não há evidências suficientes para afirmar se essa compra entrou em conflito com as terras posteriormente adquiridas por Francisco de Paula Vieira na mesma propriedade.

Contudo, presume-se que ambas as aquisições se referem à mesma propriedade, a Fazenda Barra Grande, tendo como elo comum o nome de Desidério José do Carmo, sendo este apresentado como antigo proprietário (no registro de terras nº 552) e como possível escrivão público da escritura de compra da fazenda por Joaquim Alves Moreira (no registro de terras nº 25). Outro aspecto relevante é a presença no registro nº 25 do nome de Joaquim Alves Moreira — mencionado anteriormente como um dos primeiros a constituírem núcleo familiar na região —, pai de José Lourenço de Figueiredo e avô de Joaquim Alves Figueiredo, integrantes da família Figueiredo.

Assim, seguindo com a pesquisa e na cronologia dos fatos pesquisados da referida fazenda, entre o final da década de 1850 e o início da década de 1890, observa-se um hiato temporal de aproximadamente 40 anos sem registros documentais relacionados à Fazenda Barra Grande, possivelmente devido à ausência de documentação formal. No entanto, é importante destacar que, independentemente da existência de registros, é plausível supor que as terras continuaram a ser objeto de negociações durante esse período.

Dessa forma, como foram realizadas pesquisas de fontes primárias no Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo e posteriormente no acervo online do *Diário Oficial*, também foram realizadas buscas por documentos em cartórios das cidades de Jaboticabal, São José do Rio Preto e Catanduva. Em pesquisa no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Jaboticabal, foram encontradas a escritura de compra e venda (figura 29) entre Antônio Alves Moreira Barbosa e sua mulher, Anna Cândida Moreira, venda feita para Antônio Maximiano Rodrigues, datando de 18 de setembro de 1890.

Figura 29 – Certidão de transcrição da escritura de compra e venda entre Antônio Alves Moreira Barbosa e sua mulher Anna Cândida Moreira a Antônio Maximiano Rodrigues em 18 de setembro de 1890.



**OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE JABOTICABAL – SP.**

ÁLVARO BENEDITO TORREZAN
Oficial

CERTIDÃO

ÁLVARO BENEDITO TORREZAN, Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica do Município e Comarca de Jaboticabal – SP. -----
CERTIFICA que, revendo os Livros da Serventia a seu cargo, deles conforme **TRANSCRIÇÃO** número 206, livro 3, folhas 42, de 18 de setembro de 1890, **ANTONIO ALVES MOREIRA BARBOSA**, e sua mulher **ANNA CANDIDA MOREIRA**, transmitiram por venda feita a **ANTONIO MAXIMIANO RODRIGUES**, escritura pública, tabelião João Evangelista Homem, pelo valor de 1:000\$000, o seguinte:-----
 Cem alqueires de terras, na Fazenda denominada Barra Grande, neste termo.-----
 CERTIFICO mais que a presente certidão retrata a situação jurídica do imóvel até o último dia útil anterior a data da emissão.-----
Esclarecimentos: O(s) elemento(s), número(s), e nome(s) objeto desta certidão, referem-se aos mesmos na forma em que se encontram aqui grafados, tendo sido fornecidos pela própria pessoa interessada, não devendo ser considerados aqueles semelhantes por qualquer motivo.-----
 Nada mais. O referido é verdade e dá fé. Jaboticabal, 22 de agosto de 2024. Eu, **JOÃO CARLOS PEREIRA**, Escrevente Autorizado, pesquisei os arquivos e digitei. O presente documento foi assinado mediante processo e certificação digital disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, sendo legalmente válido mediante a conservação em meio eletrônico, comprovada a autoria e integridade.

PRAZO DE VALIDADE: Para fins da letra "c" do item 15 do Cap. XVI do Provimento CGJ 58/89, a certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de sua emissão.					Protocolo nº 165800 Relação nº 160/2024	
Recolhimentos						
Oficial	Estado	Sec. Faz.	Reg. Civil	Trib. Justiça	Min. Público	Munic. (ISS) TOTAL
R\$ 42,22	R\$ 12,00	R\$ 8,21	R\$ 2,22	R\$ 2,90	R\$ 2,03	R\$ 0,84 R\$ 70,42
A procedência deste documento poderá ser verificada após 24 horas de sua expedição no site https://selodigital.tjsp.jus.br					Selo Digital 1200713C3BJ8ZRCCTA2\$5B241	

Rua Mimi Alemagna, 183 – Centro – CEP-14870-280 – Jaboticabal / SP

Fone: (16) 3202-3015 E-mail: certidao@rjjaboticabal.com.br Site: rjjaboticabal.com.br

Folha: 1/1

Documento assinado no Assinador Registro de Imóveis. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinador.registrodemoveis.org.br/validar/GCRNH-VJUZ-CGX-BA-SV6AX>.



Fonte: 1º Cartório de Registro de Imóveis de Jaboticabal, 2024.

Posteriormente, em pesquisas no acervo online do *Diário Oficial*, em dezembro de 1896, há uma citação da Fazenda Barra Grande, que também é conhecida por Fazenda São Domingos ou Fazenda dos Moreira (figura 30, 31, 32 e 33). Nesta petição feita ao juiz de direito da comarca de Jaboticabal, Juvenal Augusto Alves de Carvalho, requerido por Egydio Braga Marinho e outros possuidores, a medição da mesma fazenda, para posteriormente dividi-la.

Figura 30 – Citação da Fazenda “Barra Grande” ou Fazenda “São Domingos” ou Fazenda dos “Moreira”, no *Diário Oficial* em dezembro de 1896.

Terça-feira, 22

DIÁRIO OFFICIAL

Dezembro 1896 19071

prazo de 30 dias virem ou delle noticias tiverem, que tendo fallecido d. Maria Laurinda de Oliveira, deixando bens nesta cidade, os quaes foram na forma da lei, arrecadados e postos em administração e deposito, e tendo a referida fallecida instituido sua universal legataria a menor Maria da Gloria de Oliveira, residente actualmente em lugar desconhecido e incerto, pelo presente convoca a mesma menor, bem como a todos aquelles que se julgarem interessados a virem se habilitar no dito prazo sob pena de serem os ditos bens arrematados e seu producto recolhido aos cofres do Estado como bens de auzentes. E para que chegue ao conhecimento de todos mandei passar o presente que será afixado no lugar do costume e publicado pela Imprensa. Dado e passado nesta cidade de Belem do Descalvado aos 26 de Novembro de 1896. E eu Antonio de Camargo Campos Bittencourt escrivão o subscrevi. Flávio de Queiroz. Estavam estampillas e sellos de folhas e emolumentos do dr. juiz competentemente intihadas. Nada mais se continha e dou fé. E eu Antonio de Camargo Campos Bittencourt, escrivão o subscrevi e assigno.—Antonio de Camargo Campos Bittencourt. 3—3

O doutor Flávio Augusto de Oliveira Queiroz juiz de direito nesta comarca de Belem do Descalvado, Estado de São Paulo.

Fago saber aos que o presente edital com prazo de 30 dias virem ou delle noticias tiverem, que tendo sido arrecadados por este Juiz os bens deixados pelo fallecimento de Joaquim Pedro Teixeira, os quaes se achão em deposito, convoco aos herdeiros ausentes do mesmo finado para se habilitarem no dito prazo, sob pena de revelia. E para que chegue ao conhecimento de todos mandei passar o presente que será afixado no lugar do costume e publicado pela imprensa. Dado e passado nesta cidade de Belem do Descalvado aos 25 de Novembro de 1896. E eu Antonio de Camargo Campos Bittencourt, escrivão o subscrevi Flávio de Queiroz. Estavam estampillas sellos, de folhas e emolumentos do dr. juiz competentemente intihadas. Nada mais se continha e dou fé. Belem do Descalvado 25 de Novembro de 1896. E eu Antonio de Camargo Campos Bittencourt escrivão o subscrevi e assigno.—Antonio de Camargo Campos Bittencourt. 3—3

Eleição da Junta Commercial
SEGUNDO ESCRUTINIO

De ordem do cidadão presidente desta Junta e da mesa eleitoral, communico que foi designado o dia 23 do corrente para o segundo escrutinio da eleição de um supplente que não obtive maioria absoluta na eleição que se realizou em 26 do mez proximo passado, devendo a votação recanhr nos nomes dos cidadãos João Azevedo e dr. Antonio Probst Rodovalho Junior, immediatos na ordem da votação obtida naquella eleição.

Para o dito fim convoco aos srs. eleitores constantes da lista publicada com o edital de 19 de Outubro proximo passado, a se reunirem no referido dia ás 10 horas da manhã, no salão da mesma Junta.

Secretaria da Junta Commercial do Estado de S. Paulo, 18 de Dezembro de 1896.—O secretario, J. A. da Andrade. 3—3

Escola Normal da capital de São Paulo
MATRICULA

Fago publico, de ordem do sr. director, que, em cumprimento do disposto nos artigos 5, 144, 176 e 185, do regulamento desta escola, as matriculas para as aulas do curso secundario e das escolas modelo annexas (complementar, preliminar e jardim da infancia) serão abertas nesta secretaria a 1.ª de Fevereiro, ás 11 horas da manhã e encerradas a 10 do mesmo, ás 2 horas da tarde.

As matriculas no curso secundario serão requeridas ao director, pelos matriculandos ou por seus procuradores, juntando a certidão de approvação em exame de sufficiencia ou do anno anterior para o subsequente.

As matriculas nas escolas modelo annexas serão feitas mediante a apresentação pessoal dos matriculandos pelos pais, tutores, protectores ou pessoas por elles autorizadas, e exhibição dos respectivos bolettins annuaes.

Somente para o «Jardim da Infancia» serão admittidos alumnos novos.

Secretaria da Escola Normal da Capital de S. Paulo, 18 de Dezembro de 1896.—O secretario, José B. C. de Sá e Benevides. 15—6 alt.

Superintendencia das Obras Publicas
CONCURRENCIA PARA CONCRETOS E LEVANTAMENTO AO ATRIADO ENTRE PINDAMONHANGABA E A PONTE SOBRE O RIO PARALYBA.

Da ordem do dr. director desta Superintendencia, fago publico que recebem-se propostas nesta directoria até o dia 23 de Dezembro corrente ao meio dia, para adjudicação das obras acima mencionadas, cujo orçamento importa em 24.990\$3000.

Os interessados encontrarão a planta e o orçamento nesta Superintendencia e na camera municipal do Pindamonhangaba.

As propostas serão feitas em cartas fechadas, evidentemente selladas com firmas reconhecidas, e endereçadas a Directoria da Superintendencia das Obras Publicas, sendo acompanhadas de guia provendo ter sido feito no Thesouro do Estado o deposito da quantia de 300\$000 a titulo de caução, quantia esta que será restituída aos proponentes logo depois de feita a escolha de uma das propostas, semo que a não concorrente, cuja proposta for aceita será retida até o recebimento definitivo das obras.

Indicarão os proponentes nas cartas com o local de sua residencia, as habilitações que possuem, comprovadas com attestados de profissões, o preço por existência e em algarismos pelo qual se obrigam a executar as obras, a declaração expressa de que se submettem ás prescripções do regulamento em vigor, ao orçamento e ás especificações organisadas para o serviço, a data em que se obrigam a começar os trabalhos e o prazo que pedem para a sua conclusão.

No envolvimento da proposta será escripto o nome do proponente e qual a obra a que se refere.

Superintendencia das Obras Publicas, São Paulo, 10 de Dezembro de 1896.—Antonio José da Silveira Netto, na ausencia do official. até 26 alt.

Escola Polytechnica de São Paulo
INSCRIPÇÃO EM CONCURSO NA IV SEÇÃO (ARTES)

De ordem do cidadão dr. director, fago publico que não tendo havido inscripção no concurso para preenchimento de uma vaga existente na IV seção (artias), fica prorrogado por espaço de quatro mezes, a contar desta data, conforme estabelecido no regulamento, o prazo de inscripções para esse concurso, terminando, portanto, no dia 24 de Março de 1897. Versará o concurso sobre as seguintes materias:

- a) Applicação da geometria descriptiva e generalidades da architectura.
- b) Elementos de architectura, estado de utilidades.
- c) Architectura civil e hygiene das habitações.
- d) Esthetica das artes de desenho.

e) Historia da architectura, estylos diversos. Poderão ser admittidos a concurso (art. 69 do regulamento):

- 1) Os brasileiros que estiverem no gozo de seus direitos civis e politicos e que, possuindo titulos scientificos obtidos nas Escolas Polytechnica de S. Paulo ou Rio de Janeiro, ou em outros estabelecimentos de instrução, aquelles equiparados, ou que tendo esses titulos por Academias estrangeiras se houverem habilitado perante a Escola com os documentos necessarios.
- 2) Os estrangeiros que, possuindo algum daquelles titulos, fallarem correctamente o portuguez e se houverem habilitado perante a Escola com os documentos necessarios.
- 3) Os nacionaes e estrangeiros que, não sendo graduados, gozarem de inteira notoriedade profissional, a juizo da integração.

Art. 70. Para provarem as condições acima exigidas, os candidatos devem apresentar a Secretaria do estabelecimento, no acto da inscripção e por meio da petição ao director, seus diplomas e titulos ou publicas formas destes, justificando a impossibilidade da apresentação dos originaes, e folha corrida.

Art. 75. Na mesma occasião da inscripção poderão os candidatos, além dos documentos supra especificados, apresentar quaisquer outros que acharem convenientes, como titulo de habilitação ou prova de serviços prestados ao paiz ou a sciencia, de que lha passará o secretario recibo em que declare o numero e natureza de tais documentos.

Art. 74. A inscripção poderá ser feita por procurador, se o candidato tiver justo impedimento.

Secretaria da Escola Polytechnica de São Paulo, 24 de Novembro de 1896.—O secretario, Fonseca Rodrigues. (alt. 21 Março)

Citação

O doutor Juvenal Augusto Alves de Carvalho, juiz de direito da comarca de Jaboticabal, etc.

Fago saber aos que o presente edital de citação virem, que por parte de Eglydio Braga Marinho e outros, co-proprietarios da fazenda denominada Barra Grande, também conhecida por São Domingos e Fazenda dos Moreira, sita na freguesia de Ribeirãozinho desta comarca, me foi feita uma petição pela qua pediram que, para lavarem a effeito a medição e divisão da dita fazenda, mandassem passar edital de citação com os prazos da trinta e noventa dias, para, findo elles comparecerem os interessados seguintes na primeira audiência desta juizo, depois de feitas todas as citações, além de se locutarem com os supplicantes em agrimensão e arbitradores que procedam a medição e divisão da dita fazenda, confessar ou contestar a acção, abonar as custas, apresentar seus titulos, assistir as diligencias da divisão, requerer seus quinhões e assistir a todos os termos e actos do processo divisorio até sentença final e sua execução, pena de revelia e lançamento; estendendo-se este pedido além dos interessados, mais a todos o condonarios conhecidos, incertos e por quaesquer titulos interessados no predio, dividindo:—Anna Candida Moreira e Sá, por si e como tutora de dois orphãos, sete orphãos filhos de Maria Candida de Souza Moreira e Antonio Carlos de Souza, ambos fallecidos, Francisco Candido de Souza, Flaminio Alves Moreira, Samuel José de Souza, José Antonio Martins de Oliveira, doutor Braulto de Mendez, Rita Candida de Souza, Victalina Rodrigues de Sá, por si e como tutor de dois orphãos, José Augusto Pereira Bittencourt e Anna Candida Moreira, residentes na comarca de Casconde; João Baptista de Souza Moreira, residente em São José do Rio Pardo; Maria Rosa Moreira, residente em Engenheiro Gomi-

Fonte: Acervo online do Diário Oficial, modificado pelos autores, consultado em ago. 2024.

Figura 31 – Citação da Fazenda “Barra Grande” ou Fazenda “São Domingos” ou Fazenda dos “Moreira”, no Diário Oficial em dezembro de 1896.

19072 Terça-feira, 22 DIÁRIO OFFICIAL Dezembro 1896

de; herdeiros de Manoel da Cunha Diniz Junqueira, residentes em Gravinhos; José Lourenço de Figueiredo, José Alves de Figueiredo, Joaquim Alves de Figueiredo, Cassiano Alves de Figueiredo, Maria Rita Alves de Figueiredo, por si e como tutora de cinco orphãos, doutor Luiz Dumont, Francisco Alves Moreira, Francisco de Salles, Faustino de Tal, Fláustino de Tal e Joaquim Delino Ribeiro, residentes nesta comarca. E como assim requerem mandei passar o presente edital com os prazos de noventa dias para os residentes fora do Estado e para os desconhecidos, e de trinta dias para os residentes nas diversas comarcas fora e da causa dentro deste Estado, pelo qual cito, chamo e requiro, a todos os supra mencionados e mais a todo e qualquer interessado, não conhecido em dita fazenda, afian de que venham a primeira audiência deste juízo, que se fizer fado os ditos prazos os quaes no magará a correr da data da primeira publicação deste edital no *Diário Oficial*, para os fins acima expostos, ficando igualmente reñtados que as audiências deste juízo são dadas todas as quintas feiras, as 11 horas da manhã, no edificio da cadeia publica desta cidade. Dado e passado nesta cidade de Jandicabal, aos cinco dias do mez de Dezembro do anno de mil oitocentos e noventa e seis. Eu, Virgílio Esteves de Lima, ajudante, o executor, *Antônio de Gouveia Gindice*, (terças e sextas feiras) 8-4

comissão de saneamento da capital
CONCURRENCIA PARA TRANSPORTES DE MATERIAES

De ordem do sr. chefe da comissão, faço publico que serão recebidas propostas, na superintendencia de Obras Publicas, secretaria da Agricultura, até uma hora da tarde do dia 28 do corrente para o serviço de transporte de materias diversos, dos depósitos do almoxarifado as obras em construção e das Estações de Estradas de Ferro aos mesmos depósitos.

As propostas, em que os concorrentes declararem sua residencia deverão ser selladas com o selo do Estado, trazerem a firma reconhecida e os nomes que contiverem, escriptos com algarismos e por extenso.

A apresentação de propostas se fará em envelopes fechados, com declaração no exterior do selo a que se refere e do nome do proponente. As propostas devem ser acompanhadas de garantias, provando ter sido feito no Thesouro do Estado o depósito de 500\$000 que servirá de garantia á assignatura e execução do contrato, revertendo ao Estado si o proponente não o assignar no prazo marcado.

Nas propostas devem vir descriptos os preços de transporte com o seguinte por toneladas: 125 k, 150 k, e 180 k; por tubo de ferro fundido conforme o diametro; por tubo de barro luthem conforme o diametro; por milheiros de tijolos; por metro cubico de pedra e areia; outras materias por carroçada completa duma tonelada.

Para maiores esclarecimentos, os concorrentes poderão dirigir-se ao escriptorio Central desta comissão na secretaria da Agricultura, São Paulo 12 de Dezembro de 1896. — *Balthazar Rodrigues de Almeida*, secretario da comissão, seg. até 25

Escola Polytechnica de S. Paulo
INSCRIÇÃO EM CONCURSO NA 2ª SECÇÃO

De ordem do cidadão dr. director, faço publico que não tendo havido inscrições ao concurso para preenchimento das vagas existentes na segunda secção, fica prorrogado pelo prazo de quatro mezes, conforme estatue o art. 80 do regulamento vigente, terminando portanto no dia 3 de Janeiro de 1897; devendo o candidato classificado em primeiro lugar ser nomeado lente substituto da quarta cadeira do primeiro anno do curso de agronomos e o segundo lente substituto da secção.

Versará o concurso sobre as seguintes materias:

- a) Phisica experimental e meteorologia (IV cadeira do 1º anno de curso geral);
- b) Chimica geral e nocões de ciencias naturaes (IV cadeira do 2º anno do curso geral);
- c) Botânica, zoologia e entomologia (II cadeira do 1º anno do curso de engenheiros agronomos);
- d) Mineralogia e geologia—(cadeira vaga) (IV cadeira do 1º anno do curso de engenheiros agronomos);
- e) Phisica industrial (IV cadeira do 2º anno do curso de engenheiros civis), podendo ser admittidos a concurso.

1º Os brasileiros que estiverem no gozo de seus direitos civis e politicos e que possuirem titulos scientificos obtidos nas escolas polytechnicas de S. Paulo ou do Rio de Janeiro ou em outros estabelecimentos de instrução, aquellos equiparados em que tendo esses titulos por academias estrangeiras, se houverem habilitado perante a escola com os documentos necessarios.

2º Os estrangeiros que, possuidores de alguns daquelles titulos, fallarem correctamente o portuguez e se houverem habilitado perante a escola com os documentos necessarios.

3º Os nacionaes ou estrangeiros que não sendo graduados, gozarem de inteira habilitação profissional a juizo da congregação.

Para proverem as condições acima exigidas, os candidatos devem apresentar a Secretaria do estabelecimento no acto da inscrição e por meio de pedido ao director, seus diplomas e titulos ou publicas formas destes, justificando a impossibilidade da apresentação dos originaes e folha corrida.

Na mesma occasião da inscrição poderão os candidatos, além dos documentos supra expostos, apresentar qualquer outro titulo de habilitação ou de serviços prestados á sciencia ou ao paiz, passando-lhe o secretario um recibo no qual se declara o numero e natureza dos documentos.

A inscrição poderá ser feita por procurador si o candidato tiver justo lapidimento.

Secretaria da Escola Polytechnica de São Paulo, 5 de Setembro de 1896.—O secretario, *Fernando Rodrigues*, 30-25 (all.)

Secretaria da Agricultura, Com mercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo.
CONCURRENCIA PARA O SERVICO DE ILLUMINAÇÃO A GAZ DA CIDADE DE S. PAULO, CAPITAL DO ESTADO DO MESMO NOME.

De ordem do sr. dr. secretario, para cumprimento das leis n.ºs. 14 de 17 de Abril de 1890, 375 de 3 de Setembro de 1895 e 140 de 5 de Agosto de 1893, esta secretaria faz publico que serão recebidas propostas para a illuminação a gaz da cidade de São Paulo, de acordo com as seguintes condições:

- a) A apresentação das propostas será feita por meio de carta fechada, tendo no subscripto, — “Proposta para a illuminação a gaz da cidade de São Paulo”—e o nome do proponente, e até as 3 horas da tarde do dia 30 de Abril de 1897 nesta secretaria, na do Ministerio da Industria e Viagem (Capital Federal), e nas legações ou consulados brasileiros em Londres, Paris, Berlim, Bruxellas, Washington e New York.

2.ª

Para ser admittido a licitar é necessaria a prova do deposito no Thesouro deste Estado, no Thesouro Federal, na Delegacia deste em Londres ou em qualquer das legações ou consulados acima referidos, de uma caução na importância de 50:000\$000 em titulos de divida publica da União ou em dinheiro que se calculará ao cambio de 27 d. por mil réis si for em moeda estrangeira.

Os depósitos anteriores serão restituídos aos concorrentes cuja proposta não for aceita, considerando-se desde logo como definitiva a que pertencer ao adjudicatario.

3.ª

Todas as propostas deverão referir-se ás condições geraes e especificações que acompanham o presente edital, as quaes, sem dispensa, constituirão as clausulas do contrato a celebrar-se.

Nos pontos indicados para o recebimento das propostas encontrarão os concorrentes os documentos respectivos, ser-lhes-á facultado ali a examinar as plantas e das informações colligidas afim de servirem de base ao seu estudo.

4.ª

A abertura das propostas apresentadas effectuar-se-á em audiência publica, perante o sr. dr. secretario da Agricultura deste Estado e no dia e hora que se annunciar.

Dentro do prazo de 60 dias a contar da abertura, o governo deliberará sobre as propostas apresentadas.

5.ª

O concorrente preferido será avisado pela imprensa official deste Estado e da Capital Federal, afim de assignar o contrato.

Si o concorrente não fizer dentro do prazo de 30 dias a contar da data do Aviso, perderá a caução. Continuará então a concorrência, ficando livre ao governo a escolha da entre as propostas apresentadas que for julgada mais vantajosa.

6.ª

A concorrência versará principalmente sobre: o preço do metro cubico de gaz que não poderá em caso algum ser superior a 250 réis.

7.ª

a) a parte do preço proposta, não poderá exceder de 50% do total, e que será paga ao cambio de 27 pence por mil réis, segundo a taxa bancaria a 29 dias sobre Londres do ultimo dia de cada mez e para o consumo verificado no mesmo mez;

b) a redução do preço em relação ao augmento de consumo e a fluctuação do cambio, de accordo com a condição respectiva;

c) o prazo do privilegio, não excedente de 10 annos.

7.ª

O concorrente poderá organizar companhia, que ficará subrogada em todos os direitos e obrigações do contrato que aquelle tiver celebrado.

8.ª

Pela presente concorrência o governo do Estado não se obriga a aceitar a proposta mais baixa em qualquer das propostas.

Secretaria dos Negocios da Agricultura, São Paulo, 31 de Outubro de 1896.

O Director Geral — *Eugenio Leffevre*, (l. v. p. a. até 30 de Abril de 97.)

PUBLICAÇÕES PARTICULARES

Companhia União Sorocabana e Ytuana
TARIFA NOVEL

As tarifas que têm de vigorar nas linhas desta companhia durante o proximo mez de Janeiro serão as mesmas do corrente mez de Sorocaba, 16 de Dezembro de 1896.—*G. Dutra*, superintendente. 8-2

TYPOGRAPHIA DO «DIÁRIO OFFICIAL»

Figura 32 – Ampliação da Citação da Fazenda “Barra Grande” ou Fazenda “São Domingos” ou Fazenda dos “Moreira”, no Diário Oficial em dezembro de 1896.

Citação

O doutor Juvenal Augusto Alves de Carvalho, juiz de direito da comarca de Jaboticabal, etc.

Faz saber aos que o presente edital de citação virem, que por parte de Egydio Braga Marinho e outros, co-possuidores da fazenda denominada Barra Grande, também conhecida por São Domingos e fazenda dos Moreira na freguezia de Ribeirãozinho desta comarca me foi feita uma petição pela qual pediram que, para levarem a effeito a medição e divisão da dita fazenda, mandassem passar edital de citação com os prazos de trinta e noventa dias, para, findo elles comparecerem os interessados seguintes na primeira audiência deste juízo, depois de feitas todas as citações, afim de se louvarem com os supplicantes em aggrimensor e arbitradores que procedam a medição e divisão da dita fazenda, confessar ou contestar a acção, abonar as custas, apresentar seus titulos, assistir as diligencias da divisão, requerer seus quinhões e assistir a todos os termos e actos do processo divisorio até sentença final e sua execução, pene de revelia e lançamento; estendendo-se este pedido aem dos interessados, mais a todos o-condominios conhecidos, incertos e por quaesquer titulos interessados no predio, dividindo:—Anna Candida Moreira e Sá, por si e como tutora de dous orphans, sete orphans filhos de Maria Candida de Souza Moreira e Antonio Carlos de Souza, ambos fallacidos, Francisco Candido de Souza, Flaminio Alves Moreira, Samuel José de Souza, José Antonio Martins de Oliveira, doutor Braultio de Menezes, Rita Candida de Souza, Victalina Rodrigues de Sá, por si e como tutor de dous orphans, José Augusto Pereira Bittencourt e Anna Candida Moreira, residentes na comarca de Caconde; João Baptista de Souza Moreira, residente em São José do Rio Pardo; Maria Rosa Moreira, residente em Engenheiro Gomi-

Figura 33 – Ampliação da Citação da Fazenda “Barra Grande” ou Fazenda “São Domingos” ou Fazenda dos “Moreira”, no Diário Oficial em dezembro de 1896.

19072 Terça-feira, 22

de; herdeiros de Manoel da Cunha Diniz Junqueira, residentes em Cravinhos; José Lourenço de Figueiredo, José Alves de Figueiredo, Joaquim Alves de Figueiredo, Cassiano Alves de Figueiredo, Maria Rita Alves de Figueiredo, por si e como tutora de cinco orphãos, doutor Luiz Dumont, Francisco Alves Moreira, Francisco de Salles, Faustino de tal, Eliasino de tal e Joaquim Delfino Ribeiro, residentes nesta comarca. E como assim requerem mandei passar o presente edital com os prazos de noventa dias para os residentes fora do Estado e para os desconhecidos, e de trinta dias para os residentes nas diversas comarcas fora e da causa dentro deste Estado, pelo qual cito, chamo e requeiro, a todos os supra mencionados e mais a todo e qualquer interessado, não conhecido em dita fazenda, a fim de que venham a primeira audiência deste juízo, que se fizer findo os ditos prazos os quaes começarão a correr da data da primeira publicação deste edital no *Diário Oficial*, para os fins acima expostos, ficando egualmente sciêntes que as audiências deste juízo são dadas todas as quintas feiras, as 11 horas da manhã, no edificio da cadeia publica desta cidade. Dado e passado nesta cidade de Jaboticabal, aos cinco dias do mez de Dezembro do anno de mil oitocentos e noventa e seis. Eu, Virgílio Esteves de Lima, ajudante, o escrevi. *(Assinado e sellado)*. Estava devidamente sellado). Esta conforme. O escrivão, Antonio de Gouvea Gindice.

(terças e sextas-feiras) 8-4

Nas transcrições em publicação do Diário Oficial é apontado:

“O doutor Juvenal Augusto Alves de Carvalho, juiz de direto da comarca de Jaboticabal, etc.

Faz saber aos que o presente edital de citação virem, que por parte de Egydio Braga Marinho e outros, copossuidores da fazenda denominada Barra Grande, também conhecida por São Domingos e fazenda dos Moreira na freguesia de Ribeirãozinho dessa marca me foi feita uma petição pela qual pediram que, para levarem a efeito a medição e divisão da dita fazenda, mandassem passar edital de citação com os prazos de trinta e noventa dias, para, comparecerem os interessados seguintes na primeira audiência deste juízo, depois de feitas todas as citações, afim de se louvarem com os suplicantes em agrimensor e arbitradores que procedam a medição e divisão da dita fazenda, confessar ou contestar a ação, abonar as custas apresentar seus títulos, assistir as diligências da divisão, requerer seus quinhões e assistir a todos os termos e atos do processo divisório até sentença final e sua execução, pena de revelia e lançamento; estendendo-se este pedido além dos interessados, mais a todos os condôminos conhecidos incertos e por qualquer títulos interessados no prédio, dividindo: - Anna Candida Moreira e Sá, por si e como tutora de dois órfãos, sete órfãos filhos de Maria Candida de Souza Moreira e Antonio Carlos de Souza, ambos falecidos, Francisco Candido de Souza, Flaminio Alves Moreira, Samuel José de Souza, José Antonto Martins de Oliveira, doutor Braulio de Menezes, Rita Candida de Souza, Victalina Rodrigues de Sá, por si e como tutor de dois órfãos, José Augusto Pereira Bittencourt e *Anna Candida Moreira*, residentes na Comarca de Caconde; João Baptista de Souza Moreira, residente em São José do Rio Pardo; Maria Rosa Moreira, residente em Engenheiro Gomide; herdeiros de Manoel da Cunha Diniz Junqueira, residentes em Cravinhos; *José Lourenço de Figueiredo*, *José Alves de Figueiredo*, *Joaquim Alves de Figueiredo*, Cassiano Alves de Figueiredo, Maria Rita Alves de Figueiredo, por si e como tutora de cinco órfãos, doutor Luiz Dumont, Francisco Alves Moreira, Francisco de Salles, Faustino de tal, Flausino de tal e Joaquim Delfino Ribeiro, residentes nesta comarca. E como assim requerem mandei passar o presente edital com os prazos de noventa dias para os residentes fora do Estado e para os desconhecidos, de trinta dias para os residentes nas diversas comarcas fora da causa dentro deste Estado, pelo qual cito, chamo e requeiro, a todos os supra mencionados e mais a todo e qualquer interessado, não conhecido em dita fazenda, afim de que venham a primeira audiência deste juízo, que se fizer findo os ditos prazos os quais começarão a correr da data da primeira publicação deste edital no Diário Oficial, para os fins acima expostos, ficando igualmente cientes que as audiências deste juízo

são dadas todas as quintas-feiras, as 11 horas da manhã, no edifício da cadeira publica desta cidade. Dado e passado nesta cidade de Jaboticabal, aos cinco dias do mês de dezembro do ano de mil oitocentos e noventa e seis. Eu, Virgílio Esteves de Lima, ajudante, o escrivão (o nome do mesmo está ilegível). (Estava devidamente sentado). Está conforme. O escrivão Antônio de Gouvea Giudice”.

Ainda em pesquisa no acervo online do *Diário Oficial*, em março de 1898, também há uma citação da Fazenda Barra Grande de São Domingo, conhecida como Fazenda dos Moreira (figura 34, 35, 36, 37 e 38). Foi requerido ao juiz de direito da comarca de Jaboticabal, Joaquim Antônio de Oliveira Neves, por parte de José Alves Moreira e Sá, sendo este herdeiro por posse, a divisão judicial para discriminar e assinalar geometricamente seu quinhão. Nesta citação é descrito as divisas da dita fazenda e seus confrontantes.

Figura 35 – Ampliação da Citação da Fazenda “Barra Grande de São Domingos” ou Fazenda dos “Moreira”, no Diário Oficial em março de 1898.

Com o prazo de 90 dias para citação dos condôminos da fazenda Barra Grande ou Moreira.

O doutor Joaquim Antonio de Oliveira Neves, juiz de direito nesta comarca de Jaboticabal, etc.

Faço saber aos que o presente edital com o prazo de noventa dias virem, ou delle no lra tiverem, que por parte de José Alves Moreira e Sã me foi feita a petição do teor seguinte: *Excelentissimo senhor dr. juiz de direito.* Diz José Alves Moreira e Sã, lavrador, residente na comarca de Caramuru, deste Estado, e aqui representado por seu procurador o advogado abaixo assignado, que sendo condômino e a título hereditario, como faz certo a certidão junta, da fazenda de criação e cultura denominada *Barra Grande de São Domingos*, também conhecida pelo nome de *fazenda dos Moreira*, desta comarca, a qual se a ha *pro-indiviso*, quer proceder á divisão judicial da mesma, afim de discriminar o proprio do alheio dominio e assignalar geometricamente no campo a area do respectivo quinhão. Esta fazenda pertence integralmente a Joaquim Alves Moreira, que a houve por compra de Victoriano José de Souza e Manoel Thomaz do Prado (doc. junto), e fez o competente registro em 21 de Setembro de 1853, dando-lhe as divisões e confrontações seguintes: e principiam na barra do Cerradinho e pelo veio da agua acima dividindo com Manoel Nicolau da Fonseca até ganhar o espigão mestre, e por este acima dividindo com Bernardino de Seixas, e pelo mesmo acima até encontrar com terras de Luiz Vieira, e dividindo com o mesmo até encontrar com terras de Januario, e pelo dito espigão mestre dividindo com Firmino e pelo mesmo acima dividindo com os orphans de Manoel Antonio, e pelo mesmo dividindo com João Manoel, e por este espigão mestre dividindo com os Leites e todas as cabeceiras do dito ribeirão Barra Grande até encontrar com terras de Manoel Francisco, e pelo espigão abaixo até a ponta da serra do Cubatão, e pela mesma serra abaixo dividindo com os Pereiras e da serra pelo espigão abaixo tudo o que verte para o correjo das Coqueiras dividindo com o mesmo Nicolau até o ribeirão Barra Grande onde fronteia um marco de aroeira que está do lado esquerdo do dito ribeirão em rumo de esquadro dividindo com Manoel Nicolau e Bernardino de Seixas, e pelo mesmo ribeirão acima dividindo com o mesmo Nicolau até a barra do correjo do Cerradinho. (textual, doc. junto). Por morte deste possuidor foi a mesma fazenda inventariada e partilhada por sua viuva e herdeiros. Nesta partilha tem causa ou origem a actual communhão, por serem os actuaes condôminos successores desses herdeiros, a título singular ou universal. São com-munheiros conhecidos deste prelio, estando mui-

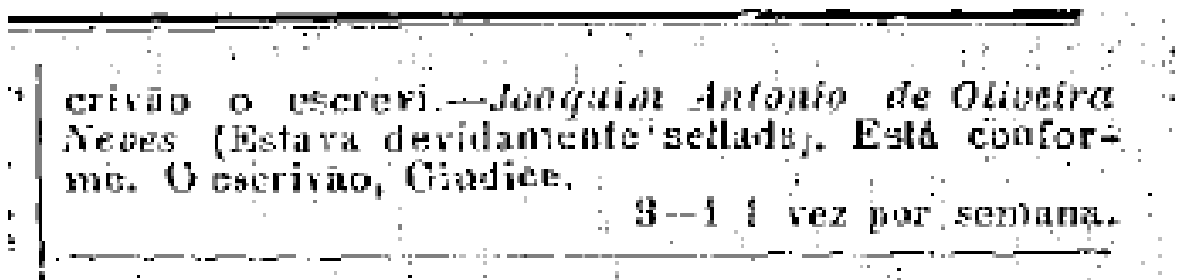
Figura 36 – Ampliação da Citação da Fazenda “Barra Grande de São Domingos” ou Fazenda dos “Moreira”, no Diário Oficial em março de 1898.

tos nelle estabelecidos com variadas hermafroditas, os contantes da relação junta, residentes uns nesta e outras na comarca de Gaconde, podendo haver muitos desconhecidos. O supplicante, pois, dando á presente causa o valor de cem contos de reis (100:000\$000) R. a V. Excellencia que D. e A. esta e documentos juntos, se digne mandar citar, por mandado, os condôminos conhecidos e arrolados, residentes nesta comarca, por editaes de 30 dias, os conhecidos e também arrolados, moradores na comarca de Gaconde e por editaes de 90 dias os desconhecidos, incertos e interessados, por quaesquer títulos, no prelio dividendo, sendo os editaes offixados e publicados por forma legal, todos para na primeira audiência deste juizo que se seguir á expiração do edital de maior prazo, que começará a correr da primeira publicação deste no *Diário Oficial* do Estado, virem se louvar com o supplicante em agrimeasor e arbitradores que pcedam á dita divisão, confessar ou contestar a acção, abonar reciprocamente as custas, exhibir seus títulos, requerer seus quinhões e assistir a todos os demais termos e actos do processo divi-orio até sentença final e sua execução, penas de revelia e lançamento. R. também a nomeação de um curador *a lide* aos menores interessados e aos interessados ausentes que se verificar existirem, o qual será intimado também para os termos deste processo. O supplicante protesta pelo depoimento das partes, informação de testemunhas e por todo e qualquer género de prova. Com procuração, rol de socios e tres documentos. E. R. D. Jaboticabal, 11 de Março de 1898. O advogado, José Torres de Oliveira. (Estava devidamente sellado) na qual petição dei o meu despacho do teor seguinte: D. A. Foyam se as citações pela forma requerida. Nomeio curador *a lide* aos menores e ausentes ao advogado dr. Luiz Gonzaga que deverá ser intimado. Jaboticabal, 11 de Março de 1898, Joaquim Neves. Continha a distribuição seguinte: D. ao primeiro officio. Era ad *supra* Joaquim Souza. Relação dos condôminos conhecidos da fazenda *Barra Grande de São Domingos ou Morrões*. 1 de, Luiz dos Santos Dament, 2 José Lourenço de Figueiredo, 3 José Alves de Figueiredo, 4 Joaquim Alves de Figueiredo, 5 Cassiano Alves de Figueiredo, 6 Maria Rita Alves de Figueiredo, por si e como tutora de seus 5 filh os orphãos indolentes, 7 Francisco Gonzaga de Figueiredo, 8 Francisco Alves Moreira, 9 Joaquim Delphino Ribeiro da Silva, 10 Antonio Henriques da Veiga, 11 Francisco de Salles Almeida Leite, 12 Joaquim Alves de Lima, 13 Antonio Gomes do Amaral; morado-

Figura 37 – Ampliação da Citação da Fazenda “Barra Grande de São Domingos” ou Fazenda dos “Moreira”, no Diário Oficial em março de 1898.

res nesta comarca; 14 Anna Candida Moreira e Sá, por si, e como tutora de seus três filhos, orphãos impuberes, 15 Maria Candida de Souza Moreira, por si, e como tutora de seus sete filhos, orphãos impuberes, 16 Francisco Candido de Souza, 17 Placido de Souza, 18 Manoel José de Souza, 19 Manoel José de Souza, 19 Martiniano José de Souza, 20 Gabriel Antonio de Andrade, por si e como tutor de seus dois filhos, menores impuberes, 21 José Antonio Martins de Oliveira, 22 Vitalino Rodriguez de Sá, por si e como tutor de dois filhos, menores impuberes, 23 José Augusto Pereira Bittencourt, 24 Anna Candida Moreira de Souza, por si e pelos orphãos impuberes Martiniano e Augusto, 25 Rita Candida de Souza, 26 Samuel José de Souza, 27 Antonio Carlos de Souza, 28 José Antonio Martins de Oliveira, 29 Antonio Barboza de Macedo, 30 Venancio José da Silva, 31 Alvim Rodriguez de Sá, 32 José Vicissimo Carvalho, 33 Coronel Urias Carlos de Souza, 34 dr. Bráulio de Menezes, moradores na comarca de Caacanga, neste Estado. Jaboticabal, 8 de Março de 1898. O advogado, José Torres de Oliveira. (Estava devidamente sellado.) Era o que se continha em dita petição, despacho, distribuição, relação de condôminos, em virtude do que mandei passar o presente edital que será affixado no lugar do costume nesta cidade de Jaboticabal e mais dois de igual teor pelos quizes são citados todos os condôminos desconhecidos, incertos e interessados, por quaisquer títulos, no predio dividendo, para na primeira audiéncia deste juizo que se seguir á expiração do prazo de noventa dias do presente edital, que começará a correr da primeira publicação deste no *Diário Oficial* do Estado, virem se ouvir com o supplicante em agrimensor e arbitrado os que procedam á dita divisão, confessar ou contestar a acção, abonar reciprocamente á custas, exhibir seus títulos, requerer seus quinhões e assistir a todos os demais termos e actos do processo divisorio até sentença final e sua execução, pena de revelia e lançamento. Dado e passado nesta cidade de Gariba, sede provisoria da comarca, em 22 de Março de 1898. Eu, Antonio de Gouveia Juizice, es-

Figura 38 – Ampliação da Citação da Fazenda “Barra Grande de São Domingos” ou Fazenda dos “Moreira”, no Diário Oficial em março de 1898.



Fonte: Acervo online do Diário Oficial, modificado pelos autores, consultado em abril. 2025.

Nas transcrições em publicação do Diário Oficial é apontado:

“O doutor Joaquim Antonio de Oliveira Nesés, juiz de direito nesta comarca de Jaboticabal, etc.

Faço saber aos que o presente edital com o prazo de noventa dias virem os delle no [ilegível] tiverem, que por parte de José Alves Moreira e Sá me foi feita a petição do teor seguinte: Excelletissimo senhor dr. Juiz de direito. Diz José Alves Moreira e Sá, lavrador, residente da comarca de Caconde, deste Estado, e aqui representado por seu procurador e advogado abaixo assignado, que seu [ilegível] e a tanto hereditário, como faz certo a certidão junta, da fazenda de criação e cultura denominada Barra Grande de São Domingos, também conhecida pelo nome de fazenda dos Moreiras, desta comarca, a qual se aha pro-indiviso, quer proceder a divisão judicial da mesma, a fim de discriminar o próprio do alheio domínio e assignalar geometricamente no campo a área do respectivo quinhão. Esta fazenda pertenceu integralmente a Joaquim Alves Moreira, que houve a compra de Victoriano José de Souza e Manoel Thomaz do Prado (doc. Junto), e fez o competente registro em 21 de setembro de 1855, dando-lhes as divisas e confrontações seguintes: “principiam na barra do Cerradinho e pelo veio da agua acima dividindo com Manoel Nicolau da Fonseca até ganhar o espigão mestre, e por este acima dividindo com Bernardino de Seixas, e pelo mesmo acima até encontrar com terras de Luiz Vieira, e dividindo com a mesma até encontrar com terras de Januario, e pelo dito espigão mestre dividindo com Firmino e pelo mesmo acima dividindo com os órfãos de Manoel Antonio, e pelo mesmo dividindo com João Manoel, e por este espigão mestre dividindo com os Leites e toda as cabeceiras do dito Ribeirão Barra Grande até encontrar com terras de Manoel Francisco , e pelo espigão abaixo até a ponta da serra do Cubatão, e pela mesma serra abaixo dividindo com os Pereiras e da serra abaixo tudo o que verte para o córrego dos Coqueiros dividindo com o mesmo Nicolau até o Ribeirão Barra Grande onde fronteira um marco de

aroeira que está do lado esquerdo do dito ribeirão em rumo de esquadro dividindo com Manoel Nicolau e Bernardino de Seixas, e pelo mesmo ribeirão acima dividindo com o mesmo Nicolau até a barra do córrego do Serradinho. (textual, que, junto). Por morte deste possuidor foi a mesma fazenda inventariada e partilhada por sua viúva e herdeiros. Nesta partilha tem causa ou origem a actual comunhão, por serem os actuaes condôminos sucessores desses herdeiros, a titulo singular ou universal. São comunheiros conhecidos deste prédio, estando muitos nelle estabelecidos com variadas bemfeitorias, os contaxtes da relação junta, residentes uns nesta e outras na comarca de Caconde, podendo haver muitos desconhecidos. O suplicante, pois dando a presente causa o valor de cem contos de reis (100:000\$000), a V. Excellencia, que D. e A. esta e documentos juntos, se digno mandar citar, por mandado, os condôminos conhecidos e arrolados, residentes nesta comarca, por editaes de 30 dias, conhecidos e também arrolados, moradores na comarca de Caconde e por editais de 90 dias os desconhecidos, incertos e interessados, por quaisquer títulos, no prédio dividendo, sendo os editaes offixados e publicados por forma legal, todos para na primeira audiência deste juízo que se seguir a expiração do edital de maior prazo, que começará a correr da primeira publicação deste no *Diario Official* do Estado, virem se louvar com o suplicante em agrimensor e arbitradores que procedam a dita divisão, confessar ou contestar a seção, abonar reciprocamente as custas, exhibir seus títulos, requerer seus quinhões e assistir a todos os demais termos e actos do processo divisório até sentença final e sua execução, penas de revelia e lançamento. R. também a nomeação de um curador a lide aos menores interessados e aos interessados ausentes que verificar existirem, o qual será intimado também para os termos deste processo. O suplicante protesta pelo depoimento das partes, informação de testemunha e por todo e qualquer gênero de prova. Com procuração, [ilegível] sócios e três documentos. E. R. D. Jaboticabal. [ilegível] O advogado José Torres de Oliveira. (Estava devidamente sellado) na qual petição dei o meu despacho do teor seguinte: O. A. Façam-se as citações pela forma requerida. Nomear curador a lide aos menores e ausentes ao advogado dr. Luiz Gonzaga que deverá ser intimado. Jaboticabal, 11 de março de 1893. Joaquim Neves, continham a distribuição seguinte: D. ao primeiro officio. Era [ilegível] supra Joaquim Souza. Relação dos condôminos conhecidos da Fazenda Barra Grande de São Domingos ou Moreiras 1 dr. Luiz Santos Dumont, 2 José Lourenço Figueiredo, 3 José Alves de Figueiredo, 4 Joaquim Alves de Figueiredo, 5 Cassiano Alves de Figueiredo, 6 Maria Rita Alves de Figueiredo, por si e como tutora de seus 5 filhos órfãos [ilegível], 7 Francisco Gonzaga de Figueiredo, 8 Francisco Alves Moreira, 9 Joaquim Delphino Ribeiro da

Silva, 10 Antonio Henriques da Veiga, 11 Francisco de Salles Almeida Leite, 12 Joaquim Alves de Lima, 13 Antonio Gomes do Amaral, morador desta comarca, 14 Anna Candida Moreira e Sá, por si, e como tutora de seus três filhos orphans [ilegível], 15 Maria Candida de Souza Moreira, por si, e como tutora de seus sete filhos órfãos [ilegível], 16 Francisco Candido de Souza, 17 Flaminio de Souza, 18 Manoel José de Souza, 19 Martiniano José de Souza, 20 Grabriel Antonio de Andrade, por si e como tutor de seus dois filhos, menores [ilegível], 21 João Antonio Martins de Oliveira, 22 Victoriano Rodrigues de Sá, por si e como tutor de dois filhos, menores impoberes, 23 José Augusto Pereira Bittencourt, 24 Anna Candida Moreira de Souza, por si e pelos orphams impoberes Martiniano e Augusto, 25 Rita Candida de Souza, 26 Samuel José de Souza, 27 Antonio Carlos de Souza, 28 José Antonio Martins de Oliveira, 29 Antonio Barboza de Macedo, 30 Venancio José da Silva, 31 Alvim Rodrigues de Sá, 32 José Verissimo Carvalho, 33 Coronel Urias Carlos de Souza, 32 dr. Braulio de Menezes, moradores na comarca de Caconde, neste Estado. Jaboticabal, 8 de março de 1898. O advogado, José Torres de Oliveira (Estava devidamente sellado) Era o que se continha em dita petição, despacho, distribuição, relação de condôminos, em virtude do que mandei passar o presente edital que será afixado no lugar de costume nesta cidade de Jaboticabal e mais dois igual de teor pelos quaes são citados todos os condôminos desconhecidos, incertos e interessados, por quaisquer títulos, no predis dividendo, para na primeira audiência deste juízo que se seguir a expiração do prazo de noventa dias do presente edital, que começara a correr da primeira publicação deste no *Diario Official* do Estado, virem se louvar com o suplicante agrimensor e arbitadores que procedam a dita divisão, confessar a custas, exhibir seus quinhões, requerer seus quinhões e assistir a todos os demais termos e actos do processo divisório até sentença final e sua execução, pena de revelia e lançamento. Dado e passado nesta edição de [ilegível], sede provisória da Comarca, em 22 de março de 1898. Eu, Antonio de Gouveia Giudice, escrivão o escrevi – *Joaquim Antonio de Oliveira Neves* Estava devidamente selada). Está conforme. O escrivão, Giudice”.

Ainda em busca no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Jaboticabal também foram encontradas por escritura particular a doação de 10 alqueires de terras da Fazenda Barra Grande feita por Antônio Maximiano Rodrigues e sua mulher, Francisca de Salles de Jesus à São Domingos, datada de 27 de fevereiro de 1901. Dessa forma, foi protocolado um pedido de busca para ver os documentos originais,

porém não foi possível devido a Lei de Proteção de Dados (LGPD). Mas, foi solicitado no mesmo cartório uma certidão de transcrição do documento (figura 39).

Figura 39 – Certidão de transcrição de doação das terras para o patrimônio de São Domingos do Cerradinho.



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE JABOTICABAL – SP.

ÁLVARO BENEDITO TORREZAN
Oficial

CERTIDÃO

ÁLVARO BENEDITO TORREZAN, Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica do Município e Comarca de Jaboticabal – SP. -----

CERTIFICA que, revendo os Livros da Serventia a seu cargo, deles conforme TRANSCRIÇÃO número 9.452, livro 3H, folhas 226, de 16 de junho de 1902, ANTONIO MAXIMIANO RODRIGUES, e sua mulher FRANCISCA DE SALLES DE JESUS, residentes no município de São José do Rio Preto, transmitiram por doação feita a SÃO DOMINGOS, do município de São José do Rio Preto, por escritura particular lavrada aos 27 de fevereiro de 1901, pelo valor de 100\$000, o seguinte:-----

Uma gleba de terras contendo dez alqueires de terras divididos judicialmente, na Fazenda Barra Grande ou Moreiras, do município de São José do Rio Preto, comarca de Jaboticabal, confrontando por seus diversos lados com Rio de São Domingos, e por outro com os doadores e outros.-----

CERTIFICA outrossim, que, conforme lei 903 de 09-06-1904, o município de São José do Rio Preto foi desmembrado desta Comarca, passando a pertencer à Comarca de São José do Rio Preto-SP., conseqüentemente, o imóvel descrito passou à competência do Cartório de Registro de Imóveis daquela comarca.-----

CERTIFICO mais que a presente certidão retrata a situação jurídica do imóvel até o último dia útil anterior a data da emissão.-----

Esclarecimentos: O(s) elemento(s), número(s), e nome(s) objeto desta certidão, referem-se aos mesmos na forma em que se encontram aqui grafados, tendo sido fornecidos pela própria pessoa interessada, não devendo ser considerados aqueles semelhantes por qualquer motivo.-----

Nada mais. O referido é verdade e dá fé. Jaboticabal, 22 de agosto de 2024. Eu, JOÃO CARLOS PEREIRA, Escrevente Autorizado, pesquisei os arquivos e digitei. O presente documento foi assinado mediante processo e certificação digital disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, sendo legalmente válido mediante a conservação em meio eletrônico, comprovada a autoria e integridade.

PRAZO DE VALIDADE: Para fins da letra "c" do item 15 do Cap. XVI do Provimento CGJ 58/89, a certidão é válida por 30 (trinta) dias, a contar da data de sua emissão.	Protocolo nº 165800 Relação nº 160/2024
--	--

Recolhimentos

Oficial	Estado	Sec. Faz.	Reg. Civil	Trib. Justiça	Min. Público	Munic. (ISS)	TOTAL
R\$ 42,22	R\$ 12,00	R\$ 8,21	R\$ 2,22	R\$ 2,90	R\$ 2,03	R\$ 0,84	R\$ 70,42
A procedência deste documento poderá ser verificada após 24 horas de sua expedição no site https://selodigital.tisp.jus.br					Selo Digital 1200713C3FQJV6AW4J7C9D24K		

Ressalte-se, portanto, que, a Fazenda “Barra Grande”, também conhecida como “Moreiras”, ao longo do tempo e devido à sucessão de inúmeros possuidores, tornou-se palco de disputas judiciais³ envolvendo a delimitação dos respectivos quinhões de terra. Em 1896 e 1898, foram protocolados pedidos junto aos juízes de direito da comarca de Jaboticabal para a realização de medições das divisas da propriedade, conforme já mencionado em registros do *Diário Oficial*.

Dessa forma, com o intuito de ilustrar todos os fatos anteriormente apresentados sobre a Fazenda “Barra Grande” ou “Moreiras”, foi localizado, em pesquisa no Acervo Cartográfico do Arquivo do Estado de São Paulo, o mapa (figura 40) correspondente à área em estudo.

³ Foi feito um pedido de busca no Fórum de Jaboticabal para ver se realmente existe esse processo de divisão de terras da fazenda “Barra Grande ou “Moreira”. Após isso, também foi feito um pedido na Distribuição do Fórum, por meio de ligação, o responsável informou que no Arquivo do Fórum existem processos de 1893 até dos dias atuais, porém Jaboticabal já era comarca desde 1885, e em um período de dez anos antes a elevação de Comarca, os registros desses processos ficavam nas Varas do Fórum (1º e 2º Ofício), atualmente 1º Vara Civil e 2º Vara Criminal. O responsável foi até a 1º Vara Civil e conseguiu localizar processos referentes a Fazenda “Cerradinho”, pois a mesma Fazenda em questão também era conhecida por “Barra Grande”, “Moreiras” e “São Domingos”, sendo um processo de sete volumes, que estão nos baús 77 e 81, e esses baús ficam no Arquivo Central. Dessa forma será solicitado o desarquivamento desse processo para ver se há informações importantes. Até o presente momento, não houve retorno com o desarquivamento. Todavia, existe um trabalho desenvolvido por alunos de direito da Fundação Padre Albino, intitulado “Memórias guardadas nos autos de um processo judicial (1921-1936)”, tendo orientação por Prof. José Saccheta Ramos Mendes. Estes fizeram a leitura de um processo de sete volumes movido na comarca de Catanduva, sendo a ação de divisão da 2ª Gleba da Fazenda Moreiras. Neste processo consta documentações raras, como mapas e plantas antigas, além de levantamentos técnicos sobre aspectos da cidade, feitos especialmente para instrução do processo. Foi entrado em contato com o professor responsável para verificar se o mesmo tem as cópias deste processo para uma possível averiguação desses documentos que seriam de grande relevância para a pesquisa, mas até o momento não obtivemos resposta, pois com essa consulta seria possível confirmar se o processo da Fazenda “Cerradinho” é o mesmo processo estudado por eles da Fazenda “Barra Grande” ou “Moreiras”.

Figura 40 – Mapa da Fazenda “Barra Grande” ou “Moreiras”.



Fonte: Acervo Cartográfico do Arquivo do Estado de São Paulo, 2024.

No mapa, não foi possível identificar nem o autor da solicitação de sua elaboração nem o ano em que foi produzido. Contudo, abaixo do título, consta que se trata de um documento vinculado a um processo de divisão judicial, tendo como proprietário o Dr. Argimiro da Silveira, à época juiz de direito da comarca de Jaboticabal. Observa-se ainda que nomes já mencionados nos editais de 1896 e 1898 do *Diário Oficial* aparecem nos quinhões representados no mapa, como Flaminio

Alves de Souza, Francisco Cândido de Souza, Samuel José de Souza e Antônio Carlos de Souza — todos representados por Anna Cândida Moreira e Sá, em virtude do falecimento de seus pais, Maria Cândida de Souza Moreira e Antônio Carlos de Souza e de José Alves Moreira, herdeiro de parte das terras e morador da comarca de Caconde. A mesma possivelmente descendente de Joaquim Alves Moreira, era casada com Antônio Alves Moreira Barbosa, responsáveis pela venda de partes da Fazenda "Barra Grande" ou "Moreiras" a Antônio Maximiano Rodrigues, que, após a aquisição, realizou a doação de terras para a formação do povoado de São Domingos do Cerradinho.

A partir da cronologia dos eventos relacionados à Fazenda Barra Grande, ou Moreiras, é possível observar que, sob a perspectiva do apossamento territorial, nenhuma das três famílias mencionadas pode ser considerada pioneira na ocupação dessas terras. Tal título pode ser atribuído a Victoriano José de Souza e Manoel Thomaz do Prado, por já possuírem a área antes de sua venda a Joaquim Alves Moreira.

Contudo, é importante considerar que muitos desses primeiros proprietários adquiriram terras distantes e apenas após longos períodos efetivaram sua ocupação. Sob a ótica da formação de núcleos familiares, Joaquim Alves Moreira e seus descendentes podem ser considerados como os principais responsáveis pelo povoamento das terras que viriam a compor o território catanduense.

No entanto, entre 1855 e meados da década de 1890, os registros indicam que os interesses sobre a Fazenda Barra Grande estavam voltados predominantemente à garantia da posse da terra. Mas, a partir de 1890, com a aquisição de 100 alqueires por Antônio Maximiano Rodrigues, observa-se uma mudança de perspectiva, evidenciando-se a intenção de iniciar um processo de povoamento. Tal propósito é reforçado pela doação, realizada em 1901 por Antônio Maximiano Rodrigues e sua esposa, de 10 alqueires de terra em homenagem ao padroeiro São Domingos.

Portanto, o próximo subitem abordará mais profundamente o processo de doação de terras para a criação do patrimônio de São Domingos do Cerradinho, os caminhos percorridos após a doação e suas principais mudanças no território.

1.5.3 O processo de doação de terras para a criação do patrimônio de São Domingos do Cerradinho

O município de Catanduva se integra em um período de povoações, no qual a princípio estava intimamente unida aos patrimônios religiosos, comumente no século XIX e da qual as terras eram aforadas pela Igreja Católica, todavia, sua criação se dá também no contexto da Primeira República (1889 – 1930).

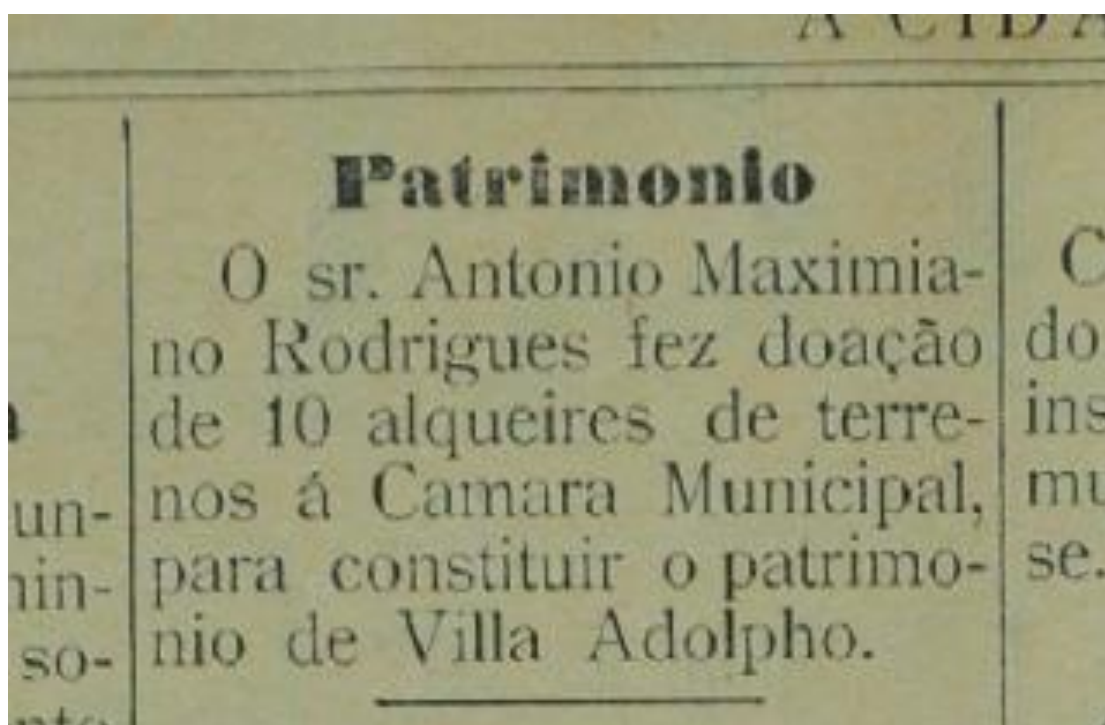
Segundo a transcrição da Certidão pesquisada no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Jaboticabal, Antônio Maximiano Rodrigues e sua mulher Francisca de Salles de Jesus, transmitiram por doação feita a São Domingos em 27 de fevereiro de 1901, uma gleba de terras contendo dez alqueires divididos judicialmente, na Fazenda “Barra Grande” ou “Moreiras”, do Município de São José do Rio Preto, comarca de Jaboticabal, confrontando por seus diversos lados com o Rio São Domingos, e por outro com os doadores e outros. Esse ato de doação para a criação do povoado de São Domingos do Cerradinho, foi noticiado (figura 41 e 42) em um jornal de veiculação na época denominado “A Cidade”, na cidade de São José do Rio Preto.

Figura 41 – Publicação no Jornal A Cidade, sobre a doação de terras para o patrimônio de São Domingos do Cerradinho.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de São José do Rio Preto, modificado pelos autores, Jornal A Cidade, 1 de junho de 1912, p. 02, ano 1, nº 51.

Figura 42 – Ampliação da publicação no Jornal A Cidade, sobre a doação de terras para o patrimônio de São Domingos do Cerradinho.



Fonte: Acervo do Arquivo Público de São José do Rio Preto, Jornal A Cidade, 1 de junho de 1912, p. 02, ano 1, nº 51.

Também certifica, que conforme a Lei nº 903 de 09 de junho de 1904, o município de São José do Rio Preto, foi desmembrado da Comarca de Jaboticabal, passando a pertencer à Comarca de São José do Rio Preto – SP, consequentemente, o imóvel descrito passou à competência do Cartório do Registro de Imóveis daquela comarca.

A doação de terras para o patrimônio de São Domingos do Cerradinho, diz respeito que as glebas pertenciam à Comarca de São José do Rio Preto, ou seja, toda a ordenação do primeiro traçado, tamanho das vias públicas e datas, seguiriam da sua cidade “mãe” que detinha uma lei a ser seguida, que eram os Códigos de Posturas.

Em um período antecessor ao discutido, Ghirardello (2010, p 54) elucida que as câmaras do período colonial detinham muita autonomia na concepção de posturas próprias que de alguma forma completavam as leis maiores como a legislação do reino. Tal situação de liberdade concebeu cidades com “traçados não assemelhados ou padronizados e bastante adaptadas ao sítio e/ou edificações relevantes do espaço urbano, de modo a não existirem cidades no período colonial com traçados idênticos ou com espaços livres, adros ou largos padronizados” (Ghirardello, 2010, p. 54).

Todavia, será apenas com a Independência do Brasil e a partir do reinado de D. Pedro I que ocorrerá a troca, ainda que parcial, dos documentos legais herdados da metrópole. A primeira Constituição brasileira, de 1824, e o ato adicional, de 1834, são amostras de mudanças, em que pese as ordens Filipinas continuarem em vigor (Ghirardello, 2010, p. 55).

A elaboração pelas câmaras municipais pelos códigos de posturas, originalmente tratados de códigos de posturas policiais, passa a ser uma exigência após a promulgação da Constituição de 1824, conforme determinava a lei de 1º de outubro de 1828, o chamado Regimento das Câmaras Municipais. O regimento era dividido em cinco títulos: Forma da eleição das câmaras, Funções Municipais, Posturas Policiais, Aplicação das Rendas e Dos empregados. A partir de então, o código passará a ser lei básica do império a guiar a formação e manutenção das cidades. Nele, deveriam constar obrigatoriamente, conforme determinava o Título III, Posturas Policiais, questões variadas e abrangentes que diziam respeito à vida urbana. Os seguintes aspectos deveriam ser contemplados, e o foram geralmente dentro dessa ordem: 1. o quadro físico urbano; 2. o domínio edificado; 3. a higiene e salubridade preventiva; 4. os “serviços” urbanos; 5. o quadro administrativo; 6. as finanças municipais (Ghirardello, 2010, p. 56).

Em meados da segunda década do século XIX, os municípios passaram a contar com imensos resultados de medidas em reação ao espaço urbano que foram incumbidos pela criação de modelo e por condutas aproximadas na administração pública, o que pode ser confirmado pela formação atual dessas cidades, em específico com ênfase do seu traçado urbano (Ghirardello, 2010, p. 59).

Assim, a partir da República, Ghirardello (2010, p. 59) cita que engenheiros e arquitetos atuavam em intervenções urbanas, o fato é que as bases desses patrimônios, arruados em xadrez, já se encontrarão lançadas. Até as recém cidades formadas no interior do Estado de São Paulo, originadas a partir do século XX, esporadicamente escaparão da quadrícula extensiva, mesmo que feitas por profissionais mais bem instruídos que os agrimensores ou práticos em agrimensura. O modelo reticulado de cidade vai ser percebido de forma especial na província de São Paulo devido a rápida expansão da produção cafeeira e da impetuosa geração de novos patrimônios fadados de possibilidades suficientes para seu estabelecimento.

O padrão urbano repetitivo dessas novas cidades também se deu em razão da cópia pura e simples dos códigos de posturas das cidades mais importantes. Afinal, poucas eram as vilas que tinham pessoal gabaritado para elaborar questões complexas que exigiam conhecimento de áreas

disciplinares tão distintas: técnicas edílicas, normas sanitárias e do direito. [...] buscava-se quase sempre o documento naquelas que tiveram seus códigos elogiados e aprovados pela Assembleia Provincial, adequando-o ao porte da povoação, suprimindo eventualmente artigos desnecessários ou alterando palavras e frases menos significativas. [...] a criação de novo povoado, dentro da circunscrição territorial de uma cidade (município), deveria observar, para sua constituição física, os códigos de posturas dessa cidade, portanto “as filhas” guardariam o modelo urbano pela “mãe”, pois era fruto de lei emanada por esta (Ghirardello, 2010, p. 59-60).

Dessa forma, até chegarmos à parte doada para a formação do patrimônio de São Domingos do Cerradinho, ocorreu um grande percurso de desmembramento de áreas pertencentes às comarcas, sendo primeiramente o desmembramento de Jaboticabal (cidade “filha”) em 1867 de Araraquara (cidade mãe), e São José do Rio Preto (cidade “filha”) em 1894, desmembrando-se de Jaboticabal (cidade “mãe”). Assim, posteriormente ocorrerá com o patrimônio de São Domingos do Cerradinho, desmembrando-se de São José do Rio Preto (cidade “mãe”) e tornando-se cidade (cidade “filha”) em 1917, atualmente Catanduva, conforme exposto pela Tabela 1 e figura 39.

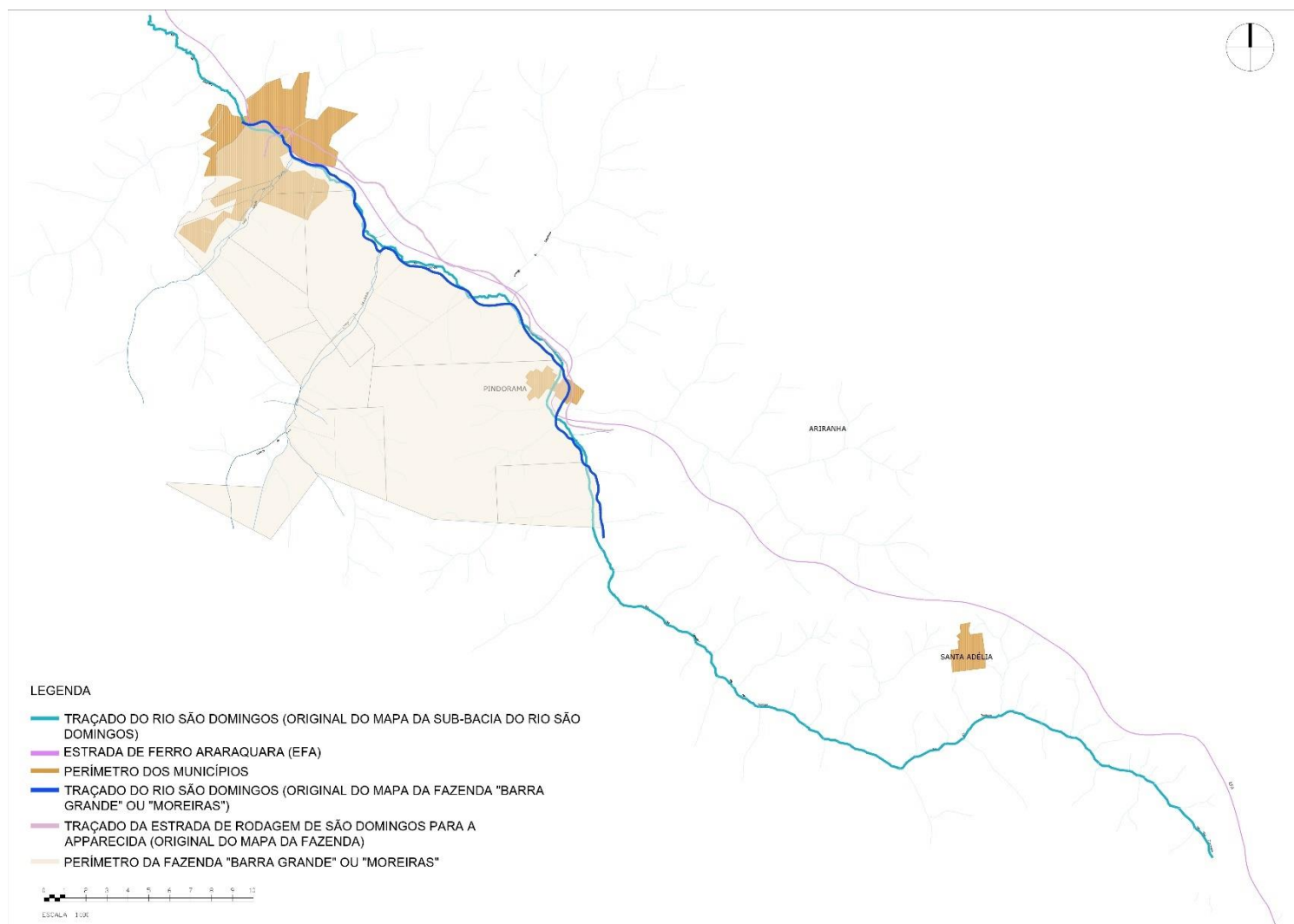
Tabela 1 – Desmembramento dos municípios paulistas.

ANO	CIDADE
1832	Araraquara
1867	Jaboticabal
1894	São José do Rio Preto
1917	Catanduva

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no site Seade, 2024

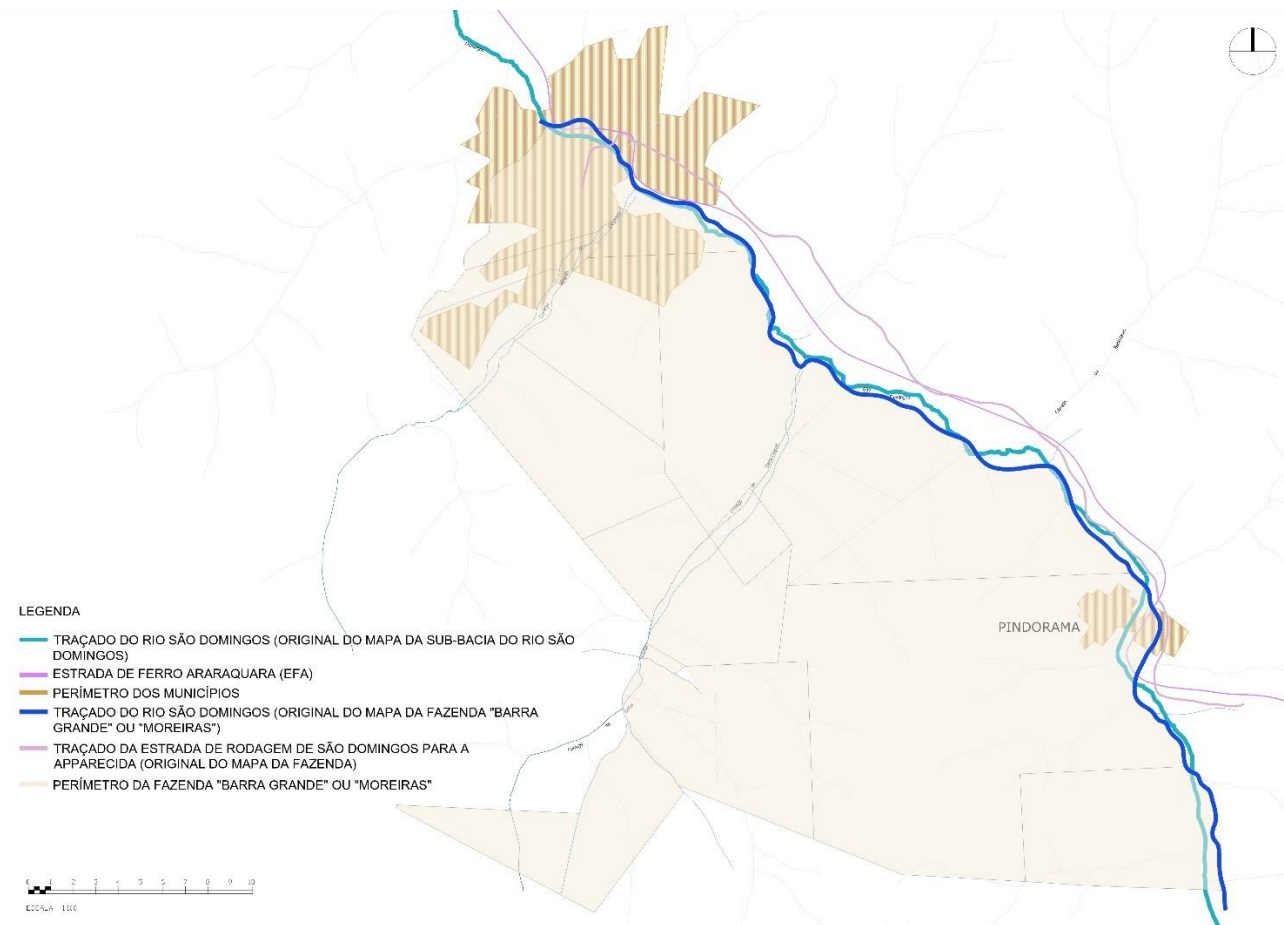
Para compreender o processo de doação de terras por Antônio Maximiano Rodrigues, que resultou na criação do patrimônio de São Domingos do Cerradinho, foi necessário demarcar o perímetro da Fazenda “Barra Grande” ou “Moreiras” em relação aos limites atuais do município de Catanduva. Com base nos cursos d’água do Córrego Minguta (também conhecido como Córrego dos Coqueiros) e do Córrego da Barra Grande, foi possível realizar a sobreposição dos perímetros (figura 44 e 45), permitindo mensurar a extensão original da fazenda em comparação ao território atual da cidade.

Figura 44 – Mapa com a demarcação da Fazenda “Barra Grande” ou “Moreiras” em relação ao perímetro da cidade de Catanduva.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Figura 45 – Ampliação do mapa com a demarcação da Fazenda “Barra Grande” ou “Moreiras” em relação ao perímetro da cidade de Catanduva.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A autora Destro (2023, p. 32) cita que as terras mais disputadas se localizavam próximas a cursos d'água e vias terrestres, geralmente precárias estradas de terra batida utilizadas por tropeiros como rotas comerciais. No entanto, eram nas áreas mais elevadas — menos sujeitas a inundações causadas pelas cheias dos rios — que se estabeleciam a capela e o núcleo central dos povoados, como ilustrado no mapa (figura 43).

Neste, observa-se a área provável da doação destinada à formação do povoado de São Domingos do Cerradinho, destacada em amarelo, bem como o local da construção da primeira capela, onde atualmente se encontra a igreja matriz. Essa área coincide com o início do caminho representado no mapa da Fazenda “Barra Grande” ou “Moreiras” (figura 46), identificado como a estrada de rodagem de São Domingos para Aparecida, que margeia o ribeirão São Domingos. Assim, o povoado se consolidou nas proximidades de duas importantes vias: uma fluvial, o ribeirão São Domingos; e outra terrestre, a Estrada do Taboado, principal rota comercial da região, que conectava diversos povoados paulistas.

Figura 46 – Ampliação do mapa da Fazenda “Barra Grande” ou “Moreiras”.



Fonte: Acervo Cartográfico do Arquivo do Estado de São Paulo, 2024.

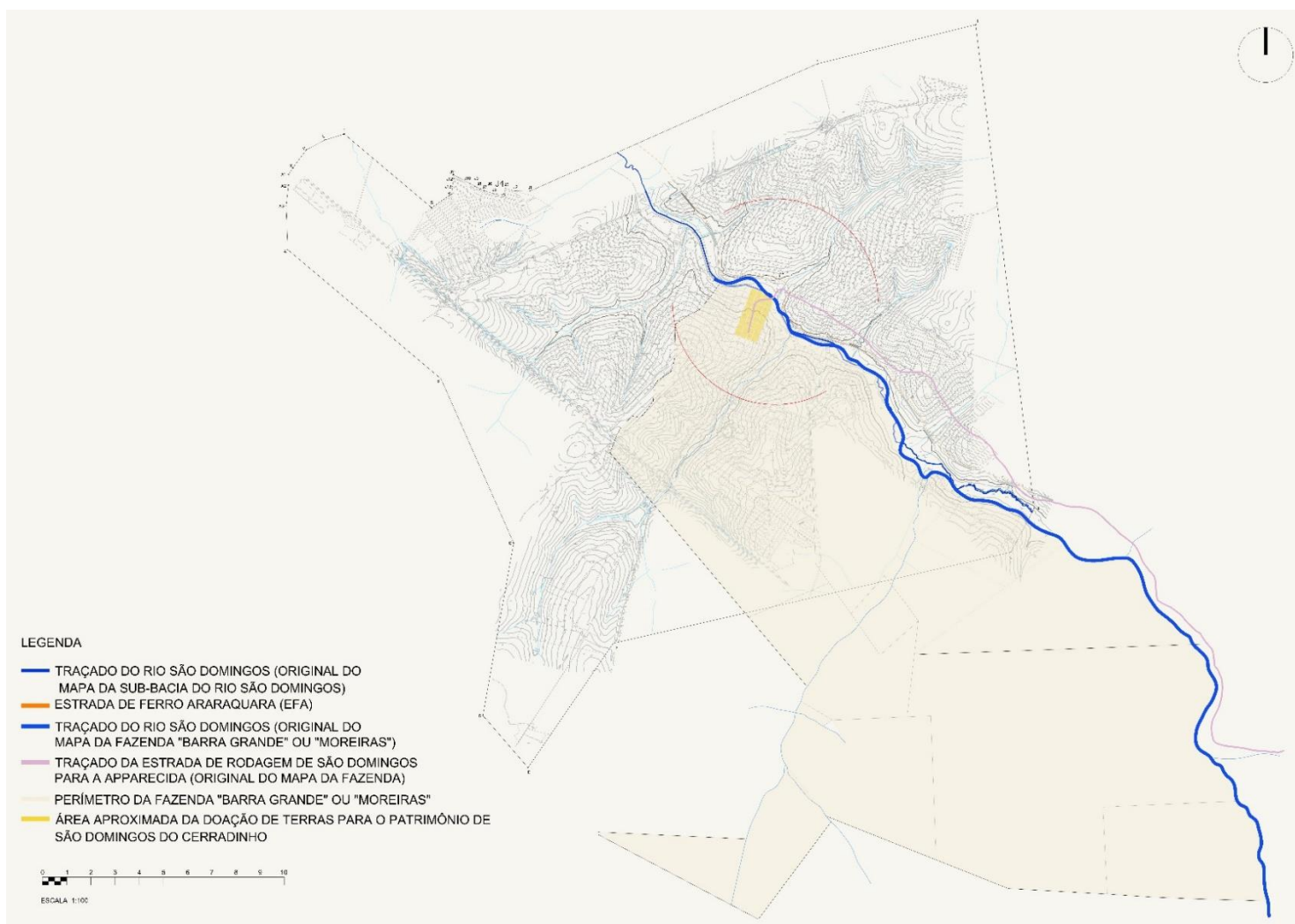
De acordo com Ghirardello (2010), a nomeação de patrimônios religiosos costumava seguir uma estrutura composta pelo nome de um santo associado a um

elemento físico ou geográfico. Esse padrão se repetiu em diversas localidades paulistas, como no caso de Catanduva, cujo nome original — “São Domingos do Cerradinho” — remete tanto ao santo padroeiro, São Domingos de Gusmão, quanto à vegetação típica da região, o cerrado, representado pelo termo “Cerradinho”.

Devido à imprecisão das medições fundiárias e à presença predominante de matas densas, os patrimônios religiosos eram frequentemente delimitados por elementos naturais. Suas divisas eram reconhecidas com base nas características topográficas, no relevo e em acidentes geográficos, como espigões e cursos d’água.

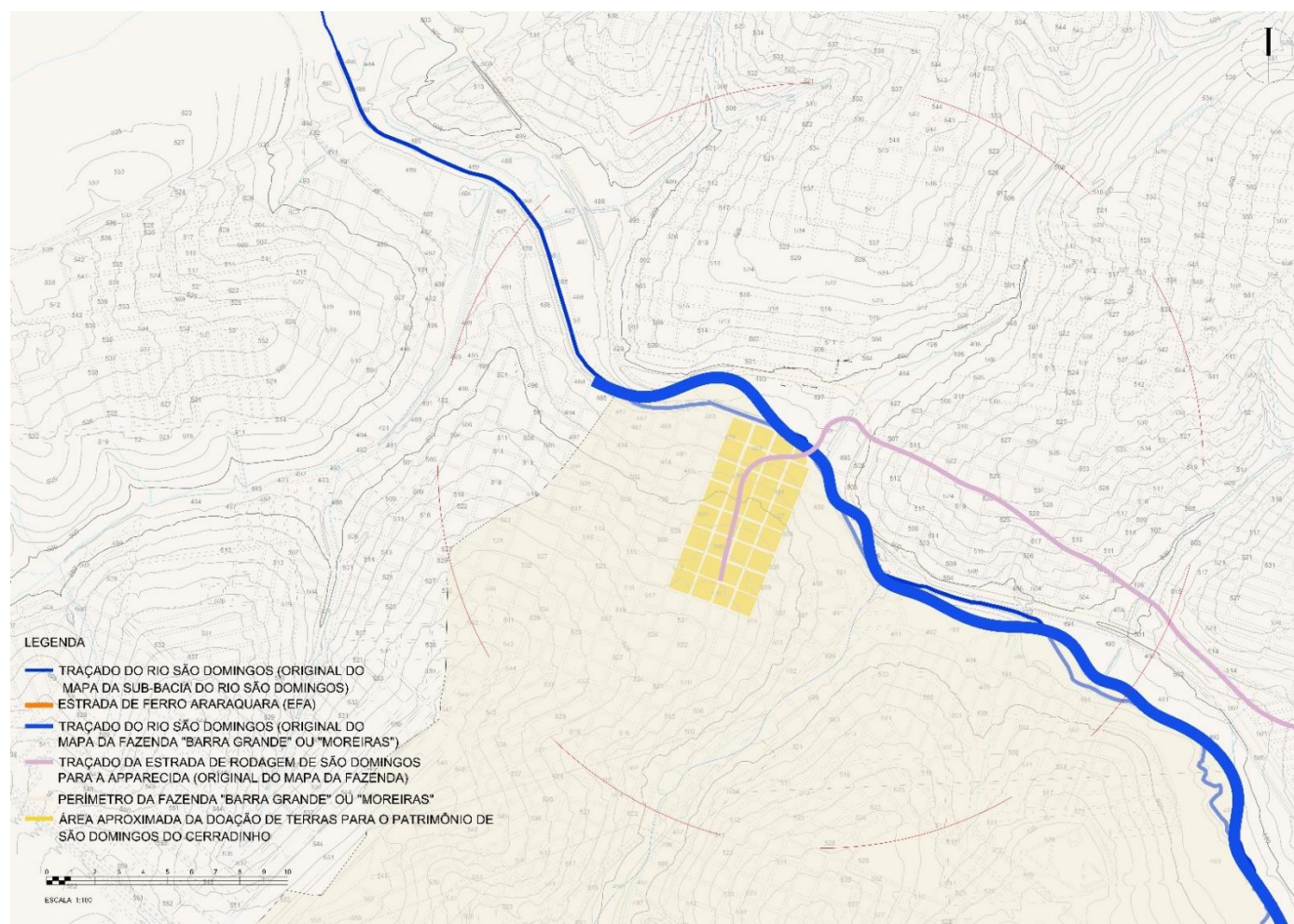
Os lados alongados, são, geralmente, ou linhas de separação das águas entre duas grandes bacias hidrográficas, ou cursos d’água. Espigões e rios dos planaltos ocidentais estabelecem-se assim, como os limites principais tanto dos municípios primitivos, como das vastas propriedades florestais (Ghirardello, 2010, p. 67).

Figura 47 – Mapa com área aproximada da doação de terras para a criação do patrimônio de São Domingos do Cerradinho.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Figura 48 – Ampliação do mapa com área aproximada da doação de terras para a criação do patrimônio de São Domingos do Cerradinho.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Conforme Ghirardello (2010), a doação de terras à igreja para a construção de uma capela tinha como finalidade confirmar a posse da área, valorizar a região circunvizinha — uma vez que a instituição religiosa oferecia serviços essenciais à vida urbana, como celebrações religiosas, registros de propriedade, batismos, casamentos e certidões de óbito —, atrair comércio e serviços, além de conferir ao doador prestígio e projeção social dentro da comunidade.

Ou seja, esses caminhos que levavam até o povoado de São Domingos do Cerradinho eram descritos como:

Na época o caminho mais viável para ligar Rio Preto a Araraquara era procurar evitar as travessias de grandes rios, as florestas cerradas e lugares montanhosos e foi fugindo a esses atributos que os marchantes procuraram os lugares mais acessíveis. Para tal, procuraram eles o caminho que saindo de Rio Preto, passando por Borboleta sai a Santo Antônio de Monte Belo lugarejo próximo a Nova Aliança, daí as Bicas “Água Santa” atual Termas de Ibirá onde já existia um pequeno arraial. Dai dobrando o dorso da Cordilheira do Itaimbé até a altura de Caputira, onde já existiam um morador e daí a esquerda do Ribeirão São Domingos, onde os marchantes davam descanso aos animais a principio tocados em manadas e tempos depois mesmo em carros puxados por bovinos (Revista Feiticeira, jun. 1984, p. 14, ano 20, nº 81).

E, continua:

Quando em meados do século passado os tropeiros de Mato Grosso transportavam para São Paulo os rebanhos de animaes, um de seu ponto de repouso era a margem esquerda do ribeirão denominado na época Japurá atual São Domingos. Foi pouco tempo depois que nesse mesmo local na confluência do córrego minguta onde existe o atual meandro, se montaram os primeiros barracos. Com o passar do tempo foram-se construindo outros, até que já com algumas casas foi aumentando o movimento de compra e venda de suínos. Dada ditas casas terem sido construídas em meio a um capão de baixos arbóreos foi lhe dado a denominação de Cerrado de Porco. [...] Foi nos últimos dias do século passado ou principio do presente, quando por aqui passaram os geólogos e geógrafos do Instituto Geografico do Estado de São Paulo afim de corrigir ou dar nome as corredeiras das aguas recém descobertas, ao chegarem ao povoado encontrando a capela procuraram informar-se do autor e em atenção ao feito deram a denominação ao Ribeirão São Domingos a esta parte do antigo Ribeirão Japurá, passando o local a ser conhecido por Cerradinho de São Domingos (Revista Feiticeira, jun. 1984, p. 14, ano 20, nº 81).

Portanto, a criação do patrimônio de São Domingos do Cerradinho, foi justamente sob a invocação de São Domingos que o mineiro Antônio Maximiano Rodrigues e sua mulher, Francisca Sales de Jesus fizeram a doação de parte de suas terras, como posseiros legitimados, à Paróquia em organização, sendo certo que se aceita, principalmente nas zonas pioneiras, de que são os doadores dos patrimônios os autênticos e legítimos fundadores das povoações (Quaglia, 2003, p. 10). Ou seja, todos esses fatores demonstrados anteriormente foram responsáveis direta e indiretamente pela fundação do núcleo urbano de Catanduva e despertou o interesse de novos moradores, o que será explanado com detalhes no Capítulo II.

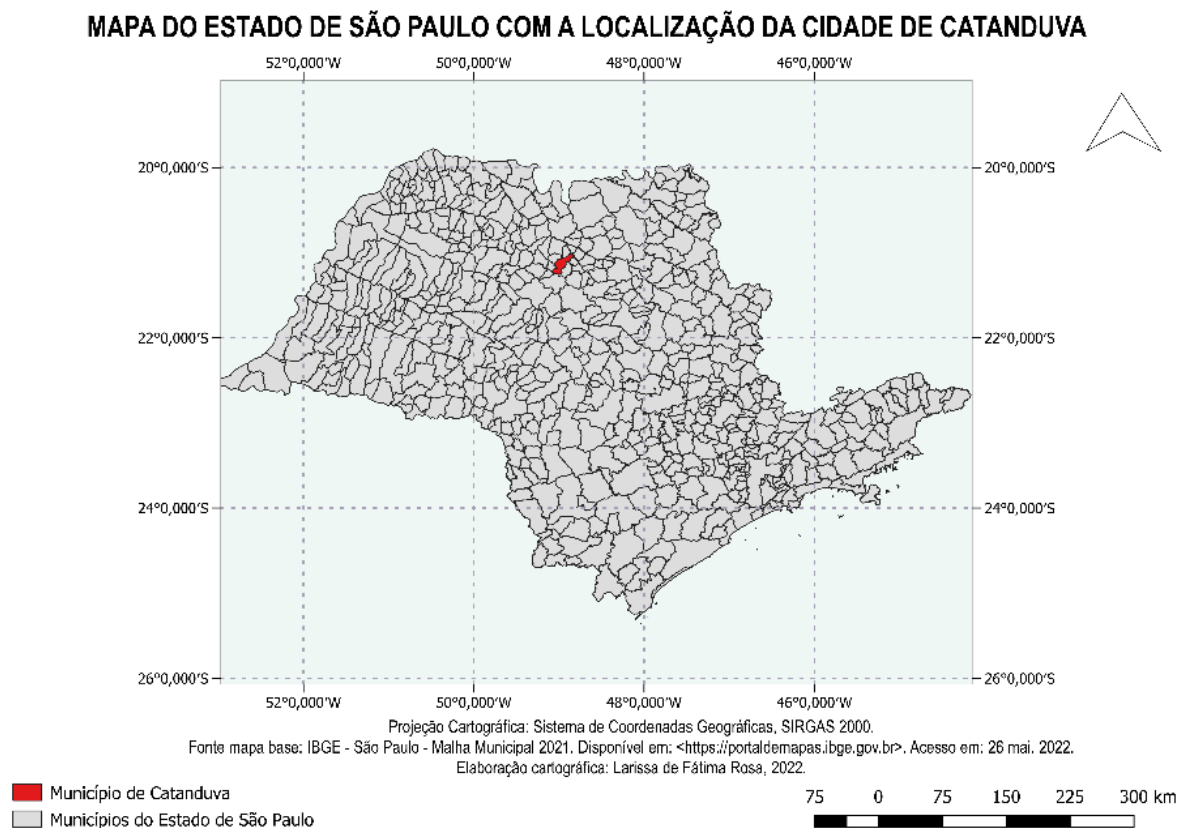
2 CAPÍTULO II – DAS TERRAS LONGÍNQUAS À CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CATANDUVA

O atual município de Catanduva (figura 49) foi fundado em meados de 1909, porém teve sua emancipação política em 14 de abril de 1918. Também recebeu outras nomenclaturas como patrimônio de São Domingos do Cerradinho, Villa Adolpho e posteriormente seu nome atual.

O povoado de São Domingos do Cerradinho enfrentou um prolongado período de estagnação econômica e demográfica, em razão do maior dinamismo de localidades situadas nas proximidades da então Imperial Estrada do Taboado — principal via de acesso ao alto sertão —, que passaram a concentrar o fluxo comercial da região (Seade, 2025).

Esse cenário começou a se alterar em 16 de dezembro de 1909, quando o local foi elevado à categoria de distrito de São José do Rio Preto, recebendo o nome de Vila Adolfo em homenagem ao então prefeito daquele município, coronel Adolfo Guimarães Corrêa. O processo de desenvolvimento intensificou-se com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Araraquara, em 1910. A expansão da lavoura cafeeira, aliada à infraestrutura ferroviária, foram elementos determinantes para o crescimento da região. Posteriormente, em 14 de novembro de 1917, foi criado o município com o nome de Catanduva — termo de origem tupi que significa “mato cerrado” (Seade, 2025).

Figura 49 – Mapa do Estado de São Paulo com localização da cidade de Catanduva.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Localizada na região Noroeste do estado de São Paulo, Catanduva possui, conforme estimativa do IBGE Cidades (2022), uma população de aproximadamente 115.785 habitantes. É o segundo maior município de sua região administrativa, cuja sede é São José do Rio Preto. Ao longo de sua história, já foi reconhecida como a "Capital Nacional dos Ventiladores" e como um importante polo sucroenergético, tendo sua economia fundamentada no cultivo da cana-de-açúcar, na produção sucroalcooleira, além do comércio, da prestação de serviços e da presença de um diversificado parque industrial. Em 3 de julho de 1965, foi estabelecido o Decreto nº 48.162 com as normas das Regiões Administrativas (Figura 50) e do Governo de São Paulo (Seade, 2014).

Figura 50 – Mapa da região administrativa de São José do Rio Preto.



Fonte: IGC, 2014.

2.1. O início da ocupação urbana de Catanduva: De patrimônio de São Domingos do Cerradinho à Villa Adolpho fundada em 1909

Conforme jornais e revistas locais pesquisados, anos antes da doação de terras feita de 10 alqueires em prol a São Domingos por parte de Antônio Maximiano Rodrigues e sua esposa, já existiam nessas terras alguns núcleos familiares formados, como o caso da família Figueiredo, citado anteriormente.

Segundo o jornal “A Cidade”, no ano de 1886:

Catanduva não possuía um rancho e nem um morador sequer existia, por estas plagas, quando aqui chegou o sr. Joaquim Alves de Figueiredo (já falecido), respeitável chefe de benquista família, cujos numerosos membros ainda aqui residem. Em terrenos onde esta localizado hoje o Bairro São Francisco, construiu o primeiro morador de Catanduva, a primeira casa para que lhe servisse de residência (Jornal “A Cidade”, 05/10/1930, ano 1, nº 58, Um pouco de História de Catanduva, Carlos Machado).

Outro jornal complementa:

Cêrca de três anos depois, chegou outro sertanista da família, precisamente o filho de Joaquim Alves Moreira (já falecido) – José Lourenço de Figueiredo. Vinha este acompanhado de um genro e dos filhos Cassiano, Eduardo, José, Inocência e Joaquim. O clã dos Figueiredo cresceu ali no São Francisco. A família – diz o registro – construiu ali, em 1890, um moinho de milho, e tal engenho usaram em sua construção que ainda até hoje está lá (Orgão dos alunos do IEBRB “Zumbi”, 1965, p. 15-17, ano 3, nº 2, *Flagrante Histórico de Catanduva*, Elizabeth Faraht).

Este mesmo jornal cita que por volta de 1890, começou a aparecer nesta região um sacerdote de origem portuguesa conhecido por Padre José Bento, sendo este pároco em São José do Rio Preto. O mesmo vinha de Araraquara ou de Jaboticabal, em longínquas viagens, ora a cavalo, ora em carros de bois, ou acompanhando cargueiros, visitando pequenas cidades, vilas e núcleos de moradores realizando batizados, casamentos, missas, ministrando conselhos e fundando igrejas. Assim, “os poucos moradores do povoado dos Figueiredo correram a sua presença. O Padre hospedava-se na residência de José Lourenço de Figueiredo, onde atendia o povo” (Orgão dos alunos do IEBRB “Zumbi”, 1965, p. 15-17, ano 3, nº 2, *Flagrante Histórico de Catanduva*, Elizabeth Faraht).

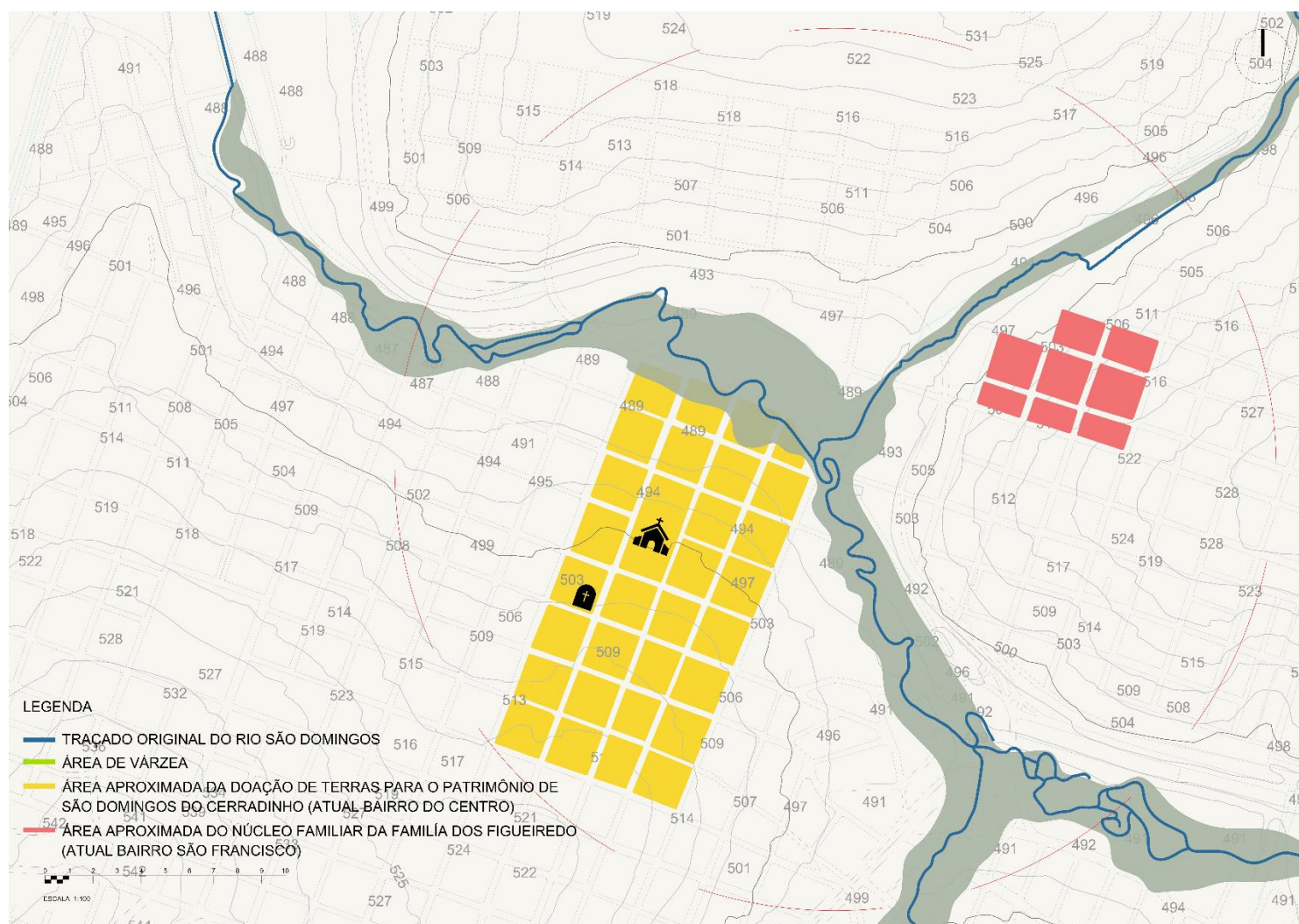
Foi este Padre José Bento quem, em 1892, arregimentou os moradores para a construção do cemitério do povoado que, já então, tinha um nome – Cerradinho. Juntamente com José Lourenço de Figueiredo, ocorreu, diligente, entre outros, Antônio Rodrigues, chefe da grei dos Rodrigues que, como a dos Figueiredo, ainda conta com numerosos descendentes em Catanduva, nos dias atuais. Diz o registro a que me estou reportando que, àquela época, não existiam ainda tantas localidades que ora circunvizinham Catanduva. O povoado mais próximo, denominado São Miguel (já desaparecido), situava-se lá pelas bandas da atual Cajobi, a umas oito léguas de distância. Pois era lá onde se iam sepultar os mortos do Cerradinho, numa viagem cheia de peripécias e sacrifícios, através de perigosos caminhos e estreitas picadas (Orgão dos alunos do IEBRB “Zumbi”, 1965, p. 15-17, ano 3, nº 2, *Flagrante Histórico de Catanduva*, Elizabeth Faraht).

Dessa forma, segundo o referido jornal, este mesmo padre decidiu formar um cemitério no então povoado de São Domingos do Cerradinho, reunindo para sua construção os homens da família dos Figueiredo e da família Rodrigues, escolhendo o local onde funcionou a Casa Pinotti. Tendo pronta a área destinada ao cemitério, o Padre pediu que “trabalhassem um pouco mais, pois queria um local para improvisar

uma capela. Dentro de três dias estava pronto o cemitério, cercado de madeira, e com sua capela no centro, onde foi celebrada logo a primeira missa” (Órgão dos alunos do IEBRB “Zumbi”, 1965, p. 15-17, ano 3, nº 2, *Flagrante Histórico de Catanduva*, Elizabeth Faraht).

Devido aos fatos transcritos dos jornais, estes retrataram o início do povoado de São Domingos do Cerradinho. Assim, foi possível elaborar um mapa retrospectivo (figura 51) indicando a localização da área ocupada pelo núcleo familiar dos Figueiredo, do cemitério e posteriormente da primeira capela.

Figura 51 – Localização aproximada do patrimônio de São Domingos do Cerradinho, em meados de 1890.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Através deste mapa, podemos inferir que o primeiro local a ser povoado foi o atual bairro São Francisco, tendo sua ocupação efetiva em 1886, quando Joaquim Alves Figueiredo, vindo de Minas Gerais, estabeleceu-se no povoado e construiu a primeira casa de telhas. E, a segunda região a ser ocupada foi o atual bairro do Centro, após a construção de um cemitério e de uma capela.

Segundo a historiadora Leite (2007, p. 62), aos poucos o povoado de São Domingos do Cerradinho foi crescendo e seus novos contornos justificavam mudanças, inclusive políticas, sendo que uma delas ocorreu no ano de 1905:

No início daquele ano, o vilarejo recebeu a visita do Major Emídio de Oliveira Castro, figura importante da região que poderia, autorizar a realização de mudanças almejadas pela população. Os moradores prepararam uma recepção à altura do convidado: um terço, rezado pelo Minguta (como era conhecido Domingos Borges da Costa) na capela de São Domingos e um almoço na casa de Antônio Maximiano Rodrigues, após o qual formularam o seu pedido: a criação de um Distrito Policial. O Major os atendeu, e o distrito foi instalado em setembro do mesmo ano. Seu primeiro subdelegado foi Joaquim Alves Figueiredo, tendo como suplentes João Joaquim de Souza e Costa, José Dias Cavalheiro e Florentino Antonio Clemente, cujas influências familiares na história da cidade se restringem àquele momento (OLIVEIRA, O Regional, 21 nov. 1992, Nossa terra, nossa gente, p. 3).

2.1.2 A primeira capela

Embora o traçado urbano das cidades brasileiras tenha sido transformado ao longo do século XIX, a influência da Igreja Católica permaneceu significativa desde o período colonial. A Proclamação da República e a institucionalização do Estado laico não reduziram a presença católica nos centros urbanos, mesmo com o surgimento de templos de outras religiões. Ainda que muitas edificações fossem simples, os símbolos e a autoridade da Igreja Católica continuavam presentes, independentemente de o patrimônio ser religioso ou não.

Segundo o jornal Boletim “Só 10”:

No local onde se ergue a nossa matriz, foi em 1893 eregida a capella sob a invocação de S. Domingos, padroeiro da cidade nascente. Na construcção, trabalhou como carpinteiro o snr. Joaquim Honorato. A comissão encarregada da construcção do cemitério e capella, compunha-se dos snrs.

Joaquim Alves de Figueiredo, José Lourenço de Figueiredo, Domingos Borges da Costa (Minguta), Antonio Maximiano Rodrigues, José Candido Gonçalves, José Ignácio Garcia, Antônio Augusto Ribeiro e outros (Boletim “Só 10”, ano 01, nº 02, fevereiro de 2006).

A construção (figura 52) era simples, pequena, possivelmente erguida utilizando a técnica construtiva de taipa de mão e na parte externa utilizada a técnica de caiação, e suas portas e janelas eram de madeira, e o telhado com duas águas e cobertura de telha cerâmica. Apresentava, como outras edificações católicas, um elemento característico: o sino, entretanto em estrutura independente de madeira, ao lado da edificação. Seus materiais e técnicas construtivas eram simples, modestas, guardando uma tipologia centenária que pode ser encontrada nas áreas rurais e início das formações urbanas de Minas Gerais e São Paulo. Tal simplicidade também se dava como a maioria das construções que seriam edificadas e outras que já estavam construídas ao seu redor, como pode ser observado na figura. Carregava, portanto, uma forte carga simbólica, representando o início da ocupação da vila e inserindo-a na tradição luso-brasileira, na qual a presença da igreja marcava o surgimento de um núcleo urbano.

Figura 52 – Primeira capela da futura cidade de Catanduva, possivelmente construída em 1893.



Fonte: Acervo do Museu Padre Albino, 2023.

Na figura 53, embora não seja possível identificar elementos do traçado urbano, como o alinhamento das vias, observa-se a supressão da vegetação nativa em frente à capela — indício da formação de um largo tradicional, espaço descampado destinado a eventos comunitários como quermesses e procissões.

Figura 53 – Capela de São Domingos do Cerradinho e fiéis ao seu redor.



Fonte: Catanduva Cidade Feição. Disponível em: <https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=2786>. Acessado em: mai. 2025.

Nas cidades paulistas, havia uma preocupação recorrente em substituir a primeira capela — geralmente modesta e precária — que havia dado origem ao patrimônio. Mesmo nas localidades formadas durante a República, a presença dessa construção inicial ainda detinha relevância simbólica, ainda que não estivesse vinculada diretamente à doação do patrimônio religioso, como ocorria no século XIX, quando este constituía o núcleo da futura cidade. Independentemente da forma de constituição urbana, observava-se a repetição de um padrão: a antiga capela era demolida para dar lugar à igreja matriz, quase sempre erguida no mesmo local (Ghirardello, 2010, p. 217).

No primeiro traçado urbano de Catanduva, alguns pontos serão determinantes para a criação de eixos de crescimento da cidade, sendo eles: a capela, a futura praça,

a futura estação e a “praça da estação”. Esses vetores de crescimento serão melhores analisados em outros subitens que abordarão especificamente sobre o primeiro traçado urbano.

2.1.3 A criação de Villa Adolpho em 1909

Com o crescente avanço do povoado de São Domingos do Cerradinho, marcado pela construção do cemitério e criação da capela, tornou-se necessário elevar o povoado a distrito de paz. Devido a esta nova categoria, também houve mudança em sua nomenclatura, passando a ser denominado Villa Adolpho. Este nome em questão foi escolhido para homenagear o Coronel Adolpho Guimarães Côrrea, na época, prefeito de São José do Rio Preto, pois as terras da nova vila pertenciam a esta cidade em questão. Tal mudança demonstra também a ideia de laicização do espaço urbano, começando por sua denominação que passaria a deixar de conter referências ao sítio natural e a religião, substituídas pelo nome de uma personalidade civil poderosa de ocasião. Assim, por intermédio da Lei nº 1188, de 16 de dezembro de 1909 (figura 54, 55 e 56), é oficialmente criado o distrito de paz de Villa Adolpho, no município e comarca de São José do Rio Preto.

Figura 54 – Lei nº 1188, de 16 de dezembro de 1909, criando o distrito de paz de Villa Adolpho, citado no *Diário Oficial*.

3910 Terça-feira, 28
DIÁRIO OFICIAL
Dezembro - 1909

LEI N. 1187

DE 16 DE DEZEMBRO DE 1909

Cria o distrito de paz de Rebouças, no município e comarca de Campinas

O doutor Manoel Joaquim de Albuquerque Lima, presidente do Estado de São Paulo,

Faço saber que o Congresso Legislativo do Estado decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º Fica criado o distrito de paz de Rebouças, com sede no povoado e estação de mesmo nome, da linha ferrea Paulista, no município e comarca de Campinas.

Artigo 2.º As divisões do novo distrito de paz são as seguintes:

Partem da linha divisória do município de Monte Mor, no ponto de intersecção com a estrada publica que vai de Monte Mor a Campinas, passando pela Boa Vista, estrada esta denominada Terra Preta, e seguem pela mesma estrada até a linha ferrea Paulista; dali, transpondo esta linha, procuram um pequeno curso de agua para o lado dos Amaraes e descem por este até ao tanque denominado de Mariano, continuando pela mesma agua até encontrar o ribeirão do Quilombo e por este abaixo até a fazenda São Thiego, na confluencia do córrego que vem da fazenda Deserto, á margem direita; dali seguem em rumo na direcção do ponto de passagem da estrada publica de Limeira, no rio Atibaia, até a divisa do distrito de Villa Americana, na fazenda Saltinho, continuando pelas divisas actuaes com este distrito e com os municípios de Santa Barbara e de Monte Mor, até ao ponto de partida na estrada da Terra Preta.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

O secretario do Estado dos Negocios do Interior assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, em 16 de Dezembro de 1909.

M. J. ALBUQUERQUE LINS
CARLOS GUIMARÃES.

Publicada na Secretaria do Estado dos Negocios do Interior, em 16 de Dezembro de 1909.—O director, *Alvaro de Toledo*.

Artigo 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O secretario do Estado dos Negocios do Interior assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, em 16 de Dezembro de 1909.

M. J. ALBUQUERQUE LINS
CARLOS GUIMARÃES.

Publicada na Secretaria do Estado dos Negocios do Interior, em 16 de Dezembro de 1909.—O director, *Alvaro de Toledo*.

LEI N. 1188

DE 16 DE DEZEMBRO DE 1909

Cria o distrito de paz de Villa Adolpho, no município e comarca de Rio Preto

O doutor Manoel Joaquim de Albuquerque Lima, presidente do Estado de São Paulo,

Faço saber que o Congresso Legislativo do Estado decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º Fica creado no município e comarca de Rio Preto o distrito de paz de Villa Adolpho, com as seguintes divisões: Partindo do divisor das aguas dos ribeirões das Três Barras, Cubatão e S. Domingos, alcançará a cabeceira do córrego Barra Grande, seguindo por este abaixo até o ribeirão de S. Domingos (lei n. 1109, de 10 de Dezembro de 1907), por este S. Domingos abaixo (lei n. 1075, de 22 de Agosto de 1907), até a confluencia do córrego da Taquara, por este acima até a sua cabeceira mais alta e dali em recta até a cabeceira mais alta do córrego da Limeira, por este abaixo até a sua confluencia com o córrego das Bicas, por este acima até a confluencia do primeiro pequeno córrego da margem esquerda, por este acima até sua cabeceira, dali em rumo até a cabeceira do córrego S. Bento, por este abaixo até sua confluencia no ribeirão do Cubatão, e por este acima até sua cabeceira, dali ao alto do divisor das aguas dos ribeirões das Três Barras, Cubatão e S. Domingos, onde tiveram começo (lei n. 996, de 14 de Agosto de 1908).

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

O secretario do Estado dos Negocios do Interior, assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, em 22 de Dezembro de 1909.

M. J. ALBUQUERQUE LINS.
CARLOS GUIMARÃES.

Publicada na Secretaria do Estado dos Negocios do Interior, aos 22 de Dezembro de 1909.—O director, *Alvaro de Toledo*.

Interior

Por decreto de 27 do corrente foi nomeada a substituta efectiva do grupo escolar da Faxina, d. Fortunata Ferrari, para o lugar de adjuncta do mesmo estabelecimento.

Por decreto da mesma data foi removido o professor Leão Alvares Lobo, da escola do bairro do Cordeiro, em Limeira, para a 3.ª escola de Porto Ferreira.

Por decreto da mesma data foram autorizados a permutar os respectivos lugares, os professores:

Francisco Prudente de Aquino, do bairro da Cruz, em Yotonga e Frederico da Silva Ramos, do grupo escolar da mesma cidade.

D. Sarah Margarida do Saboya, do grupo escolar da Pary e d. Ernestina Adrien, da escola da 5.ª Parada da Estrada de Ferro Central do Brasil, município da Capital.

Justiça

Por decreto de 21 do corrente, nos termos do artigo 12 § unico da lei n. 757, de 17 de Novembro de 1900, foi autorizada o ministro da Camara Civil do Tribunal de Justiça, dr. Miguel José de Brito Bastos a permutar o seu cargo com o ministro da Camara Criminal e de Aggraves do mesmo Tribunal, dr. Primitivo de Castro Rodrigues Sette.

Figura 55 – Ampliação da Lei nº 1188, de 16 de dezembro de 1909, criando o distrito de paz de Villa Adolpho, citado no *Diário Oficial*.

LEI N. 1.188

DE 16 DE DEZEMBRO DE 1909

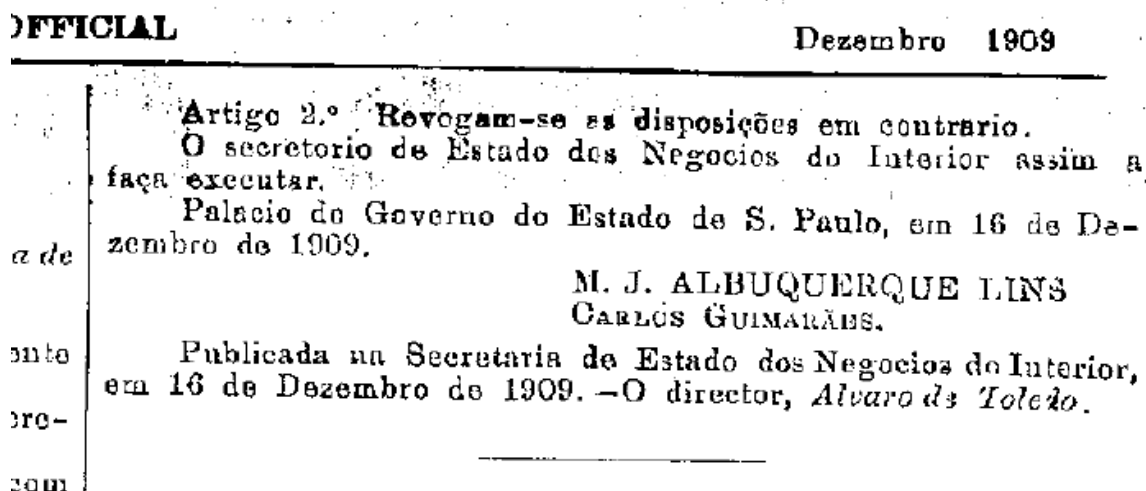
Crêa o districto de paz de Villa Adolpho, no municipio e comarca de Rio Preto

O doutor Manoel Joaquim de Albuquerque Lins, presidente do Estado de São Paulo,

Faço saber que o Congresso Legislativo do Estado decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º Fica creado no municipio e comarca do Rio Preto o districto de paz de Villa Adolpho, com as seguintes divisas: Partindo do divisor das aguas dos ribeirões das Tres Barras, Cubatão e S. Domingos, alcançarão a cabeceira do correjo Barra Granda, seguindo por este abaixo até o ribeirão de S. Domingos (lei n. 1109, de 10 de Dezembro de 1907), por este S. Domingos abaixo (lei n. 1075, de 22 de Agosto de 1907), até a confluencia do correjo da Taquara, por este acima até a sua cabeceira mais alta e dahi em recta até a cabeceira mais alta do correjo da Limeira, por este abaixo até a sua confluencia com o correjo das Bicas, por este acima até a confluencia do primeiro pequeno correjo da margem esquerda, por este acima até sua cabeceira, dahi em rumo até a cabeceira do correjo S. Bento, por este abaixo até sua confluencia no ribeirão do Cubatão, e por este acima até sua cabeceira, dahi ao alto do divisor das aguas dos ribeirões das Tres Barras, Cubatão e S. Domingos, onde tiveram começo (lei n. 996, de 14 de Agosto de 1906).

Figura 56 – Ampliação da Lei nº 1188, de 16 de dezembro de 1909, criando o distrito de paz de Villa Adolpho, citado no *Diário Oficial*.



Fonte: Acervo online do Diário Oficial, modificado pelos autores, consultado em abril. 2025.

Após a elevação do povoado a Distrito de Paz, o local do atual bairro São Francisco, conhecido na época também como vila São Francisco, localizado na margem direita do ribeirão São Domingos, dava indícios de crescimento urbano. Dessa forma, “[...] a abertura das Fazendas São Francisco e Santa Olga, deu início a migração de compradores de terras, e logo após, para aqui vieram engenheiros agrimensores com a finalidade das demarcações das glebas” (Revista Feiticeira, p. 14, ano 20, nº 82, setembro de 1894).

Segundo Leite (2007, p. 63) a maioria dos imigrantes que chegou a Villa Adolpho por volta de 1907 era composta por italianos, oriundos de regiões mais próximas à capital paulista, onde já haviam trabalhado anteriormente. Segundo pesquisa conduzida por membros da comunidade italiana local, destacam-se entre os primeiros a se estabelecer na região João Spanazzi, seu filho Henrique, sua esposa Adalgisa Prandi Spanazzi e Pedro Celli. A viagem foi realizada em carro de boi, sendo que os Spanazzi partiram de Jaboticabal e Celli de Taiúva. Ambas as famílias mantinham vínculos desde sua vinda da Itália.

Leite (2007, p. 63) também aponta que ao se estabelecer com a família no vilarejo, João Spanazzi encontrou um local sem edificações em alvenaria. Diante disso, construiu uma olaria e ergueu a primeira casa de tijolos da localidade, iniciando sua atuação no setor da construção civil. Anos depois, retomou sua antiga profissão

de ferreiro, instalando uma oficina na região de São Francisco. Spanazzi também foi responsável pela introdução da primeira máquina de beneficiamento de arroz na região e destacou-se como precursor no setor de entretenimento, ao inaugurar o primeiro cinema da cidade, situado na rua da Estação.

No entanto, Pedro Celli possuía uma área de 46 alqueires de terras localizadas na margem esquerda do rio São Domingos, adquiridas por 4:000\$000 (quatro contos de réis). Essa propriedade se estendia desde a área onde foi construída a Estação Ferroviária até a região de São Francisco, no sentido da estrada para Jaboticabal. Nessas terras, foi implantado o primeiro o loteamento no atual bairro São Francisco, além de abranger partes dos bairros Higienópolis e Vila Mota (Leite, 2007, p. 63-64).

Conforme pesquisas do memorialista local, Nelson Bassanetti, o primeiro loteamento da cidade de Catanduva, ainda está na condição de Distrito de Paz, formou-se no atual bairro do Higienópolis. O loteamento tinha primeiramente o nome de “Vila Consola”, em homenagem à senhora Consola Celli, esposa do loteador Pedro Celli. Esse loteamento compreendia o espaço entre a rua São Paulo e Mato Grosso, e a rua Santa Catarina e Espírito Santo, e era uma área coberta por coqueiros. Este também doou ao Distrito de Paz, o terreno da futura Praça da Independência, a área para a futura Estação Ferroviária e também o “pátio/prça da Estação”. O preço das datas variava de 180 a 450 mil réis.

Já nas terras da margem esquerda do ribeirão São Domingos, local da doação de 10 alqueires de terras à São Domingos, posteriormente construção do cemitério e primeira capela, também demonstrava seus índices de crescimento. Na leitura do trabalho intitulado “Memórias de Catanduva guardadas nos autos de um processo judicial (1921-1936)”, escrito pelo professor José Sachetta Ramos Mendes e seus alunos, há uma descrição da gleba da Fazenda “Barra Grande” ou “Moreiras” que compreende essa região:

A gleba, com cerca de 29 alqueires, ficava na margem esquerda do rio São Domingos e havia sido adquirida em 1889, por Antônio Maximiano Rodrigues, este subdividiu a área em lotes de diferentes tamanhos e revendeu. [...] A outrora imponente fazenda estava então, “quase que completamente coberta de casas por constituir a cidade de Catanduva”. Permaneciam na área resquícios de vida rural, como ranchos de palha, plantações, hortas e criações de animais, além de larga extensão de brejo e terras alagadiças, nas

proximidades do rio, onde funcionava uma olaria. A 2ª Gleba da velha fazenda estava destinada, porém, a tornar-se polo urbano do comércio e dos serviços do município. O arruamento recém-traçados pelo poder público mostrava-se definitivo e diversas benfeitorias erguiam-se no xadrez desenhado pelos quarteirões de tamanho regular (Mendes, 2003, p. 82).

Assim, o Distrito de Paz de Villa Adolpho, apresentava a seguinte configuração no ano de 1909 (figura 57): este era dividido pelo ribeirão São Domingos em duas partes, a margem direita do rio, onde se localizaria a futura Estação, “praça da Estação”, Vila São Francisco (atual bairro São Francisco) e Vila Consola (atual bairro Higienópolis). Enquanto a margem esquerda, localizava-se a primeira capela e cemitério, correspondendo à área central da cidade de Catanduva.

Um fato interessante a ser apontando é que a cidade foi ocupada em ao menos três áreas não contíguas e cortadas pelo ribeirão São Domingos. Ou seja, não houve, ao menos nesse começo, uma continuidade da primeira área loteada, no caso do bairro “Vila Consola”, atual bairro do Higienópolis, e sim outras ocupações sendo o bairro do Centro e da “Vila São Francisco”, atual bairro São Francisco.

Três núcleos de povoamento devem ser considerados na origem da cidade, nas três colinas já mencionadas. Primeiro apareceu o que é hoje o bairro São Francisco, depois o atual Centro e finalmente o que é modernamente Higienópolis. Em 1866 era construída a primeira casa naquele sítio, no que é hoje o bairro São Francisco, os primeiros habitantes de terra começavam a chegar e fixar-se. Catanduva começou como vila de São Francisco e pertencia ao município de Monte Alto. Em 1892-93, o lado onde estão os principais estabelecimentos comerciais e administrativos da cidade, o atual Centro, começou a ser habitado. A existência duma estrada e a construção duma capela parecem ter disso a causa do aparecimento dêsse novo núcleo de povoação. A capela foi construída em propriedade particular. A construção junto a uma estrada que passava pelo lugar, deve ter atraído alguns habitantes. [...] Êsse segundo núcleo de povoação se chamou Cerradinho; em 1909 êsse nome deu lugar ao de Vila Adolfo (do nome de um político de Rio Preto), tendo sido então criado o distrito de paz, na margem esquerda do São Domingos. A terceira colina da cidade começou a ser povoada depois da passagem da estrada de ferro, em 1910. Pertenciam os terrenos aí a um único proprietário, que aproveitou o fato de passar a estrada de ferro na margem direita do ribeirão, ao pé dessa colina, para vender suas terras por melhor preço naturalmente. O nome dado à estação (Catanduva) foi dado a esse terceiro núcleo de povoação, e em 1917, quando se reuniram as três

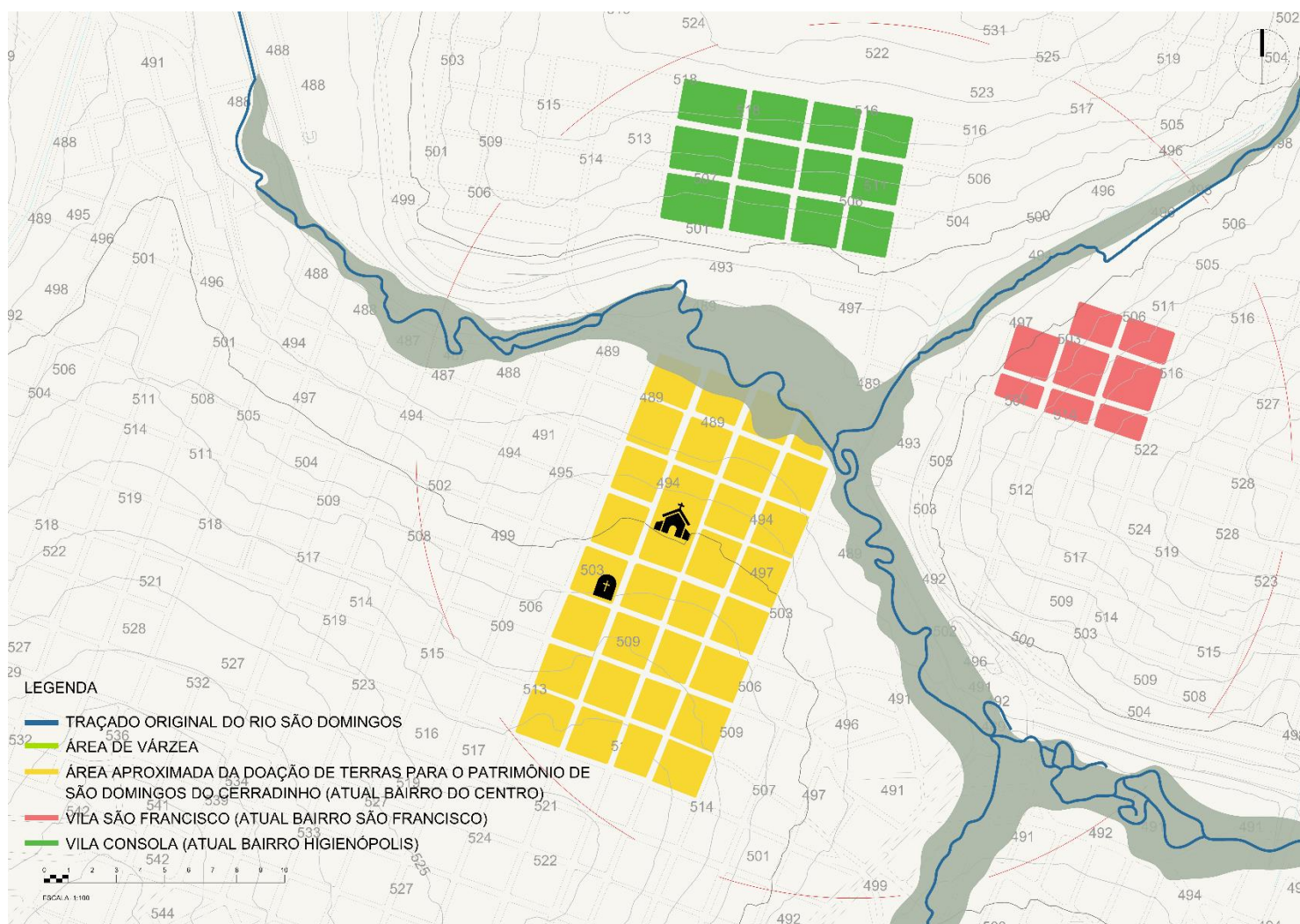
partes e se criou o município, o nome de Catanduva prevaleceu. [...] Desde a sua fundação Catanduva se manteve em relações estreitas com outras vilas, mas no início numa situação dependência. A primeira pequena povoação não possuía venda, caso aliás raro, mesmo em se tratando de começo de povoado. Os poucos habitantes supriam-se nas praças do Cordão Escuro, hoje Palmares, e de Jaboticabal, que era o centro da região. Só no fim do século, em 1894, é que apareceu a primeira venda no povoado de Cerradinho. Até a passagem da estrada de ferro, os povoados viveram morosamente, com progressos fracos: Cerradinho, talvez por se ligar a zonas pioneiras, progrediu mais e se tornou distrito de paz em 1909. Depois da passagem da estrada de ferro, o crescimento da cidade se acentuou, com o aparecimento de sua função comercial (Pantaleão, 1944)”.

A autora (Pantaleão, 1944), aponta também outro fator importante ligado ao desenvolvimento desigual desses três núcleos de povoamento que posteriormente formaram a atual cidade de Catanduva:

O crescimento da aglomeração urbana não se fez de maneira uniforme: a parte situada à margem esquerda do São Domingos aumentou mais que a margem direita. Procuraremos na medida do possível, analisar as causas que contribuíram para isto. Em primeiro lugar é preciso considerar que das 3 povoações que formaram Catanduva, justamente a da margem esquerda era a maior: é pois, natural, que depois de formada a cidade essa parte crescesse mais. Nesse desenvolvimento desigual das duas margens, é preciso considerar o papel das estradas (caminhos no começo), que de outros pontos do município ou de outros municípios terminam em Catanduva. As estradas que vão ter à margem esquerda, à antiga Vila Adolfo, fazem a ligação com uma zona nova: são estradas que ligam Catanduva a Potirendaba, Rio Preto (daqui à região mais nova do oeste), Novo Horizonte, Pôrto de Santa Cruz, etc. Ao contrário, as estradas que chegam à parte situada na outra margem do ribeirão, com alguma exceção, fazem ligação com uma zona mais velha (Jaboticabal, Monte Alto), e com uma região mais pastoril e agrícola (a zona de Olímpia). Ora isso concorreu para que se desenvolvessem mais casas de negócios na margem esquerda, e que aí se desenvolvesse o centro comercial da cidade. Também a construção da Igreja, do cemitério, e depois dos edifícios de administrativos nesse lado, deve ter concorrido para seu maior desenvolvimento. A construção nesse lado dos edifícios administrativos deve ter sido feita porque a antiga Vila Adolfo era o povoado mais importante: era o distrito de paz (Pantaleão, 1944).

Outro ponto a ser analisado é que o município de Catanduva, ainda na condição de Distrito de Paz, começou a receber diversos loteamentos antes mesmo da chegada da ferrovia, presumindo-se que todos já deviam saber que ali seria edificada uma estação. Ou seja, os loteadores das cidades do oeste paulista frequentemente já tinham indícios — ou mesmo informações privilegiadas — de que as ferrovias seriam estendidas até determinadas regiões. Isso explica por que muitas cidades recebiam loteamentos antes mesmo da construção das estações ferroviárias. Os motivos seriam a expectativa de valorização fundiária, pois sabendo que a ferrovia traria infraestrutura, população e comércio, os proprietários de terras procuravam antecipar-se, loteando terrenos que logo seriam valorizados; planejamento especulativo, pois muitos empreendedores compravam grandes áreas rurais baratas e loteavam com base em boatos ou planos preliminares da expansão ferroviária, visando lucro com a especulação imobiliária; conexões políticas e econômicas, ou seja, alguns loteadores tinham relações diretas com políticos, engenheiros ou empresários das companhias ferroviárias, o que lhes davam acesso privilegiado a informações sobre futuros traçados; e influência das companhias ferroviárias, pois em alguns casos, as próprias companhias de ferro participavam do processo de loteamento ou incentivavam a criação de cidades ao longo do trajeto para garantir demanda e justificar a expansão da malha. No caso, podem ser citadas como exemplo as cidades de Bauru, Presidente Prudente e Araçatuba, cresceram fortemente com base nesses preceitos. Muitas delas foram planejadas antes da chegada efetiva dos trilhos, pois havia a certeza ou grande expectativa de que a ferrovia chegaria em pouco tempo.

Figura 57 – Mapa do Distrito de Paz de Villa Adolpho em 1909.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Quanto a informações sobre o primeiro traçado urbano, não se sabe quem foi o responsável. Todavia, as áreas de Villa Adolpho pertenciam à comarca de São José do Rio Preto, assim poderíamos fomentar a hipótese de que o mesmo engenheiro⁴ que traçou os primeiros alinhamentos dos quarteirões de São José do Rio Preto, poderia ter também elaborado este primeiro traçado de Catanduva.

A preservação do traçado reticulado, com lotes regulares, mostrava-se vantajosa não apenas por sua viabilidade prática de implementação, mas também por facilitar as transações imobiliárias e o parcelamento do solo urbano, tornando o lote uma mercadoria de fácil circulação (Ghirardello, 2010, p. 23).

O traçado nasce de uma quadra, mais especificamente da data, ou do somatório delas, e a retícula tende a ser exata. No momento em que a quadra, a partir da repetição do lote (ou data), define a malha, estabelece-se um 'módulo base' para todo o arruamento (Ghirardello, 2010, p. 98).

A divisão das quadras seguia um padrão similar ao de outras cidades, como Bauru, sendo subdivididas em oito lotes, distribuídos em duas faces — quatro em cada uma — com dimensões de 22 metros por 44 metros. Essas medidas derivavam de sistemas tradicionais baseados em unidades corporais, como pés, braças e palmos, posteriormente convertidas para o sistema métrico (Ghirardello, 2002, p. 166).

A adoção desse modelo também se relaciona com a unidade de medida de “um hectare”, comum em áreas rurais, permitindo aos agrimensores estimar previamente a quantidade de lotes e quadras que o futuro loteamento comportaria, ainda durante a fase em que a área era caracterizada como fazenda.

As dimensões das quadras 40 braças x 40 braças ou 88 metros x 88 metros somadas às antigas larguras das ruas, sessenta palmos ou 13,20 metros ao redor de toda a quadra e considerando-as em seu eixo, perfaziam 101,20 metros x 101,20 metros. Essa área de 10.241,22m² equivalia aproximadamente um hectare, medida essencial rural e utilizada no dia-a-dia do agrimensor (Ghirardello, 2002, p. 167).

⁴ O primeiro mapa urbano da cidade de São José do Rio Preto juntamente com a elaboração de um mapa de extensão, foi realizado pelo engenheiro florentino Ugolino Ugolini, a pedido do Padre José Bento da Costa, sendo o mesmo que fundou a primeira capela do povoado de São Domingos do Cerradinho. Portanto, o primeiro traçado de São José do Rio Preto também se apresentava em quadrícula, assim como a grande maioria das cidades do Oeste Paulista.

Tais semelhanças decorrem do fato de que os Códigos de Posturas Municipais apresentavam normas bastante similares entre si, sendo que, para os povoados da Noroeste, o Código de Posturas de Bauru serviu como principal referência legal (Ghirardello, 2002, p. 184).

Antes da emancipação municipal, Villa Adolpho (atual Catanduva) pertencia a comarca de São José do Rio Preto, e antes de ser elevado a município, São José do Rio Preto pertencia a comarca de Jaboticabal. Portanto, os povoados deveriam seguir o código da sede do município até serem elevados a cidade e criarem os seus códigos próprios.

Tal observação é relevante para compreender as complexas hierarquias entre patrimônios, vilas e municípios nos séculos XIX e XX, bem como para evidenciar a semelhança entre os códigos de posturas, em particular no que tange ao desenho urbano reticulado. Quando uma vila era elevada à categoria de município, tornava-se necessário instituir um novo código de posturas, embora, com frequência, fossem mantidas disposições da legislação anterior, conhecida popularmente como o código de posturas da sede do município (Ghirardello, 2010, p. 128).

Assim, podemos considerar que o traçado da cidade de Catanduva:

[...] não se apresenta em um bloco, mas em três partes distintas ligadas umas às outras por uma rua apenas. Apresentam as três partes identidade no traçado. Se o aspecto dá ideia da cidade criada, os três pedaços desmentem essa afirmação. A própria origem da cidade mostra que não houve pré-estabelecimento de plano: três povoações insignificantes foram reunidas para formar a cidade. Assim Catanduva é uma cidade espontânea, ao menos na sua origem, não obedecendo seu desenvolvimento a um plano pré-estabelecido. A reunião das três povoações diferentes explica o aspecto da cidade com três partes, cada uma orientada de uma direção. Cada uma das partes tem um plano separado: cada uma forma um plano de tabuleiro de xadrez; os blocos de habitações apresentam em geral dimensões iguais e são caracterizados por quatro ângulos retos. A formação de cada uma das partes pode ser explicada facilmente: existiam em cada uma das antigas povoações estradas que serviram de orientação para construção das ruas. Assim, para a parte situada à margem esquerda do São Domingos, o atual Centro, as atuais rua Brasil e Minas Gérias podem desempenhar o papel de estradas, primeiro traçado de ruas aí foi feito depois da doação do patrimônio de São Domingos: para ser ocupado esse patrimônio foi dividido em lotes

separados por ruas. Tivemos assim umas quatro ou cinco ruas horizontais, paralelas à rua Minas Gerais e umas três verticais, paralelas à rua Brasi. Esse primeiro plano de vila (traçado do plano de 1919-1920). Com o crescimento da cidade, mais tarde essas ruas foram aumentadas no sentido primitivo e para o traçado de novas ruas seguiu-se a direção das antigas, tendo-se assim as paralelas. Esse processo foi o mesmo para outras duas partes. Em São Francisco teria desempenhado o papel de estrada a atual rua 15 de novembro. Em torno dela se desenvolveram as outras ruas. Para a parte chamada antes Catanduva, onde os terrenos foram vendidos junto a duas estradas primitivas, e as ruas cortadas partindo desses dois pontos: atuais ruas São Paulo e Rio Grande do Sul. As ruas novas foram feitas paralelamente às primitivas. Mais recentemente com o crescimento rápido da cidade foram traçadas ruas, das quais algumas não estão ainda inteiramente habitadas: portando a parte nova da cidade se desenvolve segundo um plano pré-estabelecido (Pantaleão, 1944).

2.2 A Estrada de Ferro Araraquara em Catanduva

A atual cidade de Catanduva, ainda na condição de Distrito de Paz de Villa Adolpho, já despertava interesses econômicos, antes mesmo de sua emancipação política e, paralelamente, a vila crescia exponencialmente. Esse indício pode ser demonstrado pela figura 58 e 59, onde a vila já era foco de estudo para receber os trilhos da Estrada de Ferro Araraquara (EFA).

Figura 59 – Ampliação do mapa de situação da Fazenda Barra Grande e Prolongamento da Estrada de Ferro Araraquara.



Fonte: Acervo do setor cartográfico do Arquivo do Estado de São Paulo, 2024.

Partindo dessa premissa, antes de adentrar-se no processo de expansão dos trilhos da EFA, é imprescindível entender o seu processo de fundação e os indícios de interesse no prolongamento dos trilhos para terras longínquas, o que será demonstrado a partir das leituras dos Relatórios dos Acionistas, consultados no Acervo da Biblioteca do Arquivo do Estado de São Paulo.

2.2.1 Uma breve contextualização histórica da Estrada de Ferro Araraquara

A criação da Estrada de Ferro Araraquara (EFA) esteve diretamente vinculada, entre outros fatores abordados neste tópico, à iniciativa do Governo Imperial Brasileiro de integrar a capital mato-grossense, Cuiabá, à malha ferroviária nacional. Conforme

apontam os autores, após o término da Guerra do Paraguai, em 1870, tornou-se evidente a fragilidade do sistema de articulação interna do país, ressaltando a urgência em proteger as fronteiras e promover a integração daquela região ao restante do território nacional. Ademais, havia interesse por parte de companhias ferroviárias em obter concessões para a construção de uma linha férrea com destino a Cuiabá (Silva; Tosi, 2014 apud Destro, 2023, p. 56).

Com o intuito de alcançar tais objetivos, o Governo Imperial instituiu uma comissão técnica e designou o engenheiro Pimenta Bueno como responsável pelos estudos e pela elaboração do traçado ferroviário. Parte desse empreendimento foi conduzida tanto pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro quanto pela Estrada de Ferro Araraquara (EFA). Nesse contexto, grupos de fazendeiros também manifestaram interesse em viabilizar uma linha férrea que conectasse Rio Claro a Cuiabá, passando por São Carlos e Araraquara (Silva; Tosi, 2014 apud Destro, 2023, p. 56).

Em 12 de agosto de 1895, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro recebeu um ofício autorizando sua atuação, e, posteriormente, em 17 de setembro do mesmo ano, o presidente do estado de São Paulo, Bernardino de Campos, sancionou o Decreto nº 310, que regulamentava a construção de novas ferrovias. O desenvolvimento ferroviário brasileiro pode ser dividido em quatro fases distintas: a primeira (1835–1852), caracterizada por tentativas iniciais e insucessos; a segunda (1852–1880), marcada pela concessão de garantias governamentais de juros e privilégios regionais; a terceira (1880–1892), na qual ainda havia garantias de juros, mas sem benefícios territoriais específicos; e a quarta fase, iniciada após 1892, quando tais incentivos foram completamente retirados (Matos, 1990 apud Destro, 2023, p. 56).

Segundo Silva (2018, p. 74) a Companhia Estrada de Ferro Araraquara foi fundada em 1896, sendo a primeira empresa ferroviária a se adequar com a lei 30 de 13 de junho de 1892, lei esta que alterou o sistema adotado para a concessão e rompeu com a prática e privilégio de zona. Os precursores da ferrovia foram Guilherme Lebeis e os diretores da Casa Bancária Lara, Magalhães e Foz, e membros da elite paulista interessados na dinamização da produção cafeeira regional. Por iniciativa de Carlos Baptista de Magalhães, Silva (2018, p.11), um grupo de fazendeiros e investidores de Araraquara organizou-se para constituir a Companhia Estrada de

Ferro Araraquara (EFA), com capital total de dois contos de réis divididos em ações de 200 mil réis.

Conforme Destro (2023, p. 57) a construção do primeiro trecho da Estrada de Ferro Araraquara (EFA), ligando Araraquara a Ribeirãozinho (atual Taquaritinga), teve início em 1896. No entanto, esse processo ocorreu em um contexto econômico adverso, marcado pela queda nos preços do café, o que afetava diretamente os principais investidores: os cafeicultores. Os relatórios iniciais da companhia indicam múltiplas chamadas de capital e solicitações de auxílio governamental, devido à baixa arrecadação e à instabilidade econômica do país. Em 1897, agravada pela crise financeira, pela desvalorização da moeda nacional e pelo encarecimento dos materiais importados, a empresa realizou três chamadas de capital, embora nem todos os acionistas tenham atendido aos aportes solicitados. Apesar das dificuldades, a EFA conseguiu inaugurar, em 7 de dezembro de 1901, o trecho que se estendia de Araraquara até Ribeirãozinho.

A autora (Destro, 2023, p. 57) cita que no relatório da Estrada de Ferro Araraquara (EFA) de 1901, a companhia relatou seu “início modesto” e destacou as dificuldades enfrentadas em razão do cenário econômico desfavorável. Entre os principais obstáculos, apontaram-se a escassa captação de recursos provenientes da subscrição de ações, a redução do capital disponível e a limitação dos fundos obtidos por meio de empréstimos públicos e privados, utilizados para viabilizar a expansão dos trilhos. O Relatório da Estrada de Ferro Araraquara (EFA) de 1902 registra uma nova chamada de capital, ressaltando a necessidade de apoio financeiro por parte do governo para viabilizar a expansão da ferrovia até São José do Rio Preto e, futuramente, até Cuiabá. O documento também evidencia que os acionistas continuavam sendo a principal fonte de financiamento da companhia.

O Relatório da Estrada de Ferro Araraquara (EFA) de 1903 evidenciou a reduzida margem de lucro da companhia, atribuída à desvalorização do café e às políticas de restrição ao seu cultivo. A empresa também enfrentava forte concorrência da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que praticava tarifas de frete mais competitivas, impactando negativamente os preços do transporte cafeeiro. Diante desse cenário, a EFA voltou a solicitar apoio do Poder Legislativo Estadual para viabilizar a expansão até Cuiabá, visando aproveitar os benefícios do Tratado

Comercial com a Bolívia, o qual poderia intensificar o fluxo de comércio boliviano pelos portos brasileiros (Destro, 2023, p. 58).

O Relatório da Estrada de Ferro Araraquara (EFA) de 1904 apontou mais um entrave ao desenvolvimento da companhia, decorrente da alteração no traçado da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB). Com a promulgação do Decreto nº 5349, de 18 de outubro de 1904, a CEFNOB recebeu autorização para implantar uma linha férrea entre Sorocaba e o Mato Grosso, atravessando a mesma região que anteriormente havia sido concedida à EFA. Apesar de esta última possuir concessão para ligar São José do Rio Preto a Cuiabá, a CEFNOB obteve autorização governamental para revisar os direitos previamente estabelecidos, além do privilégio de zona, sendo favorecida em detrimento da EFA. A diretoria da EFA expressou insatisfação com a medida, classificando-a como uma violação de seus direitos adquiridos (Destro, 2023, p. 58).

No relatório do anno passado, mostramos que parecia não haver mais duvidas nas regiões officiaes, que o caminho mais curto e conveniente para ligar a capital do Estado de Matto Grosso ao nosso litoral, era o que passa pela nossa linha. Com a construcção de nossa linha, tínhamos em mente realizar o projecto Pimenta Bueno, com as modificações aconselhadas pelo melhor exame da zona; já se vê que desde que attingissemos a zona ainda pouco povoada e explorada que vae além de Ribeirãozinho não poderíamos caminhar sem o auxilio dos Poderes Publicos; mas provada a nossa idoneidade e capacidade com a construcção do trecho da linha até Ribeirãozinho, esperávamos do espirito de justiça e do patriotismo da Assembléa Legislativa do Estado, que não nos seria negados os favores necessários para a realização de um empreendimento que tanto concorreria para o progresso de nosso Estado; certos disso dirigimos uma petição ao Congresso do Estado que até hoje não teve solução. No emtanto hoje torna-se a concessão pedida uma medida de rigorosa justiça; com efeito, desde que pelo Poder Legislativo do Estado foi considerada uma medida salvadora da actual lavoura, prohibir a plantação de café por um longo praso, nem sequer podíamos mais contar com o rápido desenvolvimento da zona aproximada pela nossa linha, não obstante sua prodigiosa uberidade; d'ahi já não é só o interesse publico que aconselha esse auxilio para o desenvolvimento de uma estrada que traz grandes vantagens para o futuro do Estado, há também como que esse dever de reparação para com uma empresa que caminhando esperava melhorar as condições productoras de sua zona com o desenvolvimento da lavoura, prohibida pela lei; e como a lei

teve por fim salvar os capitães emprenhados nas lavouras já existentes, é justo que venha em auxilio de outros capitães sacrificados em uma empresa que via burlada sua legitima expectativa com a paralisação do porgresso de sua zona. Appellaremos pois, de novo para os legisladores do Estado, por meio deste relatório, para que seja dado andamento ao nosso justo pedido; da demora já nos resultou outro embaraço.

Um tão importante objetivo não podia deixar de attrahir a atenção dos espíritos empreendedores; mas encontrando obstáculos nos direitos adquiridos pela Companhia Araraquara e o privilegio de zona que lhe foi concedido pela lei n. 748 de 29 de Dezembro de 1900, procuraram ladear a dificuldade que poderiam encontrar no Poder Legislativo Federam com a discussão que naturalmente se obviria a respeito, e na qual se evidenciaria que o projecto preferível era o aceite há longos anos pelos homens mais competentes da engenharia brasileira, isso é, o traçado Pimenta Bueno, que com pequenas modificações chamou a si a Companhia de Araraquara.

Assim a Companhia de Estrada de Ferro do Noroeste do Brasil, cessionária da concessão de Uberaba a Coxin, conseguiu do Governo Federal o Decreto do Poder Executivo n. 5349 de 18 de Outubro de 1904, autorizando a revisão d'aquella concessão, porém alterando-a tão profundamente, que na realidade houve concessão de uma nova linha com todos os favores que haviam sido outorgados a originaria concessão que desapareceu, favores que só o Poder Legislativo podia conceder; e com essa nova concessão, tão irregularmente feita, ofendia os direitos adquiridos pela Companhia de Araraquara e a zona de seu privilegio, perante o Dr. Juiz Federal da 2ª vara do Districto Federal, fizemos o competente protesto para ressalva de nossos direitos.

Não desanimaremos na reivindicação de nossos direitos; temos experiencia que a causa da justiça mais cedo ou mais tarde triumphá; tudo depende de tenacidade e esta não nos falta". (Relatório para ser apresentado a Assembléa Geral dos Accionistas, 31/03/1905, p. 5-7).

A autora (Destro, 2023, p. 58) continua apontando que no Relatório de 1906, a diretoria da Estrada de Ferro Araraquara informou que, por meio da Lei nº 1061, de 28 de dezembro daquele ano, a Assembleia Legislativa concedeu à empresa, por um período de 30 anos, a garantia de juros de 6% sobre o capital de 30:000\$000 réis. Esse incentivo financeiro visava viabilizar a extensão da linha entre Ribeirãozinho e São José do Rio Preto, o que, em tese, contribuiria para a integração com as fronteiras dos estados de Minas Gerais e Mato Grosso.

Continuam os esforços da Directoria para o fim de conseguir dos Poderes Publicos auxilio para o prolongamento da linha; entramos em uma era auspiciosa de progressos materiaes, e uma empresa de tão grande futuro e á qual está tão intimamente ligado o desenvolvimento de uma extensa e ubérrima zona não pode deixar de merecer a atenção de governos patrióticos.

Tal é a importância de nossa zona que só pelo desenvolvimento da lavoura já existente, toda ella nova e grande parte ainda em crescimento, notamos sensível augmento da produção e consequente augmento das vendas da estrada; o que não se deve, pois, esperar do desenvolvimento, da linha desde que for possível o seu prolongamento?

Temos fundadas esperanças de poder realizar esse desideratum em breve tempo.

A Directoria requereu ao Congresso Estadual concessão de favores para levar um ramal para Ibitinga; é uma zona cafeeira de grande importância que consideramos pertencer a nossa estrada pela facilidade de comunicação com a nossa linha por não depender de grandes obras de arte; esse projecto está dependendo das informações pedidas pelo Congresso Legislativo ao Governo do Estado.

Vontade temos de caminhar, mas para isso precisamos de algum auxilio dos Poderes Publicos; em nossos pedidos não temos sido exigentes, e pelo desenvolvimento e progresso que trará a nossa linha ás regiões fertilíssimas pelas quaes deve ser prolongada, será o Estado amplamente remunerado pelo accrescimo das rendas publicas, federaes e estadoaes. Não menor proveito tirarão as outras estradas, das quaes depende a nossa linha para levar os produtos que transporta aos mercados consumidores.

Em nosso ultimo relatório já mostramos não só a conveniência como o dever que tem o Estado de auxiliar o prolongamento dessas estradas que tem de penetrar pelo sertão, e que em começo não podem esperar remuneração suficiente para os capitães nelas empregados; é por todos sabido que no Brazil não são tão abundantes os capitães, para dispensarem esse auxilio mesmo ás mais prosperas e futuras empresas. Não é preciso repetir aqui as razões especiaes que tem a Companhia para esperar essa quase reparação dos Poderes Publicos, quer do Estado, quer da União; nós nos reportamos ao que dissemos no ultimo relatório (Relatório para ser apresentado a Assembléa Geral dos Accionistas, 31/03/1906, p. 4-5).

No Relatório da Estrada de Ferro Araraquara (EFA) de 1907, são detalhadas as intervenções relacionadas à extensão da linha até São José do Rio Preto, incluindo a construção de estações, armazéns, alojamentos para trabalhadores, entre outras estruturas de apoio. O documento também menciona o cultivo de café e cereais nas áreas beneficiadas pela chegada da ferrovia (Destro, 2023, p. 58).

Em 1909, um ano antes da ferrovia alcançar Catanduva, a EFA contraiu um empréstimo junto à Companhia Edificadora do Rio de Janeiro (CERH) para a aquisição de material rodante. Devido à inadimplência de diversos acionistas, 3.274 ações foram alienadas, tornando a CERH a principal acionista da companhia. Durante a gestão de Carlos Magalhães, verificaram-se desvios significativos de recursos oriundos desses financiamentos (Destro, 2023, p. 59).

Conforme aponta a autora (Destro, 2023, p. 59), a estabilização cambial promovida pelo Convênio de Taubaté (1906) facilitou a entrada de capitais estrangeiros no país. A EFA aproveitou esse cenário favorável para contrair novo empréstimo junto à casa bancária alemã L. Behrens & Söhne, com sede em Hamburgo, o que possibilitou a conclusão da extensão da linha até Catanduva em 1910 e, posteriormente, até São José do Rio Preto em 1912. Entretanto, as irregularidades administrativas, os desvios financeiros, as gestões ineficientes e os conflitos judiciais entre credores nacionais e internacionais culminaram na falência da empresa em 1914.

Após a decretação da falência, os credores buscaram recuperar os prejuízos mediante a venda dos ativos da companhia ao investidor francês Paul Debuze, que assumiu a massa falida e alterou a razão social para *The São Paulo Northern Railroad Company* (SPNRC). Sob administração estrangeira, a ferrovia atravessou seu período mais crítico: as atividades de expansão e modernização foram suspensas, os recursos remanescentes foram exauridos, houve atrasos nos pagamentos aos funcionários, deterioração de cargas nos vagões, paralisação de locomotivas e severa degradação da qualidade dos serviços prestados à população (Destro, 2023, p. 59).

A precariedade da situação levou o governo do Estado de São Paulo a encampar a ferrovia em 1920, após prolongadas disputas judiciais com a SPNRC. Tais litígios, por sua vez, continuaram a obstruir o desenvolvimento da linha, cujo próximo prolongamento só ocorreu em 1930 (Destro, 2023, p. 61).

Diversos fatores contribuíram para o insucesso da EFA, incluindo o contexto externo adverso decorrente da crise do café, a concorrência com outras companhias ferroviárias, a mudança de traçado da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (CEFNOB), os desvios de recursos internos e a ausência de garantias e privilégios típicos da quarta fase da expansão ferroviária brasileira, período em que a empresa foi constituída. Conforme demonstrado nos relatórios da época, a companhia priorizou sua reestruturação financeira, contando com a atuação do Estado como agente regulador, por meio de concessões, cancelamentos de benefícios e sucessivas chamadas de capital. Ainda que não tenha atingido seu objetivo principal — a conexão com Cuiabá —, é inegável a influência da EFA no processo de desenvolvimento das localidades ao longo de sua malha ferroviária (Destro, 2023, p. 61).

2.2.2 O processo de prolongamento dos trilhos da Estrada de Ferro Araraquara, passando por Villa Adolpho, até São José do Rio Preto

Conforme o Relatório dos Acionistas, em específico o do Prolongamento a São José do Rio Preto de 1900, com o avanço das ferrovias, o sertão ia sendo desvendado e juntamente com isso, a lavoura apressava-se em busca de novos campos de cultivo onde ainda o solo virgem não era tão valorizado.

Em 1894, o Governo do Estado mandou ser feito um estudo de uma estrada de rodagem de Jaboticabal ao Porto do Taboado, tendo como foco a população local onde esta atravessaria os campos férteis daquela localidade e também teria o objetivo de facilitar a comunicação entre as regiões produtoras de gado dos estados de Mato Grosso e Goiás.

Assim, ficou incumbido ao engenheiro Olavo Hummel de realizar os estudos, encontrando em 120 quilômetros que iam de Jaboticabal e a Vila de São José do Rio Preto, cinco povoados e um grande número de estabelecimentos agrícolas em próspero desenvolvimento.

A partir de Mattão e Ribeirãozinho podemos citar os seguintes núcleos de população como pertencendo a zona: Ibitinga, Pedras, Cappela de S. João, Novo Horizonte, Pouso Alegre, nas vertentes para o Tietê; Monte Alto, Aparecida, S. José, S. Sebastião, S. Miguel, S. Domingos, S. José do Rio Preto, Jatahy, em agua para o Rio Grande; e o arraial do Virador n'um afluente do Dourados. Somente hoje é que a bôa qualidade d'aquellas terras de cultura se vae tornando conhecida. Os espigões interpostos aos rios

Turvo, Tabarana, Onça, São Domingos e rio Preto, afluentes do Rio Grande, com a altitude média aproximada de 600 metros, oferecem por toda essa extensão terras da melhor capacidade productiva.

Nas vertentes do oeste para o Tietê, as cabeceiras do Ribeirão dos Porcos, dos Fugidos, do Tres Pontes, e da Barra Mansa são dos maiores attractivos para a exploração dos cafesaes.

Nos valles do Onça, do São Domingos, e nas cabeceiras do Ribeirão dos Porcos há hoje installações para a lavoura do café que poderão vir a rivalizar com as grandes fazendas da região de Ribeirão Preto. A casa Rose & Knowles, o Dr. Luiz Dumont, o Dr. Elisiário de Camargo, o Dr. Martinho Prado, têm já por alli plantações bem desenvolvidas. Em torno da villa de São José do Rio Preto há bons núcleos de estabelecimentos agrícolas que, si mais não se tem desenvolvido é pela falta dos meios de communição (Relatório dos Acionistas – Prolongamento a São José do Rio Preto, 1900).

Quanto a nova zona de exploração do Estado, o mesmo relatório aponta que esta possui grande potencial agrícola, que necessita de meio rápido de comunicação para ter seu desenvolvimento immediato. Essa região estava entregue a mercê, “á espera de que um dia possa vir a traçar ao seu talante, os caminhos de que por fim terão urgência, afigura-se nos de más consequências” (Relatório dos Acionistas – Prolongamento a São José do Rio Preto, 1900).

Essas ferrovias seriam concebidas como ramais secundários, com utilidade restrita, sem atender ao interesse público no que se refere a futuros prolongamentos. Além disso, o longo período necessário para que aquelas regiões atingissem sua maturidade econômica representaria um atraso proporcional na obtenção de retorno financeiro por parte do Estado.

Assim, após o período de estagnação que comprometeu tanto a administração pública quanto a iniciativa privada, parece evidente que a única estratégia eficaz para gerar novas fontes de riqueza para o país consiste em promover a expansão de ferrovias de penetração, orientadas de forma racional e planejada. Portanto, ao aguardar que as regiões emergentes atinjam o mesmo grau de desenvolvimento das áreas exploradas por grandes empresas representa um entrave significativo ao progresso e ao interesse coletivo. Ou seja, “[...] de todas as estradas avançadas n’esse rumo incontestavelmente é o prolongamento da linha de Araraquara o mais

vantajoso e o único racional para o directo beneficio da referida zona” (Relatório dos Acionistas – Prolongamento a São José do Rio Preto, 1900).

O relatório apontava que esse prolongamento seria uma grande oportunidade e teria um maior alcance administrativo, devido ao auxílio que o Governo do Estado prestaria para o vasto território por intermédio da EFA. E não apenas ao desenvolvimento agrícola daquela região se destinarão os benefícios desse importante empreendimento. O prolongamento do mesmo eixo, futuramente, conduzirá, pelo trajeto mais direto, à extensa área destinada aos cafezais.

Outro fator a ser elencado é que os mesmos não identificavam local mais apropriado do que esse extremo do Estado para a implantação de invernadas e, sobretudo, para a instalação em larga escala das indústrias relacionadas à exploração pecuária, abastecidas pelo rebanho proveniente dos estados vizinhos. Assim, a ampliação dos meios de comunicação rápida representaria um avanço significativo na resolução de uma questão crucial: o suprimento alimentar, de forma econômica, tanto para os centros urbanos populosos do Estado de São Paulo quanto para suas principais regiões agrícolas.

O prolongamento da linha que nos ocupa é a mais directa e vantajosa via de comunicação para Matto Grosso. Parece-no da mais acertada economia administrativa todo o esforço no sentido de encaminhar para este Estado e comercio de Matto Grosso, levando os seus produtos de exportação ao porto de Santos, que é o seu natural escoadouro (Relatório dos Acionistas – Prolongamento a São José do Rio Preto, 1900).

Assim, EFA solicitou ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo auxílio para a construção do prolongamento saindo de Ribeirãozinho (Taquaritinga) e atingindo os trilhos em São José do Rio Preto.

Esse auxilio consistirá nos seguintes favores:

1º Subvenção kilometrica a razão de 30 contos por kilometro, desde o seu actual ponto terminal, no kilometro 64, até a villa de São José do Rio Preto. Esta subvenção será realizada pelo Governo a proporção que for sendo construída a linha de prolongamento, e posteriormente a entrega ao trafego de cada uma das seções.

2º Revelação do depósito de 2% de que trata o art. 2º, parágrafo 3º da lei n. 30" (Relatório dos Acionistas – Prolongamento a São José do Rio Preto, 1900).

A partir do exposto no relatório, ficou evidente o interesse pela Companhia Estrada de Ferro Araraquara pelo prolongamento da linha, pois era o caminho mais viável para atingir a capital do estado de Mato Grosso, Cuiabá. Com os estudos da área pelo engenheiro Olavo Hummel, este reforçou os parâmetros da localidade fomentando ainda mais a penetração para o sertão do Estado de São Paulo.

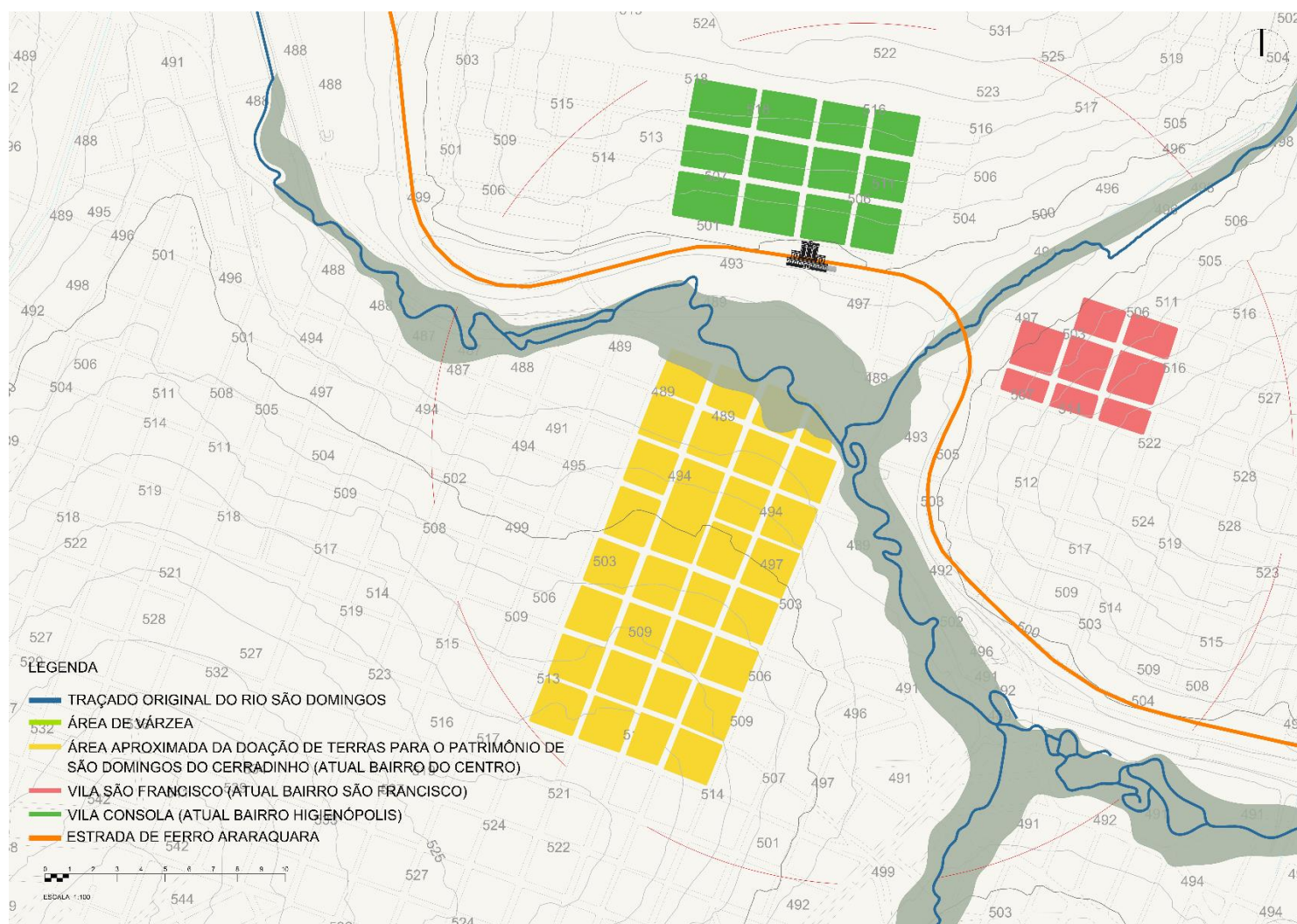
2.2.3 A chegada dos trilhos em Villa Adolpho em 1910

Os trilhos da Estrada de Ferro Araraquara atingiram o km 159, sendo o mesmo de Villa Adolpho, em 01 de maio de 1910. Ou seja, o núcleo urbano foi constituído anteriormente à chegada da ferrovia, porém, claramente em função da expectativa de sua implantação.

A implantação da malha ferroviária tendia a ocorrer em áreas mais baixas, próximas a cursos d'água, direcionando o loteamento inicial para essas regiões, como observado nos patrimônios que receberam os trilhos na Zona Noroeste Paulista (Ghirardello, 2002).

Conforme Pantaleão (1944), a definição do trajeto ferroviário em Catanduva (figura 60) considerou predominantemente critérios geográficos, com ênfase na topografia plana da região. Inserida no Planalto Ocidental Paulista, a cidade apresentava relevo regular e suavemente ondulado, o que favoreceu a escolha do local para a implantação da ferrovia. O traçado adotado seguiu uma rota aproximadamente paralela ao ribeirão São Domingos, aproveitando a conformação natural do terreno.

Figura 60 – Mapa do Distrito de Paz de Villa Adolpho em 1910 com o traçado da ferrovia.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A implantação da ferrovia consolidou o processo de ocupação da vila e viabilizou a formação de um núcleo inicial de comércio e serviços. Esse fenômeno observou-se em Catanduva e também em diversas outras localidades paulistas, uma vez que a presença da estrada de ferro representava um vetor de desenvolvimento tanto para os novos núcleos urbanos quanto para os já estabelecidos (Ghirardello, 2010, p. 17).

Cabe elencar que a ferrovia também detinha o poder para estruturar o espaço urbano, conforme ocorreu em Catanduva. Contudo, a consolidação urbana e implantação de elementos de infraestrutura são recorrentes:

A ferrovia ampliava investimentos [...] urbanos. Por muitas vezes, garantiu a elevação do povoado à sede do município, a implantação de energia elétrica, água encanada, telefone, esgoto, as novas construções públicas e privadas, a criação de praças, o trato e “aformoseamento” urbano (Ghirardello, 2010, p. 22).

A primeira estação ferroviária (figura 61), segundo Destro (2023, p. 77): inaugurada em 01 de maio de 1910:

[...] foi implantada no mesmo local onde se encontra a atual. Na imagem, identificam-se três edificações pertencentes ao complexo ferroviário, além de uma construção que remete às moradias típicas das vilas ferroviárias. A linguagem arquitetônica adotada apresenta unidade formal entre os edifícios, caracterizada por uma estética mais comedida. Essa edificação seguia o padrão construtivo da EFA ao longo do trecho entre Taquaritinga e São José do Rio Preto, evidenciando uma tipologia sóbria e ornamentação de caráter geométrico. Destacam-se pilastras, modulação rítmica das fachadas, aberturas finalizadas por arcos abatidos e frisos delineando os vãos. As fachadas laterais eram encimadas por amplos frontões, moldurados por cornijas e decorados com dentículos nas cimalthas. O edifício também possuía um óculo central, a inscrição com o nome da estação e uma cobertura (gare) sobre a plataforma de embarque e desembarque, sustentada por mãos-francesas.

Figura 61 – Primeira Estação Ferroviária.



Fonte: Estações Ferroviárias. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/c/fotos/catanduva9201.jpg>. Acesso em: mai. 2025.

Devido a falência e venda da EFA para investidores franceses, enfrentando uma de suas piores crises e inúmeras reclamações, culminou em uma grande greve em 1919, que teve apoio e repercussão em Catanduva, culminando no incêndio da estação (figura 62).

Figura 62 – Incêndio na primeira Estação Ferroviária.



Fonte: Catanduva Cidade Feitiço. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/c/fotos/catanduva9191.jpg>. Acesso em: mai. 2025.

Dessa forma, a segunda estação ferroviária (figura 63) foi erguida no mesmo local da estrutura original. Diante da urgência em atender à crescente demanda, a nova edificação precisou ser concluída com celeridade, sendo inaugurada no início da década de 1920. O projeto arquitetônico foi elaborado por Antônio Francisco de Mello, então mestre de obras da companhia, e sua execução ficou a cargo do departamento de obras da Estrada de Ferro Araraquara (EFA) (Destro, 2023, p.109).

A edificação, de caráter eclético, apresenta dimensões superiores e maior sofisticação em comparação à anterior. Sua cobertura é composta por telhado em quatro águas, com cimalha contínua que contorna toda a platibanda. O acesso principal, centralizado na fachada, é demarcado por duas pilastras e encimado por um frontão ornamentado. As aberturas seguem orientação vertical e as janelas são adornadas com elementos decorativos (Destro, 2023, p. 109).

Figura 63 – Construção da segunda Estação Ferroviária em 1920.



Fonte: Estações Ferroviárias. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/c/fotos/catanduva9401.jpg>. Acesso em: mai. 2025.

Em virtude das frequentes reclamações quanto às precárias condições da edificação, a estação passou por um processo de reconstrução entre janeiro de 1935

e novembro de 1937. Nesse período, o edifício foi ampliado e recebeu diversas melhorias, incluindo a reforma do telhado, estrutura de madeira, assoalho, portas e janelas; a instalação de redes elétrica e de esgoto; modernização dos equipamentos telegráficos; pavimentação do pátio com paralelepípedos; pintura interna; revestimento externo com azulejos; aplicação de cimalhas, rodapés e cantoneiras; calçamento da plataforma; substituição do piso da passarela de pedestres; construção de escadaria em granito no saguão; novos guichês; além da edificação de um prédio destinado às oficinas do Curso Ferroviário e a demolição de um antigo armazém metálico utilizado como depósito, entre outras intervenções (Destro, 2023, p. 111).

Na fachada, foram inseridas pilastras para demarcar as aberturas, o frontão passou por um processo de escalonamento, e as janelas, agora mais verticalizadas, receberam cimalhas. Os elementos ornamentais foram simplificados, adotando-se motivos geométricos dentro da linguagem art déco. Após a significativa reforma realizada na década de 1930, novas intervenções foram iniciadas em 1945 (figuras 64 e 65), resultando na configuração atual da estação (Destro, 2023, p. 111).

Figura 64 – Reforma da segunda Estação Ferroviária entre os anos de 1930 a 1945.



Fonte: Estações Ferroviárias. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/c/fotos/catanduva9501.jpg>. Acesso em: mai. 2025.

Figura 65 – Estação Ferroviária pós-reforma.



Fonte: Acervo dos municípios brasileiros, 2025.

Com a chegada da ferrovia, junto a ela vieram serviços de infraestrutura urbana, que serão apontados minuciosamente no capítulo III. Todavia, é imprescindível apontar as principais obras realizadas pela EFA em Catanduva. Abaixo será apresentado um quadro resumo com a indicação do ano e a respectiva obra.

Tabela 2 – Obras realizadas pela Estrada de Ferro Araraquara em Catanduva de 1910 a 1945.

ANO	DESCRIÇÃO DA OBRA
1910	Construção da primeira estação Estação Ferroviária
1910	Construção da vila operária
1928	Construção da passarela de pedestres da estação
1934	Construção da caixa d'água da estação
1935	Instalação da rede elétrica, rede de esgoto, aparelhos telegráficos, calçamento do pátio da estação com paralelepípedos, calçamento da plataforma, substituição do assoalho da ponte para pedestres, construção da escadaria do saguão em granitos, novos guichês de edifício para oficinas de aprendizagem do Curso Ferroviário.

1940	Construção do viaduto Santo Alfredo para travessia de automóveis e pedestres
1945	Início da construção da balaustrada da Rua São Paulo

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Destro, 2025.

Outros elementos demonstraram a importância dos trilhos da EFA como a valorização dos terrenos, a implantação de fábricas, estabelecimentos comerciais e de serviços. No caso de Catanduva, os comerciantes e prestadores de serviços publicavam nos jornais (figura 66), reforçando a relevância dos trilhos na cidade.

Figura 66 – Propaganda de inauguração do Hotel Central, de Pedro Celli, em 20 de abril de 1911.



Fonte: Acervo online do Jornal O Estado de São Paulo, 2024.

2.3 Criação da paróquia e primeira igreja

A instalação da paróquia na atual cidade de Catanduva se deu em 22 de abril de 1915, sendo denominada “Cappelania-Curato de Villa Adolpho” sendo registrada no Livro do Tombo nº 1 da Paróquia de Ariranha. Segundo a transcrição:

Por alvará de 22 de abril de 1915 foi creada a nova Cappelania-Curato de Villa Adolpho sendo nomeado Capellão-Cura o Revmº Pe. Mauricio Caputo.

O novo Curato, abrange o território do Districto de Paz de Villa Adolpho e mais as povoações do lado direito do ribeirão S. Domingos denominadas Catanduva e S. Francisco de Paula que pertenciam a esta Parochia, da qual ficam desmembradas por esse alvará.

Dom José Marcondes Homem de Mello, arcebispo de São Carlos, atendendo as necessidades espirituais dos fieis do lugar de Villa Adolpho, desmembra da Parochia de São José do Rio Preto e de Ariranha o território que constituía o Districto de Paz de “Villa Adolpho”, deste Bispado de São Carlos, incluindo a povoação que fica situada nas duas margens do rio São Domingos (Catiguá – Villa Izabel – Ybarra e Villa Mariana – Catupiry) o que até aqui esteve sujeita a jurisdição do Ver. Vigário de Tabapuan; criando em tal território a Cappelania Curato de Villa Adolpho e nomeando para parochiar o dito Curato o Rev. Padre Mauricio Caputo a quem concedemos as faculdades do estylo para administrar os sacramentos aos fieis da Nova Cappelania-Curato e exercer demais atos próprios ao mesmo.

Dois anos depois, em 28 de abril de 1918, houve a substituição do pároco, vindo da província de Minho, em Lisboa, o Padre Albino Alves da Cunha chegando para tomar posse como o primeiro Vigário da Paróquia de São Domingos. Segundo o memorialista Nelson Bassanetti, a primeira grande iniciativa do novo pároco foi a construção da Igreja Matriz (figura 67), destinada a substituir a antiga erguida em 1893, cuja capacidade limitada a 60 pessoas já não atendia às necessidades da comunidade em formação. Localizada na atual Praça Monsenhor Albino, a obra representou um reconhecimento público ao trabalho dedicado do sacerdote. Em 1918, Catanduva contava com aproximadamente 200 residências e 600 habitantes, e a edificação de um templo maior era uma demanda coletiva.

Figura 67 – Construção da Matriz de São Domingos, imagem com identificação.



Fonte: Catanduva Cidade Feitico. Disponível em: <https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=1693>. Acessado em: mai. 2025.

Conforme informações retiradas da Revista Feiticeira, na matéria escrita por Carlos Machado sobre a construção da Matriz de São Domingos:

Do arquivo que possuímos, podemos apontar que a Igreja Matriz de S. Domingos teve o lançamento da pedra fundamental a 22 de junho de 1919, pelo Padre Albino Silva, num ato que contou com a presença de autoridades e grande número de fiéis.

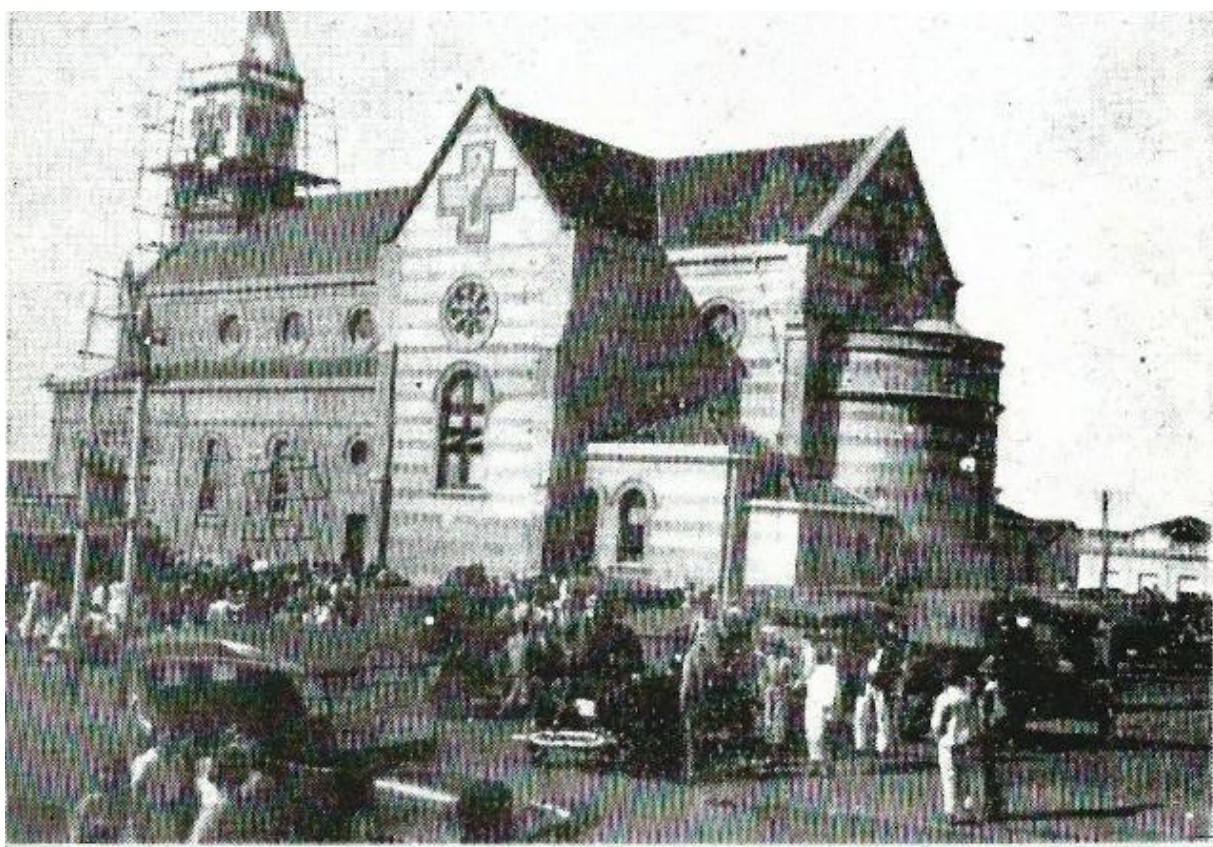
A sua construção foi levada a efeito, por via de contribuições de diferentes modos, inclusive aquelas das tradicionais quermesses. Tem-se a destacar que o madeiramento, aliás quase todo, foi doado pelo Cel. Joaquim Delfino Ribeiro da Silva e seu filho José Octaviano Ribeiro Sobrinho. O relógio, teve a doação do Cel. José Pedro da Mota e do Sr. João Augusto Marrar. O Sr. José Sartori ofereceu a porta principal. O Dr. Pedro Neves da Silva o altar com a imagem de S. Domingos. O para-raio teve a oferecer do Dr. João Guzzo.

O assentamento de tijolos foi procedido pelos Srs. Emilio Mori, Antonio Batistini, João Falarini, Gustavo Allhem, Luiz Maria e José Rodrigues Martins. O reboque, total, a cargo do Sr. Francisco Bilia. O serviço de madeiramento pelos mestres carpinteiros Nakamura e Iada. A decoração, representando toda ela símbolos sacros foi feita, num ano, ácola, pelo sr. Arnaldo Coloci e filhos. O mais notável dos pintores brasileiros Benedito Calixto, por uma feliz indicação do Dr. Raimundo Candido de Mergulhão Lobo, o 1º Juiz de Direito da Comarca [...]

A conclusão definitiva das obras do Templo, naquele local onde existia a tradicional Capelinha de S. Domingos do Cerradinho, ainda com a imagem de madeira, deu-se praticamente em 1926 [...]

Hoje, ali está, na própria praça Monsenhor Albino Silva, a Igreja por ele oferecida à cidade, com o apoio dos fiéis, obedecendo a risca a planta do Engenheiro Krug, fazendo parte do acervo cultural e histórico do Brasil, em especial pelas telas de Benedito Calixto. (Revista Feiticeira, ano 11, nº 48, março de 1976).

Figura 68 – Igreja Matriz de São Domingos em fase final de construção em 1925.



Fonte: Catanduva Cidade Feitico. Disponível em: <https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=800>. Acesso em: mai. 2025.

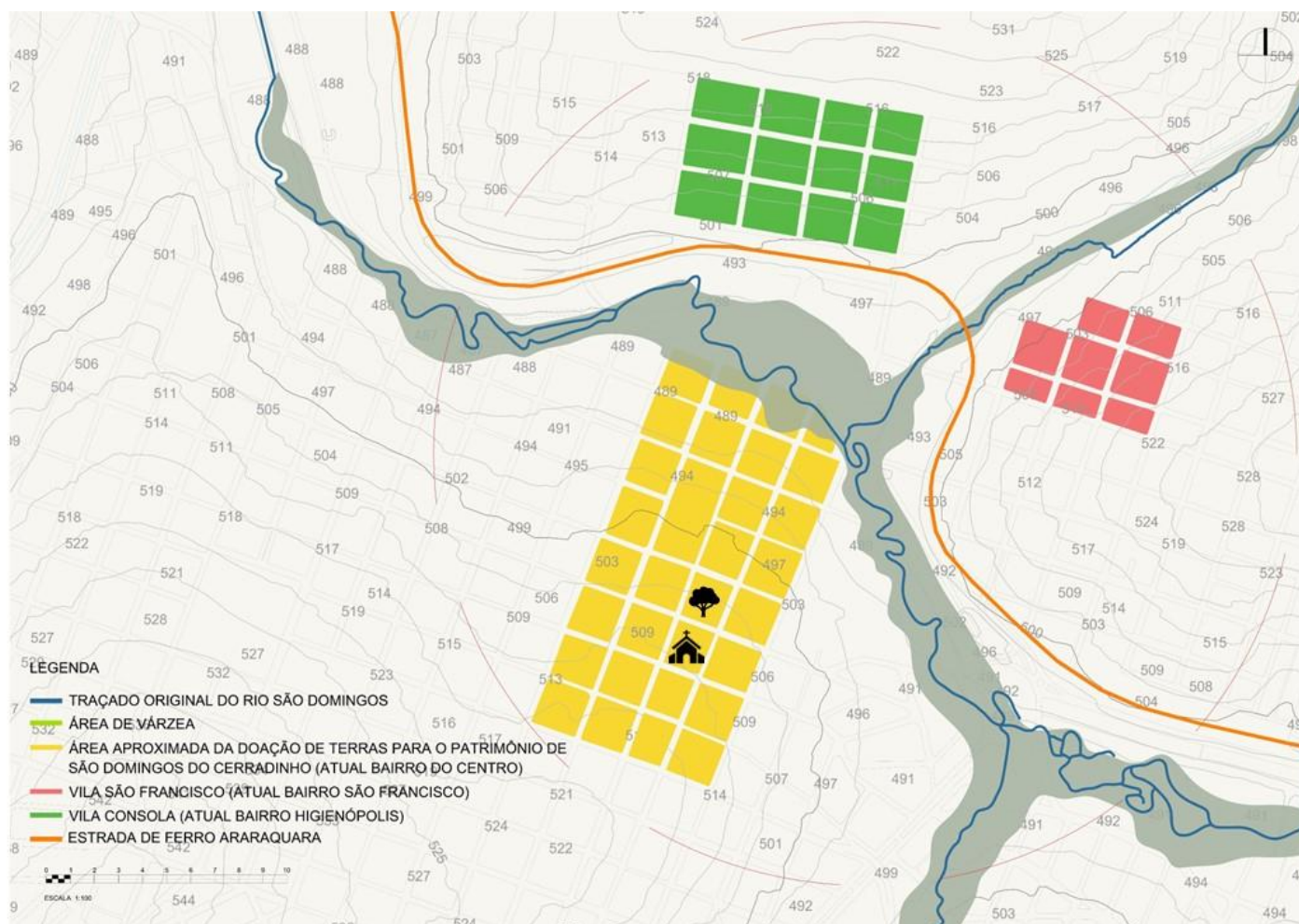
Figura 69 – Matriz de São Domingos em sua totalidade construída.



Fonte: Imagem retirada da Revista Feiticeira, ano 11, nº 43, dezembro de 1974.

Como já mencionado, as igrejas detinham grande influência nos patrimônios religiosos durante a formação das cidades do Oeste Paulista. Esse papel foi decisivo tanto na organização do espaço urbano quanto na estruturação social e cultural dessas cidades (figura 70), pois ocupavam o centro das novas cidades, geralmente na praça principal, ao redor da qual se desenvolviam os demais espaços urbanos.

Figura 70 – Mapa do Distrito de Paz de Villa Adolpho em 1910 com indicação da Igreja Matriz de São Domingos e Praça Central (atual Praça 9 de julho).



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A definição da localização da praça pública adjacente à capela integra o padrão característico dos traçados urbanos das cidades paulistas. Observam-se similaridades estruturais, uma vez que essas cidades costumam ser implantadas sobre espigões ou chapadas, organizando-se em quadras retangulares dispostas em malha ortogonal, com a presença recorrente de uma praça central e da praça da matriz (Marx, 1980, p. 36-37 apud Ghirardello, 2010, p.18).

Assim, “a capela deveria ser construída [...] junto a um largo. [...] Essa indicação era bastante antiga, estabelecidas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia” (Ghirardello, 2010, p. 136). Completa-se da seguinte forma: “logradouros por excelência, a praça deve a sua existência, sobretudo, aos adros das nossas igrejas [...] surgiu entre nós [...] diante de nossas capelas ou igrejas” (Marx, 1980, p. 50). No entanto, “quando o xadrez viário se impôs [...] viu se difundir, principalmente pelo interior, a característica igreja e praça da matriz” (Marx, 1980, p. 91).

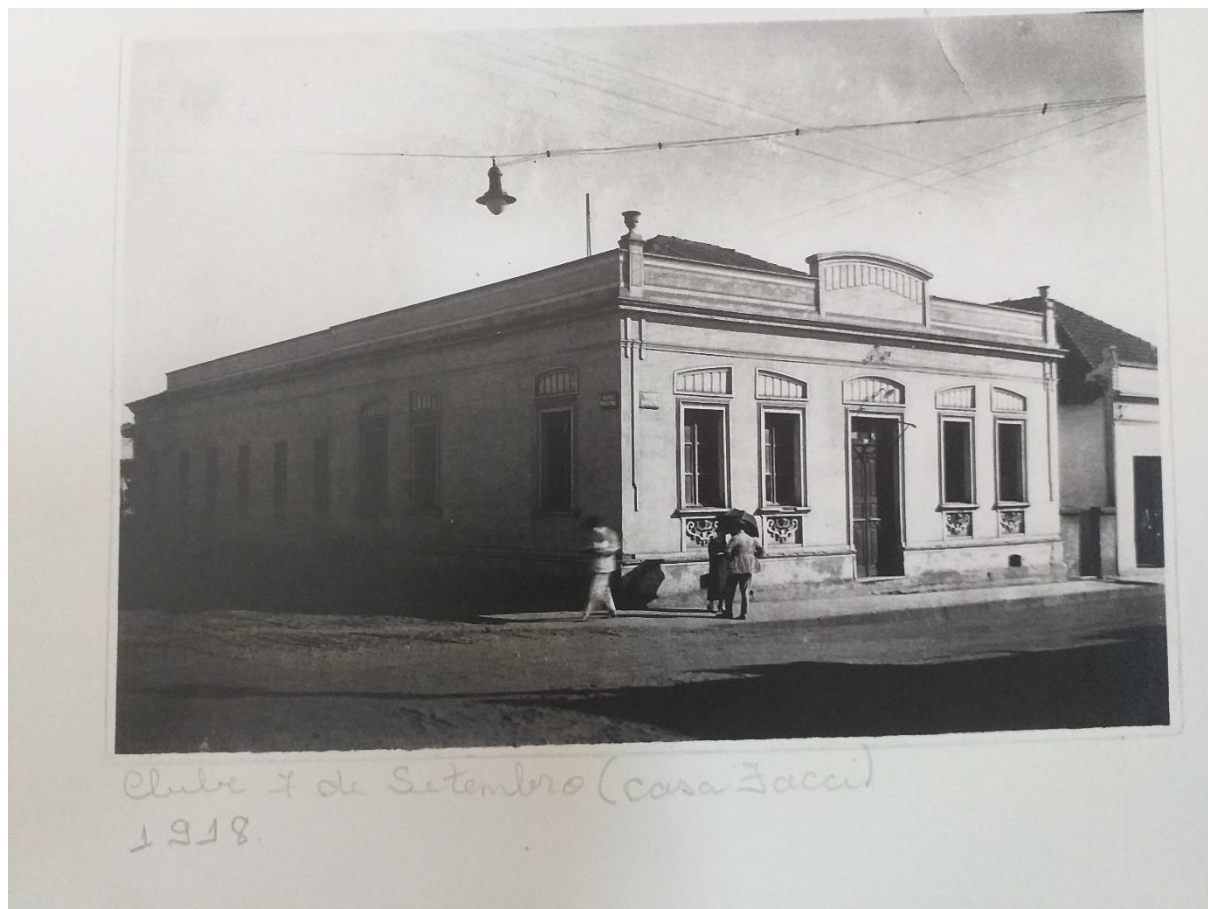
2.4 Criação do município e seu contexto político

Segundo Leite, (2007, p. 90) com o avanço do processo de desenvolvimento da vila, as terras ao redor passaram a ser progressivamente valorizadas — nos arredores, impulsionadas sobretudo pela expansão da cafeicultura, e nas proximidades do núcleo urbano, em razão de outras atividades econômicas. A vila consolidava-se como centro comercial e industrial, configurando-se como pólo de organização de uma área anteriormente desabitada. Nesse espaço estavam sediadas as Câmaras Municipais e demais instituições públicas, configurando-se como arena política, centro do poder local e palco de disputas entre os grandes proprietários rurais, a elite política e os coroneis. O dinamismo de Villa Adolpho, nesse contexto, justificava a elevação de seu status político-administrativo.

A autora Leite (2007, p. 90) continua que a elevação da vila à categoria de município exigia sua emancipação política, um processo desafiador que demandava significativo empenho coletivo. Tal transformação só seria viável mediante a articulação de diversos agentes sociais, cuja união conferiria força política suficiente para encaminhar a proposta ao governo estadual. Uma das estratégias recorrentes nesse contexto era a criação de associações compostas por indivíduos influentes e engajados, prática adotada também por outros núcleos urbanos em situação semelhante.

A transformação do status político de Catanduva resultou, sobretudo, da mobilização de representantes da elite local de Vila Adolfo. Esse grupo foi responsável pela fundação do Clube Sete de Setembro (figura 71 e 72), em março de 1917, articulando-se politicamente para viabilizar a emancipação do núcleo urbano (O Regional, 30 maio de 1997, p. 5 apud Leite, 2007, p. 91).

Figura 71 – Clube Sete de Setembro em 1918.



Fonte: Acervo do Museu Padre Albino, 2023.

Figura 72 – Clube Sete de Setembro, no dia da emancipação política de Villa Adolpho, atual Catanduva.



Fonte: Catanduva Cidade Feição. Disponível em: <https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=97>. Acessado em: mai. 2025.

A composição inicial da diretoria do Clube Sete de Setembro incluiu Henrique Cintra Warne, Francisco de Araújo Pinto, Adalberto Bueno Netto, José Bauab, Coriolano de Oliveira Mello, Manoel Diez, Nestor de Sampaio Bittencourt, Armindo Accorsi, Gaspar Trazzi e Domingos Fellippe. Entre os fundadores, destacaram-se os primeiros representantes dos poderes Legislativo e Executivo locais (Leite, 2007, p. 91).

O Clube Sete de Setembro exerceu a função de instância de poder local em Catanduva, sendo um espaço onde os associados deliberavam sobre os rumos políticos da localidade. Posteriormente, o clube tornou-se sede de uma das facções políticas que exerceriam considerável influência no cenário político municipal até o ano de 1930 (Oliveira, *Nossa terra, nossa gente*, 1996, p. 3 apud Leite, 2007, p. 91).

Assim, por intermédio da Lei nº 1564, de 14 de novembro de 1917, houve a emancipação política de Villa Adolpho, sendo esta denominada por Catanduva, coroando o esforço da elite local. Todavia, a instalação o município foi no dia 18 de

abril de 1918, sendo este foi oficialmente instalado durante o período da Primeira República (1889–1930), após a realização de sua primeira eleição municipal. Esse contexto histórico foi marcado pela influência do coronelismo, fenômeno político predominante nas primeiras décadas da República brasileira.

O coronel, antes de ser um líder político, é um líder econômico e, não necessariamente, como se diz sempre, é o fazendeiro que manda em seus agregados, empregados ou dependentes. O vínculo não obedece a um raciocínio tão simples, que se traduziria no mero prolongamento do poder privado na ordem pública. Segundo esse esquema, o homem rico – rico por excelência, pois na sociedade agrária seria o dono da terra – exerce poder político, num mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal. Mais um passo lógico: o coronel, economicamente autônomo, formará o primeiro degrau da estrutura política, projetada de baixo para cima. [...] O vínculo que lhe outorga poderes públicos virá, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições (Faoro, 1997, p. 622).

Segundo Faoro (1997, p. 122), o coronel e seus bens constituíam a base da estrutura de poder. Sua riqueza era concreta, embora não necessariamente opulenta. Para os pobres e dependentes, alcançar tal reconhecimento era algo inatingível, sendo-lhes vedado o status de coronel.

Essa base é o resultado de uma superposição de formas desenvolvidas do regime representativo de uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É, antes de tudo, uma forma peculiar de manifestação do poder privado [...]. [...] é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente senhores da terra (Leal, 1975, p. 20).

A condição de proprietário conferia ao indivíduo autoridade sobre seus subordinados, garantindo-lhe posição de destaque social. De acordo com Leal (1975, p. 21), nem todos os líderes políticos eram, de fato, coronéis no sentido tradicional. Essa observação também é compartilhada por Queiroz (1976, p. 84), ao apontar que diversos chefes políticos eram bacharéis, escolhidos e sustentados pelos coronéis autênticos.

Segundo Leal (1976, p. 43–47), a configuração agrária brasileira, fundamentada no modelo latifundiário, favorecia a manutenção de relações de dependência pessoal

entre os proprietários de terras e os trabalhadores. Os empregadores prestavam diferentes formas de assistência — médica, jurídica e financeira — o que consolidava sua imagem como figuras de riqueza e poder. Esse vínculo paternalista gerava, entre os trabalhadores, um sentimento de lealdade que frequentemente se traduzia em fidelidade político-partidária.

Para os proprietários rurais, o número de eleitores leais representava diretamente seu poder político, possibilitando a eleição de seus candidatos, a demonstração de prestígio e a obtenção de benefícios junto ao governo — dinâmica que persistiu até períodos recentes. Conforme apontado por Carvalho (2003, p. 27–38), até 1981, cerca de 85% dos eleitores eram analfabetos, concentrando-se majoritariamente na zona rural. Entre eles, encontravam-se tanto os grandes latifundiários quanto seus empregados, sendo estes últimos facilmente suscetíveis à influência dos primeiros.

Segundo Faoro (1997, v. 2, p. 626–630; 1976, p. 62), com a instauração do regime republicano, os Decretos n.º 200-A, de 8 de fevereiro de 1890, e n.º 511, de 23 de junho de 1890 — este último conhecido como Regulamento Alvim — foram determinantes na conformação do sistema político-eleitoral da época. Esse regulamento estabeleceu uma vinculação direta entre o governo estadual e as lideranças políticas locais, consolidando a subordinação do poder municipal à esfera estadual.

Segundo o autor, a configuração do sistema político delineada pela Constituição Republicana de 1891 remonta à antiga Lei de 1º de outubro de 1828, a qual instituiu um modelo tutelar que restringia a autonomia municipal e subordinava os municípios ao controle do governo estadual. Essa estrutura resultou, por um lado, em estagnação política; por outro, assegurou os interesses da esfera estadual por meio de alianças com as lideranças locais, de eleições sem sigilo, do voto de cabresto e da manipulação dos resultados através do chamado “bico de pena”.

No topo da estrutura de poder situava-se a prática da “degola”, promovida pela Comissão Verificadora de Poderes. A dinâmica política da Primeira República, conhecida como ‘política dos governadores’, fundamentava-se na prerrogativa dos governadores de organizar, legitimar ou anular os pleitos municipais. Paralelamente, detinham o controle sobre os recursos financeiros, repassados aos coronéis, que, por

sua vez, influenciavam as lideranças locais, manipulavam o eleitorado e asseguravam os resultados por meio de fraudes ou coerção.

A legislação da Primeira República limitou significativamente o poder dos chefes locais, subordinando-os à autoridade regional. As constituições estaduais mantiveram os municípios em uma condição de forte dependência, tanto financeira quanto político-administrativa. A alocação de recursos, a nomeação de delegados e juizes, bem como o controle do processo eleitoral, ficavam sob a jurisdição do governo estadual.

A articulação entre os poderes local, estadual e federal constituiu a base para o funcionamento de uma engrenagem político-institucional que, embora formalmente democrática e sustentada na lógica da competição política, revelou-se altamente restritiva e excludente (Perissinotto, 2003, p. 177). Como desdobramento, consolidou-se o governismo e, em consequência, estabeleceu-se o monopólio político por meio da criação do Partido Republicano (PR).

No Brasil, a característica de partido único desempenhou papel essencial na formação e consolidação do aparato estatal regional durante a Primeira República, configurando-se como instrumento político do denominado “compromisso coronelista”. Perissinotto (2000, v. 2, p. 178), fundamentado na literatura sobre o Partido Republicano Paulista (PRP), segmenta essa trajetória em duas fases: a primeira, entre 1873 e 1889, quando o partido assumiu perfil classista e sua influência permeou os debates republicanos; e a segunda, entre 1889 e 1930, período no qual se instituiu a política dos governadores, transformando-se em um partido de administração.

No Brasil em processo de transição para a República, a defesa da federação constituiu o principal tema dos integrantes do Partido Republicano Paulista (PRP). A essa reivindicação somava-se o expansionismo econômico promovido pelos paulistas, especialmente nas áreas emergentes, como o Oeste, por meio de propostas voltadas à modernização, incluindo a implantação de ferrovias e a reorganização do mercado de trabalho com a utilização de mão de obra livre (Leite, 2007, p. 89).

Os integrantes do PRP almejavam a autonomia dos estados e um governo alinhado aos seus interesses. Com a implantação do federalismo em 1891 e a consolidação da política dos governadores, baseada no compromisso coronelista, o PRP tornou-se o principal meio de acesso ao poder estatal em todas as suas esferas

— seja para a obtenção de cargos no funcionalismo público, seja para a conquista de posições eletivas, incluindo a vereança e o Executivo estadual (Perissinotto, 2000, p. 180-183).

Leite (2007, p. 91) destaca que embora o município recém-criado contasse apenas com um partido político, o Partido Republicano Paulista (PRP), havia no local dois grupos em disputa pelo poder. O primeiro era liderado pelo major Domingos Fellipe e Carlos Cruz, enquanto o segundo, apoiado pelo coronel José Pedro da Motta, importante latifundiário, reunia Adalberto Bueno Netto e Ernesto Ramalho. Esses grupos eram conhecidos como “nettistas”, seguidores da família Netto, e “tourinhistas”, ligados à família Bittencourt.

O primeiro chefe do Executivo municipal foi Ernesto Ramalho, que exerceu o cargo entre 14 de abril e 13 de junho de 1918. Ele possuía vínculos familiares com o coronel José Pedro da Motta, sendo compadre e tio da esposa deste. Em seguida, foi sucedido por Francisco de Araújo Pinto, médico e proprietário rural, que assumiu a prefeitura de 14 de junho a 31 de dezembro de 1918 (A Feiticeira, jun. 1964 apud Leite, 2007, p. 94).

O ingresso de médicos, farmacêuticos e bacharéis na vida política brasileira intensificou-se após a Independência, em virtude do capital intelectual que esses profissionais detinham — atributo não comumente encontrado entre os grandes proprietários rurais. Esse diferencial permitiu que indivíduos com formação acadêmica ocupassem cargos públicos. Contudo, para alcançar a Assembleia Legislativa, esses representantes urbanos frequentemente se subordinavam à proteção de líderes locais, como os coronéis. Ademais, os políticos profissionais, a exemplo dos latifundiários, também recorriam ao absenteísmo como prática comum (Queiroz, 1976, p. 71-73 e 84).

Em Catanduva, a figura do bacharel, político profissional e também proprietário de terras se materializou em Adalberto Bueno Netto. Representante dos interesses da oligarquia agrária local — cujo principal expoente era o coronel José Pedro da Motta —, integrava o Partido Republicano Paulista (PRP) e liderava a facção política conhecida como “nettistas”, em oposição ao grupo dos “tourinhistas”, chefiado por Nestor de Sampaio Bittencourt. De acordo com os periódicos *A Comarca de Catanduva* (28/05/1922) e *A Cidade* (06/04/1971, p. 4), entre 1918 e 1930, Adalberto

Bueno Netto alternou-se nos cargos de prefeito (1919–1920 e 1926–1930) e vereador. Foi ainda eleito deputado estadual nas eleições de abril de 1922 e exerceu a função de Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo durante o governo de Armando de Salles Oliveira (Leite, 2007, p. 95).

Na década de 1920, a República Oligárquica entrou em evidente declínio, impulsionado pelo avanço do processo de industrialização no país, o crescimento da população urbana e o surgimento de movimentos de contestação política em diversos estados (Felizardo, 1980, p. 85). Em São Paulo, a Revolução de 1930 representou uma ruptura no cenário político nacional, marcando o fim da Primeira República e resultando no fechamento das Câmaras Legislativas (Castilho; Ferri, 2010, p. 13).

3 CAPÍTULO III – A CIDADE DE CATANDUVA NA DÉCADA DE 1920

Ao longo da década de 1920, ocorreram diversas transformações que influenciaram diretamente o processo de expansão urbana da cidade de Catanduva. Grande parte dessas mudanças foi orientada por legislações municipais específicas, elaboradas com o intuito de promover o ordenamento territorial. Entre essas normas, destacam-se os códigos de saneamento, de conduta e as delimitações formais da zona urbana.

Foram elaboradas e decretadas diversas legislações municipais voltadas à organização do espaço urbano, incluindo normas relacionadas à ampliação dos limites da zona urbana, à conduta pública, à alteração da nomenclatura de vias e à regulamentação de atividades industriais, entre outras. Abaixo (Tabela 3), reúne-se um conjunto dessas normas que se relacionam diretamente com a infraestrutura, a expansão territorial e a ordenação urbana.

Tabela 3 – Principais legislações decretadas em Catanduva de 1918 a 1930.

DATA	NÚMERO E DESCRIÇÃO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	NOME DO PREFEITO
19/11/1918	Lei nº 01, adota a tabela de impostos da Câmara Municipal de Rio Preto, com algumas modificações.	Coronel Ernesto Ramalho
18/14/1918	Lei nº 02, adota o regimento interno da Câmara Municipal de Taquaritinga, votado pela Lei nº 47, de 1910.	Coronel Ernesto Ramalho
20/04/1918	Lei nº 04, regula sobre a instrução pública do município.	Coronel Ernesto Ramalho
09/05/1918	Lei nº 07, autoriza a desapropriação de terrenos necessários ao saneamento da cidade e abertura de ruas.	Coronel Ernesto Ramalho
10/05/1918	Lei nº 08, autoriza a contratar o fornecimento de luz elétrica.	Coronel Ernesto Ramalho
03/06/1918	Lei nº 10, dá nome as ruas e praças desta cidade.	Coronel Ernesto Ramalho

13/06/1918	Lei nº 11, determina quanto a prefeitura deverá despendar com a desapropriação de terrenos necessários ao saneamento.	Coronel Ernesto Ramalho
30/09/1918	Lei nº 23, autoriza a construção de um prédio para o grupo escolar.	Dr. Francisco de Araújo Pinto
15/10/1918	Lei nº 24, resolve sobre muros e calçadas nas ruas sargeteadas.	Dr. Francisco de Araújo Pinto
30/12/1918	Lei nº 29, autoriza a prefeitura a contratar a construção do edifício para o grupo escolar.	Dr. Francisco de Araújo Pinto
30/01/1919	Lei nº 32, autoriza a prefeitura a contratar o serviço de limpeza pública.	Adalberto Bueno Netto
15/03/1919	Lei nº 34, prorroga o prazo para a arrecadação do imposto de aforamento.	Adalberto Bueno Netto
24/03/1919	Lei nº 35, refere-se a estradas para automóveis, desta cidade a Itajoby.	Adalberto Bueno Netto
30/04/1919	Lei nº 36, autorizando a desapropriação do terreno onde se acha localizada a povoação de Ibarra.	Adalberto Bueno Netto
30/05/1919	Lei nº 38, determina a obrigatoriedade do ensino no município.	Adalberto Bueno Netto
30/07/1919	Lei nº 40, refere-se a auxílio à polícia local.	Adalberto Bueno Netto
31/10/1919	Lei nº 43, regula sobre estradas de rodagem.	Adalberto Bueno Netto
30/01/1920	Lei nº 44, refere-se à instrução pública.	Adalberto Bueno Netto
15/03/1920	Lei nº 45, autoriza a prefeitura a chamar concorrentes para a construção de um prédio para hotel.	Dr. Francisco de Araújo Pinto
30/03/1920	Lei nº 46, que autoriza a criar uma escola infantil nesta cidade.	Dr. Francisco de Araújo Pinto
15/04/1920	Lei nº 48, autoriza a construção de uma ponte e respectivo aterro, na Rua Maranhão.	Dr. Francisco de Araújo Pinto

30/04/1920	Lei nº 49, autoriza a desapropriação de terrenos necessários às estradas de rodagem.	Dr. Francisco de Araújo Pinto
30/04/1920	Lei nº 50, autoriza a construção de uma ponte sobre o córrego Serradinho, à rua Goyaz.	Dr. Francisco de Araújo Pinto
15/15/1920	Lei nº 51, autoriza o prefeito a assinar contrato a empresa telefônica.	Dr. Francisco de Araújo Pinto
30/17/1920	Lei nº 55, dá nome a diversas ruas desta cidade.	Dr. Francisco de Araújo Pinto
15/10/1920	Lei nº 56, autoriza a prefeitura a fazer aquisição do quarteirão de terreno pertencente a paróquia e oferece-lo ao governo do estado para nele ser edificado a cadeia e fórum.	Dr. Francisco de Araújo Pinto
30/03/1921	Lei nº 65, autoriza a prefeitura a mandar murar o cemitério municipal.	Dr. Francisco de Araújo Pinto
15/08/1921	Lei nº 66, autoriza o prefeito a fazer o embelezamento no largo da independência, nesta cidade.	Dr. Francisco de Araújo Pinto
30/09/1921	Lei nº 67, autoriza a desapropriação do terreno de José Pedro da Mota, à rua Minas Gerais nesta cidade, para fim de alargamento da rua.	Dr. Francisco de Araújo Pinto
17/01/1922	Lei nº 70, subvenciona a guarda noturna desta cidade.	Dr. Francisco de Araújo Pinto
30/03/1922	Lei nº 73, adota a Lei Estadual nº 1835 C e o seu regulamento (Decreto nº 3453), de 26 de dezembro de 1921 e 11 de março de 1922, respectivamente, que regulam sobre estradas de rodagem e veículos.	Dr. Francisco de Araújo Pinto
15/06/1922	Lei nº 76, autoriza o prefeito a abrir concorrência pública para os serviços de águas e esgotos nesta cidade.	Dr. Francisco de Araújo Pinto
28/02/1923	Lei nº 85, autoriza a prefeitura a doar do governo do estado o terreno adquirido de	Coronel Ernesto Ramalho

	Analia Franco, para ser edificado o grupo escolar.	
15/02/1923	Lei nº 81, autoriza a prefeitura a proceder a numeração de prédios.	Coronel Ernesto Ramalho
01/10/1923	Lei nº 95, autoriza o prefeito a aceitar a proposta feita pelo Bispado de S. Carlos referente ao patrimônio.	Coronel Ernesto Ramalho
30/05/1924	Lei nº 100, autoriza a prefeitura a mandar construir passeios nos terrenos pertencentes à municipalidade, à rua Brasil.	Dr. Nestor de Sampaio Bittencourt
16/01/1926	Lei nº 133, regulamenta as construções, reconstruções, aumentos e modificações de prédios no perímetro urbano.	Adalberto Bueno Netto
30/03/1926	Lei nº 137, resolve sobre a construção de muros e calçadas no 1º perímetro urbano, modificando o art. 1º da lei nº 24 de 15/10/1918.	Adalberto Bueno Netto
30/10/1926	Lei nº 145, autoriza a prefeitura a abrir concorrência pública para estabelecimento do serviço de água e esgotos, por empreitada ou administração, abrindo os necessários créditos.	Adalberto Bueno Netto
29/12/1926	Lei nº 146, autoriza a prefeitura a empreitar a Virgilio Ermel a construção completa das obras de abastecimento de água e rede de esgotos, desta cidade, celebrando o respectivo contrato, nas bases pelo mesmas propostas e fazendo necessárias operações de crédito.	Adalberto Bueno Netto
16/03/1927	Lei nº 150, autoriza a prefeitura a regulamentar o serviço de limpeza pública.	Adalberto Bueno Netto
07/07/1927	Lei nº 151, dispõe sobre as instalações domiciliares de água e esgoto.	Adalberto Bueno Netto

09/06/1928	Lei nº 158, providencia sobre a criação de um colégio de ensino secundários e cursos anexos nesta cidade.	Adalberto Bueno Netto
09/06/1928	Lei nº 159, dispõe sobre a municipalidade do Lyceu Nacional Rio Branco.	Adalberto Bueno Netto
03/12/1928	Lei nº 162, dispõe sobre aberturas de ruas e outras vias de comunicação.	Adalberto Bueno Netto
16/01/1929	Lei nº 167, cria um instituto de ensino secundário, sob os moldes do Colégio Pedro II, e sob a denominação de Gymnasio Municipal de Catanduva, etc.	Adalberto Bueno Netto
30/04/1929	Lei nº 170, dispõe sobre a organização definitiva do Gymnasio Municipal de Catanduva.	Adalberto Bueno Netto
30/04/1929	Lei nº 171, determina a formação do patrimônio do Gymnasio Municipal de Catanduva.	Adalberto Bueno Netto
30/04/1929	Lei nº 172, autoriza a prefeitura a contratar com s/a Lyceu Rio Branco a organização do Gymnasio Municipal de Catanduva.	Adalberto Bueno Netto
15/07/1929	Lei nº 173, dispõe sobre os serviços de água e esgotos.	Adalberto Bueno Netto
30/09/1929	Lei nº 175, autoriza a prefeitura a adaptar o sistema de transformação do lixo.	Adalberto Bueno Netto
30/09/1929	Lei nº 176, autoriza a prefeitura a alienar pela quantidade de quatro contos de réis à Estrada de Ferro Araraquara ou ao E.S. Paulo o terreno situado às ruas Goyaz e Espírito Santo, nesta cidade.	Adalberto Bueno Netto
15/04/1930	Lei nº 181, dispõe sobre os serviços de água e esgotos.	Adalberto Bueno Netto
15/08/1930	Lei nº 183, autoriza a prefeitura a doar ao Estado de São Paulo terrenos para construção de edifícios para grupo escolar, cadeia e fórum.	Adalberto Bueno Netto

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no site leis municipais, 2025.

O município teve nove prefeitos em 14 anos – de 1918 a 1932, sendo que três deles tiveram mais de um mandato (tabela 4). É relevante ressaltar que, no Estado de São Paulo, durante a Primeira República, o controle político nos municípios era exercido pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Independentemente do grupo que ocupasse o poder local, todos mantinham vínculos com essa legenda, o que garantia ao partido a hegemonia sobre a administração municipal (Ghirardello, 2010). No município de Catanduva não foi diferente, quanto os “nettistas”, em oposição ao grupo dos “tourinhistas”, estavam ligados ao PRP e disputavam as eleições.

Tabela 4 – Mandatos políticos em Catanduva durante os anos de 1918 a 1930.

NOME	OCUPAÇÃO	PERÍODO DE MANDATO
CORONEL ERNESTO RAMALHO (Cartorário e coletor)	Prefeito	14/04/1918 até 13/06/1918
DR. FRANCISCO DE ARAÚJO PINTO (Médico)	Prefeito	14/06/1918 até 31/12/1918
ADALBERTO BUENO NETTO (Farmacêutico)	Prefeito	01/01/1919 até 16/02/1920
DR. FRANCISCO DE ARAÚJO PINTO (Médico)	Prefeito	16/02/1920 até 15/01/1923
CORONEL ERNESTO RAMALHO (Cartorário e coletor)	Prefeito	15/01/1923 até 15/01/1924
DR. NESTOR SAMPAIO BITTENCOURT (Médico)	Prefeito	15/01/1924 até 15/01/1926
ADALBERTO BUENO NETTO (Farmacêutico)	Prefeito	15/01/1926 até 28/10/1930

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Almanaque Boletim “Só 10” de autoria de Sérgio Bolinelli, 2025.

Tabela 5 – Presidentes da Câmara Municipal de Catanduva durante os anos de 1918 até 1930.

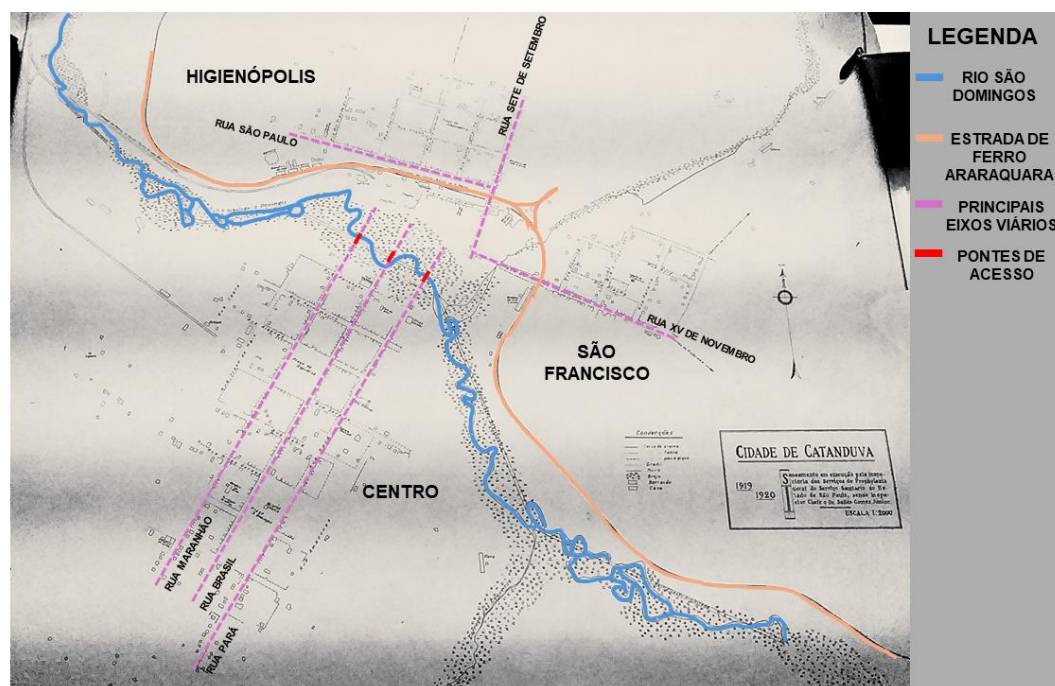
NOME	OCUPAÇÃO	PERÍODO DE MANDATO
CORONEL JOAQUIM DELPHINO RIBEIRO DA SILVA	Presidente	1918 até 1920
DR. NESTOR SAMPAIO BITTENCOURT	Vice-presidente	
CORONEL JOAQUIM DELPHINO RIBEIRO DA SILVA	Presidente	1921 até 1924
CORONEL JOSÉ DE OLIVEIRA CORDEIRO	Vice-presidente	
CORONEL JOAQUIM DELPHINO RIBEIRO DA SILVA	Presidente	1926 até 1928
RAMOM SANCHES	Vice-presidente	
DR. NESTOR SAMPAIO BITTENCOURT	Presidente	1929 até 1930
RICARDO LUNARDELLI	Vice-presidente	

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Almanaque Boletim “Só 10” de autoria de Sérgio Bolinelli, 2025.

3.1 A República e os aspectos urbanos em Catanduva

Antes de começar a pontuar os principais indícios do período republicano e as transformações urbanas ocorridas no município de Catanduva, cabe apresentar como estava a ordenação urbana no cenário da época, conforme a figura 73, abaixo.

Figura 73 – Mapa de Catanduva de 1920.



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em Destro (2023) e baseado no mapa do Acervo do Museu Padre Albino, 2025.

De acordo com a pesquisadora Pantaleão (1944), a unificação administrativa dos territórios foi retardada pelas condições geográficas da região, uma vez que os povoados estavam situados em espigões distintos, separados por um fundo de vale onde corria o ribeirão São Domingos. A extensa área de várzea, associada à sinuosidade do rio, tornava a região inadequada para ocupação, devido às recorrentes inundações. Por essa razão, as primeiras ocupações concentraram-se nas cotas mais elevadas da cidade. As únicas conexões entre os núcleos habitacionais, restringiam-se a pequenas pontes e passarelas. Essa limitação na comunicação entre os povoados contribuiu para que o processo de expansão urbana de Catanduva ocorresse de forma isolada em cada núcleo, resultando em uma malha urbana fragmentada. A ocupação da área de várzea só teve início na década de 1920, após a retificação do curso do rio São Domingos e o posterior aterramento da planície fluvial.

Outro ponto a ser analisado é que, segundo Destro (2023, p. 66) a linha férrea foi implantada na cota mais elevada da então Villa Adolpho, funcionando como importante vetor de expansão urbana ao atrair empreendimentos industriais em seu entorno, tais como a estação ferroviária, maquinários de beneficiamento agrícola,

pátios de manobras, vilas operárias, armazéns e oficinas. Próximos à ferrovia também se localizavam os principais eixos viários da cidade — a exemplo das ruas São Paulo, XV de Novembro, Sete de Setembro, Brasil e Maranhão — conforme demonstrado na figura 69. Contudo, embora tenha exercido papel integrador entre os diferentes núcleos urbanos, a ferrovia também se constituiu como elemento de segregação territorial. Assim como o rio São Domingos, seus trilhos funcionaram como barreiras físicas, contribuindo para a formação de dicotomias espaciais e acentuando as distinções entre os bairros adjacentes.

A ferrovia também exerceu papel relevante na transformação da paisagem urbana e econômica de Catanduva, influenciando tanto o traçado da malha viária quanto a tipologia das edificações associadas às atividades ferroviárias. Assim como em outros municípios paulistas, sua implantação favoreceu a atração de expressivo contingente de imigrantes, especialmente espanhóis, italianos, portugueses, japoneses e árabes, que contribuíram para a formação socioeconômica e cultural da cidade (Destro, 2023, p. 67).

Uma particularidade da conformação urbana de Catanduva, quando comparada a outros municípios paulistas, reside no fato de que sua área mais valorizada — o bairro Higienópolis — desenvolveu-se na porção posterior à estação ferroviária. Contrariamente ao esperado, a área situada em frente à estação, que normalmente concentraria os usos mais nobres, corresponde a uma zona alagadiça, conectada ao centro da cidade apenas por meio de passarelas para pedestres. Outra característica marcante do processo de expansão urbana de Catanduva foi a adoção da malha em quadrícula ou tabuleiro de xadrez, padrão recorrente em cidades do interior paulista, como já mencionado (Destro, 2023, p. 66).

Essa percepção também é demonstrada na leitura do trabalho intitulado “Memórias de Catanduva guardadas nos autos de um processo judicial (1921-1936)”, escrito pelo professor José Sachetta Ramos Mendes e seus alunos:

Verifica-se, pois, que antes mesmo da emancipação do município, ali atuava o tabelião Bento Ramalho. O registro mais antigo da história catanduvense feito com a lavra de Ramalho é a Escritura de compra e venda de “um quinhão da Fazenda Moreiras, que ficava no subúrbio desta villa, pertencente a freguesia de São José do Rio Preto”, datada de 28 de maio de 1915. Essa curiosa caracterização do atual centro da cidade como um “subúrbio” de Villa

Adolpho (denominação anterior de Catanduva) confirma que as áreas a ele hoje adjacentes à margem direita do rio São Domingos, concentravam-se em meados da década de 1910 a porção mais importante do vilarejo (Mendes, 2003, p. 85).

Outra particularidade apontada nesse mesmo trabalho é de que houve uma sentença proferida por Mergulhão Lobo, em fevereiro de 1923, o juiz condenou a municipalidade de Catanduva a restituir ao Bispado de São Carlos o domínio direto e posse de dez alqueires de terras que faziam parte do perímetro da doação. A decisão fundava-se em doação da área feita em 1901 pelos proprietários anteriores, Antônio Maximiano Rodrigues e sua mulher “ao senhor São Domingos, Padroeiro do mesmo lugar onde estão situadas as ditas terras”. A confusão se deu porque, em 1912,

Os doadores, por ingenuidade, passaram uma escriptura em que, declarando revogada a doação, venderam os aludidos dez alqueires à Municipalidade de Rio Preto, à qual pertenciam o então [...] districto de Catanduva; a Ré, despojando a Fabrica Prochial da posse das terras doadas, renovou os contractos de enphyteuse, dividiu-as em quarteirões e aforou-as; estas terras passaram para o Patrimonio do município de Catanduva e nelas hoje está edificada quasi toda a cidade (Mendes, 2003, p. 87).

Em 1925, após dois anos de negociação, o Bispado de São Carlos “vendeu à Câmara Municipal de Catanduva os dez alqueires, menos dois quarteirões, adquiridos de Antonio Maximiano Rodrigues” (Mendes, 2003, p. 87). Esse fato comprova que as terras doadas valorizaram muito ao ponto dos antigos proprietários quererem desfazer a doação, apontando também o quanto a Igreja Católica perdia a procedência na posse do espaço urbano.

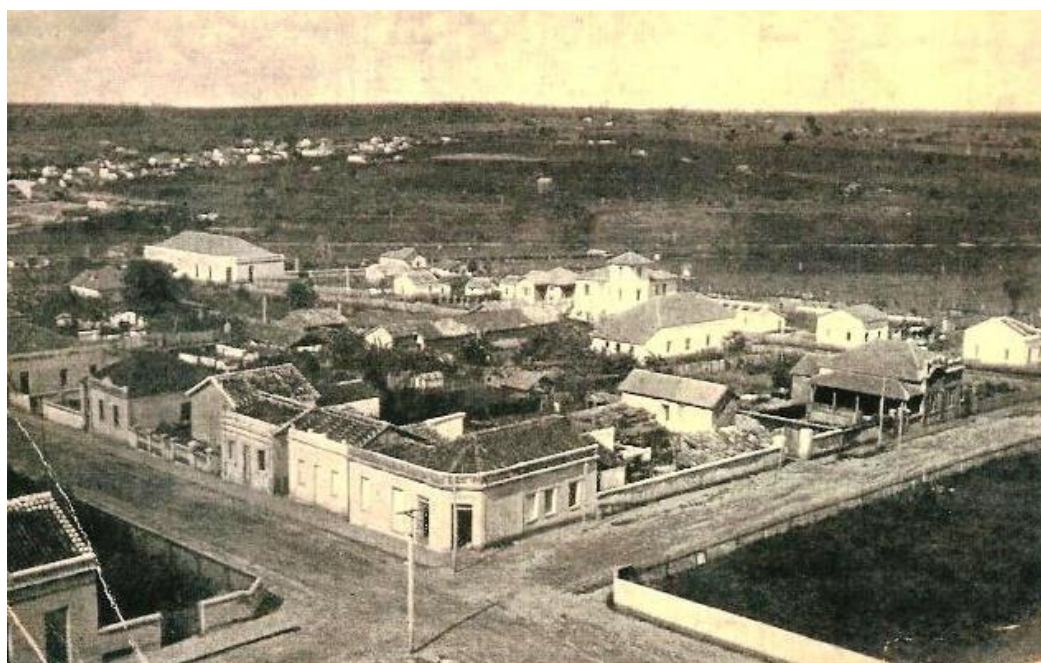
Conforme aponta Pantaleão (1944), a ocupação efetiva do bairro Higienópolis intensificou-se após a implantação da ferrovia, especialmente a partir de 1914. Tendo a estação como referência, o proprietário da área, Pedro Celli, promoveu o loteamento de seus terrenos. Nesse contexto, a rua São Paulo consolidou-se como o principal eixo viário do bairro, por estar situada na parte posterior da estação e apresentar-se como um ponto atrativo para a instalação de comércios e serviços. A partir dela e da rua Sete de Setembro — sua via perpendicular — foram traçadas outras ruas que compuseram a malha urbana local, como Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso. Assim, o bairro Higienópolis

estruturou-se segundo o modelo em quadrícula, característico do padrão tabuleiro de xadrez.

A replicação desse padrão de organização espacial resultou em uma paisagem urbana homogênea nas cidades do interior paulista. Conforme observa Francisquetti (2015, p. 13), essa configuração é caracterizada, de modo recorrente, pela presença da estação ferroviária situada nas proximidades do fundo de vale (curso d'água), da praça central junto à Igreja Matriz e da rua principal de comércio que interliga esses dois pontos — exatamente o arranjo urbano observado em Catanduva.

Em 1915, os núcleos urbanos da região já apresentavam indícios significativos de desenvolvimento, contando com aproximadamente 150 edificações, além de olarias, comércios e maquinários voltados ao beneficiamento de arroz e café. Cabe elencar que as construções neste período possuíam maior qualidade, desde a mão de obra, tendo a influência dos imigrantes e até mesmo na utilização de materiais mais nobres, como pode ser observado nas figuras 74, 75, 76 e 77.

Figura 74 – Fotografia do alto da igreja matriz, mostrando as esquinas da rua Minas Gerais com a Pará, em 1920.



Fonte: Catanduva Cidade Feitico. Disponível em: <https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=3577>. Acesso em: mai. 2025.

Figura 75 – Rua Brasil, meados de 1925.



Fonte: Catanduva Cidade Feitico. Disponível em:
<https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=4398>. Acesso em: mai. 2025.

Figura 76 – Rua São Paulo, meados de 1928.



Fonte: Catanduva Cidade Feitico. Disponível em:
<https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=3298>. Acesso em: mai. 2025.

Figura 77 – Fotografia tirada a partir da Rua Brasil, mostrando a Rua Rio de Janeiro até a Rua Sete de Setembro, e ao fundo localiza-se o Hotel dos Viajantes, meados de 1925.



Fonte: Catanduva Cidade Feitiço. Disponível em: <https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=1800>. Acesso em: mai. 2025.

Nesse período, iniciou-se também a ocupação da várzea do rio São Domingos por imigrantes japoneses, dedicados majoritariamente ao cultivo de arroz — tema que será abordado em seção específica. No ano seguinte, a população atingiu cerca de 12 mil habitantes e o número de construções chegou a 226. Diante dessa expansão, tornou-se necessário o fornecimento de energia elétrica, demanda atendida com a inauguração da Empresa de Energia Elétrica, de propriedade de um imigrante sírio. Ainda em 1916, foi fundado o primeiro jornal local, *O Município*, e criado o Clube Sete de Setembro, na Villa Adolpho, espaço voltado à realização de eventos sociais e culturais para a elite local (Destro, 2023, p. 68).

Os sinais de modernização tornaram-se cada vez mais evidentes, e em 1917 os povoados foram oficialmente unificados. No ano seguinte, em 1918, foi criado o município de Catanduva. Entre os anos de 1918 e 1920, observou-se um surto de desenvolvimento, impulsionado pela presença da ferrovia e pela consolidação do poder público municipal. Se anteriormente os povoados se expandiam de maneira

fragmentada, a criação do município exigiu a formulação de um plano integrado de crescimento urbano. Essa necessidade foi respondida com a promulgação das primeiras leis municipais. (Destro, 2023, p. 69). Durante a gestão do Coronel Ernesto Ramalho, primeiro prefeito da cidade, o governo local concentrou-se em três eixos principais: educação, saúde e infraestrutura viária, promovendo uma série de intervenções que serão detalhadas nos subitens a seguir.

3.2 Infraestrutura urbana

3.2.1 Código de Posturas

A elaboração da legislação voltada à organização urbana, especialmente dos Códigos de Posturas, teve início ainda durante o processo de elevação das vilas à categoria de município, sendo comum a coincidência temporal entre a promulgação dessas normas e a formalização do novo status administrativo. Nas pesquisas realizadas nos acervos físicos e online, cartórios, bibliotecas e museus, não foram encontrados os Códigos de Postura da cidade de Catanduva e nem as Posturas Municipais de São José do Rio Preto. No entanto, como a cidade de São José do Rio Preto foi desmembrada da Comarca de Jaboticabal, e posteriormente Catanduva foi desmembrada da Comarca de São José do Rio Preto, surge a hipótese de que tais projetos de leis referentes às Posturas Municipais compartilhavam o mesmo escopo.

O arquivo original do Código de Posturas da cidade de Jaboticabal, aprovado pela Câmara através da Lei nº 30 de 18 de junho de 1886, contemplava dispositivos legais responsáveis por regulamentar o uso do solo para fins de edificação, abrangendo uma variedade de temas relacionados à organização urbana. Essa legislação dispunha sobre arruamento, localização e dimensões de cemitérios, padronização de balanças, pesos e medidas, nivelamento do terreno, construção de muros e calçadas, condições de higiene das vias públicas, transporte de pedestres e veículos, além da normatização de atividades comerciais em geral (Tabela 6).

Tabela 6 – Artigos do Código de Posturas de Jaboticabal correlacionados a infraestrutura urbana.

CAPÍTULO	ARTIGO	INFORMAÇÕES
CAPÍTULO I – DO ALINHAMENTO DAS RUAS	Artigo 1º	Todas as ruas e travessas que forem abertas nesta villa e povoações do municipio, terão a largura de 13m 33.
	Artigo 2º	Nenhum predio será edificado ou reedificado nesta villa e povoações do municipio, e seus arrabaldes, sem se proceder o alinhamento feito pelo arruador, sob multa de 20\$ ao infractor, ficando obrigado a demolir a sua custa a parede ou parte do prédio que não estiver conforme a regularidade do alinhamento. Esta disposição comprehende os fechos dos quintaes, que fizerem frente para as ruas, travessas ou praças, as calçadas e precintas não poderão ser feitas sem proceder alinhamento ou nivelamento, quando isto seja preciso.
	Artigo 3º	Haverá nesta villa e nas povoações deste municipio, arruador nomeado pela camara, o qual deverá faser o alinhamento e nivelamentos necessarios, com assistencia, nesta villa, do secretario e fiscal, e nas mais povoações com assistencia, do fiscal que fará as vezes de secretario.
	Artigo 4º	De cada alinhamento e nivelamento que fiser, o secretario da camara lavrará um termo que será assignado por elle, pelo fiscal e pelo arruador, em livro especial, numerado, rubricado, aberto e encerrado pelo presidente da camara. De cada alinhamento ou nivelamento, ainda que o edificio ou muro tenha

		mais de uma parede, que faça diversas frentes, perceberão : o secretario 2\$, o arruador 2\$, o fiscal 1\$. pagos pelo proprietario do terreno alinhado. Se. porém o alinhamento for para edificio publico, nada perceberão.
	Artigo 5º	O arruador que fiser algum armamento sem requerimento do proprietario do terreno e sem conhecimento do fiscal e secretario, pagará a multa de 10\$.
	Artigo 6º	O armador que recusar se alinhar ou fiser com irregularidade o alinhamento pagará a multa de 10\$, ficando obrigado a indemnisar o damno causado ; a mesma multa pagará o fiscal e secretario
	Artigo 7º	A pessoa que se julgar aggravada em seus direitos pelo arruamento feito, a requerimento seu ou de outrem, recorrerá a camara municipal, que decidirá como achar de justiça.
CAPÍTULO II – DA EDIFICAÇÃO	Artigo 8º	Ficam prohibidas as construcções de casas de meia agua nas ruas e travessas ou praças desta villa, e mais povoações do municipio, bem como a coberta de capim ou palha, nas casas e varandas, ou puxado, paios, dentro do quadro desta villa e arrabaldes. O infractor pagará a multa de 20\$, e obrigado a demolir a obra a sua custa.
	Artigo 9º	Todas as casas que edifica em den,ro do quadro desta villa e povoações deste municipio, deverão ter, sendo terras 4m, 46 de altura, contados da parte mais alta do alinhamento terreo até o forro da beira, e as que reedificarem todo o madeiramento do telhado das casas já existentes serão obrigados a 1

		vantal-as na sobre dita altura. Ocontraventor será multado em 30, e obrigado a observar o padrão supra, sendo demolido, o que tiver feito, a sua custa.
	Artigo 10º	Guardar-se-ha a possivel symitria nas portas e janellas das parades das frentes, sendo a janella de 1m 70 de altura. e 1m de largura ; as portas de 2m 60 de altura e 1m 20 de largura. Este padrão nunca podera ser alterado para menos do mercado, podendo os proprietarios somente acrescentar a seus gastos, guardando sempre a elegância e symitria. O infractor será multado em 0\$, e obrigado a por de conformidade com o padrão já referido.
	Artigo 11º	Os donos dos terrenos abertos, com frente, lado ou fundo para as ruas, travessas ou praças desta villa e mais povoações deste municipio, serão obrigados a fechal-os com muros ds 2m 40 de altura, rebocados e caiados, não podendo ser o feixo de madeira, sem ser nas condições acima: o que avisado pelo fiscal não fiser deuto do praso marcado, cujo minimo será de 60 dias, e o minimo da 4 mezes, será multado em 20\$, e a mesma multa pagará annualmente, enquanto não cumprir o disposto neste artigo.
	Artigo 12º	Na constucção e reedificação de predios, não poderão seus proprietarios levantar ou rebaixar o terreno para assentamento de soleira das portas, contra o plano adoptado para o nivelamento das ruas. O infractor será multado em 20\$, com obrigação de reparar a obra.

	Artigo 13º	Todos os proprietarios de predios, dentro da quadro desta villa e mais povoações do municipio, avisados pelo fiscal, serão obrigados a calçar de pedra dentro do praso que lhe for marcado, na largura da 1m 50, as frentes da suas propriedades. O infractor será multado em 20\$ e obrigado a faser o calçamento no praso ele 4 mezes, cantados do dia em que for feito o aviso por edital, publicada o affixado pelo porteiro da camara.
	Artigo 14º	Quando a camara ordenar o conserto de algumas das ruas desta villa com alteração de seu nivel, os proprietarios serão obrigados, dentro do praso que lhe for marcado, a levantar ou rebaixar, conforme o nivelamento das ruas e calçadas, o passeio, na frente dos predios, e as soleiras das portas. O praso quanto as soleiras, será de 3 mezes, e quanto as calçadas, de 4 mezes. O infractor será multado em 20\$ e obrigado a fazer o reparo.
	Artigo 15º	Quando a camara tiver da faser ou mandar faser qualquer edificio, concerto ou obra municipal, será posto em concurso, e feito por quem melhores vantageis offerecer e na falta deste pelo fiscal ou procurador, e pagas as despesas pela camara.
CAPÍTULO III – DO ACEIO DAS RUAS	Artigo 16º	Os proprietarios são obrigados a conservar as frentes das suas casas e muros decentemente caiadas e as portas e janellas oleadas ou pintadas, a gosto do proprietario, multa de 10\$ aos que avisados pelo fiscal desta falta, não reparem, dentro do praso que lhe for marcado que será o de 4 meses.

	Artigo 17º	Os proprietarios são obrigados a mandar rebocar e caiar as taipas e paredes que servirem de feixos de quintaes com frente para as ruas ou praças, dentro do praso de 4 mezes depois do construidas e avisado por edital do fiscal, sob multa de 10\$ que será annualmente cobrada, até ser cumprida a presente disposição.
	Artigo 18º	E' prohibido collocar frades de pedra ou páu, e conservar cepos nas frentes dos predios; pelos que não forem arrancados, depois do aviso do fiscal, pagarão os proprietarios a multa de 10\$. Exceptuam-se os frades collocados rente as esquinas.
	Artigo 19º	E' prohibido faser degráus na frente dos predios: multa de 10\$ no infractor com obrigação de demolir a sua custa.
	Artigo 20º	As madeiras e outras materias destinadas a edificação ou reddificação de predios ou concertos de ruas, deverão sempre occupar menos de, metade da largura das mesmas ruas. Nas noutes escuras será o dono da obra obrigado a conservar até as onze horas, uma luz, que illumine a parte entulhada ; multa de 10\$ de cada uma das infracções. Igual disposição se appllicará ao que levantar andaime para qualquer obra.
	Artigo 21º	Os que arremessarem para as ruas vidros, louças quebradas, aguas servidas, ou outras quaesquer cousas que prejudiquem o asseio ou molestem os traseuntes, serão multados em 1\$, e obrigados a faserem a limpeza a sua custa ; se porém, o infractor não for conhecido,

		o fiscal mudará faser a limpeza a custa da camara.
	Artigo 22º	Ninguem poderá fazer escavações nas ruas, o infractor será multado em 20\$. ficando obrigado a entupir a escavação e aplainar a rua.
	Artigo 23º	E' prohibido, nas ruas e praças desta villa : § 1.º - Enxugar cour s ou quaesquer outros objectos humedecidos que exalam máu cheiro: multa de 10\$. § 2.º - Queimar cascas de caf , de feijão, caroços de algodão ou outra qualquer coisa que incommode os moradores visinhos ; multa de 10\$ ao infractor.
	Artigo 24º	Os animaes mortos que forem encontrados nas ruas e praças desta villa e povoações do municipio, serão conduzidos para longe, fora da povoação, a custa de seus donos ; exceptuam-se os cães e outros animaes que forem mortos em virtude das disposições da presente postura, que serão conduzidos a custa da camara. Se os donos dos animaes mortos os mandarem atirar nas ruas ou praças serão multados em 10\$ Nesta disposição fica tambem comprehendido as aves de quaesquer qualidades. Ignorando-se, porem, quem seja o dono, o fiscal mandará conduzil-os, a custa da camara, cobrando a despeza e a multa a todo o tempo que for conhecido, emquanto não prescrever a presente infracção.
CAPÍTULO IV – DA COMMODIDADE,	Artigo 26º	E' prohibido andar pelas estradas, ruas e praças desta villa e povoações do municipio, qualquer vehiculo de conducção, sem pessoa

SEGURANÇA E MORALIDADE PUBLICA		que o guie, sob pena de 10\$ de multa, alem da obrigação de indemnisar o damno causado.
	Artigo 28º	E' prohibido passar com carros de qualquer especie pelos passeios das ruas. Multa de 10\$ ao infractor.
	Artigo 29º	E' prohibido conservar animaes amarrados nas portas das casas e passeios das ruas ; ass;m como dar lhes de comer junto as portas das casas desta villa. e povoações do municipio. Multa de 10\$ ao infractor.
	Artigo 34º	Quando qualquer edificio ameaçar ruina no tolo ou em parte, o fiscal será obrigado a denunciar ao presidente da camara, que nomeará peritos, preferindo os vereadores para examinar em o referido edificio verificando que está em estado da ruina e ameaçando perigo, o presidente da camara fará intimar ao proprietario ou a quem suas vezes fizer para, no prazo que lhe for marcado, fazer cessar o estado ruinoso, concertando ou demolindo. Findo o prazo sem que tenha providenciado, será multado em 30\$, e a demolição feita a sua custa, pelo fiscal.
CAPÍTULO V – DA SAUDE PUBLICA	Artigo 49º	E' prohibido; § 1.º - Conservar nos quintaes e pateos, aguas estagnadas e materias putrefactas que prejudiquem a suade publica. Multa de 10\$. § 2.º - Lançar immundices ou qualquer cousa que possa corromper as aguas que servem para uso publico Multa de 10\$
CAPITULO VI – DOS ENTERROS	Artigo 52º	E' prohibido o enterramento de cadavares dentro das egrejas, sachristias, e outros logares do recinto das mesmas. Multa de 30\$ ao infractor.

CAPITULO IX – DAS ESTRADAS E CAMINHOS DO MUNICÍPIO	Artigo 78º	As estradas do municipio deverão ter a largura de 6m 60, sendo 2m 60 capinados para o leito, e 2m de roçado de cada lado. OS caminhos chamados de sacramento terão a largura que os interessados quizerem dar-lhes; mas nunca menos de 1m 32 de capinado o 1m de roçado de cada lado.
	Artigo 79º	Para a abertura e concertos destas estradas, camara nomeará um inspector para dirigir os trabalhos de cada estrada ou secção de estrada, como melhor for. As notificações serão feitas pelo inspector de quarteirão, dando ao inspector da estrada a relação dos notificados, sob a pena de 20\$ de multa.
	Artigo 80º	O inspector nomeado começará no mez que for designado pela camara, e ao mesmo compete: § 1.º - Determinar o dia e logar em que devem reunir-se os notificados, munidos de suas ferramentas para o começo dos trabalhos, marcando-lhes hora. § 2.º - Marcar a melhor direcção da estrada e seus esgotos. § 3.º - Dirigir e inspeccionar o serviço para que seja convenientemente aproveitado. § 4.º - Remetter ao fiscal, depois de concluidos os trabalhos, uma lista dos notificados que não comparecerem, notando os dias e fracções de dias de falta que tiverem no serviço, para que se possa faser effectiva a multa em que incorreram.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base no acervo online da Alesp, 2025.

As Posturas Municipais apresentam dispositivos legais convergentes, contemplando aspectos como a dimensão regular das vias, a salubridade de espaços

públicos, a definição da localização de cemitérios, normas para edificações residenciais, recuos obrigatórios em relação ao logradouro e exigências quanto à ventilação e iluminação natural dos ambientes, responsáveis pelo início do ordenamento urbano das cidades.

3.2.2 Aterramento da várzea do Rio São Domingos

Segundo o professor e jornalista Geraldo Corrêa (pseudônimo Carrêgo), no ano de 1915 os colonos japoneses plantavam arroz na várzea do Rio São Domingos (Jornal A Cidade, 1946). Com o passar do tempo, começaram a trazer carrocinhas com terra para iniciar o processo de aterramento do denominado “brejão”. Esta primeira tentativa de aterro tinha a finalidade de criar um caminho para acessar a Estação Ferroviária e o Cine Central (Rosa; Constantino; Ghirardello, 2024, p. 07).

Através do relato do Padre Albino em entrevista à Rádio Difusora em 14/04/1958, é possível compreender como era a paisagem de Catanduva em 1918.

O atual Rio São Domingos era então um extenso brejo, onde os japoneses depois de cortar a taboa e matarem as cobras, plantavam arroz, que dava boas colheitas. No tempo seco, a água do córrego era tão pouca que, havendo na cidade dois coches ou carros de cavalos para passageiros, eles passavam de um lado para o outro dela, sem ponte e o povo pulava os pequenos regatos ou eles tinham uma pinguela ou tábua grossa onde se atravessava, sem perigo de molhar-se (Boletim Só 10, p.06, 2006)”.

Segundo o memorialista Sérgio Luiz de Paiva Bolinelli (Boletim Só 10, 2006), no ano de 1918 quando da instalação do Município, um dos principais pontos da administração foi sanear a várzea do Rio São Domingos, para evitar a disseminação da malária e dar ensejo para que Catanduva progredisse.

Ainda no mesmo boletim, já no ano de 1919, o Prefeito Silvio Salles foi o responsável pelo primeiro aterramento da várzea do Rio São Domingos, onde “cerca de 80 trabalhadores portugueses, além de incontáveis carrocinhas carregadas por burros, deram conta do serviço.” (Boletim Só, 10, 2006). Assim, nas palavras de Silvio Salles

Este é um grande serviço que o Estado vem prestar ao novo Município, recém instalado, alcançando mercê aos trabalhos do Sr. Adalberto Netto e companheiros junto ao Presidente Altino Arantes. Este aterro vai oferecer a

Catanduva, numa força de expressão, muita saúde, pois, o serviço vem sendo executado com toda a atenção e capricho

. (Boletim Só 10, 2006, p.06).

Mesmo com o aterramento da várzea, o problema dos alagamentos não foi resolvido. Outra solução, conforme o boletim informativo: “Não havia jeito. Apelou-se para o “Sr. Eucalipto”. A várzea muito cedo se transformou num bosque e a terra foi secando” (Boletim Só 10, p.07, 2006).

O plantio de eucalipto já vinha sendo recomendado desde 1903 para a drenagem do solo, segundo Dean (1996). Algumas espécies de eucalipto foram plantadas no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul entre 1825 e 1870. “Esses plantios iniciais, contudo, destinavam-se a fins sanitários e medicinais. O eucalipto absorve água em grande quantidade; tinha capacidade, portanto, de absorver água parada, reduzindo, assim, as populações de mosquitos. Seus óleos aromáticos eram dotados de qualidades desinfetantes e curativas”. (Dean, 1996, p.251).

As pesquisas atuais confirmam que o consumo de água é um dos temas mais recorrentes sobre os impactos da eucaliptocultura. No entanto, para Rodrigues et al. (2021) o plantio de eucaliptos deve ser evitado ao longo dos corpos d’água.

Na década de 1940, após algum tempo, a várzea foi secando, os bois e os cavalos das carrocinhas deixaram de beber água no trecho da rua Pará e os eucaliptos foram cortados. Na administração de João Lunardelli, deu-se continuidade ao processo de aterramento e a construção das pontes de cimento, num acordo realizado entre a Prefeitura Municipal e a Estrada de Ferro.

3.2.3 Serviço de sarjetamento e calçamento

Segundo informações retiradas do “Boletim Só 10”, “pela lei nº 15, de 1 de julho de 1918, autoriza a Prefeitura a fazer o serviço de sarjetamento das ruas da cidade, por administração” (Boletim “Só 10”, ano 3, nº 27, março de 2008, p. 10) realizado na administração do prefeito Coronel Ernesto Ramalho, sendo que a implantação das infraestruturas urbanas continuou após a década de 1930.

A figura abaixo (figura 78) foi fotografada do prédio da Estação Ferroviária, com frente para a Rua Rio de Janeiro. É notório o serviço de abertura de vias e o processo

de sarjetamento realizados, resultando na separação da via carroçável e passeio para os pedestres

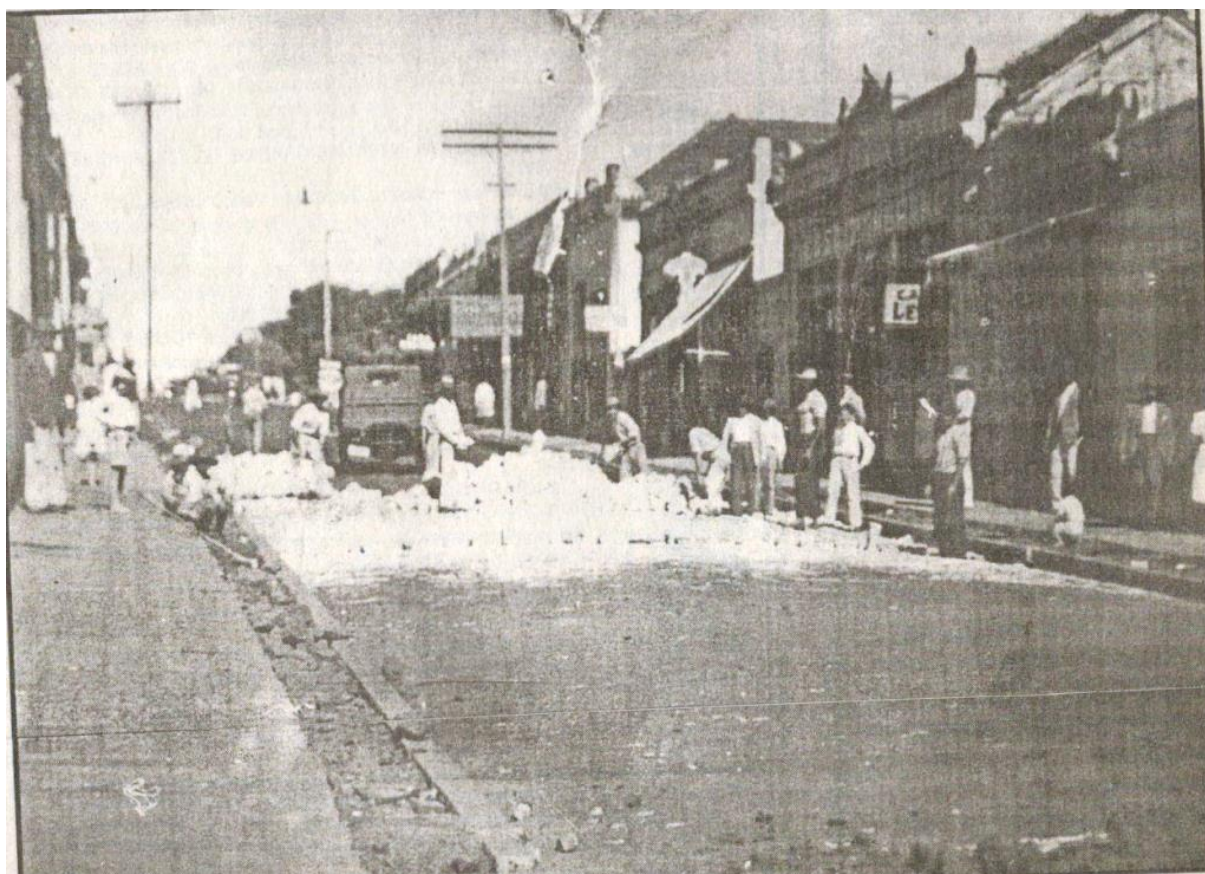
Figura 78 – Fotografia retirada a partir da Estação Ferroviária com frente para a Rua Rio de Janeiro de 1925.



Fonte: Catanduva Cidade Feição. Disponível em: <https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=1801>. Acesso em: mai. 2025.

Já no ano de 1936, o município de Catanduva era administrado e governado pelo prefeito Coriolano de Oliveira Netto, onde este mandou implementar o serviço de calçamento das ruas da cidade com piso de paralelepípedo (figura 79), sendo expandido para outras regiões.

Figura 79 – Implantação do serviço de calçamento das ruas com piso de paralelepípedo em 1936.



Fonte: Catanduva Cidade Feição. Disponível em: <https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=2897>. Acesso em: mai. 2025.

3.2.4 Geração e distribuição de energia

A primeira concessão pública de iluminação foi autorizada a partir da Lei nº 08 de 10 de maio de 1918, também no mandato do prefeito Coronel Ernesto Ramalho. Segundo informações retiradas do site do memorialista Nelson Bassanetti, a Companhia Nacional de Energia Elétrica foi criada em terras catanduvenses por Gattaz Nemer Maluf. Este é proveniente de Bebedouro, e em meados de 1912, implantou-se em Villa Adolpho com uma máquina de beneficiamento de arroz. Com um gerador e vapor, foi utilizado para organizar a Empresa Electrica Força e Luz de Cerradinho, depois foi sucedida pela Empresa Electrica e Luz de Catanduva (figura 80 e 81). Porém, com a implantação do município, a razão social da empresa foi modificada para Estefno e Maluf.

Figura 80 – Colaboradores da empresa Empresa Electrica e Luz de Catanduva.



Fonte: Catanduva Cidade Feitico. Disponível em:
<https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=3701>. Acesso em: mai. 2025.

Figura 81 – Prédio da Companhia Nacional de Energia Elétrica de Catanduva, em 1940.

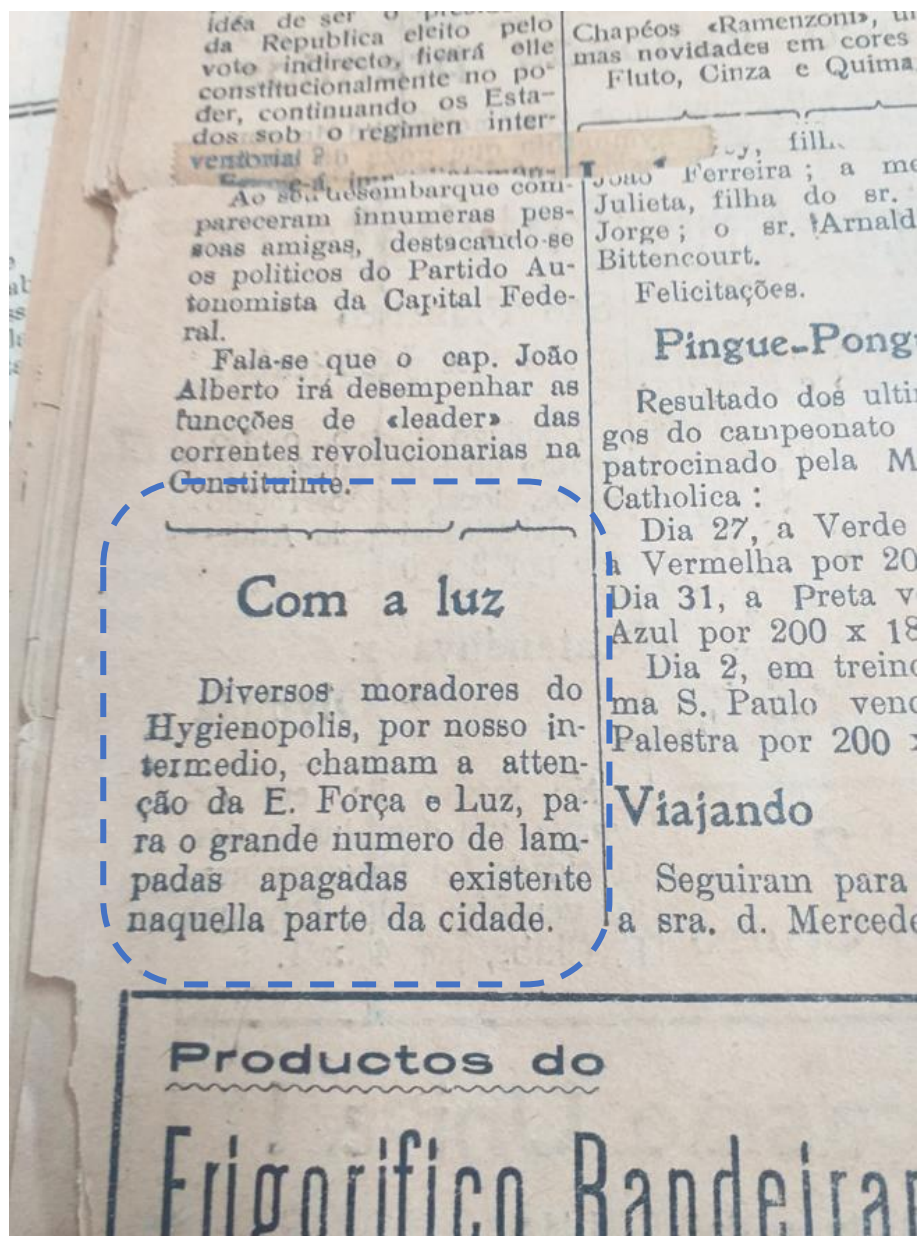


Fonte: Catanduva Cidade Feitico. Disponível em:
<https://catanduvacidedefeitico.com.br/post.php?post=938>. Acesso em: mai. 2025.

Segundo a transcrição da Revista Feiticeira “a iluminação pública do município de Catanduva, foi contratada pela Câmara Municipal, por escritura passada no dia 14 de maio de 1918, pelo espaço de 20 anos. [...] Ainda constou do contrato a concessão de fornecimento de luz particular, pelo mesmo espaço de 20 anos”.

Em jornais locais da época, era noticiado que havia muita instabilidade no abastecimento da rede elétrica nos bairros (figura 82), além de que existia problemas orçamentários entre o poder público e a concessionária de energia (figura 83).

Figura 82 – Publicação do Jornal “A Cidade” noticiando a falta de iluminação no Bairro Higienópolis, 05 de novembro de 1933, ano 04, n. 358.



Fonte: Acervo do Muse Padre Albino, modificado pelos autores, 2023.

Figura 83 – Publicação do Jornal “A Cidade”, 27 de julho de 1933, ano 04, n. 331.

CIDADE

CATANDUVA

(Continuação da 1.a pagina)

e esgotos estavam localizadas em terrenos que não pertenciam à Prefeitura por isso, esta, desapropriou-os dando causa a uma ação judiciária que está dependendo de decisão do Tribunal de Justiça, porque a Prefeitura não se conformou com a decisão do juiz da comarca.

Durante os anos de 1931, 1932 e 1933, 1.º semestre, a rede de agua foi aumentada em 2560 metros de diferentes diametros. A rede de esgotos foi aumentada em 1460 metros, sendo verificados e postos em funcionamento, 12.000 metros.

E' de justiça destacar-se a ação do dr. Antonio Zaccaro, diretor das Obras Publicas, pelo muito que tem feito para o bom andamento desses serviços, cooperando eficientemente com a administração do dr. Francisco Araujo Pinto.

ESTRADAS

Dos 109 quilometros de

estradas no municipio bem conservadas foram reconstruidos 58 quilometros, totalmente, sendo alargadas para 9 metros, reformados todos os mata-burros, construidos 3 otimas pontes, boeiros em cimento armado, feitos diversos aterros e pedregulhadas algumas subidas Esses quilometros que sofreram reparos, alias dignos de nota, pertencem as estradas que liga esta cidade a Pindorama, a Itajobi, a Elisiario e Mundo Novo, destas, a ultima, graças ao concurso e a vontade do prefeito de Mundo Novo, dr. Leonidas da Costa Duarte, pode-se afirmar ser uma das melhores do Estado. Este serviço de reconstrução esta sendo atacado atualmente na estrada que demanda a Tabapuan, Vila Novais, pretendendo a Prefeitura, com a continuação desse trabalho deixar os 108 quilometros iguais.

Caso o grande plano do major dr. Dilermando de Assis, acerca de estradas tenha andamento, como deve ter, o Estado pouco terá que gastar com as estradas de Catanduva, devido á forma em que se acham.

RUAS E PRAÇAS

Embora Catanduva conte 64 ruas, com 42 quilometros de extensão, numa area de 110 alqueires, o que dificulta seriamente o serviço de conservação

construção de carneiras, que antigamente era feito por qualquer pessoa, hoje é feito por empregados da Prefeitura, dando a mesma uma renda de 8 contos de réis.

ILUMINAÇÃO

Ao assumir a Prefeitura, em 1930, o dr. Francisco Araujo Pinto encontrou grande parte da cidade sem iluminação, devido a uma velha questão pendente entre a Camara Municipal e a Empresa Eletrica. Embora a Prefeitura tivesse perdido a demanda até em 2.ª instancia, esta, por seu Prefeito, dr. Pinto, conseguiu entrar em entendimento com a Empresa Eletrica, devidamente autorizado pelo Departamento, e fez um acordo para o pagamento de 8 anos de luz, em atraso, num ótimo plano de amortização em 5 anos. Com essa solução, a Prefeitura pode mandar estender a rede de iluminação para o restante da cidade, que representa 2/3 da que existia.

Hoje, a Prefeitura dispende, anualmente, com a iluminação publica, 50 contos de réis.

PREFEITURA

Devido ás exigencias do Código de Contabilidade, trazendo, por conseguinte, aumento de serviço, as repartições internas da P.

do
lia
us
do-
in-
en-
va
re-
o
in-
u-
re-
s:
o-
ti-
iz
ri-
o-
s-

cons
num
vila,
nado
Er
do
ro, a
te ás
Quar
ruas
os s
José
ta P.
traze
dem
Ei
tem
Arau
nicip
de de
mínio
digna
num
tram
tem
ment
so de
COM
Qu
cebe
valor
Catar
das
gar
sua e
tranci
4.ª el
grand
ao de
delega

em
Numeros 500
" 800
" 1.000
" 2.000
Cia. Castellões
1.000

Outrora, no mesmo jornal, também foi veiculada um quadro demonstrativo (figura 84) com os reparos feitos na rede de iluminação pública no mês de abril do ano da notícia e as previsões de expansão da mesma.

Figura 84 – Publicação do Jornal “A Cidade”, com informações sobre a rede de iluminação pública, 30 de abril de 1931, ano 02, n. 116.

Sra. d. Joanna de Carvalh
Felizmente, já tem experi-
mentado muitas melhoras a
exma. sra. d. Joanna de Carva-
lho, esposa do sr. João Carva-
lho, que guarda o leito enfer-
mo há alguns dias.

Visita
Também visitou-nos, o sr.

Apos terá aos seus
C.º ofereça aos seus
dos e convidados, animado bai-
le, para cujo exito muito con-
tribuirá um excelente Jazz.

“Centro Espanhol”
A numerosa colonia espanho-
la de Catanduva comemora

magnifico sa-
panhol, ao som de dois
mos jazzes.”

Necrologia
Venancio Joaquim dos Sa-
Falleceu dia 27 ultimo,
a cidade, o sr. Venancio
Joaquim dos Santos.
O extinto deixa viú-
exma. sra. Georgina San-
5 filhos menores.
O seu sepultamento,
tuou-se no mesmo dia
horas, com regular a-
nhamento.
lezaes.

Iluminação Publica
Publicamos abaixo, o quadro relativo da rede de il-
uminação publica da cidade, até o mez de Abril.
Em seguida, apresentamos outro, pelo qual se veri-
fica de que modo ficou organizado a distribuição de luz, com
os recentes augmentos feitos e que, estão por se fazer den-
tro do mais breve tempo possível.
Sendo de 40 contos a verba orçada pela Prefeitura
para custear este serviço, e, muito embora com as transior-
mações operadas ultrapasse a referida quantia—a Empresa
Electrica, este anno, só receberá os 40 contos, conforme en-
tendimento feito com a Prefeitura.
Conforme já dissemos algumas vezes, o augmento
da iluminação, muito beneficiou a cidade, mormente aos ar-
rabaldes onde havia completa falta de luz.
Eis os quadros:

Rede do mez de Abril

387	lampadas de 32 velas, ou sejam 12384 velas—mez				
23	200	4600			
11	100	1100			
24	50	1200			
44	50	2200			
28	50	1150			
1	100	100			

Rede projectada

370	32	11840			
80	50	4000			
1	100	100			
1	600	600			
33	200	660			
4	32	128			
12	50	600			
44	100	4400			
23	100	2300			
1	200	200			

Nota:—As sabidas da cidade ficam com 50 velas (até A-
bril—32 velas).
2)—O jardim da igreja será illuminado com 12 lam-
padas de 50 velas.
3)—O largo atraz da igreja será illuminado com 4
lampadas de 50 velas.
4)—Augmentado em duas vezes mais a luz na rua
Rio de Janeiro e nas partes principaes das ruas
Brasil e São Paulo.
5)—Augmentada em duas vezes mais a luz nos dois
jardins.
6)—Augmentada a rede da illuminaçã nos bairros,
até as ultimas casas.
7)—Augmento total—8034 velas.

Dr. Abdias de Alme
ADVOGADO
Escritorio e reside:
RUA SERGI
PROXIMO O 2.º OF
CATANDU

Operario Futebol
Será inaugurada, a
sede do Operario F.
Em rapida visita
mos ao predio situa-
Pernambuco, esquin-
Maranhão, poudemo-
las excellentes con-
de que o mesmo d-
lacando se: salões
directoria, jogos de
e secretaria. No q-
tem dois optimos
bertos e illuminaç-
popular jogo de “l-
A festa consisti-
te: durante o dia
putadas, entre os
gadores de “bocc-
diversas partidas
ta de um lauto j-
A’ noite, com
embaixada despe-
Monte Azul, será
feito um magnifi-
o qual “A Cida-
da e agradece.

3.2.5 Abastecimento de água e rede de esgoto

A carência de saneamento básico constituía um dos principais problemas enfrentados pela população, uma vez que a água era consumida diretamente dos rios ou proveniente de poços escavados nos quintais, os quais, com frequência, eram contaminados pelas fossas negras instaladas nas proximidades.

A oferta de serviços públicos relacionados ao saneamento torna-se fundamental por sua estreita relação com a saúde coletiva. Embora outros serviços analisados neste estudo também contribuam para a qualidade de vida, o abastecimento de água e a implantação de redes de esgoto são prioritários, especialmente em cidades em rápida expansão, como Catanduva.

A disponibilidade de água potável, ou ao menos a existência de mecanismos para sua purificação, é indispensável. A ausência de coleta e tratamento de esgoto acarreta sérios riscos sanitários, tanto pelo contato direto da população com os resíduos quanto pela contaminação indireta de poços e outras fontes hídricas, resultado da falta de planejamento urbano adequado.

Com a finalidade da redução dos problemas, a primeira concessão foi promulgada pela Lei nº 07, de 09 de maio de 1918, no mandato do prefeito Coronel Ernesto Ramalho, autorizando a desapropriação de terrenos necessários ao saneamento da cidade e abertura de ruas. Após serem implantados os serviços, foram noticiadas no Jornal A Cidade as queixas dos mesmos (figura 85).

Figura 85 – Publicação do Jornal “A Cidade”, com os melhoramentos feitos pela prefeitura, 23 de julho de 1933, ano 04, n. 331.

CATANDUVA, 23 de julho de 1933

CATANDUVA

Trabalhos do Estado - A gestão do Prefeito Municipal, Sr. Francisco de Araujo Pinto - Outras notas

Caro. O município tem 4 escolas, sendo duas em Catupiri e duas em Elisiário. A sua população é de 11.000 habitantes, sendo dois distritos de Elisiário e Catupiri. Ginásio Municipal, com curso profissional anexo e curso primário gratuito de conformidade com o que exige o Código de Instrução; Academia de Comércio; Conservatório Musical; Colégio N. S. do Carmo; dois Jardins de Infância; três cursos de alfabetização, estes subvencionados pela Prefeitura, e várias escolas particulares.

A sua paróquia foi criada pelo Bispo de S. Carlos d. José Marcondes Homem de Melo, em 22 de abril de 1915.

As produções do município compõem-se principalmente de café e cereais, sendo cultivado em menor escala algodão e fumo.

A indústria pastoril achase desenvolvida em pequena escala. A cultura cafeeira é

O comércio e a indústria são bem desenvolvidos: basta citar que a Prefeitura arrecada 289.000\$000 de impostos de indústria e profissões.

Existem na cidade duas igrejas presbiterianas.

GOVERNO MUNICIPAL

Ao assumir a Prefeitura Municipal em dezembro de 1930, o dr. Francisco Araujo Pinto, atual prefeito, encontrou a cidade em situação deplorável. De dezembro de 1930 até esta data, embora sacrificado o município com essas consignações orçamentárias forçadas e indispensáveis, a Prefeitura de Catanduva tem, na medida do possível, tentado de inúmeros problemas com muito carinho. Tem como atendido a outros. Dentre eles, destaca-se em primeiro lugar o serviço de água e esgotos. O dr. Francisco Araujo Pinto abandonou o primitivo serviço de captação, que era o de filtração de um córrego, cuja água era imprópria para o uso da população, atacando imediatamente o serviço de perfuração de poços artesianos, com maquinismos que lhe foram emprestados pelo governo do cel. João Alberto, conseguindo dotar a cidade de ótima água potável, uma das melhores do interior, desde o princípio de 1932. Foram perfurados 4 poços, com a profundidade de 85 metros, produzindo 70.000 litros, por hora, servindo as atuais ligações em número aproximadamente de 700, com vantagem. Para garantia do abastecimento, em

MELHORAMENTOS MUNICIPAIS

De dezembro de 1930 até esta data, embora sacrificado o município com essas consignações orçamentárias forçadas e indispensáveis, a Prefeitura de Catanduva tem, na medida do possível, tentado de inúmeros problemas com muito carinho. Tem como atendido a outros. Dentre eles, destaca-se em primeiro lugar o serviço de água e esgotos. O dr. Francisco Araujo Pinto abandonou o primitivo serviço de captação, que era o de filtração de um córrego, cuja água era imprópria para o uso da população, atacando imediatamente o serviço de perfuração de poços artesianos, com maquinismos que lhe foram emprestados pelo governo do cel. João Alberto, conseguindo dotar a cidade de ótima água potável, uma das melhores do interior, desde o princípio de 1932. Foram perfurados 4 poços, com a profundidade de 85 metros, produzindo 70.000 litros, por hora, servindo as atuais ligações em número aproximadamente de 700, com vantagem. Para garantia do abastecimento, em



Igreja Matriz

feita por 374 proprietários e conta com 11.000.000 de metros.

Circulam na cidade 5 jornais: “A Cidade”, de propriedade de...

controu os seguintes compromissos: Dívida interna fundada, 330.000\$000; dívida flutuante, 348.250\$000; centos de exercícios findos, 390.000\$000.

Fonte: Acervo do Museu Padre Albino, modificado pelos autores, 2023.

Segundo informações retiradas do site do memorialista Nelson Bassanetti, devido aos melhoramentos realizados a partir de 1930 realizadas pelo atual prefeito da época, Francisco Araújo Pinto (1930-1933), a nova captação de água do município de Catanduva (figura 86) foi inaugurada em 1931, a mesma se encontra atualmente na saída para a cidade de Pindorama.

Figura 86 – Novo serviço de captação de água da cidade de Catanduva em 1931.

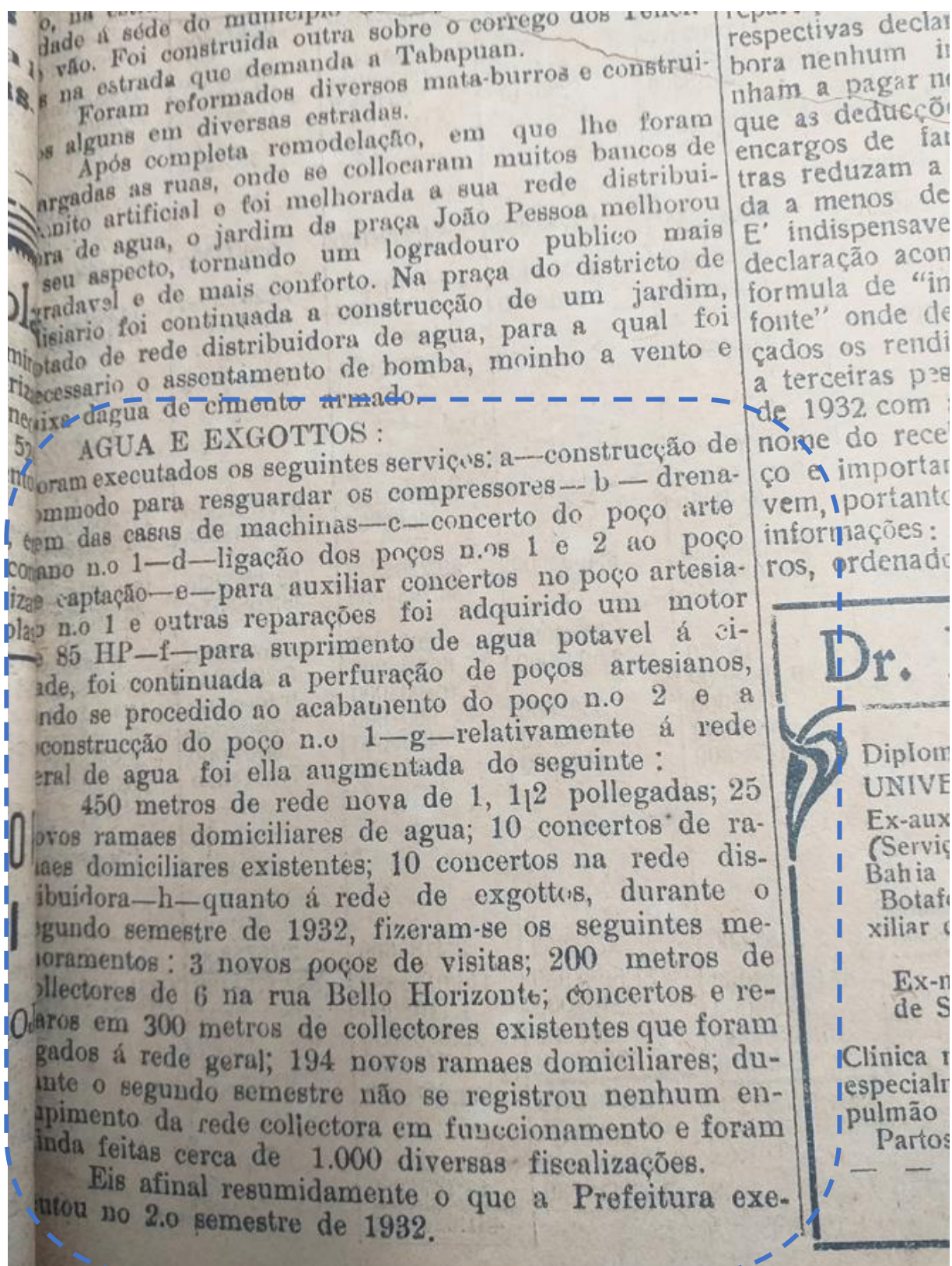


1931 – Captação d'água da saída de Pindorama. A ponte de madeira é do Rio Minguto onde hoje tem o viaduto e a Avenida José Nelson Machado.

Fonte: Catanduva Cidade Feição. Disponível em: <https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=4510>. Acesso em: mai. 2025.

Estes serviços de melhoramento também foram publicados no Jornal “A Cidade” (figura 87), onde é apresentada na matéria as infraestruturas prestadas com seus respectivos gastos para o poder municipal.

Figura 87 – Publicação do Jornal “A Cidade”, com serviços prestados para a melhoria do abastecimento de água, 22 de junho de 1933, ano 04, n. 323.



3.3 Expansão e primeiras alterações na zona urbana de 1920 até 1930

Como explanado anteriormente, o governo do prefeito Coronel Ernesto Ramalho baseou-se nos pilares da educação, saúde e estradas. No mesmo ano, teve início a construção de dez unidades escolares — quatro localizadas na área urbana e seis na zona rural. Na área da saúde, o governo iniciou obras de saneamento e o aterramento da várzea do rio São Domingos, com o objetivo de viabilizar sua ocupação e combater a incidência de malária. Em relação à infraestrutura viária, foram iniciadas as obras da primeira estrada de rodagem da região Araraquarense, estabelecendo a ligação entre Catanduva e Itajobi (Destro, 2023, p. 69-70).

Conforme aponta Pantaleão (1944), a construção de estradas de rodagem, aliada aos investimentos em jardineiras (figura 88), ônibus e automóveis, teve papel fundamental no processo de desenvolvimento urbano de Catanduva. A ampliação da malha viária intensificou a circulação de pessoas entre a cidade e os povoados vizinhos, favorecendo a instalação de estabelecimentos comerciais e de serviços voltados ao atendimento da população transitória atraída pelas oportunidades de trabalho na área urbana.

Figura 88 – Jardineiras paradas em frente à Estação Ferroviária, década de 1930.



Fonte: Catanduva Cidade Feitico. Disponível em: <https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=665>. Acesso em: mai. 2025.

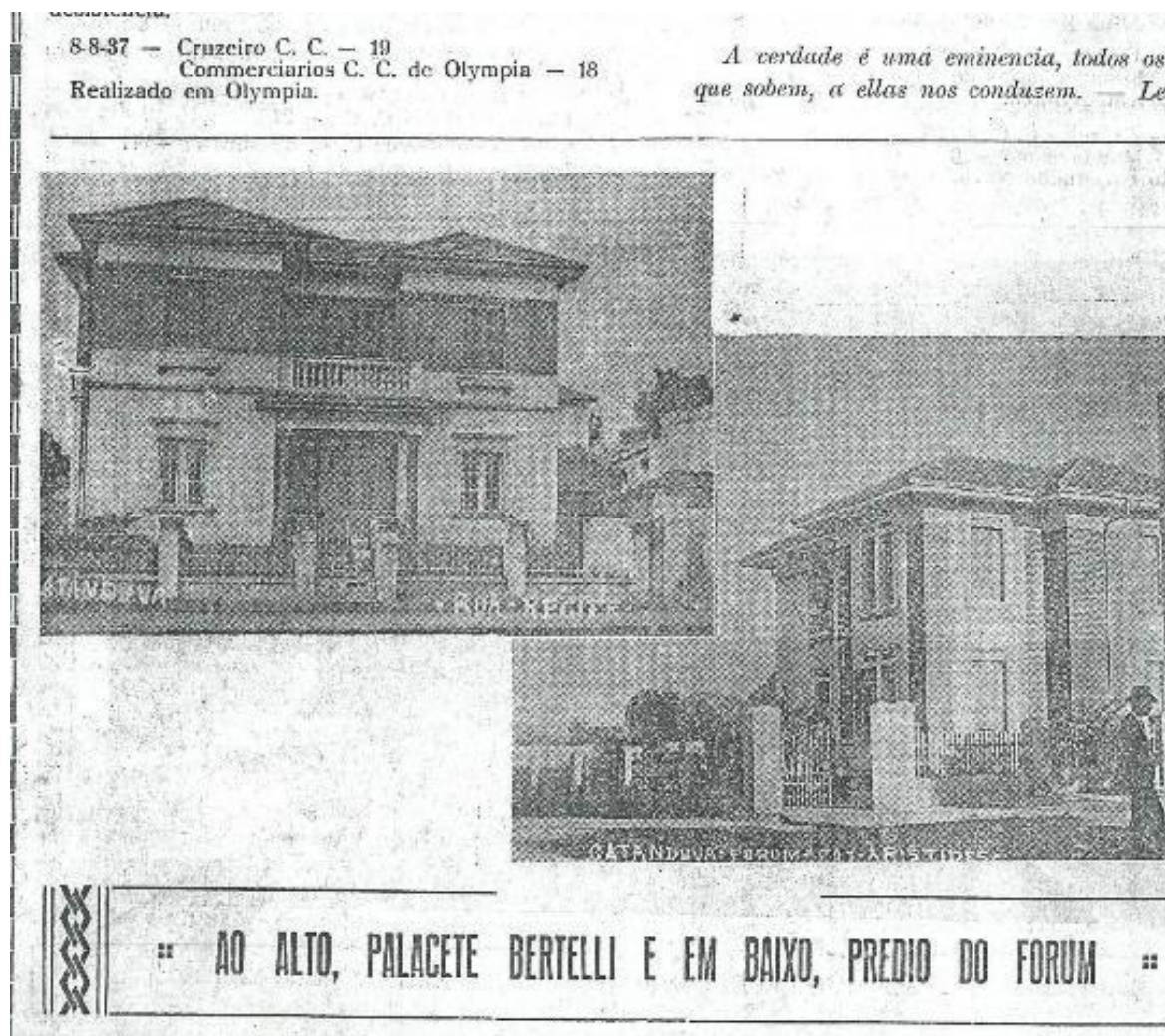
A autora Destro (2023, p. 70) elenca que até o ano de 1918, Catanduva registrava a existência de 372 edificações, além de uma variedade de estabelecimentos comerciais, como farmácias, armarinhos, lojas de secos e molhados (figura 89), hotéis e equipamentos voltados à atividade agrícola, como novas máquinas de beneficiamento. Nesse mesmo período, conforme apontado pela autora, foram inaugurados importantes marcos da infraestrutura urbana e cultural local, como o jornal *A Comarca*, o *Central Cinema*, o Fórum Municipal (figura 90) e a Máquina Progresso, destinada ao beneficiamento de café e arroz.

Figura 89 – Loja de Secos e Molhados, prédio ficava localizado na esquina da Rua Maranhão com a Rua Bahia, atual Agência do Banco do Brasil, década de 1930.



Fonte: Catanduva Cidade Feitiço. Disponível em:
<https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=1561>. Acesso em: mai. 2025.

Figura 90 – Fórum Municipal de Catanduva, em 1937.



Fonte: Catanduva Cidade Feitico. Disponível em:
<https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=585>. Acesso em: mai. 2025.

Em 1919, Catanduva já contava com 576 edificações e foi beneficiada com a implantação de seu primeiro grupo escolar (figura 91), localizado na confluência das ruas Pará e Paraíba, onde atualmente funciona o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Outro marco relevante para o progresso da cidade foi a promulgação da Lei nº 1675-B, de 9 de dezembro de 1919, que criou oficialmente a Comarca de Catanduva (Destro, 2023, p. 70). Conforme aponta Pantaleão (1944), a elevação à categoria de comarca representou um importante impulso administrativo e urbano, ao atrair agências bancárias (figura 92), instituições públicas e empreendimentos comerciais, contribuindo significativamente para o dinamismo econômico e a consolidação do tecido urbano local.

Figura 91 – Primeiro Grupo Escolar, 1920.



Fonte: Catanduva Cidade Feitico. Disponível em:
<https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=5321>. Acesso em: mai. 2025.

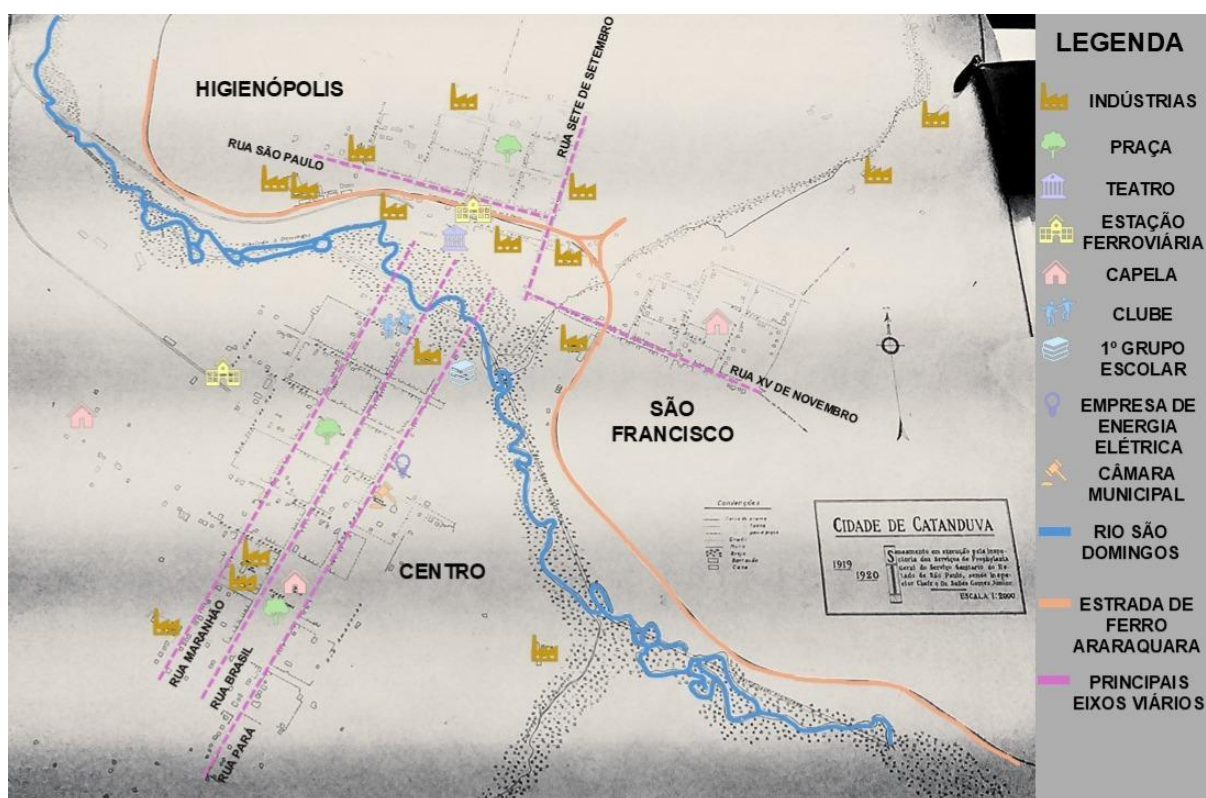
Figura 92 – Agência do Banco do Brasil, 1923.



Fonte: Catanduva Cidade Feitico. Disponível em:
<https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=252>. Acesso em: mai. 2025.

Durante esse período, observou-se a introdução da arquitetura eclética, considerada inovadora à época, marcada por elementos como cobertura em quatro águas, presença de platibandas e detalhamento ornamental, com destaque para a demarcação das cimalhas. Nesse cenário de modernização, Catanduva apresentava um ambiente urbano em expansão, com dois jornais em circulação, diversos estabelecimentos comerciais e hoteleiros, além de aproximadamente 17 empreendimentos industriais. Entre esses, destacavam-se máquinas de beneficiamento de arroz, café e algodão, serrarias, fábrica de macarrão, cervejaria, usina de gelo e olarias, essa diversidade de indústrias pode ser demonstrada na figura 80, evidenciando o dinamismo econômico local (Destro, 2023, p. 71).

Figura 93 – Mapa de Catanduva de 1919/1920, demarcando as principais edificações do período.



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em Destro (2023) e baseado no mapa do Acervo do Museu Padre Albino, 2025.

Além disso, Catanduva foi beneficiada com a implantação de edificações significativas para seu processo de urbanização, como a Estação Ferroviária (1910) e suas vilas operárias; o Teatro Municipal (figura 94); a Empresa Elétrica Catanduva (1917); o Clube Sete de Setembro (1917); o primeiro grupo escolar (1919); além do

conjunto de construções históricas localizadas na rua Rio de Janeiro, onde se encontra a estação ferroviária. Durante a década de 1910, predominava no centro urbano uma arquitetura de caráter mais simples e funcional, com edificações dispostas lado a lado, sem recuos frontais, ou implantadas de forma isolada (Destro, 2023, p. 71).

“Nesses casos pode-se observar a predominância de cheios e vazios, com janelas cegas, e de coberturas com duas águas, sem platibandas. Essas construções são caracterizadas também pela ausência de ornamentação. Como exemplares dessa arquitetura, é possível citar a antiga capela da Vila Adolfo e as primeiras construções da Rua Brasil” (Corato; Porto, 2007, p.n.).

Figura 94 – Teatro Municipal, 1927.



Fonte: Catanduva Cidade Feitico. Disponível em: <https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=496>. Acesso em: mai. 2025.

Dessa maneira, evidencia-se um período de transição na paisagem urbana de Catanduva, caracterizado por um processo contínuo de modernização e transformação, impulsionado tanto pela inserção de edificações com estilo eclético quanto pela realização de intervenções urbanísticas relevantes — como a retificação do rio São Domingos, o aterramento de suas várzeas e a construção de praças e parques. Em 1920, o município já apresentava expressivo crescimento, com 631 edificações e uma população de 16.009 habitantes, composta majoritariamente por imigrantes: 2.060 espanhóis, 1.775 italianos, 859 portugueses, 460 japoneses e 312 de origem não identificada. A significativa presença de estrangeiros refletiu-se também no surgimento de instituições representativas, como a Sociedade Italiana (1921) e o Centro Espanhol (1926) (Destro, 2023, p. 72).

Outra intervenção de destaque foi a construção do segundo edifício da estação ferroviária de Catanduva, inaugurado em 1920, em substituição à estrutura anterior, destruída por um incêndio em 1919. A nova estação apresentava um projeto arquitetônico mais elaborado, adotando o estilo eclético, então associado à modernidade. Com os investimentos paralelos em estradas de rodagem e no transporte motorizado, consolidaram-se áreas específicas para estacionamento no largo em frente à estação, utilizadas por táxis, ônibus, jardineiras e veículos particulares (Destro, 2023, p. 72).

O pioneirismo nos investimentos em transporte automobilístico em Catanduva é atribuído ao então prefeito Adalberto Bueno Netto, que, além de gestor público, atuava como representante da Ford (figura 95) no município. Nesse contexto, a expansão das obras viárias foi intensificada, com a construção de novas estradas de rodagem, fator determinante para o acelerado crescimento urbano. Como reflexo desse progresso, a Câmara Municipal sancionou a Lei nº 02, em 15 de janeiro de 1923, regulamentando o tráfego de automóveis e caminhões. Em 1925, Catanduva já dispunha de uma malha viária composta por 140 km de estradas e um total de 396 automóveis, além de 650 outros veículos em circulação (Corato e Porto, 2007, apud Destro, 2023, p. 73).

Figura 95 – Agência da Ford em Catanduva, década de 1940.



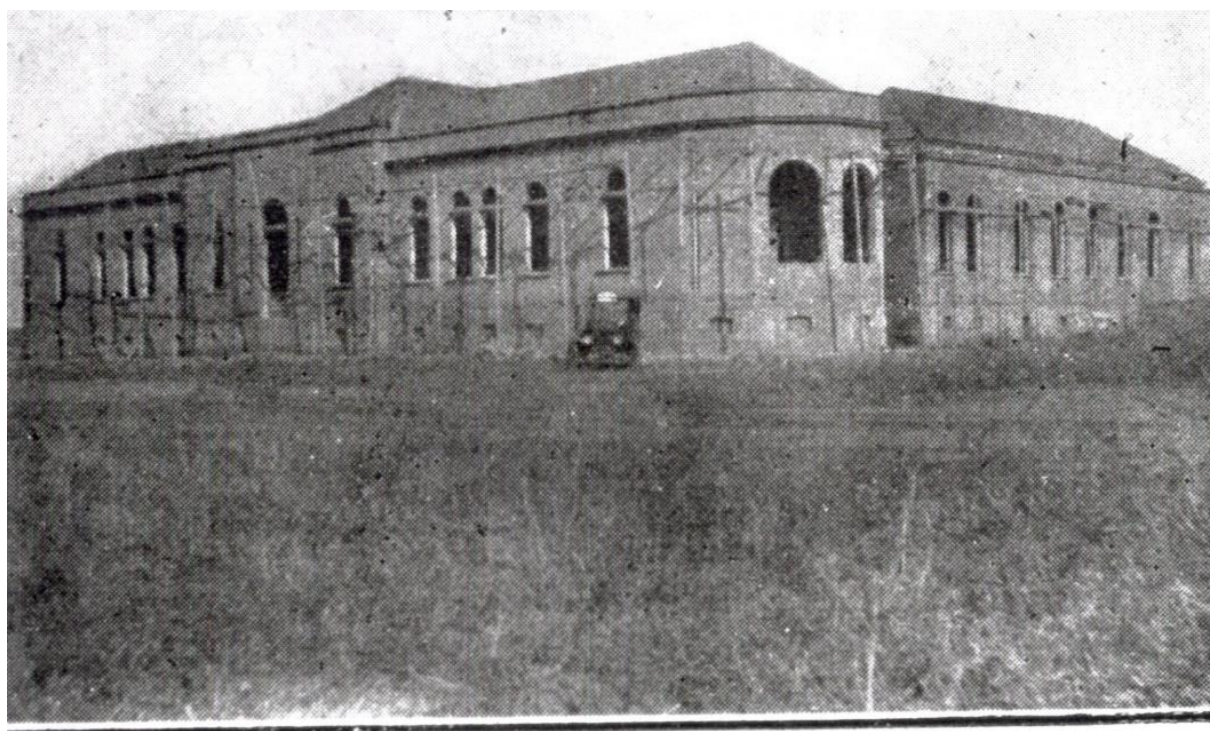
Fonte: Catanduva Cidade Feitico. Disponível em: <https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=1312>. Acesso em: mai. 2025.

De acordo com Bolinelli (2010), em 1925, Catanduva já contava com uma população de aproximadamente 25 mil habitantes e 1.057 edificações. A prosperidade econômica decorrente da cafeicultura — estimada em cerca de 14 milhões de cafeeiros cultivados no município — viabilizou a execução de obras voltadas ao embelezamento urbano, à infraestrutura e à qualificação dos espaços públicos. Entre essas intervenções, destacam-se a aquisição, por parte da Prefeitura Municipal, de um terreno anteriormente pertencente ao Bispado de São Carlos para a implantação da Praça Nove de Julho, bem como a construção de passeios na rua Brasil, principal via comercial e eixo estruturante da malha urbana (Bolinelli, 2010 apud Destro, 2023, p. 73).

Ao longo da década de 1920, Catanduva presenciou a instalação de diversas instituições de relevância, como bancos, hospitais, escolas e clubes sociais. Entre as construções inauguradas nesse período destacam-se o Banco de Catanduva e o Banco do Brasil (1925), o segundo Grupo Escolar (1925, atualmente Escola Municipal Octacílio de Oliveira Ramos), a Igreja Matriz de São Domingos (1926), a Santa Casa

de Misericórdia (1926, hoje Hospital Padre Albino) (figura 96), o Colégio Nossa Senhora do Calvário — conhecido como "Colégão" (1928) (figura 97), o Lyceu Rio Brasil (1928, atualmente Instituto Estadual de Educação Barão do Rio Branco) (figura 98), o Clube de Tênis de Catanduva (1929), o Hotel Acaccio (1929) (figura 99), a Loja Maçônica Lauro Sodré e o Asilo dos Velhos (Destro, 2023, p. 73).

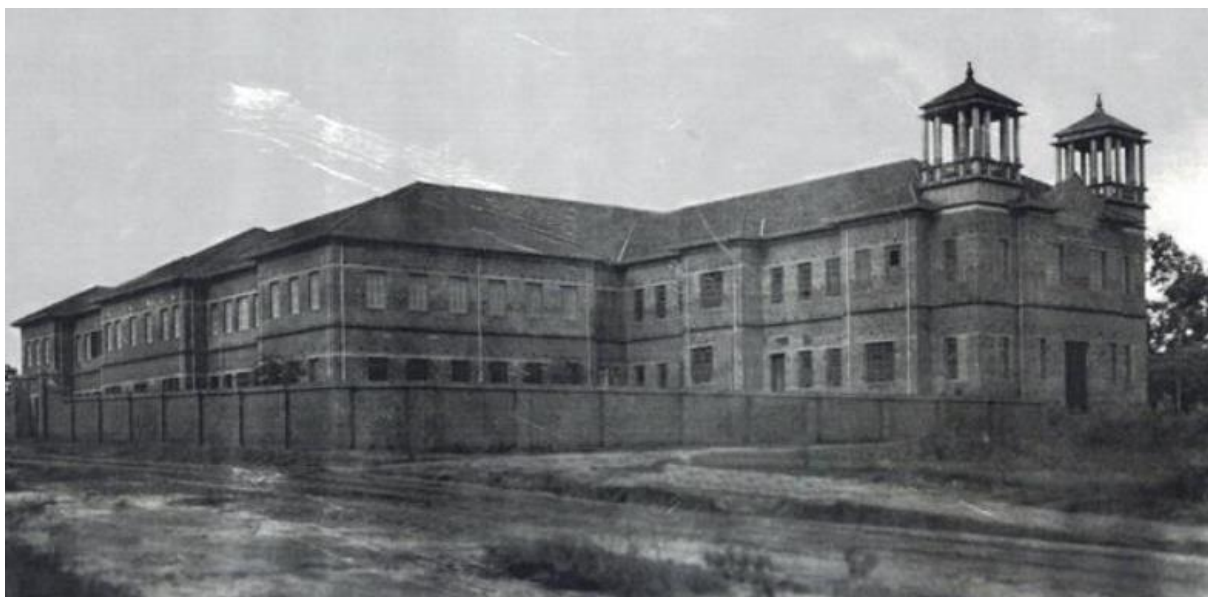
Figura 96 – Santa Casa de Misericórdia ainda em construção, sendo inaugurado em 1926.



Santa Casa, ainda em construção

Fonte: Catanduva Cidade Feição Disponível em:
<https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=4668>. Acesso em: mai. 2025.

Figura 97 – Colégio Nossa Senhora do Calvário, construção iniciada em 1927.



Fonte: Catanduva Cidade Feição. Disponível em:
<https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=3313>. Acesso em: mai. 2025.

Figura 98 – Lyceu Rio Brasil, 1928.



Fonte: Catanduva Cidade Feição. Disponível em:
<https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=801>. Acesso em: mai. 2025.

Figura 99 – Hotel Acácio, 1930.



Fonte: Catanduva Cidade Feição. Disponível em: <https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=2024>. Acesso em: mai. 2025.

Conforme destacado por Corato e Porto (2007), na década de 1920, o centro da cidade era caracterizado predominantemente por construções residenciais em estilo eclético e por numerosos edifícios comerciais de design simplificado, geralmente com ornamentação reduzida, restringindo-se frequentemente a cimalkas realçadas por frisos. Paralelamente, surgiram também edificações de maior riqueza decorativa, como o Teatro São Domingos, a Igreja Matriz de São Domingos, a Santa Casa de Misericórdia e o Lyceu Rio Branco (Corato; Porto, 2007 apud Destro, 2023, p. 73).

“Nas edificações de esquina, é comum a implantação no alinhamento da rua, com um chanfro marcando o encontro das vias e fachadas pontuadas por portas que se abrem diretamente para a rua. Já nas edificações residenciais, é possível observar a presença de obras implantadas com um ou dois recuos laterais e algumas casas com varandas marcando o acesso lateral. A ornamentação também aparece nas residências e aqui o telhado em quatro águas divide espaço com novos padrões de cobertura” (Corato; Porto, 2007, n.p.).

Às vésperas da década de 1930, Catanduva possuía 1.598 edificações e contava com infraestrutura essencial, incluindo serviços de água, esgoto, telefonia, além de obras viárias e melhorias urbanas. No intervalo de vinte anos após a implantação da ferrovia, a cidade experimentou um crescimento demográfico acelerado, atraindo um novo contingente significativo de imigrantes. A alteração da

paisagem urbana decorreu principalmente da interação entre a cafeicultura e a ferrovia, manifestada pelo desmatamento associado a essas atividades, à implantação dos trilhos e ao estabelecimento dos cafezais. As transformações urbanísticas e a introdução da arquitetura eclética também são evidentes na construção da Igreja Matriz de São Domingos. Até o final da década de 1920, as principais instalações agrícolas estavam direcionadas ao beneficiamento do café. Contudo, a crise econômica de 1929 provocou uma reorientação na produção agrícola, com o algodão emergindo como cultura alternativa diante das dificuldades enfrentadas pelo setor cafeeiro. Assim, a partir da década de 1930, a cidade passou a abrigar indústrias voltadas ao beneficiamento do algodão, promovendo uma nova transformação em sua paisagem urbana (Destro, 2023, p. 74-75).

Durante a década de 1930, a arquitetura eclética permaneceu predominante nos bairros Centro e Higienópolis de Catanduva. As edificações residenciais desse período destacavam-se pelos ricos elementos ornamentais, enquanto as construções comerciais apresentavam uma estética mais simplificada, já apontando para uma tendência modernizante. Entre os principais edifícios erguidos nesse intervalo, destacam-se: o Clube de Tênis de Catanduva (1929), a sede da Associação Comercial e Industrial de Catanduva – ACIC (1930), o Colégio Nossa Senhora do Calvário (1932), o prédio do Banco Banespa (1935) (figura 100), o terceiro grupo escolar – Escola Municipal Paulo de Lima Corrêa (1935), resultante da fusão dos dois grupos escolares anteriores – e a sede da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Catanduva (1939). Concomitantemente, melhorias significativas na infraestrutura urbana foram realizadas, como a pavimentação da rua Brasil com paralelepípedos, consolidando-a como o principal eixo comercial e viário da cidade, função que mantém até os dias atuais (Destro, 2023, p. 119).

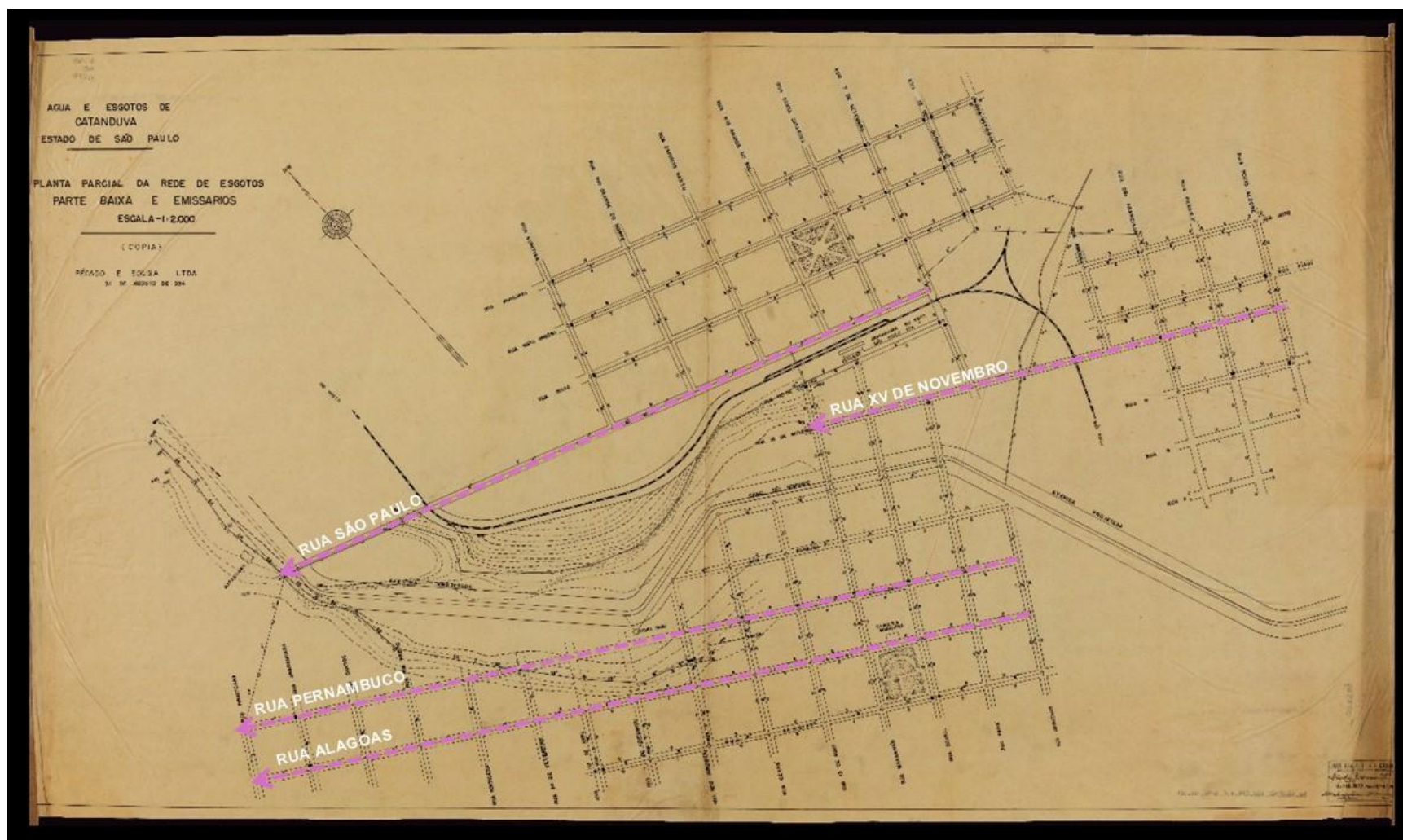
Figura 100 – Banco Banespa, 1935.



Fonte: Catanduva Cidade Feição. Disponível em: <https://catanduvacidadefeitico.com.br/post.php?post=5379>. Acesso em: mai. 2025.

De acordo com o Mapa de Catanduva de 1934 (figura 101), observa-se que o crescimento urbano se deu de forma contínua a partir do núcleo original. O desenvolvimento foi mais expressivo na direção oeste – nos bairros Centro e Higienópolis – e ao sul, no bairro São Francisco. As vias que concentraram a expansão urbana foram as ruas São Paulo, Pernambuco, Alagoas e XV de Novembro. Nota-se, ainda, a retificação do traçado do rio São Domingos e o planejamento da avenida homônima, com o curso do rio, a linha férrea e a avenida projetada apresentando disposição aproximadamente paralela. Apesar disso, o mapa revela a existência de amplos vazios urbanos intersticiais, sobretudo na região compreendida entre a ferrovia, o rio São Domingos, a rua São Paulo e a avenida projetada, destacando uma ocupação ainda incipiente nas imediações da estação ferroviária (Destro, 2023, p. 119).

Figura 101 – Mapa de Catanduva de 1934.



Fonte: Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo, modificado pelos autores, 2024.

A transformação da paisagem urbana também esteve diretamente relacionada ao crescimento da cultura algodoeira, impulsionada pela crise de 1929. Com o declínio da cafeicultura, a introdução do algodão como cultura substitutiva tornou-se viável, dando origem à instalação de algodozeiras e máquinas de beneficiamento da fibra, o que impactou significativamente a configuração da cidade (Destro, 2023, p. 120).

Segundo o historiador catanduense Sérgio Bolinelli, apesar dos prejuízos econômicos causados pelo colapso do café aos produtores do Oeste Paulista, a cultura algodoeira encontrou condições propícias de desenvolvimento na região, favorecida por características do solo e do clima, e topográficas. Tal cenário viabilizou a expansão da produção de algodão, fomentando o fortalecimento da agroindústria e contribuindo para a reestruturação econômica e urbana de Catanduva (Armiato, et al., 2011 apud Destro, 2023, p. 120).

3.4 Contexto econômico catanduense na década de 1920

Os fatores econômicos sempre exerceram influência significativa no cotidiano dos habitantes de ambas as cidades. Conforme aponta Nogueira (1986, p. 9), a crise de 1929 teve repercussões globais, impactando de maneira expressiva o mercado do café. A retração da demanda internacional provocou o acúmulo de estoques e a queda contínua dos preços, resultando em uma crise de grandes proporções para os produtores, cuja rentabilidade foi severamente comprometida.

O autor Caldeira (2017, p. 540) analisa a formação do sistema econômico brasileiro durante a República Velha, com ênfase nas transformações ocorridas no Estado de São Paulo. O autor destaca que, nesse contexto, o país superou um cenário de estagnação econômica e baixa renda per capita, passando a vivenciar, impulsionado pela cultura cafeeira, um período de crescimento acelerado, marcado pela transição do modelo mercantilista para o capitalismo.

São Paulo consolidou-se como o principal detentor dos estoques de mercadorias, superando inclusive o montante da dívida contraída. Tal posição de destaque decorreu dos benefícios obtidos com o Plano de Valorização do Café, que favoreceu as lavouras nacionais e possibilitou a captação de recursos no exterior. De acordo com Caldeira (2017, p. 542), esses amplos estoques foram posteriormente convertidos em uma reserva líquida internacional.

O período anterior à crise de 1929 foi marcado por um expressivo aumento nos investimentos em diversos setores da economia, acompanhado por um crescimento populacional que visava atender à crescente demanda por força de trabalho. Houve, também, a ampliação da infraestrutura de transporte nas cidades recém-fundadas, além do crescimento na demanda por maquinários industriais e na exportação de produtos nacionais. Segundo Caldeira (2017), duas perspectivas podem ser delineadas a partir desse contexto: a primeira refere-se ao aquecimento do mercado internacional, que gerava impactos positivos na economia brasileira; a segunda está relacionada ao fortalecimento da economia interna, com destaque para o desenvolvimento dos transportes e da indústria.

Dessa forma, as cidades que lograram diversificar suas bases econômicas e reduzir a dependência exclusiva do café conseguiram, mesmo durante o período de crise, atrair empreendimentos industriais e expandir suas atividades comerciais, como ocorreu na cidade de Catanduva.

Nesse cenário, em 1934, a "Sociedade Anonyma Fábrica Votorantim", voltada ao beneficiamento do algodão, instalou-se nas proximidades da linha férrea, aproveitando-se da logística de transporte. A expansão da cultura algodoeira também atraiu, em 1937, as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM), que implantaram em Catanduva um complexo industrial destinado ao processamento do algodão e à extração de óleos vegetais, consolidando a vocação agroindustrial da cidade (Destro, 2023, p. 119-120).

Dessa forma, a crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque marcou o encerramento do período de prosperidade econômica. O protagonismo hegemônico anteriormente exercido pelo café na economia brasileira foi gradualmente substituído, passando a ser compartilhado com o novo ciclo de crescimento impulsionado pela expansão da cultura algodoeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia central desta pesquisa, de forma simplificada, é analisar a formação urbana do povoado de São Domingos do Cerradinho, atual cidade de Catanduva. Esse objetivo somente poderia ser atingido por meio da recuperação de registros históricos, constituindo um referencial teórico capaz de elucidar as diversas questões surgidas ao longo da pesquisa, especialmente sob a ótica da Arquitetura e do Urbanismo.

Uma das maiores indagações que permeia ainda no imaginário popular da população catanduvense, é de fato, quem foi o primeiro pioneiro a fixar-se nestas localidades. Partindo dessa hipótese e das pesquisas em fontes primárias com foco na questão territorial, foi possível chegar a uma conclusão: nenhum dos três nomes conhecidos foram os primeiros a chegar em terras catanduvenses, sendo este fato atribuído a Bernardino Mendes de Seixas, sendo este o primeiro a registrar as terras em 1850, tendo parentesco com o fundador da cidade de São José do Rio Preto, João Bernardino de Seixas Ribeiro.

Todavia, o primeiro a comprar terras da Fazenda “Barra Grande de São Domingos” ou “Barra Grande” ou “São Domingos” ou “Moreiras” foi Joaquim Alves Moreira, constituindo seu núcleo familiar na localidade do atual bairro São Francisco. Após isso, Antônio Maximiano Rodrigues, também adquiriu terras da dita fazenda, fazendo a doação ao santo padroeiro, São Domingos, para emergir a capela do povoado de São Domingos do Cerradinho.

O contexto da formação de Catanduva é marcado por diversos aspectos, que também estiveram presentes em outras cidades, como a origem de Catanduva estar associada a doação de terras à Igreja Católica e a presença da figura do líder político, denominado por todos como Coronel.

Determinados fatores externos contribuíram para a padronização de elementos recorrentes na cidade. A Lei de Terras de 1850 desempenhou um papel fundamental na uniformização de diversas características urbanas, como a aplicação sistemática do traçado ortogonal, mesmo em áreas com condições topográficas desfavoráveis; à adoção, nos bairros iniciais, de quadras compostas por oito lotes urbanos — prática posteriormente legitimada pelos Códigos de Posturas municipais — e a valorização acentuada dos terrenos situados nas proximidades das estações ferroviárias, praças e igrejas.

A implantação da ferrovia no Estado de São Paulo está intrinsecamente vinculada ao ciclo do café, configurando o chamado binômio café-ferrovia. Esse processo exerceu um papel central na abertura de áreas de mata e no processo de ocupação de territórios até então considerados inexplorados. A passagem dos trilhos por Catanduva transformou significativamente a paisagem local, estabeleceu um novo eixo econômico e possibilitou o influxo de trabalhadores oriundos de outras regiões do país, bem como de imigrantes.

Ao analisar a constituição urbana de Catanduva, vimos que a mesma é dividida pelo Rio São Domingos, que segregava os dois povoados iniciais e ambos não possuíam conexão pelo fato do mesmo ser muito meandroso e possuir uma vasta área de várzea.

Paralelamente ao Rio São Domingos, os trilhos da ferrovia atingiram o município também sendo um fator de dicotomia urbana. Ainda não se sabe quem foi o primeiro arruador, pairando a hipótese de que como as terras catanduvenses pertenciam à Comarca de São José do Rio Preto, talvez o mesmo engenheiro que traçou as ruas da mesma, poderia ter vindo até essas localidades.

Dessa forma, o traçado adotado para a cidade foi a quadrícula, seguindo o ordenamento do Código de Posturas, ignorando por vezes a topografia local e criando problemas de drenagem pluvial. Cabe elencar uma particularidade do traçado em relação às outras cidades do interior do Estado de São Paulo.

Ao ser implantada a Estação Ferroviária, a parte da frente “aos olhos de quem chega na cidade”, detinham os lotes mais valorizados, e parte “das costas da estação”, os lotes tinham a tendência de serem menos valorizados, sendo nelas construídas as vilas ferroviárias, ou mesmo bairros mais populares. Mas, em Catanduva foi ao contrário, as terras de maior prestígio situavam-se atrás da ferrovia, constituindo o atual bairro do Higienópolis, tornando-se uma área aristocrática, abrigando os palacetes dos coronéis da época. E, a parte central, por possuir terrenos alagadiços, era menos valorizada.

No entanto, diversas benfeitorias foram realizadas após a efetivação do município em 1918, como a construção do sistema de abastecimento água, construção de calçadas (serviço de sarjeteamento) e posteriormente a pavimentação de paralelepípedos de algumas vias centrais. E, algo que pode ser apontado é a localização da via principal ligando todos os prédios mais importantes da época, sendo

nesse caso a Rua Brasil, ligando a estação ferroviária até a Igreja, praça e Câmara Municipal.

Por fim, conclui-se que os objetivos da dissertação foram alcançados e por meio da reconstituição urbana de Catanduva espera-se contribuir de forma positiva para outras pesquisas que tratem de aspectos semelhantes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. L. Os Sertões da Noroeste. [S.l.]: [s.n.], [1945?].

BEIER, José Rogério. Sertão desconhecido? A representação do Oeste paulista no Mappa Chorographico da Província de São Paulo (1841). In: Tempos Históricos, v. 18, n. 2, 2014. p. 457-490.

CALIXTO, Benedicto. Os primitivos aldeamentos e índios mansos de Itanhaém. São Paulo: Revista Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, v 10, 1905, p.503.

CAMARGO, Theodoro de. Breve notícia histórica e geográfica sobre a cidade e município de São Carlos: Almanaque – Álbum de São Carlos, 1916-1917. São Carlos: Tipografia Artística, 1917.

CAMPOS, Cristina de. INOUE, Luciana Massami. A ferrovia e a ocupação do sertão paulista: a companhia paulista e a sua linha tronco oeste. São Paulo: Revista Projeto História, v. 69, pp. 172-203, set.-dez., 2020. CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. São Paulo: Difel, 1977.

CATANDUVA (Município). Relatório de Avaliação Ambiental, 2008. (CD ROM). Prefeitura Municipal de Catanduva, SP. 2008. p. 58.

CARVALHO, Mara Lígia Scotton de. Caminhos e trajetórias: uma retrospectiva histórica da formação territorial de Ipeúna-SP. Rio Claro: Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, 2021.

CBH-TG – Comitê de Bacia Hidrográfica Turvo/Grande; IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Relatório Zero. (CD ROM). São José do Rio Preto: CBHTG/IPT, 2000.

COBRA, A. N. Recanto do Sertão Paulista. São Paulo: HENNIES & Cia, 1943.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. Araraquara 1720-1930: Um capítulo da história do café em São Paulo. Araraquara: Cultura Academia editora, 2008.

CORRÊA, Dora Shellard. Paisagens sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930). Londrina: EDUEL, 2013, 274 p.

DEFFONTAINES, Pierre. Geografia humana do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Casa do Estudante do Brasil, 1952.

DESTRO, Marina Guimarães. O legado da Estrada de Ferro Araraquara na construção do Patrimônio Industrial em Catanduva – SP (1910-1970). Diss. Mestrado IAU/USP, 2023.

D' INCAO, Maria Angela; Nascimento, Luís Eduardo Passos. Presidente Venceslau: uma região, a cidade e sua gente. Presidente Venceslau: Ed. LetrasAmargem, 2006.

DORIZOTTO, Sermo. Os primórdios de Piracicaba: Informações, documentos, comentários e notas. Piracicaba: Editora do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 2008.

GERODETTI, João Emílio; CORNEJO, Carlos. Lembranças de São Paulo: o interior paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças. São Paulo: Solaris edições Culturais, 2003.

GHIRARDELLO, N. Aspectos do direcionamento urbano da cidade de Bauru, São Carlos: Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Universidade de São Paulo, 1993.

GHIRARDELLO, N. À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GHIRARDELLO, N. A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista (1850-1900), São Paulo: Editora UNESP, 2010.

GODOY, J. F. de. A Província de S. Paulo: Trabalho Estatístico, Histórico e Noticioso. Apresentação de Tânia Regina de Luca. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; FUNDAP, 2007. Edição Fac-símile.

GOIS, Soraya Lodola de Moraes. História do tracoma em São Paulo: uma rede formada entre as linhas da sociedade e os laços de uma doença (1880-1916). 2020. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos do Sertão. In Revista de História. São Paulo, nº54:69 – III, 1964. ----- Caminhos e Fronteiras, 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976.

JÚNIOR, Luís Fernando de Lima. *Marcha à paulista: a expansão da colonização portuguesa do sertão do alto Tietê para o vale do Paraíba (1530-1660)*. Taubaté: Revista Ciências Humanas – Universidade de Taubaté (UNITAU), v 3, n. 1, 2010.

LEITE, Silvia Ibiraci de Souza. *Os italianos no poder, cidadãos catanduvenses de virtude e fortuna: 1918-1964*. 2007. 210f. Dissertação (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Araraquara, 2007.

LOSNAK, Célio José. *Territorialidades do Oeste de São Paulo: transformações e interpretações*. São Paulo: Revista História – Universidade de São Paulo (USP), v 36, e13, 2017.

LIMA, Nísia Trindade. *Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 5, 1998. p. 163-193.

_____; HOCHMAN, Gilberto. Pouca saúde e muita saúva. Sanitarismo, interpretações do país e ciências sociais. In: HOCHMAN, Gilberto (org.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 493-534.

MATOS, O.N. *Café e Ferrovia: A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*, 3ª edição, São Paulo: Arquivo do Estado, 1981.

MARX. M. *Cidades Brasileiras*, São Paulo: Melhoramentos, Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MEIRELLES NETO, Geraldo Marcondes. *Estudo de concepção para a despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio São Domingos*. São José do Rio Preto. Monografia (Graduação em Engenharia de Segurança do Trabalho). Sociedade Riopretense de Ensino Superior, Faculdade de Engenharia de São José do Rio Preto. São José do Rio Preto, SP. 2000. 36 p.

MILLIET, Sergio. *Roteiro do café: análise histórico-demográfica da expansão cafeeira no Estado de São Paulo*. Série Estudos Paulistas. São Paulo: [s. n.], 1938.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e história no Brasil. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005.

NEME, Mario. A primitiva estrada para Cuiabá. Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. 69, p. 201-210, 1940.

NEME, Mario. Dois antigos caminhos de sertanistas de São Paulo. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. Tomo 23, 1969, p. 40.

NEME, Mario. Apossamento do solo e evolução da propriedade rural na zona de Piracicaba. São Paulo: Edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1974.

NEME, Mario. História da fundação de Piracicaba. Piracicaba: Editora Equilíbrio; Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 2009.

NEME, Mario. Piracicaba no século XVIII. Piracicaba: Editora Equilíbrio; Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 2010.

OLIVEIRA, A. M. dos S., & QUEIROZ Neto, J. P. de. (2017). DEPÓSITOS TECNOGÊNICOS INDUZIDOS PELA EROSÃO ACELERADA NO PLANALTO OCIDENTAL PAULISTA. Boletim Paulista De Geografia, (73), 91–124. Recuperado de <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/888>.

OLIVEIRA, Caio César Tomaz de. A estruturação urbana da alta sorocabana: Assis e Ourinhos. Bauru: Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Universidade Estadual Paulista, 2022.

PACHECO, Carlos Américo. Café e cidades em São Paulo: Um estudo de caso da urbanização na região de Araraquara e São Carlos 1880/1930. 1980. 231f. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, 1980.

PANTALEÃO, Olga. A Cidade de Catanduva. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 9., 1940, Florianópolis. Anais [...]. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1944. V. 3, p. 599-609.

PENTEADO, Antônio Rocha. O homem brasileiro e o meio. In. AZEVEDO, Aroldo. Brasil a terra e o homem. v. 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970. p. 3-35.

PETRONE, Pasquale. Aldeamentos Paulistas. São Paulo: EDUSP, 1995.

PUPIM, Rafael Giácomo. Cidade e território do oeste paulista: mobilidade e modernidade nos processos de construção e re-configuração do urbano. 2008. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

QUAGLIA, Vicente Celso. A história de Catanduva de A a Z. São José do Rio Preto (SP): Editora Riopretense, 2003.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 9º ed. São Paulo: Edusp, 2001.

REIS FILHO, N. Quadro da Arquitetura no Brasil, São Paulo: Perspectiva, 2002.

RIBEIRO, Eduardo Bacani. Estrada de Ferro Araraquara: da Morada do Sol à “Boca do Sertão” – os espaços invisíveis. 2019. 221f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ROSANELI, Alessandro Filla. Cidades novas da fronteira do café: história e morfologia urbana das cidades fundadas por companhias imobiliárias no norte do Paraná. 2009. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/T.16.2009.tde-23012013-160138. Acesso em: 02 ago. 2024.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (org). Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira. Bauru: EDUSC, 2006.

SILVA, H. M. M.; TOSI, P. G. S. Engenheiros e fazendeiros numa ferrovia de Capitais Indígenas: a Estrada de Ferro Araraquara e os contornos da grande empresa de serviços públicos na Primeira República. In: 7ª Conferência Internacional de História Econômica e XI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, 2018, Ribeirão Preto-SP. Anais da 7ª Conferência Internacional de História Econômica e XI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, 2018.

SILVA, Rachel Coutinho Marques da, 2003. “O Urbanismo das Novas Cidades da Fronteira Paulista, 1890-1950.” Em Urbanismo em Questão, organizado por Denise Pinheiro Machado, Margareth da Silva Pereira e Rachel Coutinho Marques da Silva, 147-171. Rio de Janeiro: Editora PROURB.

SILVEIRA, J. (Ed.). Álbum de Araraquara: 1915. Araraquara: Estado de São Paulo, 1915.

SOUSA, Adriano Amaro. A formação histórica do oeste paulista: alguns apontamentos sobre a introdução da imigração japonesa. Presidente Prudente: Revista Geografia em Atos, v.1., n. 8, 2008.

SPOSITO, E.S. Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente, São Paulo: Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1990.

TORTELLLO, J. M. Viajando Pela Estrada de Ferro Araraquara, Matão: Gráfica Motonense Ltda. 2010.

ZANOTTI, E.F. Bariri: o café e a república. São Carlos: Jaburu, 1998.